



# ARQUITETURA OU REVOLUÇÃO

Learning from the satellite

Telma Sofia Pinheiro Ribeiro

Vertente de Grupo

Anderson Colombo | Ivo Gomes | Patrícia Almeida | Rui Fernandes | Telma Ribeiro

Orientador

José Simões Neves - Assistente Convidado

Co-orientador

Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro - Prof. Auxiliar de ISCTE-IUL  
Laboratório Cultura Arquitetónica Contemporânea

**ISCTE IUL**

**Instituto Universitário de Lisboa**

DAU - Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Lisboa, Outubro 2014

# Agradecimentos

Gostaria de agradecer:

Ao professor José Neves pela orientação do projeto final ao longo do ano.

Ao professor Paulo Tormenta Pinto pela orientação do projeto final e também pela ajuda e disponibilidade para a realização da dissertação.

À professora Ana Vaz Milheiro pela orientação prestada.

À professora Mónica Pacheco e à professora Helena Botelho pela ajuda, paciência e confiança depositada para a realização do Atlas da Liberdade.

Ao arquiteto João Gomes Teixeira pela disponibilidade e informação cedida para a realização da dissertação.

À arquiteta Ana Lúcia Barbosa pelas conversas, conselhos e disponibilidade de informação ao longo da realização de todo este trabalho.

À minha família em especial aos meus pais e aos meus tios pela grande ajuda e apoio ao longo destes anos.

À Patrícia, ao Rui, ao João e ao André pela ajuda e apoio para a realização deste trabalho.

## Introdução Geral

O volume que se segue resulta da compilação dos trabalhos realizados no passado ano letivo (2013/2014), mais concretamente na UC de Projecto Final de Arquitectura e no Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea. O trabalho realizado nas duas unidades curriculares tinha como tema “Arquitectura ou Revolução”, um estudo do crescimento urbano da cidade de Lisboa no cenário pós-revolução. Embora o tema fosse comum, os trabalhos possuíam contornos distintos. Em PFA foi necessário criar uma estratégia de grupo para a reconstrução do centro da Urbanização da Portela de Sacavém, destruído por um hipotético incêndio que transformou o local numa tela em branco. A criação de um gesto urbano comum anuncia a necessidade de repensar o funcionamento do bairro, assim com as infra-estruturas que o compõem. Em Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea realizou-se um trabalho de mapeamento do crescimento urbano e dos conjuntos habitacionais mais significativos que alteraram o panorama na segunda metade do século XX em três territórios: Lisboa, Luanda e Macau. O grupo onde nos inserimos, trabalhou sobre a Península de Macau. A metodologia encontrada na investigação deste trabalho foi crucial como base para o trabalho que se realiza na dissertação aqui apresentada.

Esta dissertação debruça-se sobre o Programa Especial de Reabilitação (PER) no município de Lisboa. Como foi referido, a metodologia usada, nomeadamente o mapeamento das operações PER foi influenciado pelo trabalho realizado acerca de Macau. O projeto individual de PFA passou pela criação de dois blocos de habitação num terreno vago da Portela anteriormente ocupado por um bairro de “barracas”, ou seja, numa zona particularmente sensível em termos sociais.

Em resposta à questão: que ponto em comum existe entre os dois trabalhos realizados? É nossa opinião que a ação enquanto futuros arquitetos passa pelo pensar as questões sociais, o estudo do desenvolvimento urbano das cidades e a atenção dada aos vazios fraturantes que no panorama atual criam uma série de problemas que a arquitetura poderá responder. A nossa intervenção projetual prendeu-se com o inserir do programa PER Bensaúde dentro de uma realidade social maior que é a da Portela de Sacavém, da mesma forma que o estudo do Programa PER no Concelho de Lisboa nos levou a conhecer realidades bastante diferentes daquelas que anteriormente conhecíamos.

Em jeito de conclusão, o trabalho aqui apresentado é um compêndio de preocupações, de questões e de possíveis soluções relativamente ao futuro da arquitetura enquanto ferramenta chave para a construção de uma atitude social e política.

# Índice Geral

<b>I. Vertente Prática</b>	<b>10</b>		
Trabalho de Grupo: Exercício 0	12		
<b>Portela de Sacavém</b>	<b>38</b>		
Trabalho de Grupo: Análise	40		
Trabalho de Grupo: Estratégia	62		
<b>Trabalho Individual: Habitação Coletiva</b>	<b>110</b>		
		<b>162</b>	<b>II. Vertente Teórica</b>
		164	Trabalho de Grupo: Atlas da Liberdade: Lisboa Luanda Macau
		<b>188</b>	<b>Trabalho Individual: Da “Barraca” à Casa e da Casa à Cidade O Programa Especial de Realojamento em Lisboa (Casos de Estudo)</b>

I. Vertente Prática

## Exercício 0

Anderson Colombo | Ivo Gomes | Patrícia Almeida | Rui Fernandes | Telma Ribeiro

Macro Escala  
Bairro Codivel|Odivelas

Fonte: Fotografia Nossa Setembro 2013





Macro Escala  
Bairro Codivel | Odivelas  
Fonte: Fotografia Nossa Setembro 2013



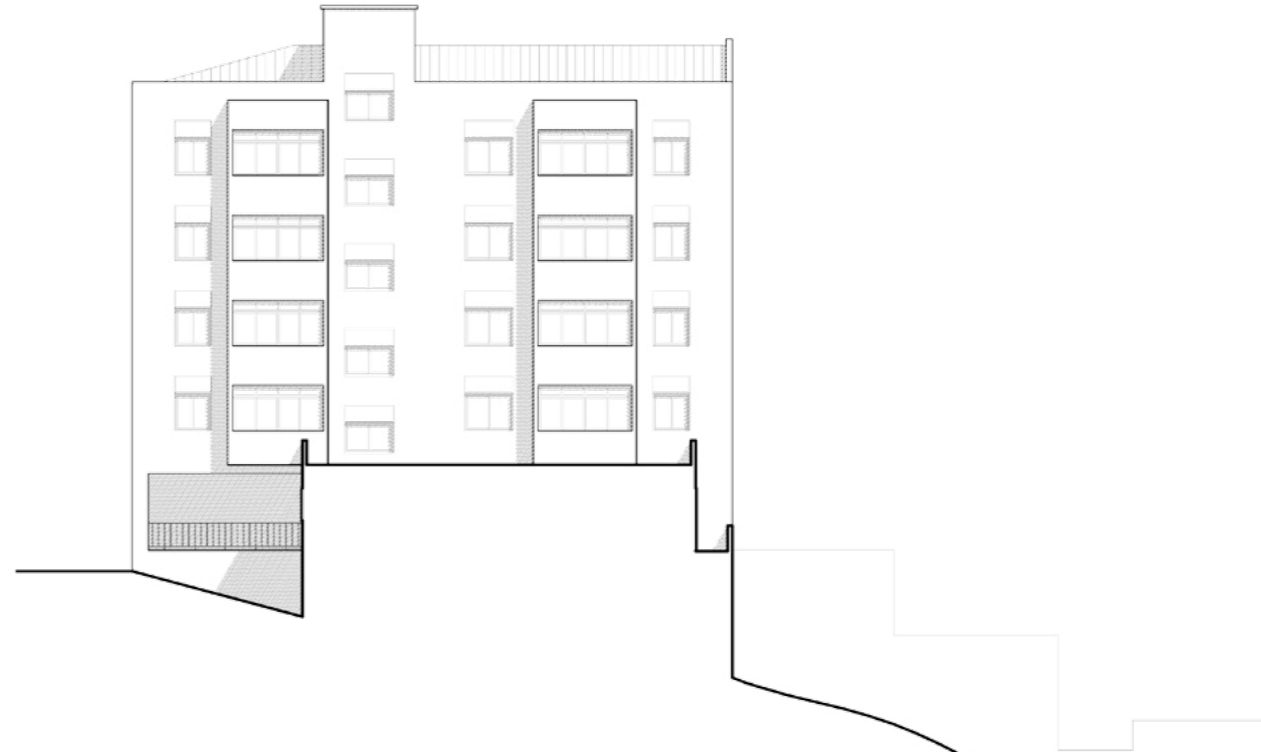
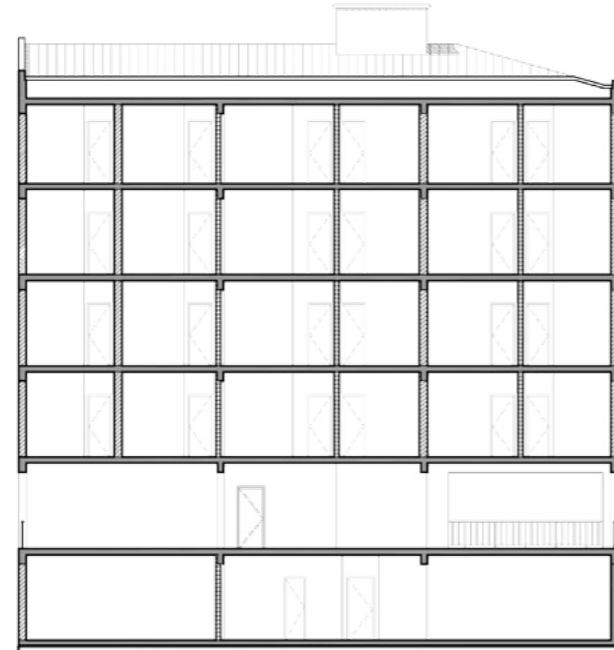
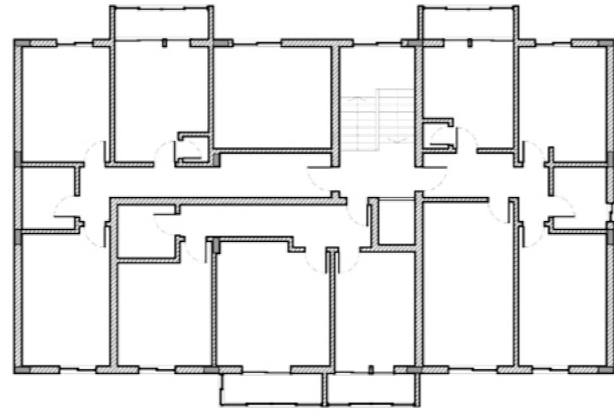
Macro Escala  
Bairro Codivel | Odivelas

Fonte: Google Maps Setembro 2013



Micro Escala  
Existente

Esc.:1:200

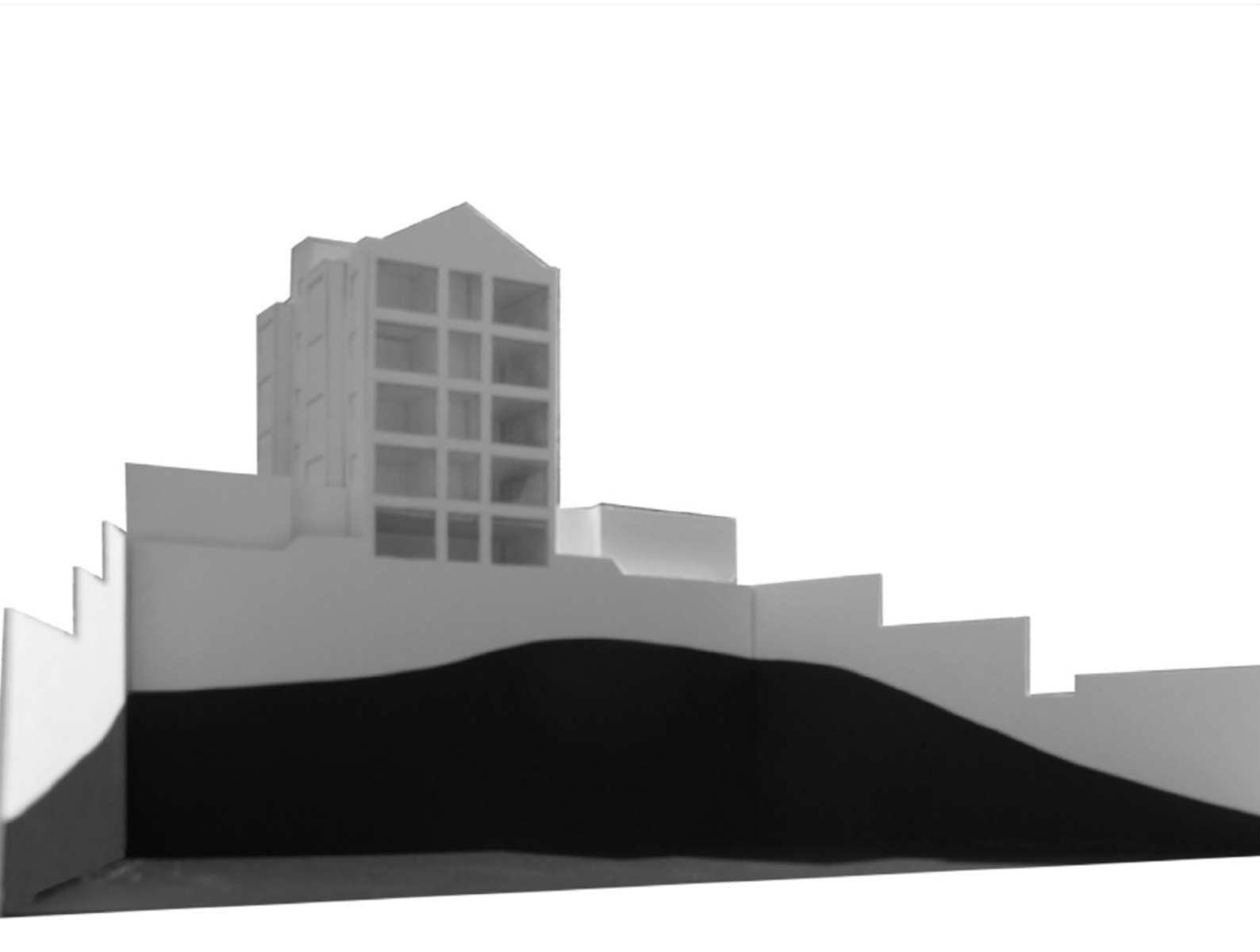


Micro Escala  
Existente + Proposto

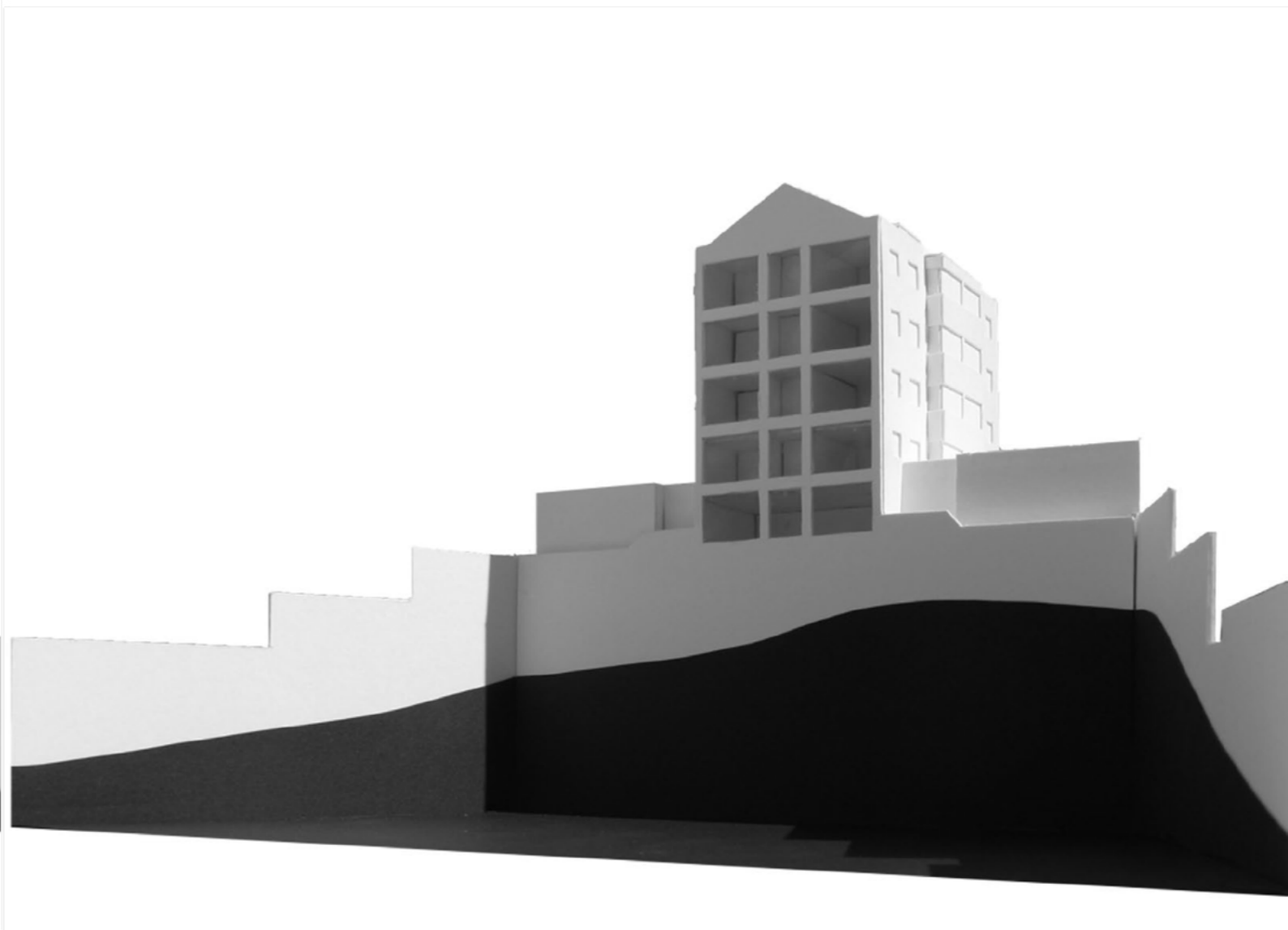
Fonte: Fotografia Nossa Setembro 2013



Micro Escala  
Proposto



Maqueta  
Esc.: 1:200

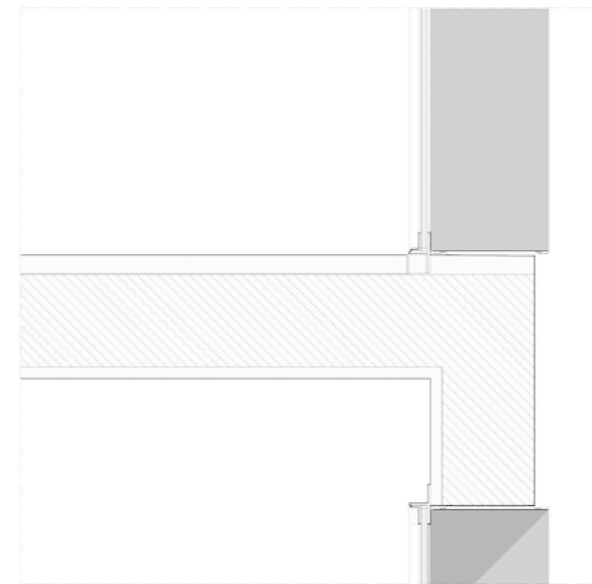
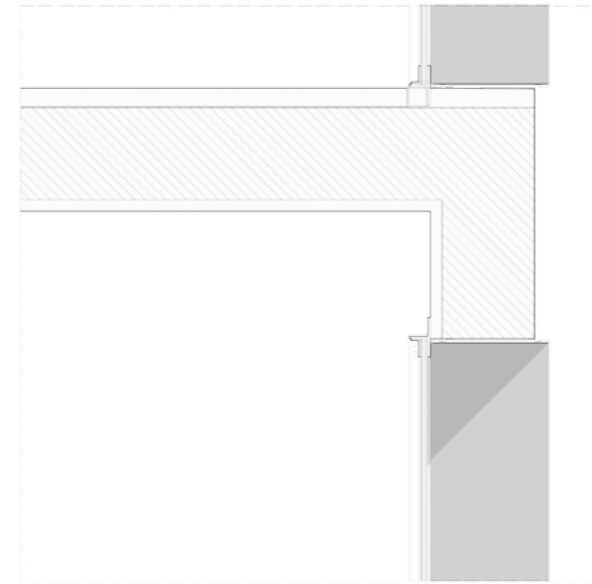
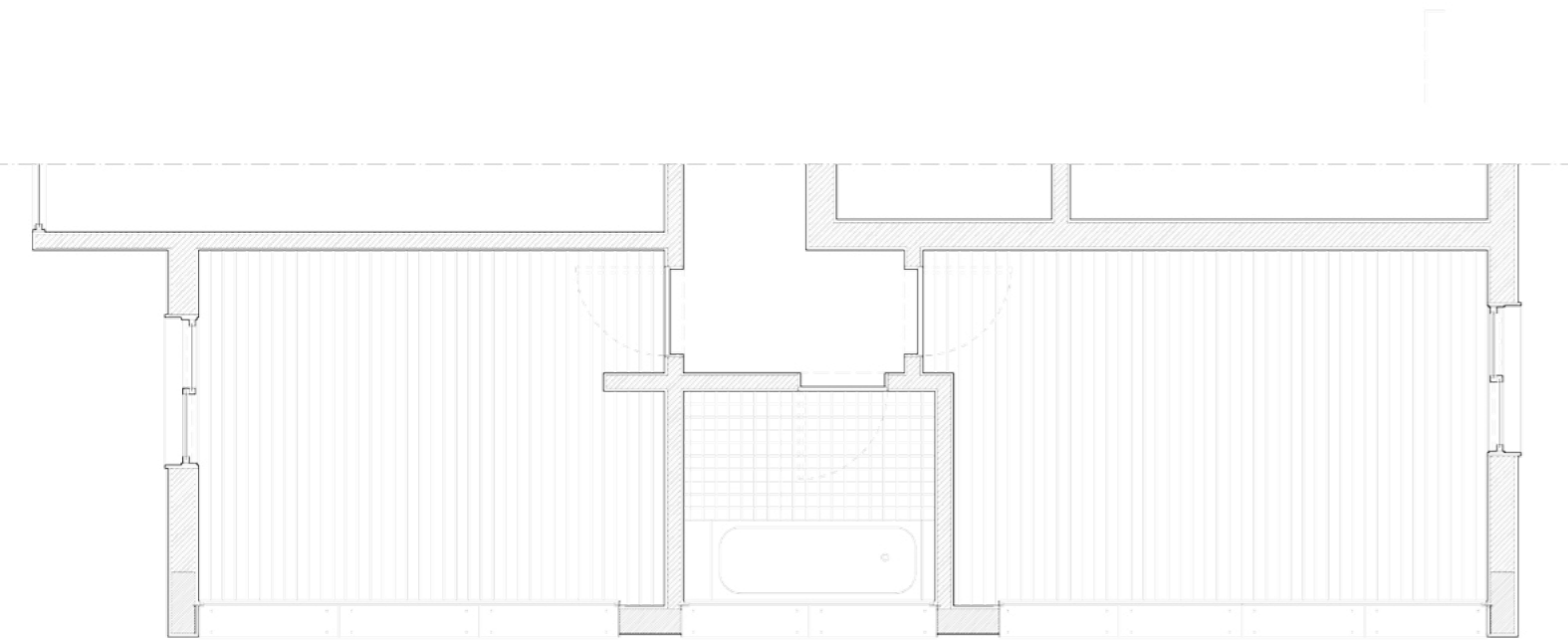


Proposto

Esc.: 1:50

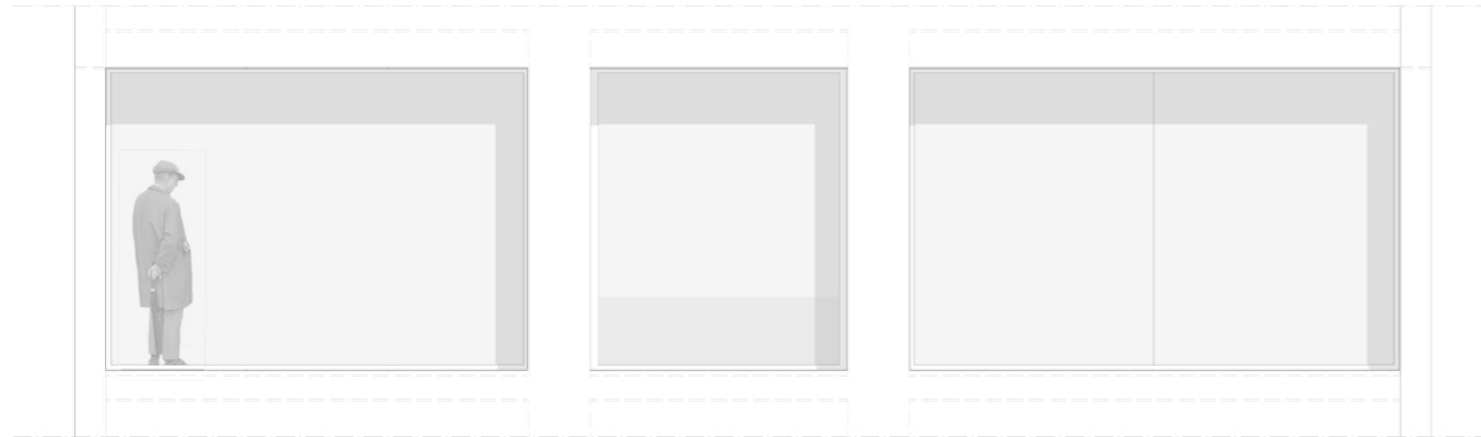
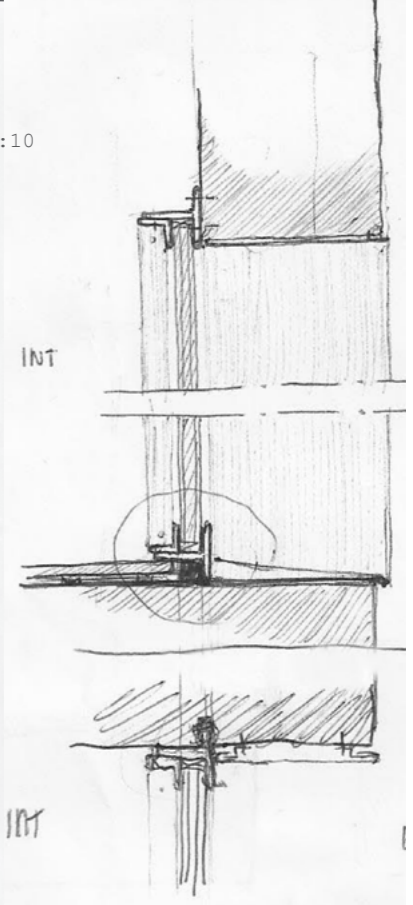
Proposto

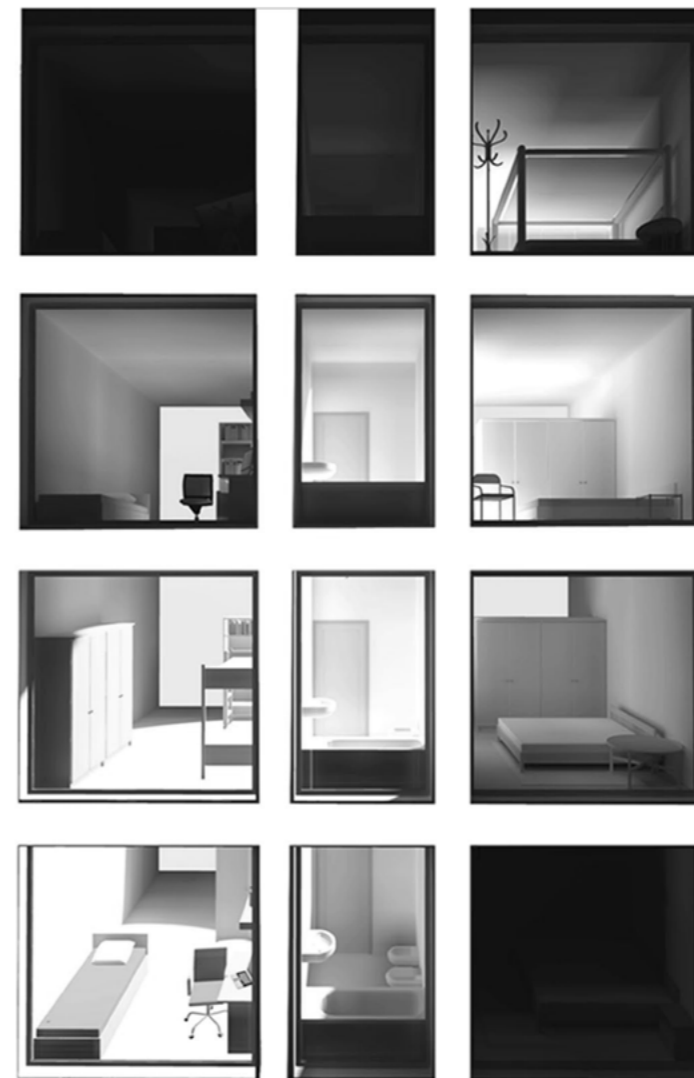
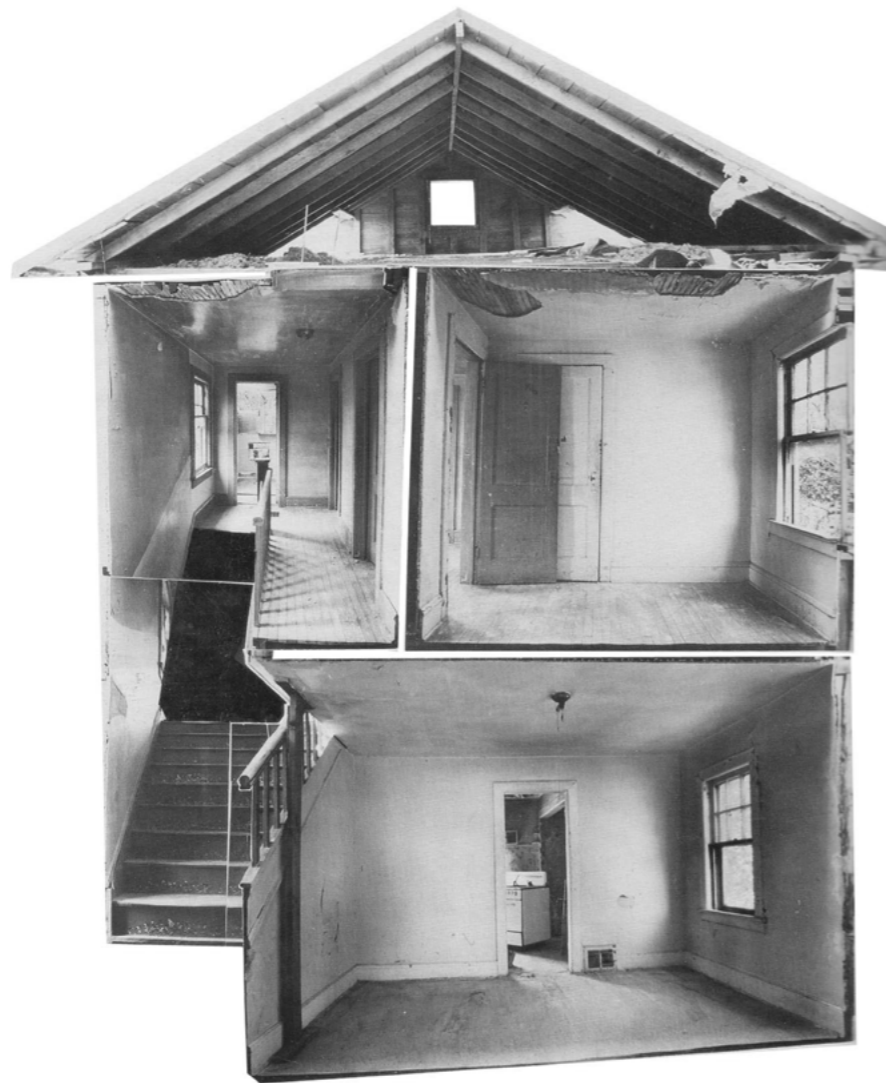
Esc.: 1:10



INT

INT





*Playtime* | 1967

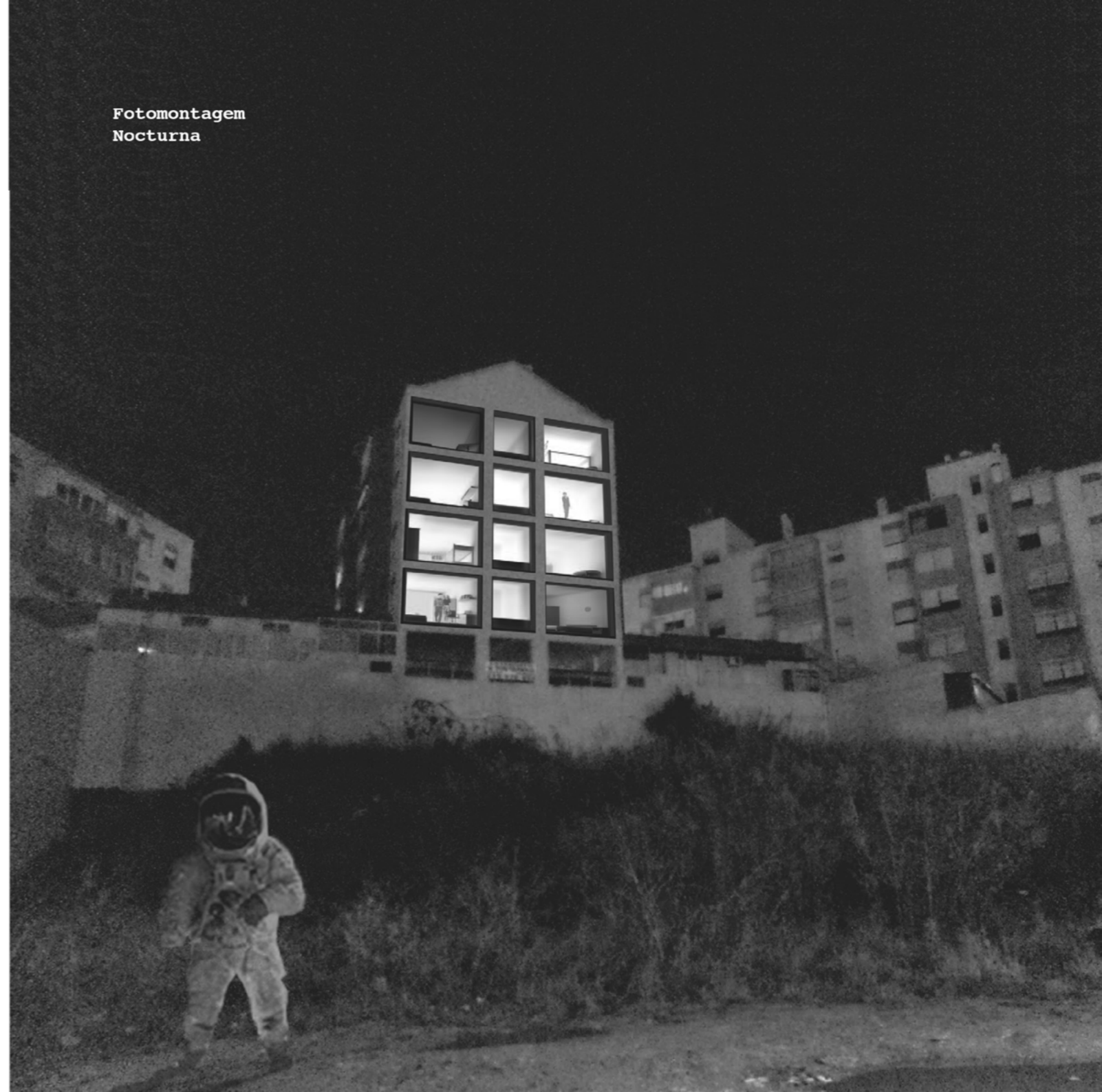
Jacques Tati





Micro Escala  
Proposto

Fotomontagem  
Nocturna



### O Objeto

A escolha do local de intervenção adveio do desejo de estudar grandes aglomerados urbanos em redor do município de Lisboa e que fossem servidos pela rede de metropolitano. Odivelas desenvolve-se ao longo da CRIL, presenciando o início da estrada IC22. O edifício em estudo localiza-se entre estas duas vias, mais precisamente no bairro de Codivel.

O bairro nasceu no início dos anos 80 como resposta a uma maior procura de habitação de qualidade nas imediações da capital, por parte da classe média. O edifício, parte de um confuso conjunto de cinco edifícios de habitação dispostos em leque, ganha uma considerável altura (20 metros) graças à topografia do terreno. O conjunto nasce em 1983, com os primeiros blocos a serem construídos em redor da praça António Aleixo. Com a passagem dos anos, o conjunto foi-se expandindo através da encosta, em direcção a Rua Álvaro de Campos, a zona com a cota mais baixa de todo o conjunto. Mais tarde foram ainda preenchidos os espaços entre cada um dos blocos, dando lugar a armazéns e habitações que, em terraço, dão uma estranha unidade ao conjunto e uma sensação de maciço urbano. Devido a contendas legais e comerciais, um dos blocos não foi completado, tornando o conjunto incompleto e criando um terreno vago de forma trapezoidal. Tudo isto cria duas situações que nos parecem merecedoras de algum estudo: uma gigantesca empena cega e um terreno vago à sua frente.

### Dúvidas

À medida que o edifício escolhido se ia revelando, surgiram dúvidas comuns que alimentaram decisões projetuais. São elas:

Qual a rotina diária das pessoas que habitam o edifício?

Qual o impacto da empena cega para os transeuntes, pessoas que todos os dias regressam do metro em direcção às suas casas?

Como é que um simples gesto pode dinamizar este terreno vago em frente ao edifício, ou melhor, toda a área envolvente?

### O Corte

Em 1974, Gordon Matta-Clark desenvolve uma exposição, da qual apenas restam uma série de fotografias baseadas num trabalho que já vinha a desenvolver há alguns anos. A peça intitulada *Splitting* retrata um corte transversal feito numa habitação de madeira de dois andares típica de qualquer subúrbio americano. As fotografias revelam as vivências dos diferentes espaços, a vida por de trás da pele de escamas de madeira. Matta-Clark revela os materiais que compõem o conjunto de uma forma crua, quase pornográfica, fazendo-nos descobrir toda a verdade por de trás da construção. O quarto vazio, com a cobertura de madeira velha à vista, o papel de parede desbotado da sala, a espessura das paredes. A habitação é já um objeto distante da sua verdadeira natureza e à medida que vê-mos as fotografias com mais calma, a ideia de entrar na mais secreta das intimidades desaparece. A acção (bruta), leva a uma reacção (criação de uma nova realidade). A problemática levantada pela escolha do edifício no bairro de Codivel exige uma acção forte, um gesto simples que chame à atenção para um número maior de problemas. Ao cortar a empena cega anulamos parcialmente a ideia de um projeto inacabado, revelando os seus interiores e criando uma nova frente. O corte, bruto, exigirá dos moradores uma revisão crítica dos seus modos de vida, dentro e fora do apartamento, uma reflexão sobre a qualidade do seu bairro. Ao mesmo tempo revelará os materiais que compõem o edifício e portanto é nossa intenção que a viga e o pilar de betão, o tijolo, o soalho e o azulejo façam parte desse jogo. Como no filme de Jacques Tati, *Playtime* (1967), o quarto, a sala e o quarto de banho são apenas ecrãs onde personagens de carne e osso se passeiam para deleite dos transeuntes. O piso térreo alberga um jardim de infância cujos vãos existentes denunciam a matriz da nossa intervenção. Este elemento serviu de mote a como deveríamos efetuar o corte na fachada, retirando o máximo de matéria (alvenaria cerâmica), resumindo-a apenas à sua estrutura. Uma cortina de vidro protege os moradores das intempéries e acaba por servir como uma moldura para todo o exercício. Nos cortes feitos na fachada, que nada mais são do que apenas anulações de determinadas paredes, reduzindo a fachada ao seu mínimo, a estrutura, serão colocados uma caixilharia própria. Esta, embutida no interior, realça a estrutura deixada a nu e a materialidade da mesma. Ombreiras de alumínio pintadas de preto em cada uma das aberturas dão profundidade ao corte salientam o esqueleto do edifício.

!!!

O desaparecimento da gigantesca empena cega virada para a Rua Álvaro de Campos questiona um tempo e/ou uma realidade local. O bairro de Codivel, preso numa dinâmica de bairro dormitório, necessita ser questionado acerca da sua pertinência na Lisboa do século XXI. Acreditamos que o nosso pequeno gesto levará a grandes alterações nas vivências locais. O processo levado a cabo pelo nosso gesto leva a novas questões baseadas nas primeiras formuladas numa fase inicial do projeto. São elas:

Como será a nova vivência dos habitantes dos apartamentos?

Qual o futuro do terreno vago em frente à intervenção?

Com o tempo, qual será o futuro da nova frente?

#### Possibilidades

O terreno vago em frente da empena cega constitui um dos mais importantes momentos do nosso projeto. A criação de qualquer tipo de equipamento que sirva a população local é uma das peças-chave da nossa intenção. O nosso gesto põe essa falha em evidência, fazendo com que a sua requalificação seja uma matéria urgente. Atualmente o terreno encontra-se desocupado, estando a sua frente ocupada por um parque de estacionamento espontâneo. Um parque infantil presume a criação de acessos diretos à praça António Aleixo, o mesmo aconteceria num espaço verde regular. O piso de cave do edifício em estudo é ocupado por arrecadações que poderiam ser suprimidas e transformarem-se num espaço de transição entre o novo espaço verde e a praça. A criação de uma rampa permitiria um percurso mais facilitado em direcção ao centro do conjunto (a praça), tornando-o num espaço com maior utilização por parte da população local.

**Portela de Sacavém**

Anderson Colombo | Ivo Gomes | Patrícia Almeida | Rui Fernandes | Telma Ribeiro



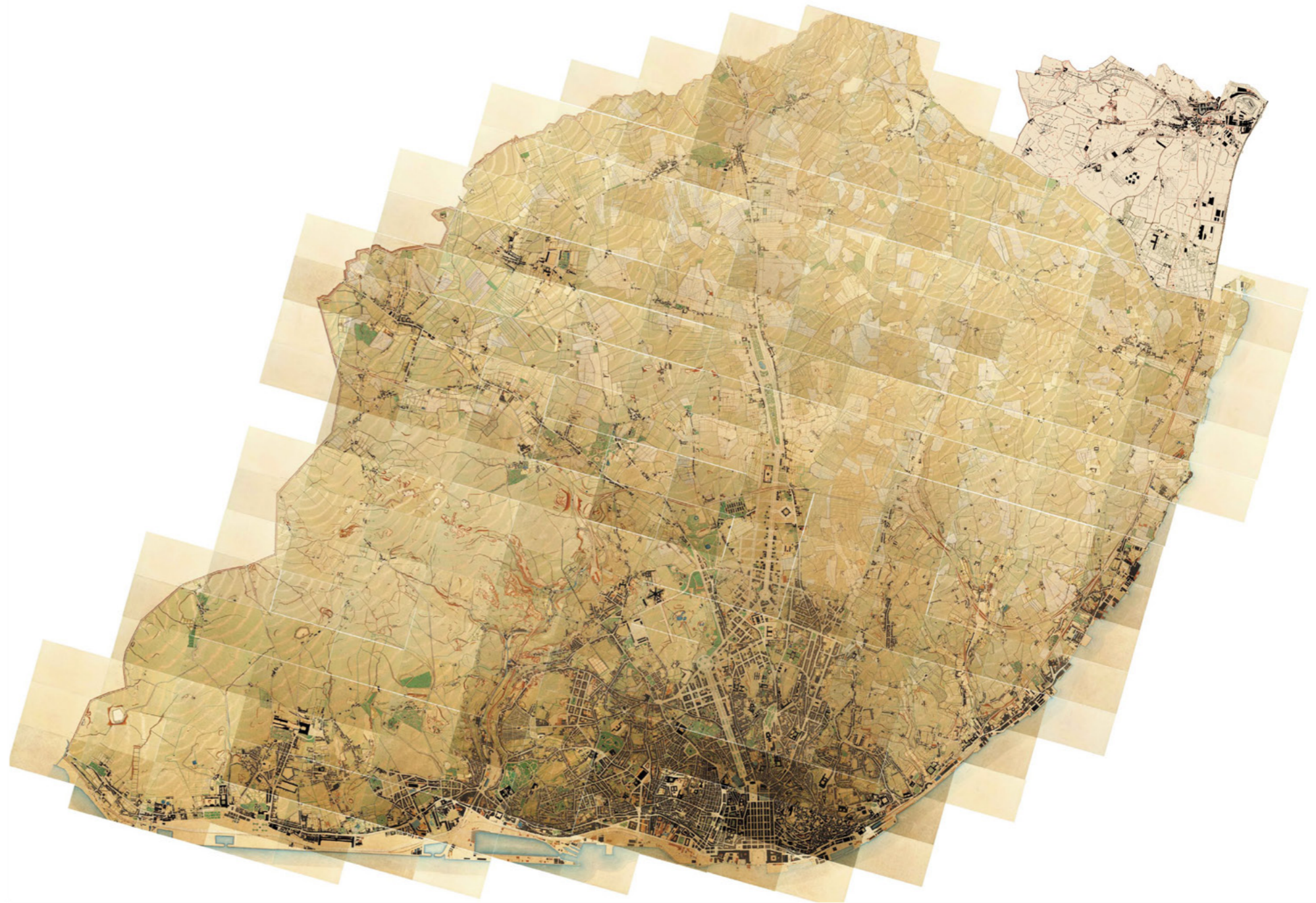
Macro Escala  
Ortofoto Mapa | Concelhos

Fonte: Google Maps Outubro 2012  
Manipulação Nossa

Macro Escala

Lisboa | Carta Topográfica 1904-1911 | Silva Pinto

Loures | Carta Topográfica 1940 | ?





Macro Escala  
Lisboa | Carta Militar 1993  
Lisboa | Carta Militar 1993  
Loures | Carta Militar 1993



07

Macro Escala

Base fornecida por: Arq. Helena Botelho, Dezembro 2013

Lisboa | Portela  
MACRO ESCALA  
LISBOA | PORTELA  
PRE-CATÁSTROFE | 10.10.2013

Manipulação Nossa

ESCALA: 1:40 000 01 4001 10001m





Macro Escala

Base fornecida por: Arq. Helena Botelho, Dezembro 2013

Lisboa | Portela  
MACRO ESCALA  
LISBOA | PORTELA  
PÓS-CATÁSTROFE | 10.10.2013

Manipulação Nossa

EXESC.1:40 000 01 4001 10001m



Macro Escala

Lisboa | Portela  
MACRO ESCALA  
LISBOA | PORTELA  
MAPA de Redes

Base fornecida por: Arq. Helena Botelho, Dezembro 2013

Manipulação Nossa

ESC. 1:40 000 0 400 1000m

Macro Escala  
Lisboa | Portela

Estrutura Verde + Sistema Hídrico | Aquedutos: Alviela+Águas Livres



Base fornecida por: Arq. Helena Botelho, Dezembro 2013

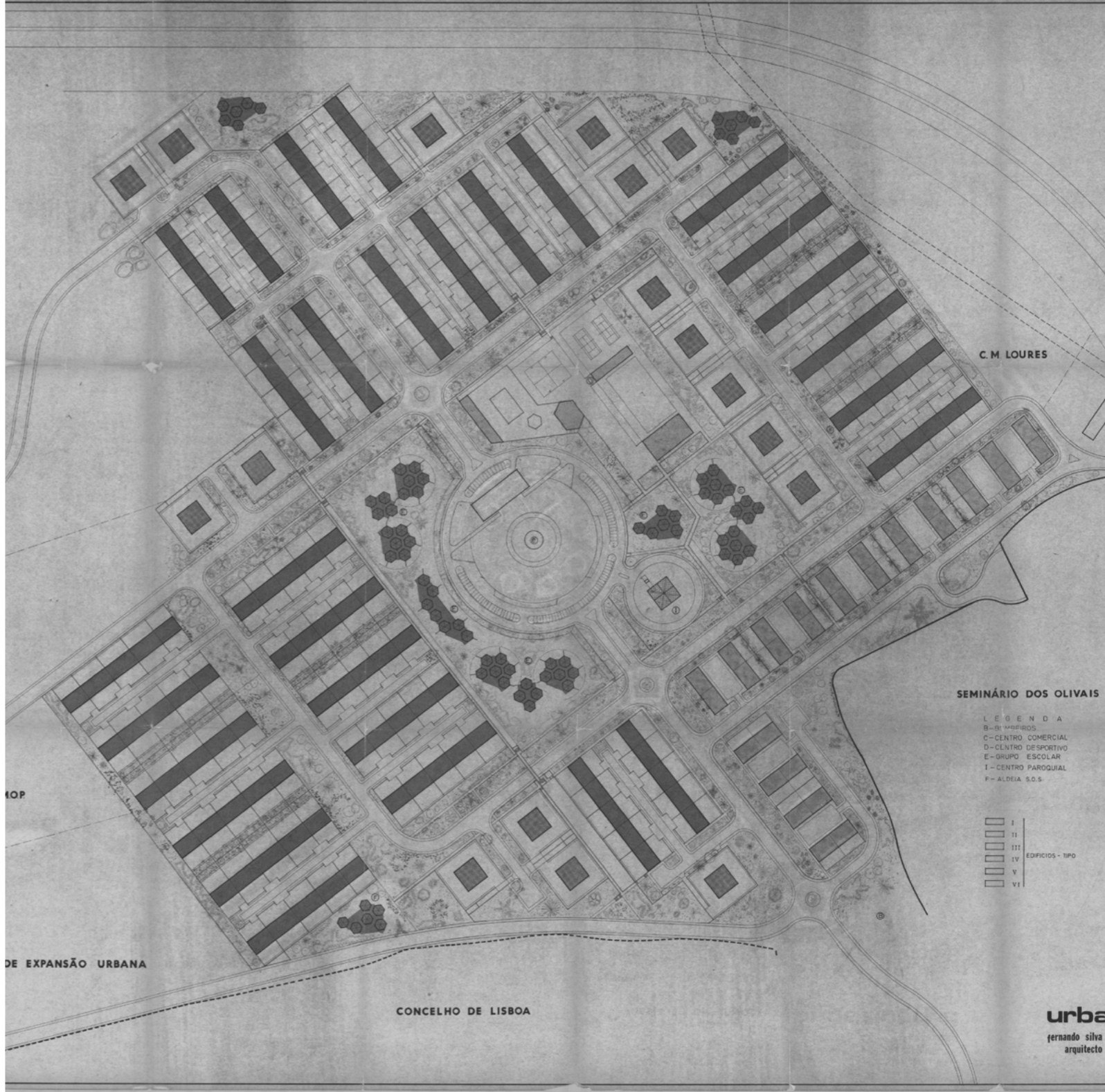
Manipulação Nossa



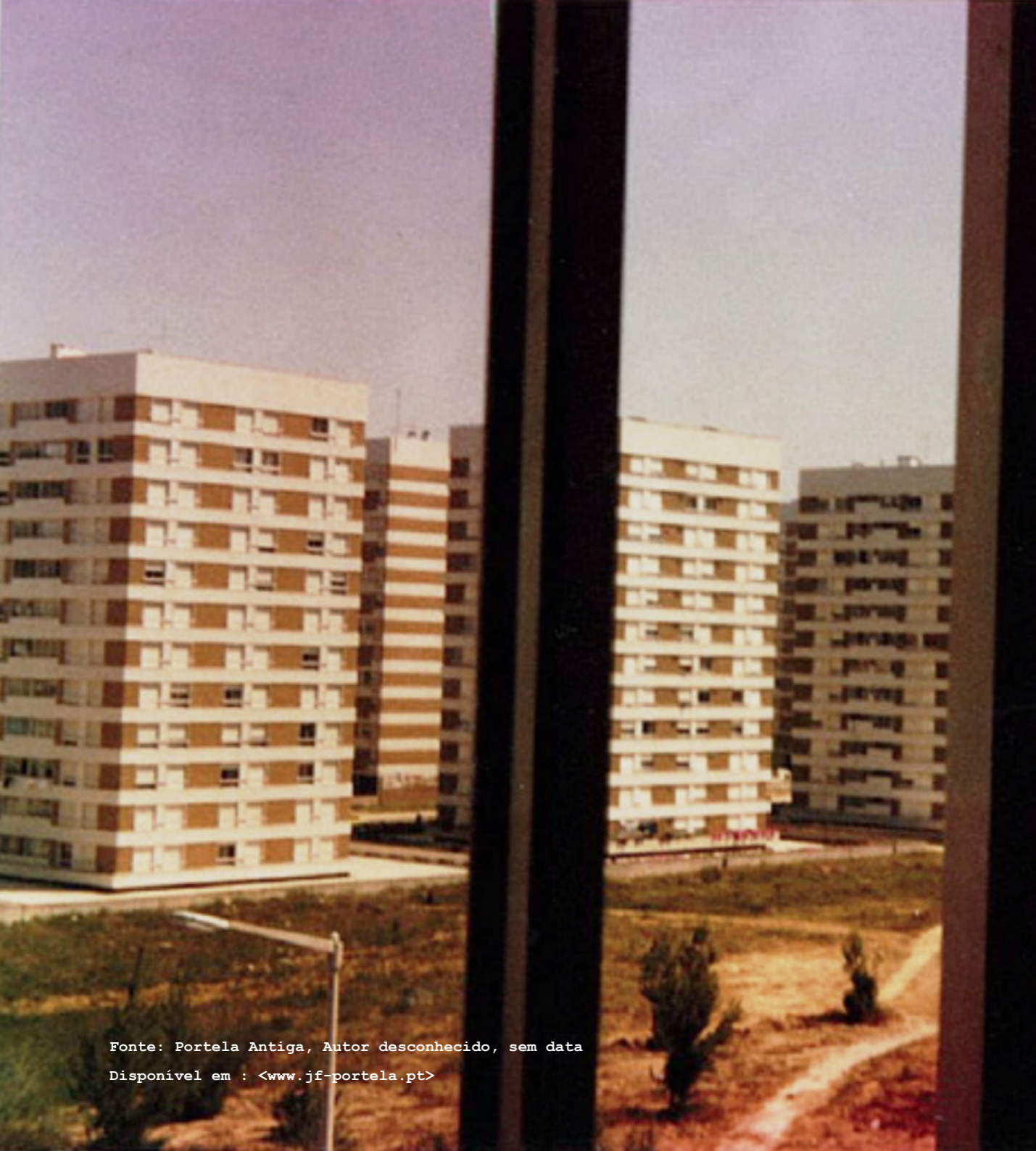
Fonte: Aeroporto de Lisboa, Autor desconhecido, sem data  
Disponível em: <[www.restosdecoleccion.blogspot.pt](http://www.restosdecoleccion.blogspot.pt)>



Fonte: Aeroporto de Lisboa, Autor desconhecido, sem data  
Disponível em: <[Fujifilm FinePix A350-www.flickr.com/photos/anaaerportos/](http://www.flickr.com/photos/anaaerportos/)>



Planta Urbanização da Portela (1972) Escala Original 1:1000  
Fonte: Bruno Macedo Ferreira, Outubro 2013



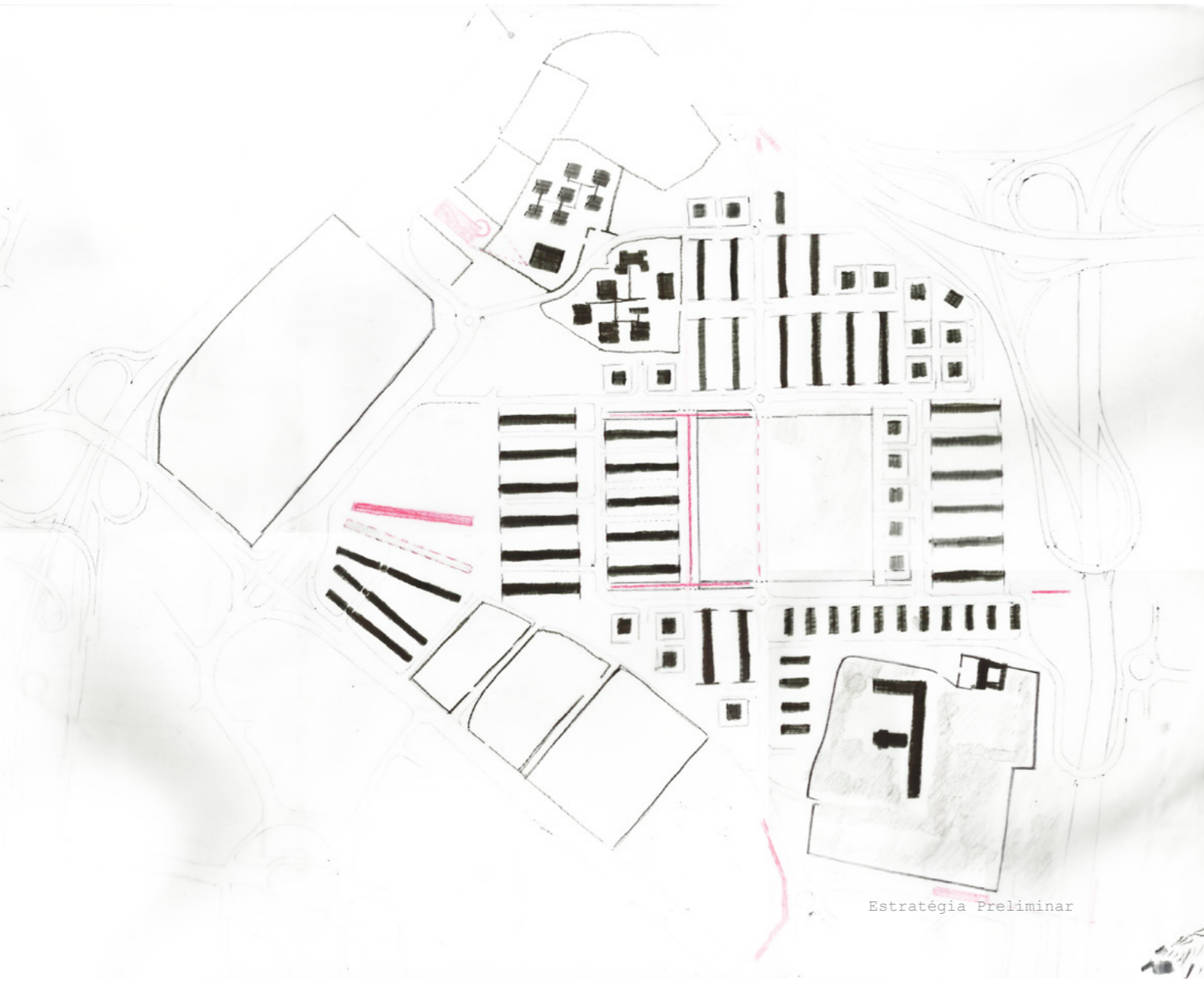
Fonte: Portela Antiga, Autor desconhecido, sem data  
Disponível em : <[www.jf-portela.pt](http://www.jf-portela.pt)>



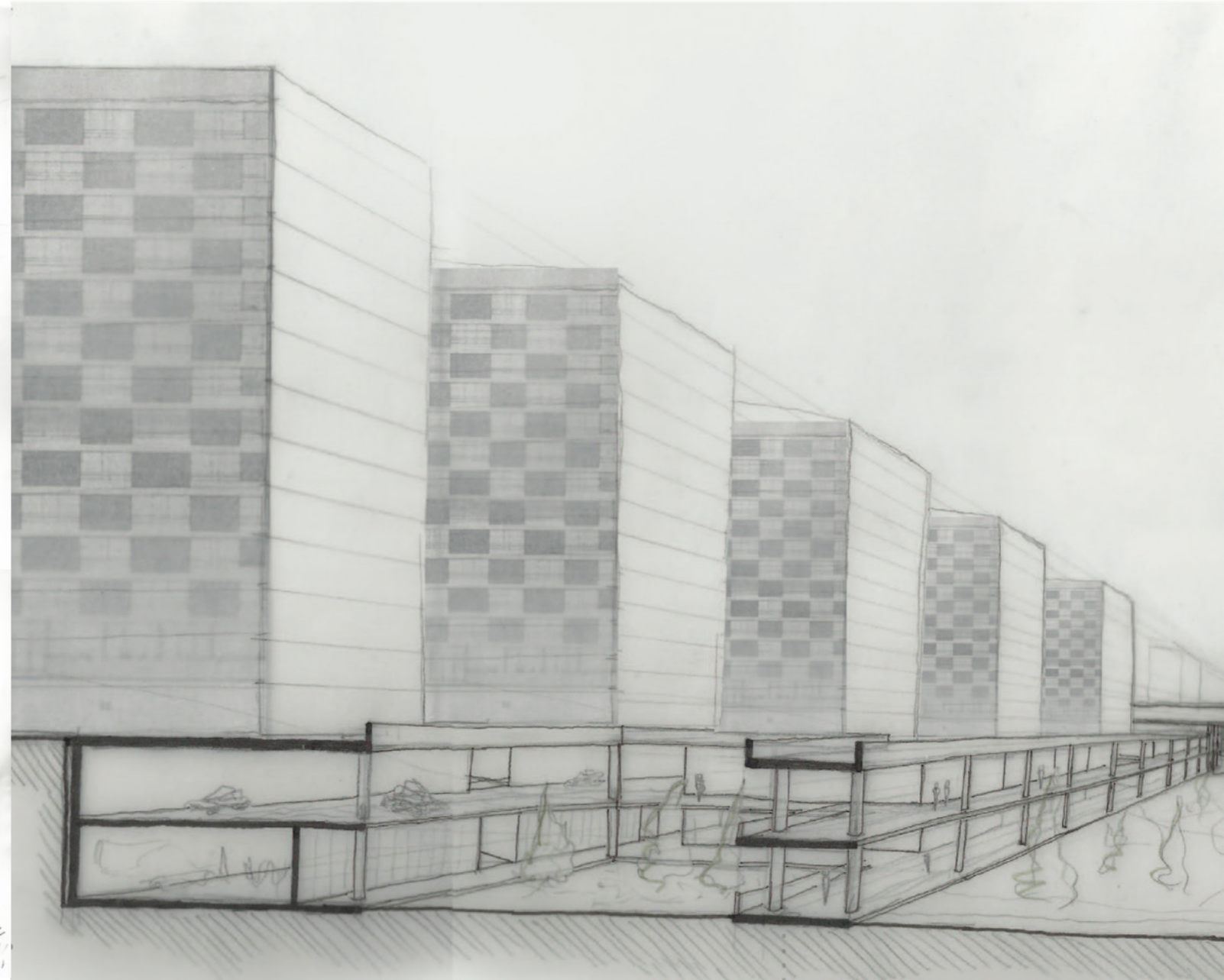
Fonte: Aeroporto de Lisboa, Autor desconhecido, sem data  
Disponível em : <[Fujifilm FinePix A350-www.flickr.com/photos/anaaerportos](http://Fujifilm FinePix A350-www.flickr.com/photos/anaaerportos)>



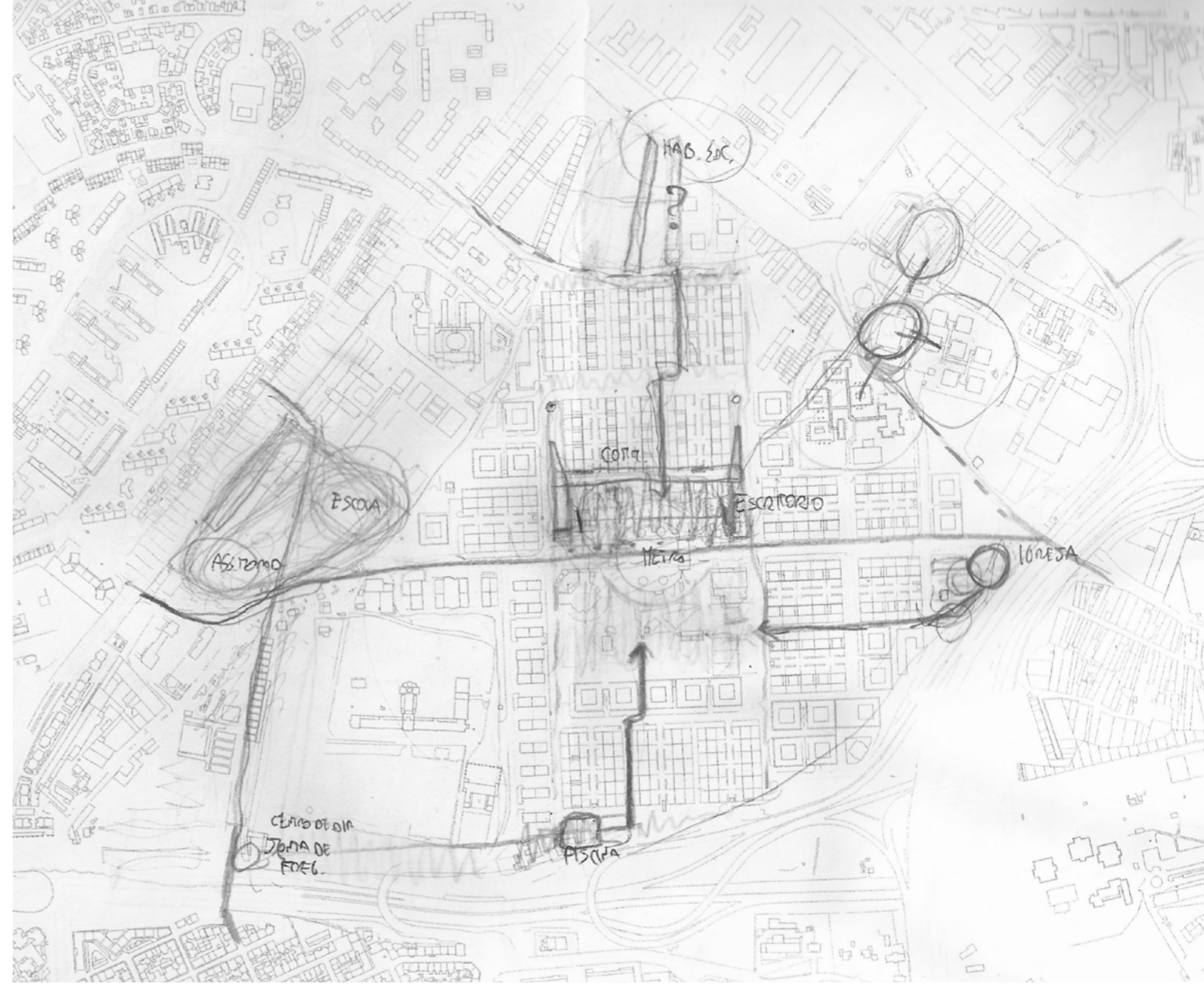
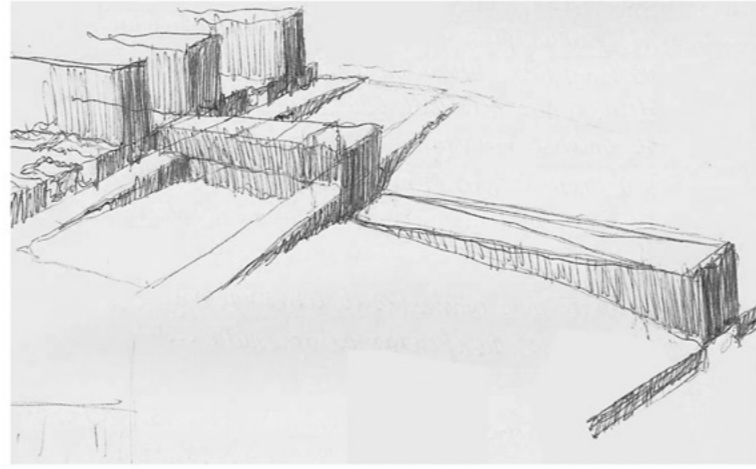
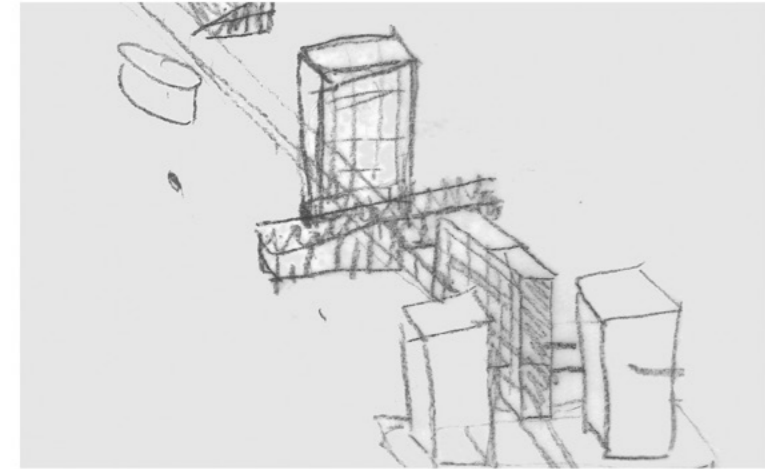
- Religioso ●
- Habitacional ●
- Industrial ●
- Equipamento Militar ●
- Interface ●
- Equipamento ●
- Comercial ●
- Serviços ●
- s/informação ○



Estratégia Preliminar









Fotografia Nossa Outubro 2013

## Cenário

A Urbanização da Portela de Sacavém, com traço do arquiteto Fernando Silva, data de meados dos anos sessenta, continuando a sua construção até à década de oitenta. A Portela de Sacavém instala-se num conjunto de quintas, entre a linha de comboio, Moscavide, Prior Velho e Olivais-Norte. Esta situação geofísica particular, aliada a especificidade do seu desenho urbano, fazem da Portela um dos mais importantes redutos da expansão da cidade de Lisboa. O plano de Fernando Silva, cria uma série de blocos paralelepípedicos dispostos numa malha ortogonal, pontuados por uma série de torres de planta quadrada. O centro do conjunto abriga as infra-estruturas sociais da urbanização: centro comercial, escritórios, escolas, piscinas, igreja. Desta forma o plano de Fernando Silva concentra uma centralidade de serviços que caracterizam toda a intervenção.

## Premissa

O projeto urbano apresentado parte de um hipotético incêndio ocorrido no centro da Urbanização da Portela de Sacavém, obrigando a um diálogo acerca da génese urbana do território e a necessidade de uma nova centralidade em todo o plano.

## Portela e Lisboa

Inserida na zona leste da cidade de Lisboa, a Portela de Sacavém encontra-se isolada dos grandes aglomerados habitacionais que a rodeiam. São eles: Moscavide, Olivais-Norte, Encarnação e Olivais-Sul. O plano apresentado procura articular estas malhas urbanas desconexas, de forma a criar um sentido de auto-suficiência em toda a zona. A extensão da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa criará um maior sentido de unidade entre os diferentes bairros e aproximará a Portela das restantes partes da cidade.

## O centro

O centro da Portela é como que o coração do bairro, casa da associação de moradores, a mais antiga associação organizada da urbanização. Ao mesmo tempo abriga o primeiro centro comercial do país, motivo de orgulho para os habitantes da Portela. A situação atual está longe da pretendida no plano original de Fernando Silva. Nele o centro abrigaria o centro comercial, rodeado por uma massa verde com pequenas infra-estruturas de apoio ao parque em módulos hexagonais. As escolas e outros elementos pontuariam as extremidades do plano, criando relações de proximidade com a envolvente do bairro. Hoje o centro condensa grande parte dos serviços pensados por Fernando Silva, sendo este retalhado por edifícios escolares e desportivos, sebes que delimitam os espaços e muros de suporte que criam separações graves ao longo do território de estudo. Paralelamente, as extremidades do plano são hoje terrenos vazios e/ou abandonados que realçam a separação urbana entre o plano ortogonal da Portela e a sua envolvente.

## Estratégia

A estratégia para o novo centro da Portela de Sacavém parte das seguintes premissas:

1. Retomando a investigação relativamente aos primeiros planos para a Portela, tomou-se a decisão de libertar o centro, criando uma permeabilidade entre a cota mais alta e a mais baixa (poente-nascente) de forma a existir uma maior coerência entre extremidades do bairro.
2. O eixo Rua do Brasil – Rua Mouzinho de Albuquerque, que atravessa o centro no sentido Norte-Sul, é reforçado, marcando assim uma via estruturante na nova visão da Urbanização da Portela.
3. O reforço do eixo não significa uma cicatriz no território, serve antes de mote para reforçar a sua existência, permitindo a permeabilidade no sentido transversal.
4. O eixo central deverá abrigar uma série de serviços, nomeadamente os escritórios e a nova estação de metropolitano.
5. A existência de um novo meio de transporte (o metropolitano) põe os serviços existentes em cheque, havendo uma necessidade de repensar a sua dimensão, pertinência e localização

6. A galeria comercial, embasamento dos cinco blocos no lado oeste do terreno, é servida por um terreiro, palco para uma versatilidade de eventos organizados pela associação de moradores ou outros.
7. A metade leste do terreno é ocupado por um parque, um pulmão verde necessário a todo o bairro. Optou-se pela utilização de árvores de folha caduca que criariam uma grande zona de sombreamento no verão. Ao mesmo tempo a quase inexistência de desenho paisagístico possibilita a criação de diferentes momentos ao longo do parque adequados a versatilidade de eventos e actividades que se pretende vir a existir nessa área.
8. Os estacionamento dos cinco blocos a oeste e das cinco torres a leste é repensado de forma a servirem melhor a população. Paralelamente são criadas novas infra-estruturas para estacionamento. São elas: no piso superior da galeria comercial e no embasamento das cinco torres. Estas novas intervenções nada mais são do que o prolongamento dos estacionamento existentes. Com isto pretende-se o escoamento de trânsito mais saudável assim como o desaparecimento parcial de estacionamento indevido.

#### Galeria Comercial

A permanência de um equipamento comercial dentro da nova realidade da Portela só se justifica com a reavaliação da sua dimensão. Desta forma propõe-se uma nova galeria comercial de cariz mais intimista, algo que se afasta da imagem estabelecida pelo centro comercial existente e que se aproxima mais de uma *rua comercial coberta*. O equipamento comercial localiza-se à cota da praça mineral (49 metros), criando assim ligação direta com os acessos à nova estação de metro. A disposição dos diferentes módulos de loja são pontualmente interrompidos para criar espaços de estar protegidos. Estes espaços servem ainda de recepção às duas grandes rampas para pedestres que descem desde a Avenida dos Descobrimentos, na outra extremidade dos blocos horizontais. No piso superior existe um parque de estacionamento destinado aos utentes da galeria e uma rua coberta que estabelece ligação entre a Avenida da República e a Avenida dos Descobrimentos. Ao longo de todo o percurso existem elementos verticais de ligação com a cota inferior.

#### Urbanduto

O eixo central do terreno é fulcral no desenvolvimento de uma nova visão da Portela de Sacavém. A estrutura porticada possibilita a permeabilidade desejada entre a cota baixa e a cota alta. Mais do que um viaduto, a estrutura concentra uma série de serviços essenciais para o funcionamento do plano. Esta estrutura não só assinala um percurso, como cria um elemento marcante na nova realidade do bairro. A estrutura que foi apelidada de *urbanduto*, concentra dez módulos de escritórios, duas faixas de rodagem, duas passagens pedestres e a estação de metropolitano.

Os escritórios, em estrutura metálica (de forma a contrastar com o peso da estrutura de betão do viaduto) conferem leveza a parte mais visível do *urbanduto*. A estrutura metálica pretende-se, simultaneamente, reversível e ampliável. Os espaços de trabalho são servidos por cinco torres de elevadores e escadas que fazem a ligação com a cota do parque. Estas são desenvolvidas numa linguagem mais orgânica em relação ao *urbanduto*, sendo este o mecanismo escolhido para salientar a fisionomia do mesmo. Os espaços de trabalho são modulares, havendo a possibilidade de expansão da área de trabalho.

A geometria do plano do *urbanduto*, influenciada pela Galeria Comercial, possui quebras na sua ordem quando se aproxima da massa arbórea do parque. A curva das cinco torres de acessos remetem a um universo mais naturalista, diferente daquele que existe entre a Galeria e o *Urbanduto*. Ao mesmo tempo o grande tabuleiro da rua à cota 49, cria uma grande zona de sombreamento, assim como protecção da chuva, algo essencial quando confrontado com a dimensão do terreiro.

#### Envolvente

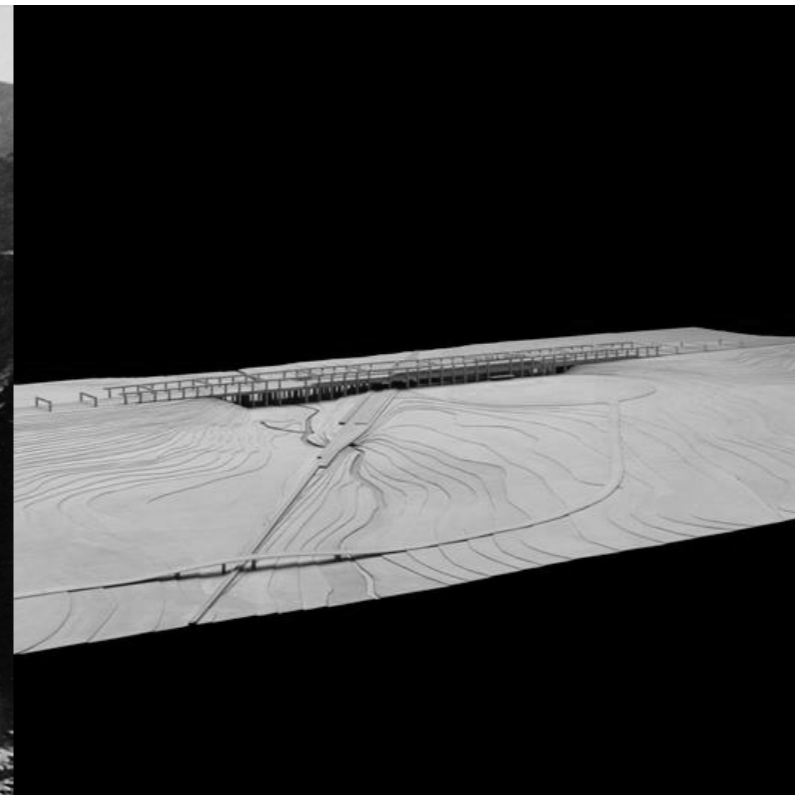
Os terrenos vagos em redor do território da Portela são ocupados com edificações que antigamente se localizavam no centro do plano. Com esta acção pretende-se que o plano da Portela se relacione de forma mais directa com as malhas urbanas em seu redor, existindo uma maior coerência no todo.



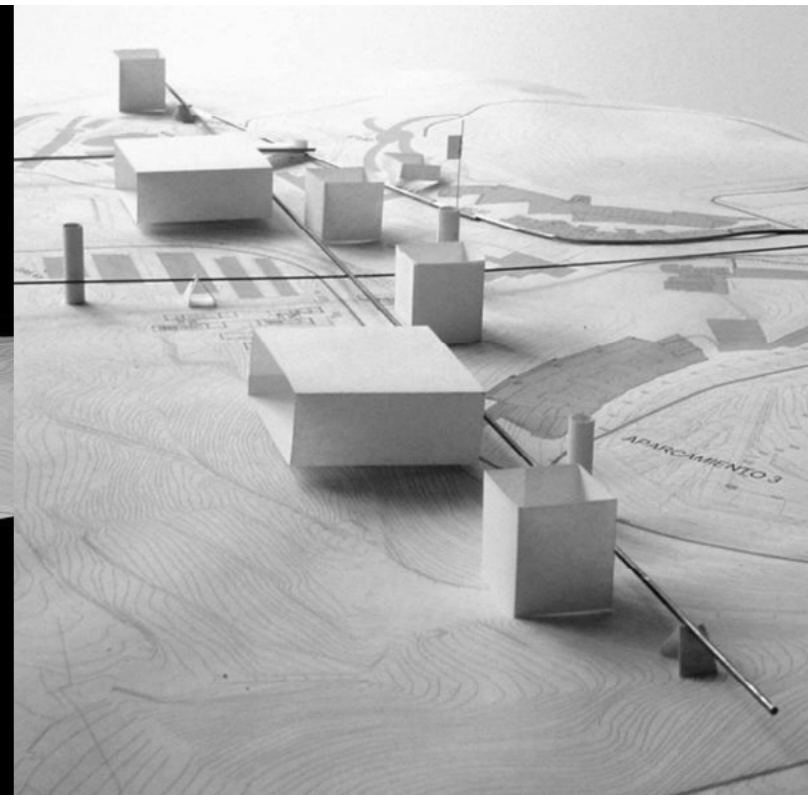
DOGMA and OFFICE Kgdvs, City Walks, North Korea, 2005  
Fonte: Disponível em: <<http://www.dogma.name/slideshow.html>>



Superstudio - 1969 - The Continuous Monument  
Fonte: Disponível em: <<http://s3.amazonaws.com/asmedia/57d1215edd94b1d11d664c3a450e8284/xaFb3W3d1U.jpg>>



Estação Intermodal de Évora - Souto Moura, 2007  
Fonte: Disponível em: <<http://europaconcorsi.com/projects/221328-Eduardo-Souto-De-Moura-Adriano-Pimenta-Arquitetos-New-InterModal-Station-vora/images/3646890>>



Paulo Mendes da Rocha - Universidade de Vigo, 2005  
Fonte: Disponível em: <<http://www.mmbb.com.br/projects/fullscreen/60/22/1208>>



Fonte: Fotografias Nossas Outubro 2013



Fonte: Fotografias Nossas Outubro 2013



Fonte: Fotografias Nossas Outubro 2013



Fonte: Fotografias Nossas Outubro 2013



Fonte: Fotografia Sílvia Matias 20/072014





Fonte: Bing Maps Setembro 2013 fornecida por: João Varela

Manipulação Nossa



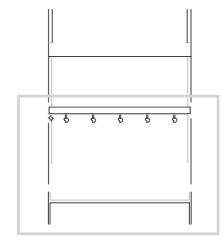
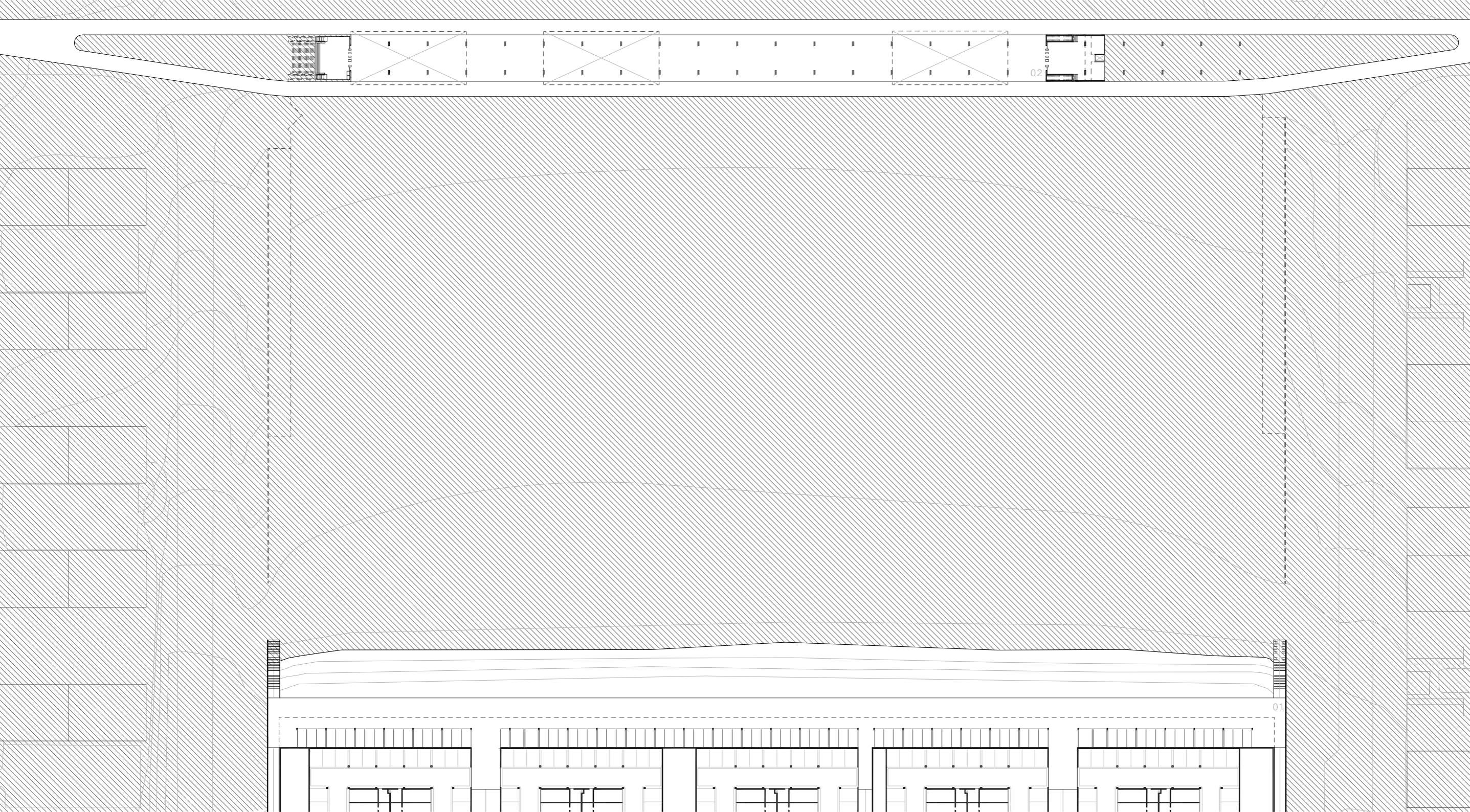
**Estratégia Geral:**

- 01. Galeria Comercial
- 02. Urbanduto
- 03. Estacionamento

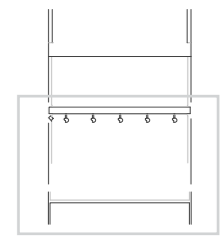
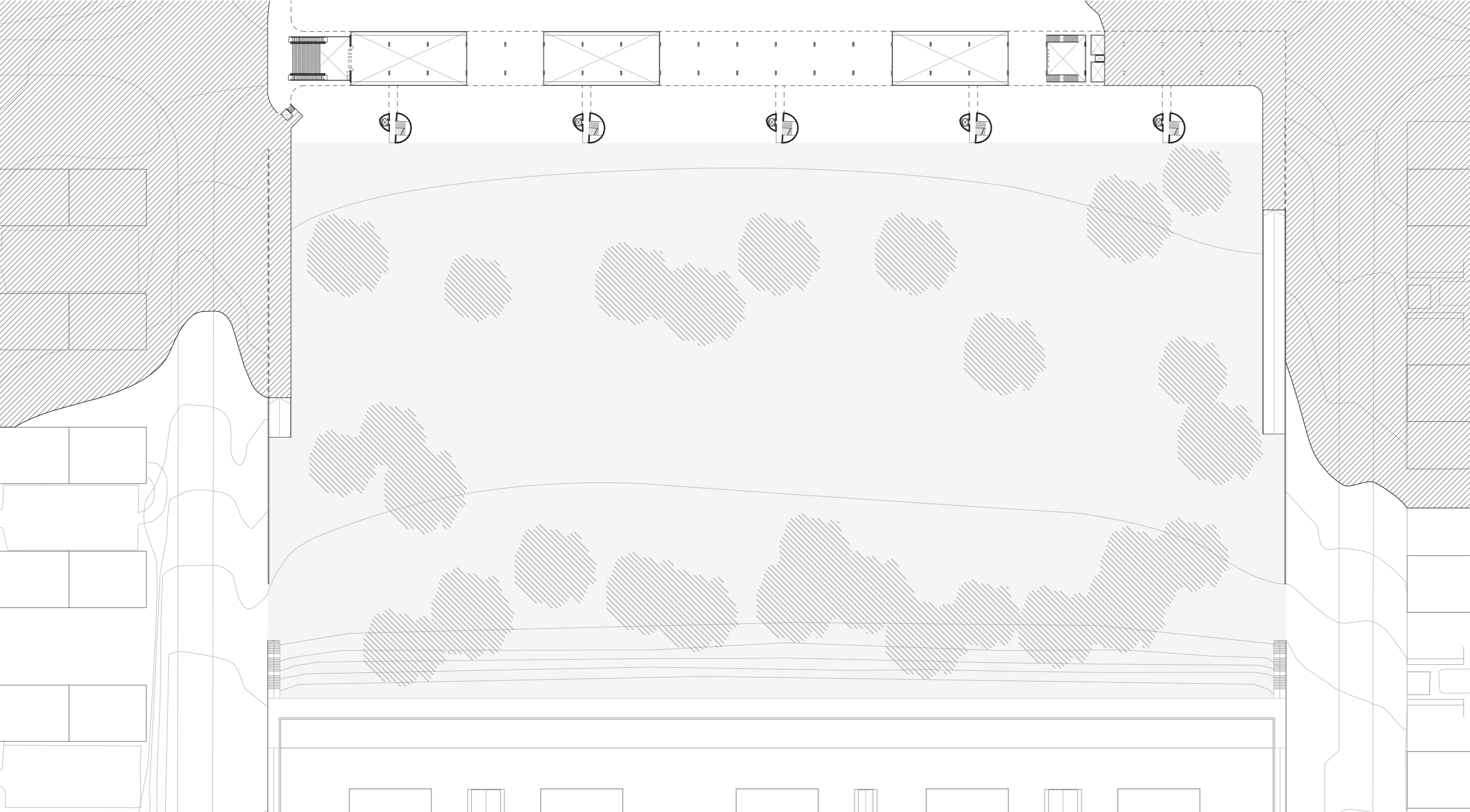
**Propostas Individuais:**

- 04. Centro Multifuncional. Anderson Colombo
- 05. Centro Escolar. Ivo Gomes
- 06. Piscinas Municipais. Patricia Almeida
- 07. Igreja e centro Paroquial. Rui Fernandes
- 08. Habitação Coletiva. Telma Ribeiro

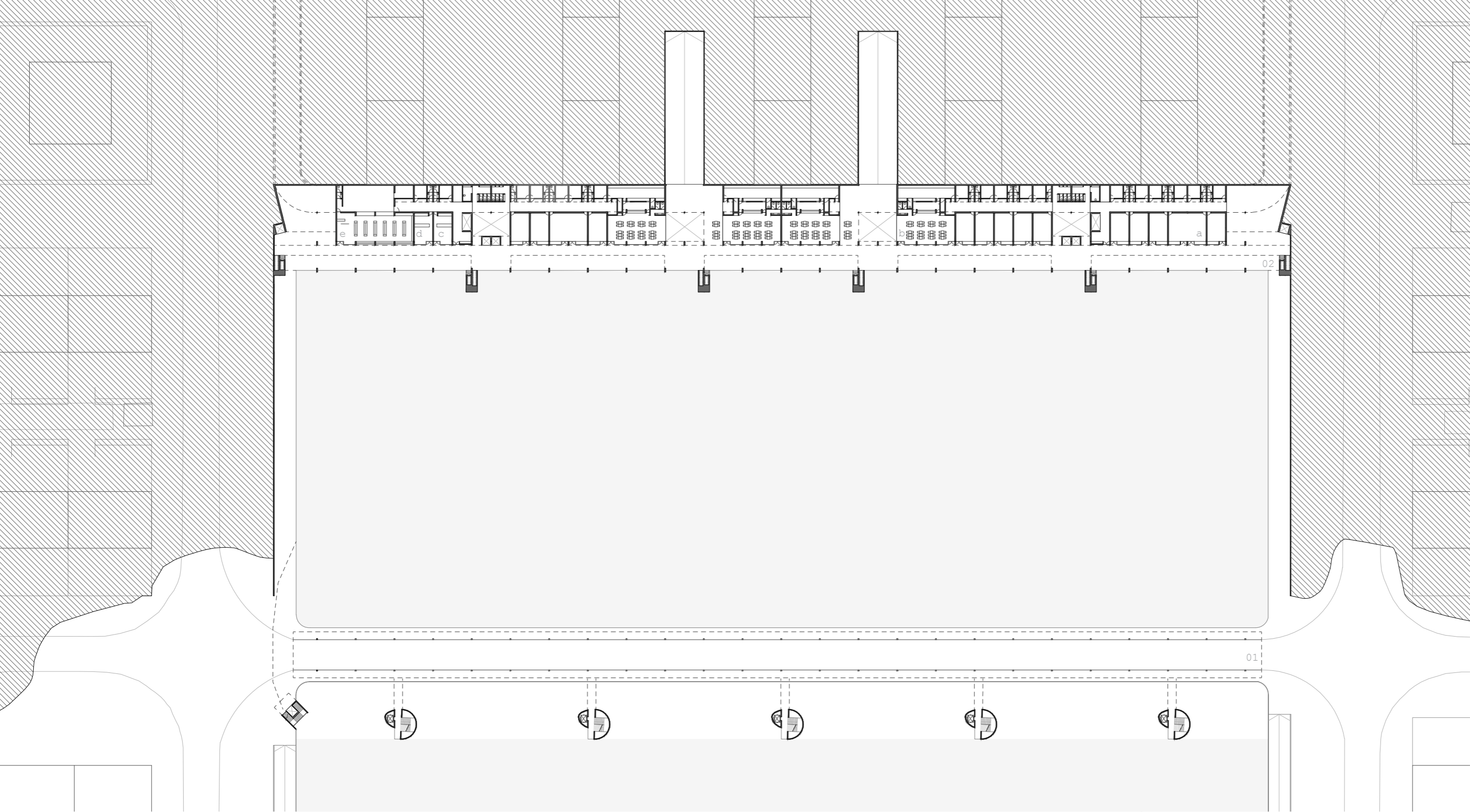




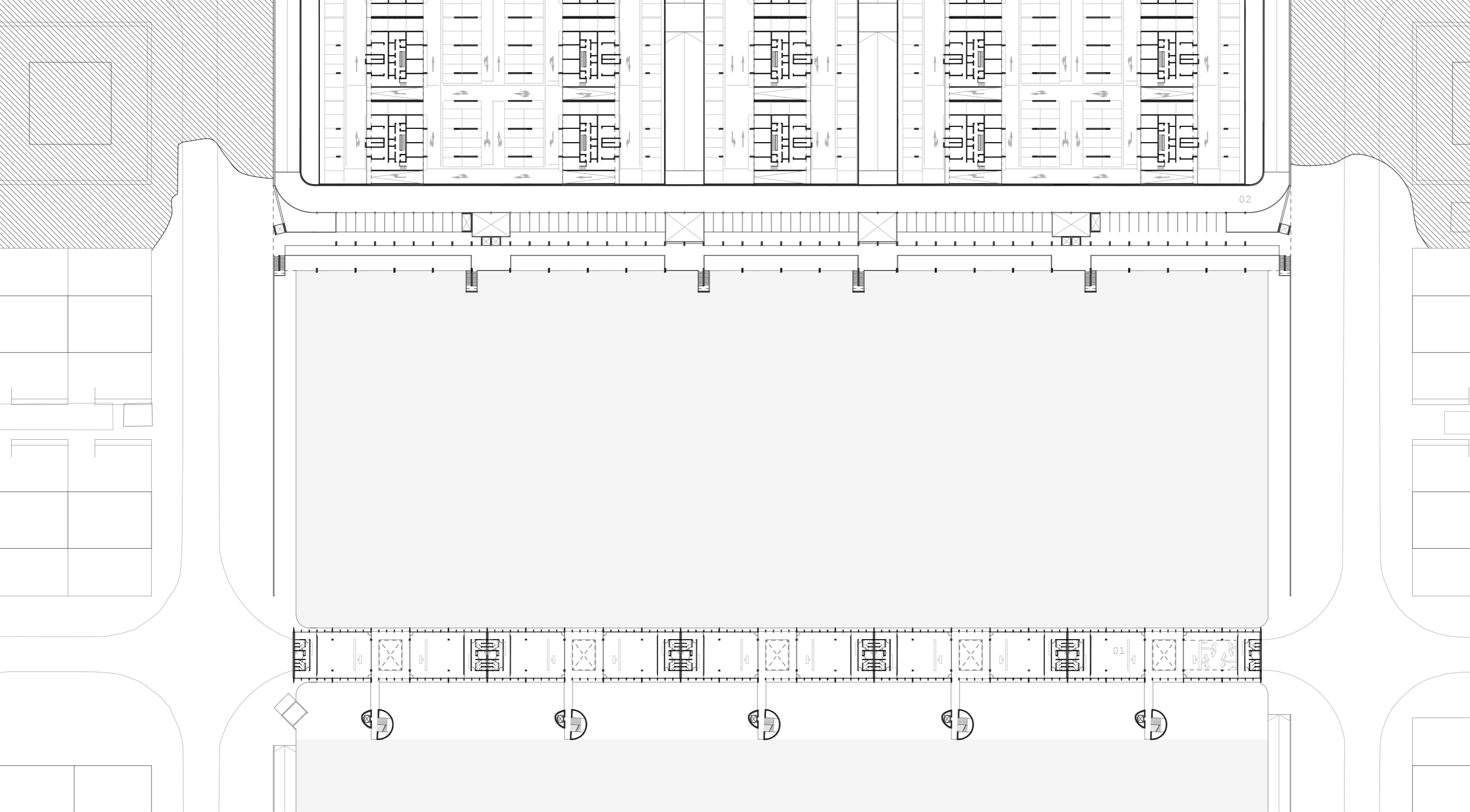
Planta Cota 41 Escala 1:1000  
01. Estacionamento 02. Estação de Metro



① Planta Cota 45 Escala 1:1000



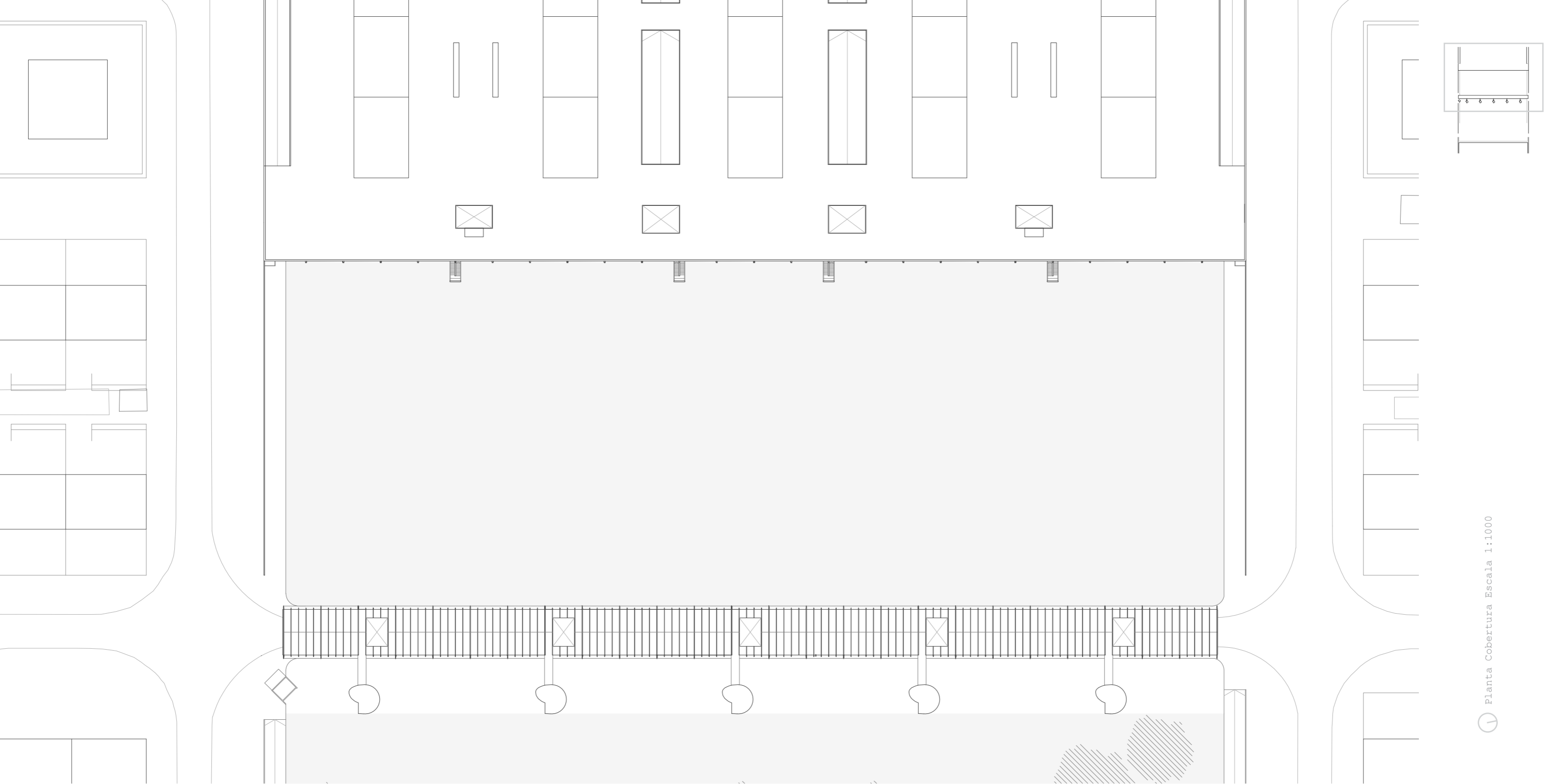
Planta Cota 49 Escala 1:1000  
01.Viaduto 02.Galeria Comercial a.Loja b.Restaurante c.Talho d.Peixaria e.Mercearia



Planta Cota 54 Escala 1:1000

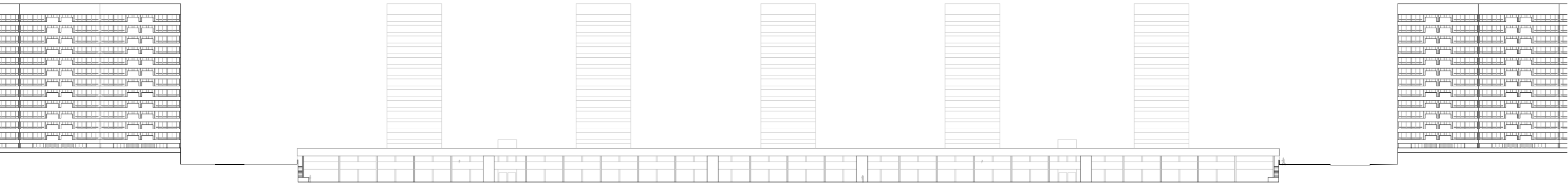
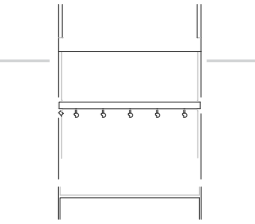
01.Escritórios 02.Galeria Comercial Estacionamento



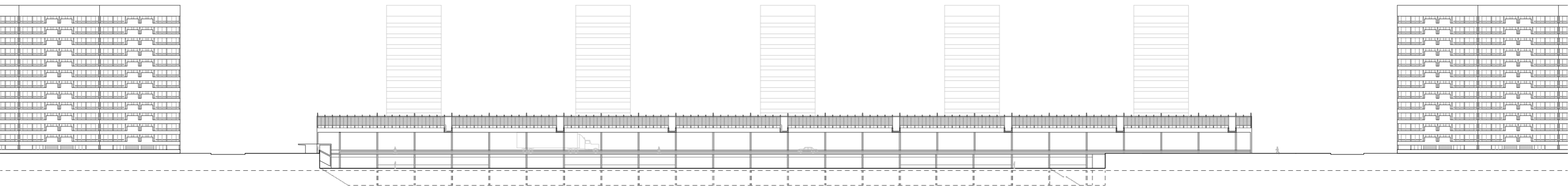
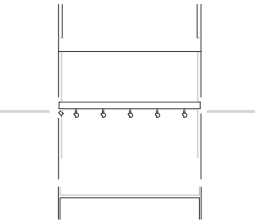


① Planta Cobertura Escala 1:1000

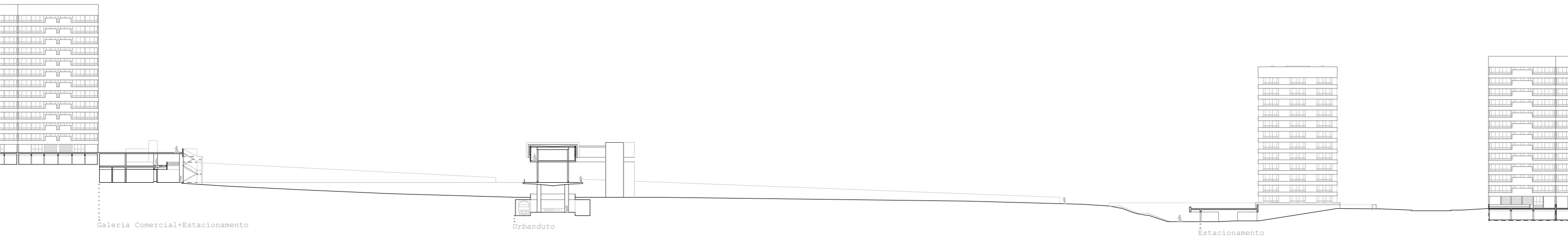
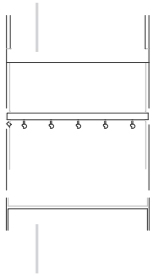




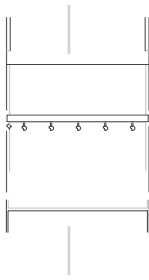
Alçado Galeria Comercial Escala 1:1000



Alçado Viaduto + Escritórios Escala 1:1000



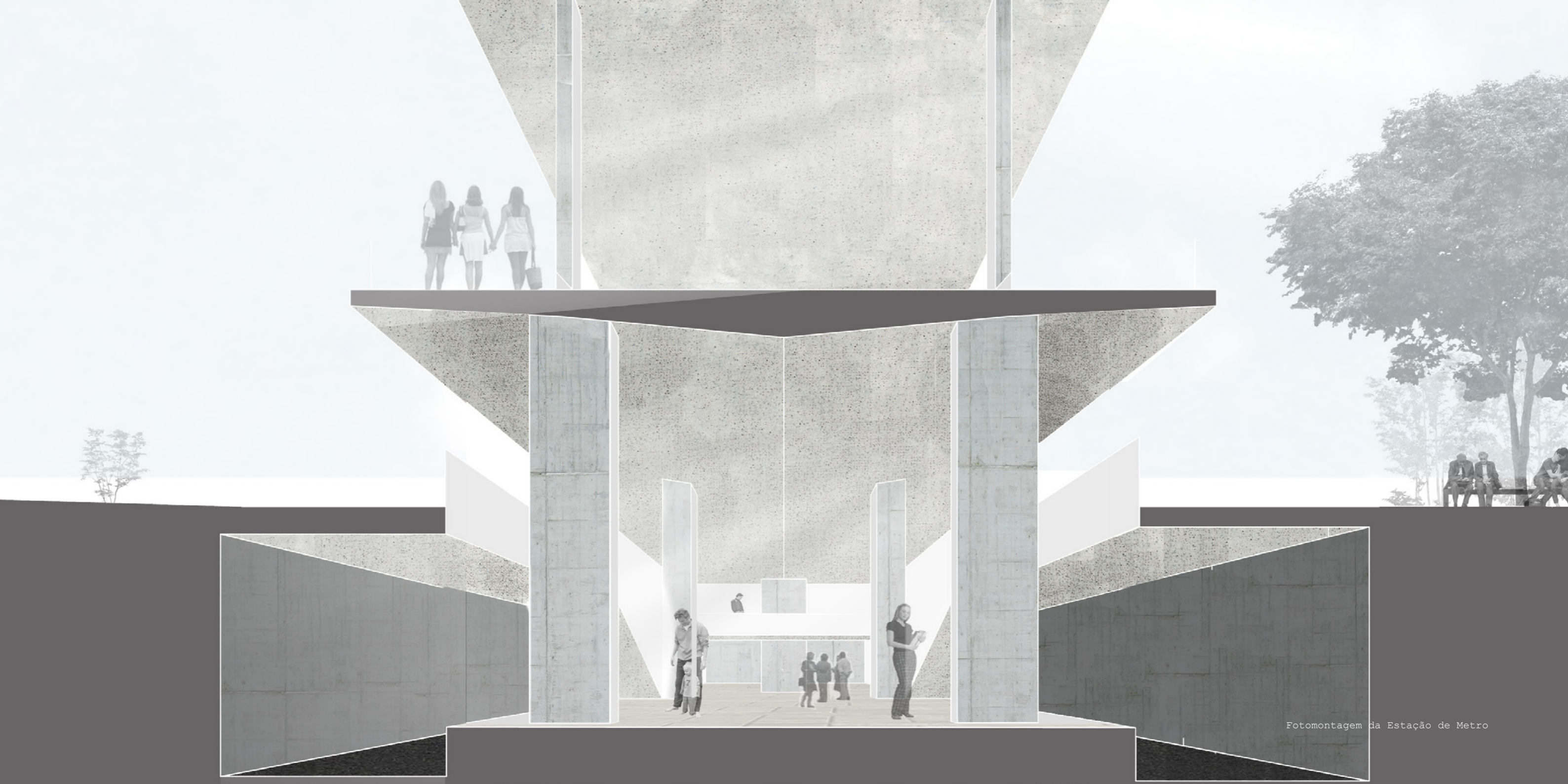
Corte Transversal Escala 1:1000



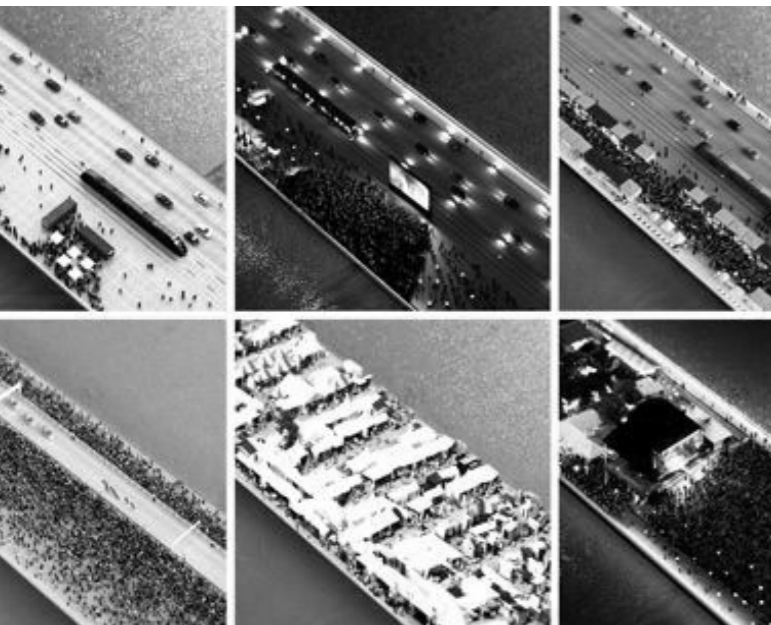
Corte Transversal Escala 1:1000

Fotomontagem da Galeria Comercial





Fotomontagem da Estação de Metro



OMA Pont Jean-Jacques Bossc 2012

Disponível em: < [http://static.dezeen.com/uploads/2013/06/dezeen\\_OMA-bridge-with-pedestrian-boulevard-in-final-round-of-Bordeaux-competition\\_5.jpg](http://static.dezeen.com/uploads/2013/06/dezeen_OMA-bridge-with-pedestrian-boulevard-in-final-round-of-Bordeaux-competition_5.jpg)>



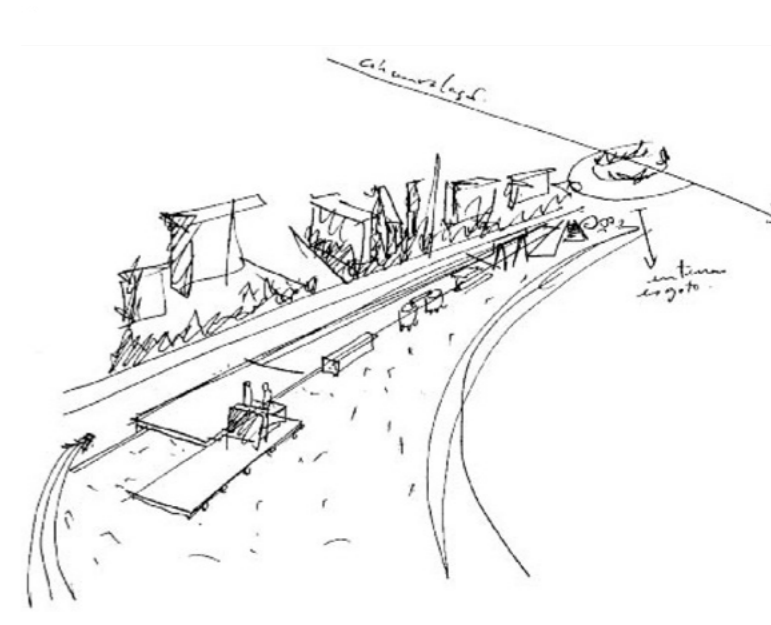
OMA Pont Jean-Jacques Bossc 2012

Disponível em: < <http://www.phaidon.com/resource/aerial-inset.jpg>>



Marginal de Matosinhos Eduardo Souto Moura 2002

Disponível em: < <http://www.publicspace.org/en/works/d099-reconvers-o-da-faixa-marginal-de-matosinhos-sul>>



Marginal de Matosinhos Eduardo Souto Moura 2002

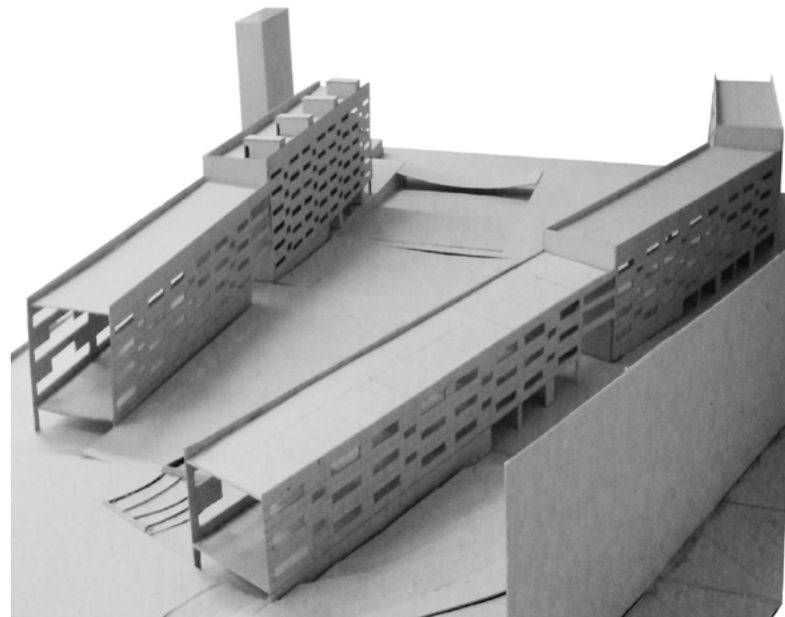
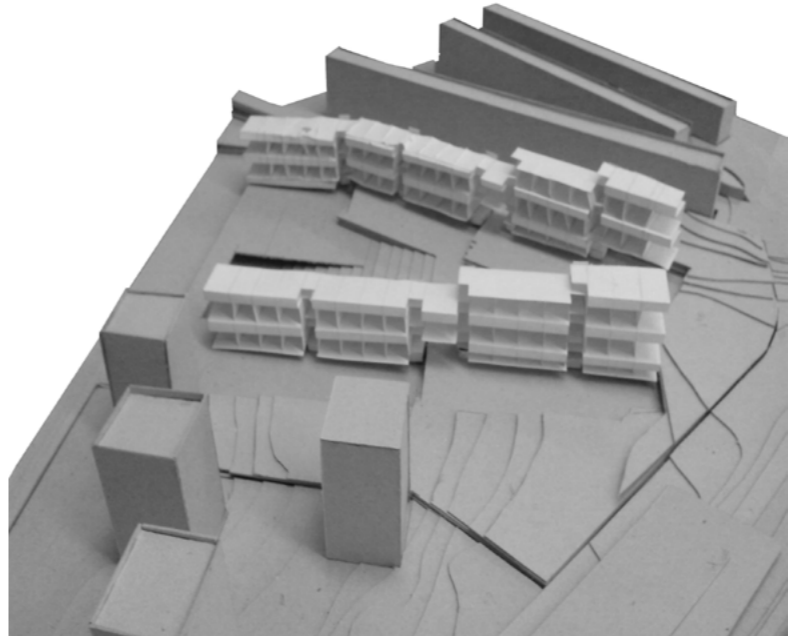
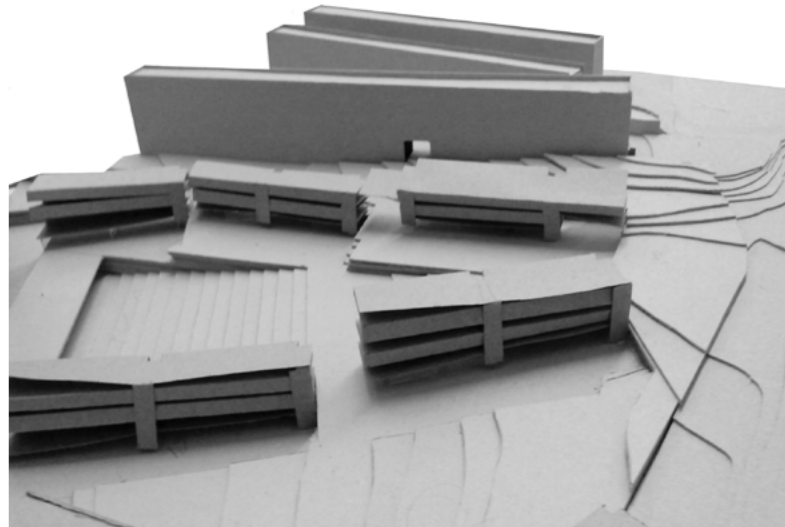
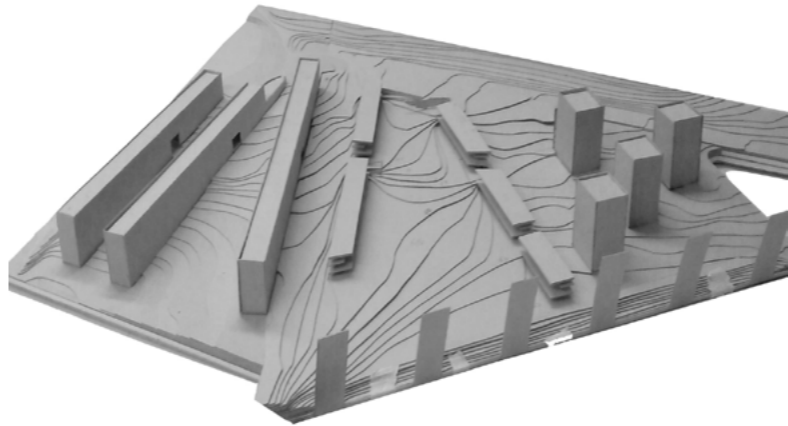
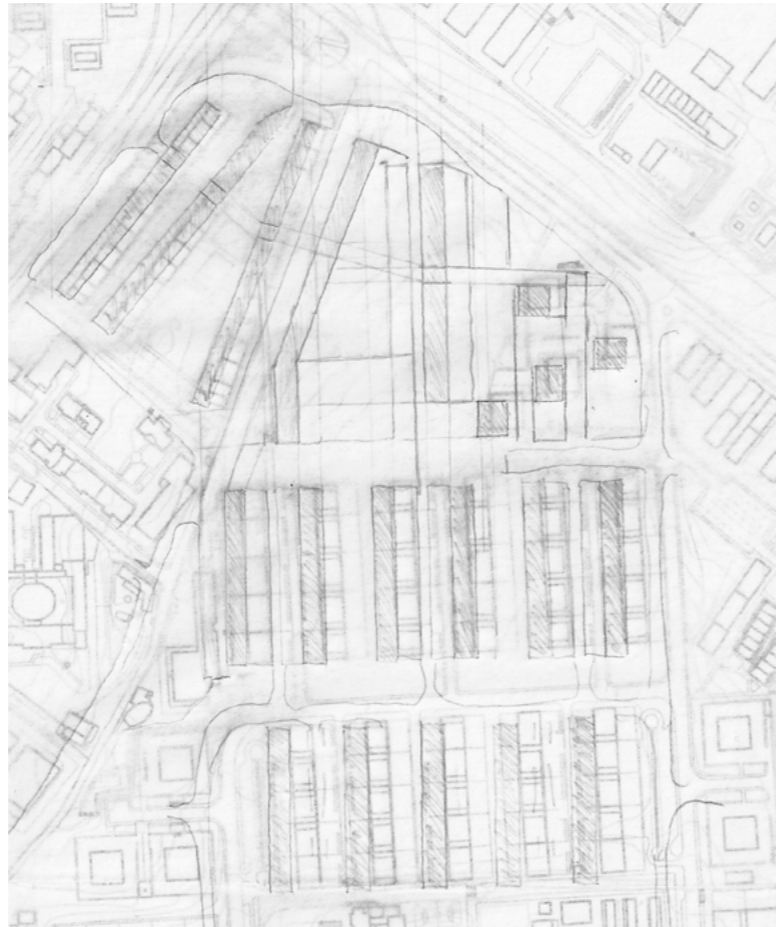
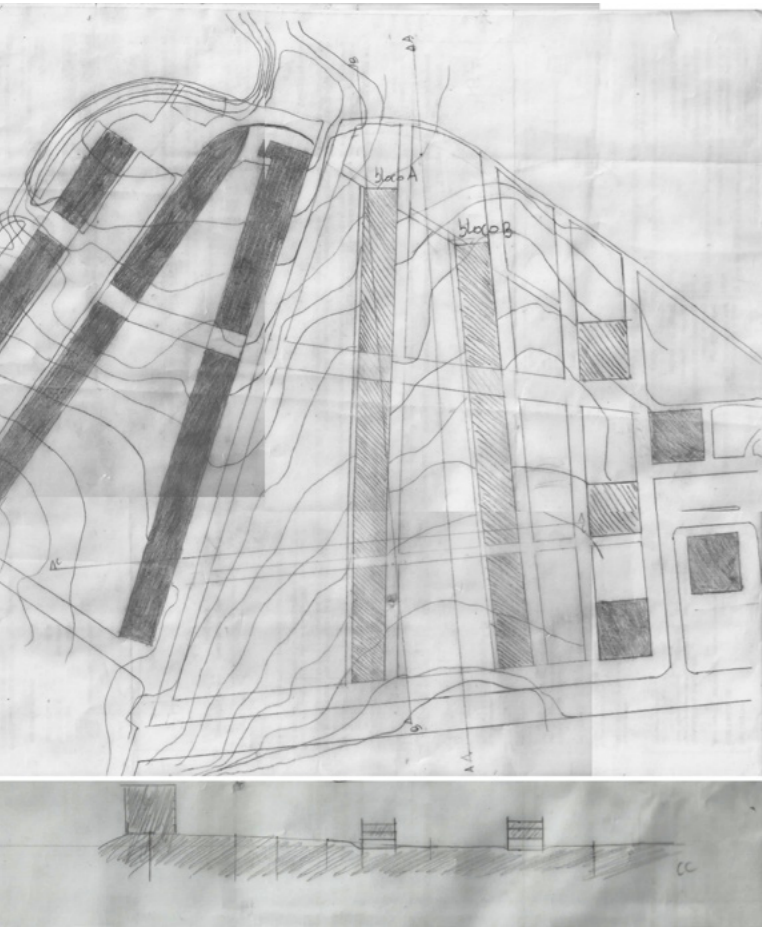
Disponível em: < [http://retedigital.com/wp-content/themes/rete/pdfs/portus/Portus\\_20/Matosinhos\\_Portugal\\_uma\\_cidade\\_um\\_porto\\_duas\\_marginais.pdf](http://retedigital.com/wp-content/themes/rete/pdfs/portus/Portus_20/Matosinhos_Portugal_uma_cidade_um_porto_duas_marginais.pdf)>

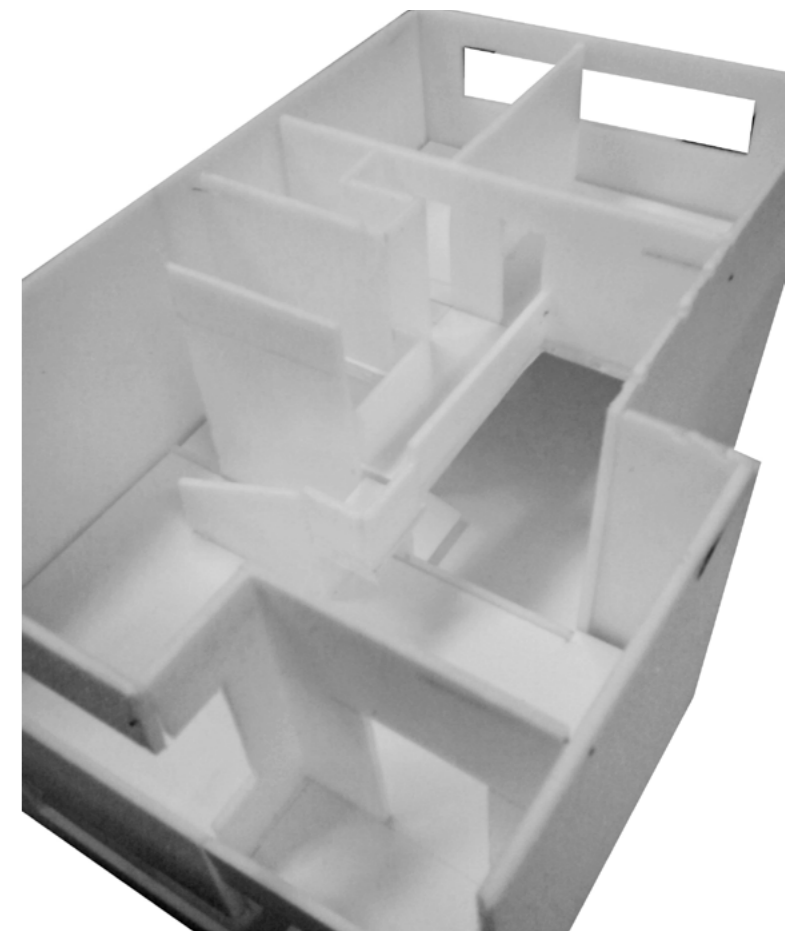
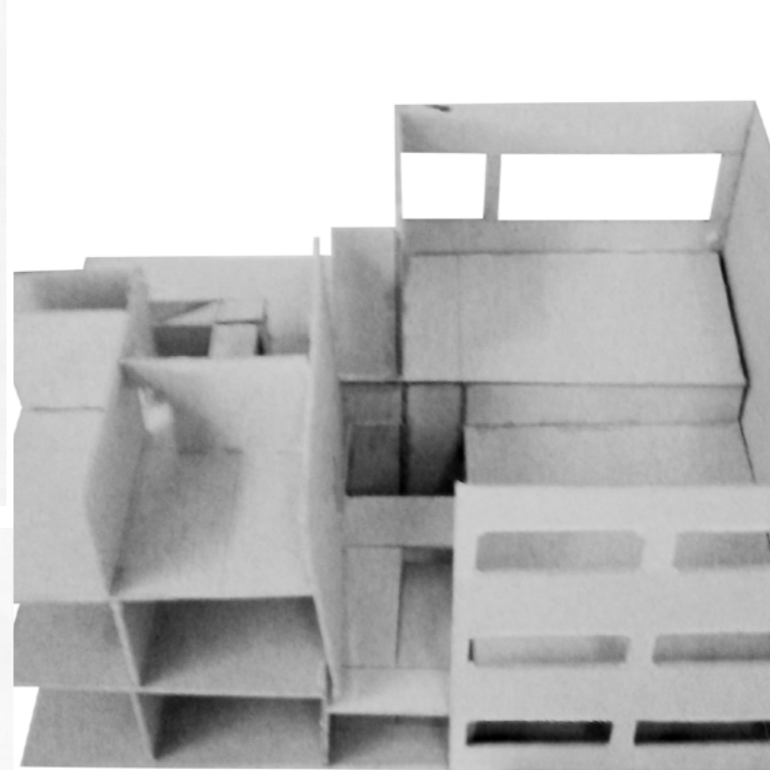
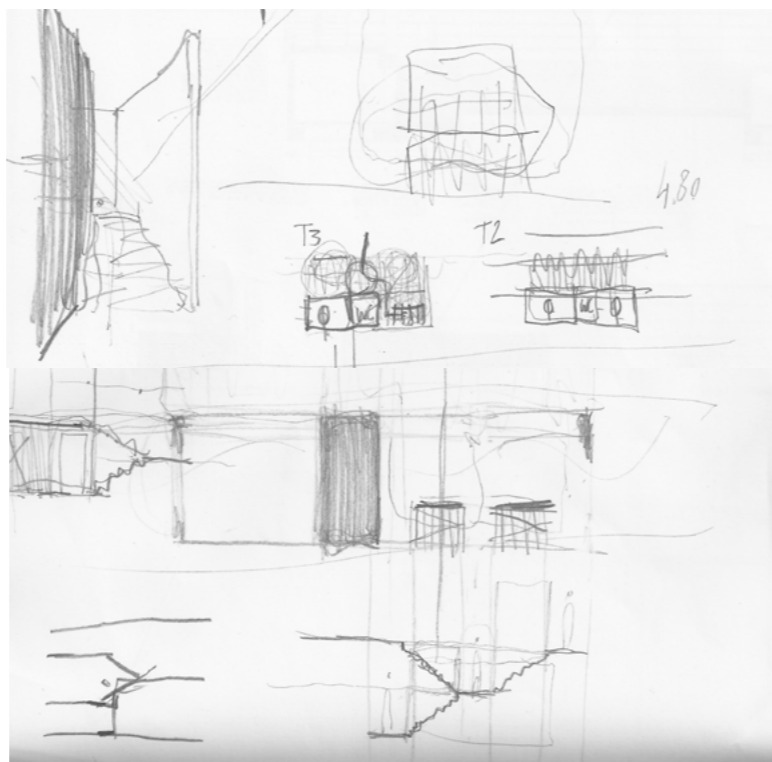
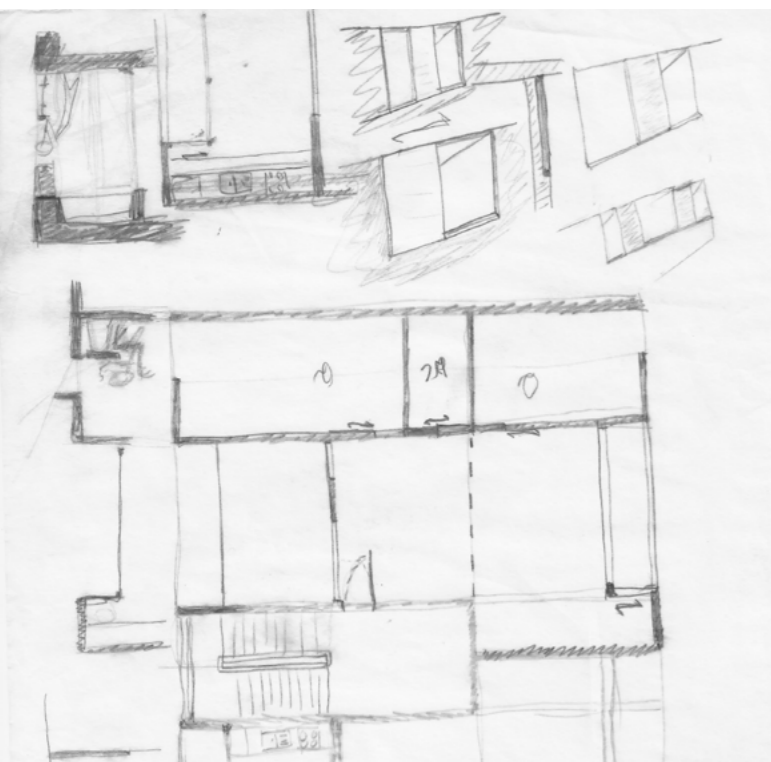
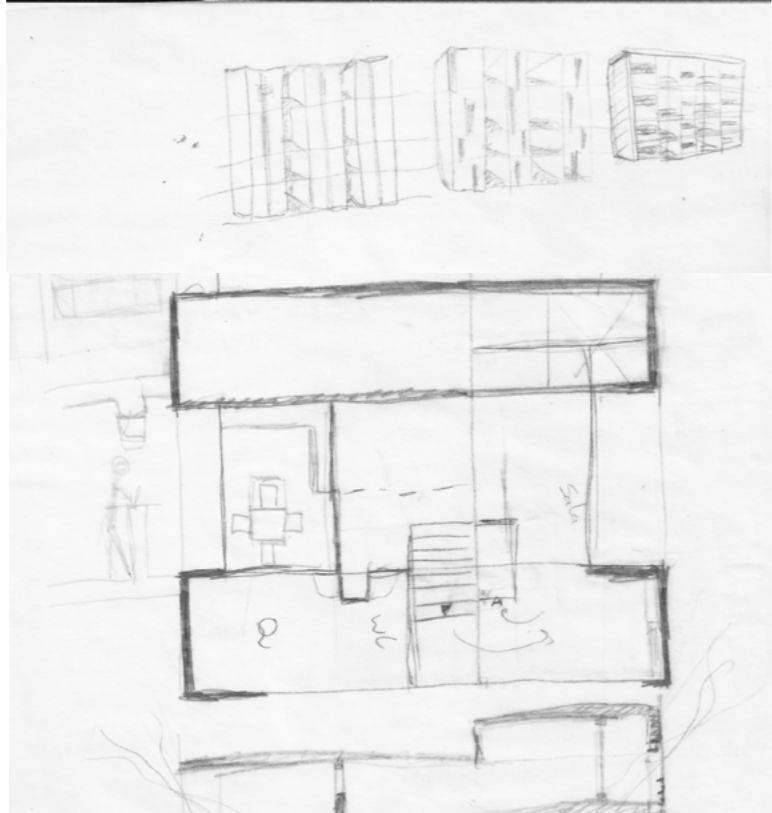
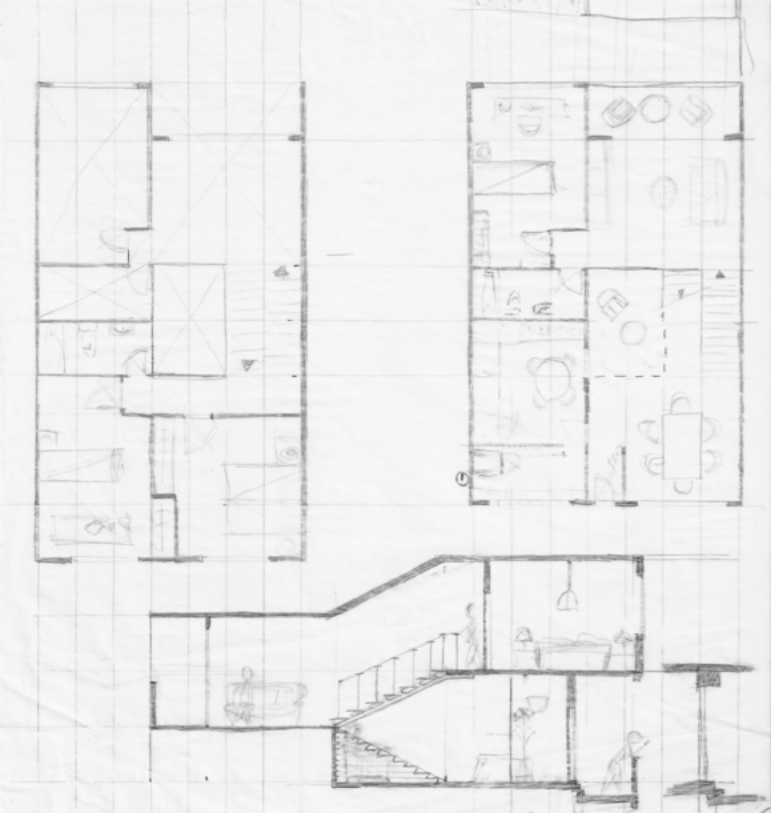






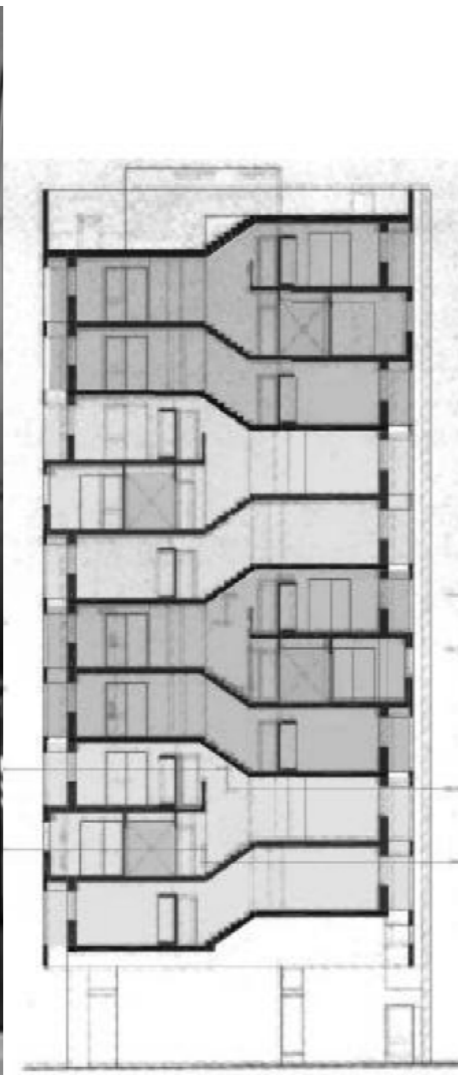
Local de intervenção Individual  
Fotografia Nossa, 2013



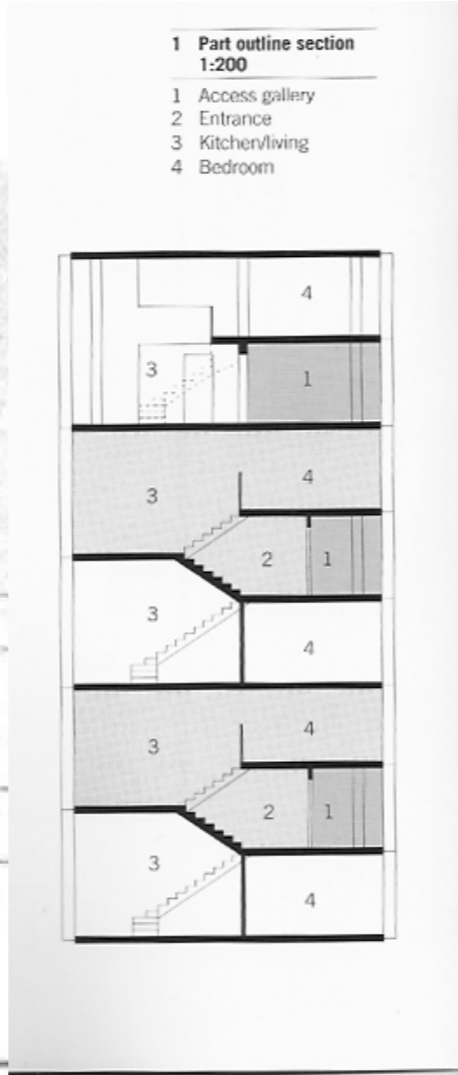




Jean Nouver - Nemausus, Nîmes, França, 1987.  
Retirado do filme: COPANS, Richard; NEUMAN, Stan - Nemausus 1, 2001



Fernão Lopes Simões de Carvalho - Bairro Prenda, Luanda, Angola, 1960.  
Retirado da tese de mestrado: VENÂNCIO, Joana - O Bairro Prenda em Luanda: entre o formal e o informal. FAUP, 2013

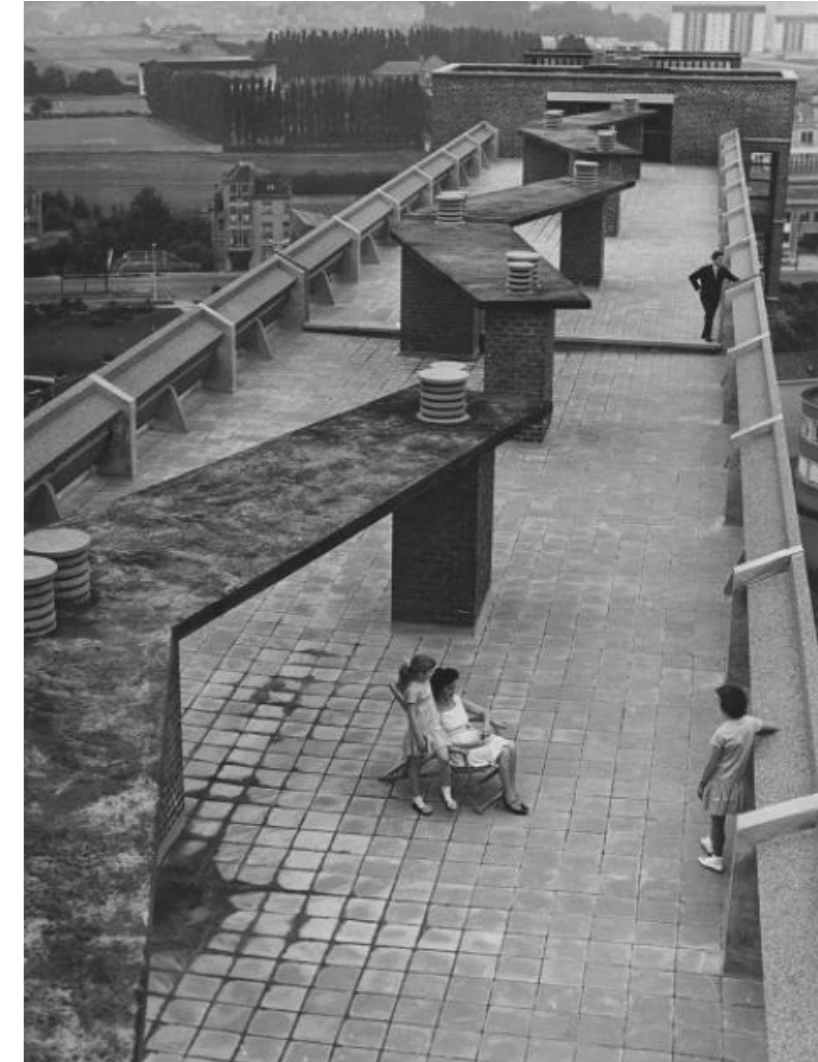


Moisei Ginzburg e Ignati Milinis - Narkomfin, Moscovo, Russia, 1930  
Retirado da monografia: FRENCH, Hilary - **Key Urban Housing of the Twentieth Century: Plans, Sections and Elevations.** Laurence King, 2008, p. 52.



Pool Architecten - Culemborg, Holanda, 2008.

Retirado da monografia: PER, Aurora Fernández; MOZAS, Javier; ARPA, Javier - **HOCO: Density Housing Construction e Costs.** Vitoria-Gasteiz: a+t ediciones, 2009.



Willy Van Der Meeren, Ieder zijn huis, Evere, Bélgica 1961.

Disponível em: < [http://www.braem2010.be/event/1000\\_kamers\\_met\\_uitzicht](http://www.braem2010.be/event/1000_kamers_met_uitzicht) >

## A situação

O terreno de intervenção encontra-se no extremo oeste do limite da Urbanização da Portela. Fronteiriço à Avenida do Ralis e à operação PER Bensaúde. O terreno possui uma inclinação significativa em direção ao centro da Portela. A área de intervenção é ainda ladeada a sul por quatro torres de habitação social com uma volumetria idêntica a das do plano de Fernando Silva. Em termos sociais, o local é particularmente sensível, sendo residência para as camadas sociais mais baixas de toda a freguesia. Ao mesmo tempo é importante referir que o local de intervenção foi anteriormente um enorme bairro de barracas, hoje desaparecidas.

## Estratégia

A intervenção procura encontrar uma linguagem comum entre a operação PER Bensaúde e a Urbanização da Portela. A zona de intervenção é um vazio entre duas morfologias urbanas que não possuem ligação entre si. Desta forma, uma estratégia que interligue as duas áreas beneficiaria a condição urbana do bairro, da mesma forma que eliminaria fronteiras sociais que neste momento são fraturantes dentro da panorâmica atual. O PER Bensaúde possui uma composição distinta da Portela de Sacavém, três volumes horizontais, dois deles paralelos a Avenida Dr. Alfredo Bensaúde e outro paralelo a Travessa da Bica. O confronto entre a trama urbana estabelecida pelo PER e a Portela é o traço inicial da estratégia para os dois blocos de habitação propostos. Desta forma o plano desenvolve-se segundo os seguintes pontos:

1 – Os dois blocos de habitação propostos, assim como o espaço público adjacente, procuram respeitar os pressupostos iniciais do plano de Fernando Silva para a Urbanização da Portela de Sacavém.

2 – Os blocos estão assentes sobre pilotis de forma a permitirem uma permeabilização entre os diferentes espaços. Desta forma existe uma maior unidade entre os espaços públicos da Portela e do PER Bensaúde.



3 – É essencial a interligação entre o plano habitacional proposto e o plano de grupo para o centro da Portela de Sacavém. Desta forma o piso térreo não possui qualquer tipo de comércio ou infra-estrutura de uso público, forçando os seus habitantes a usarem os serviços proposto para o centro. Esta medida anulará o sentido de isolamento muitas vezes sentido pelos habitantes do PER Bensaúde.

4 – Como no plano de Fernando Silva existe uma hierarquização nas vias, havendo uma clara separação entre pedestres e automóveis. No espaço público existem pontes para pedestres que facilitam a comunicação no sentido norte-sul sem interferir com as restantes áreas públicas.

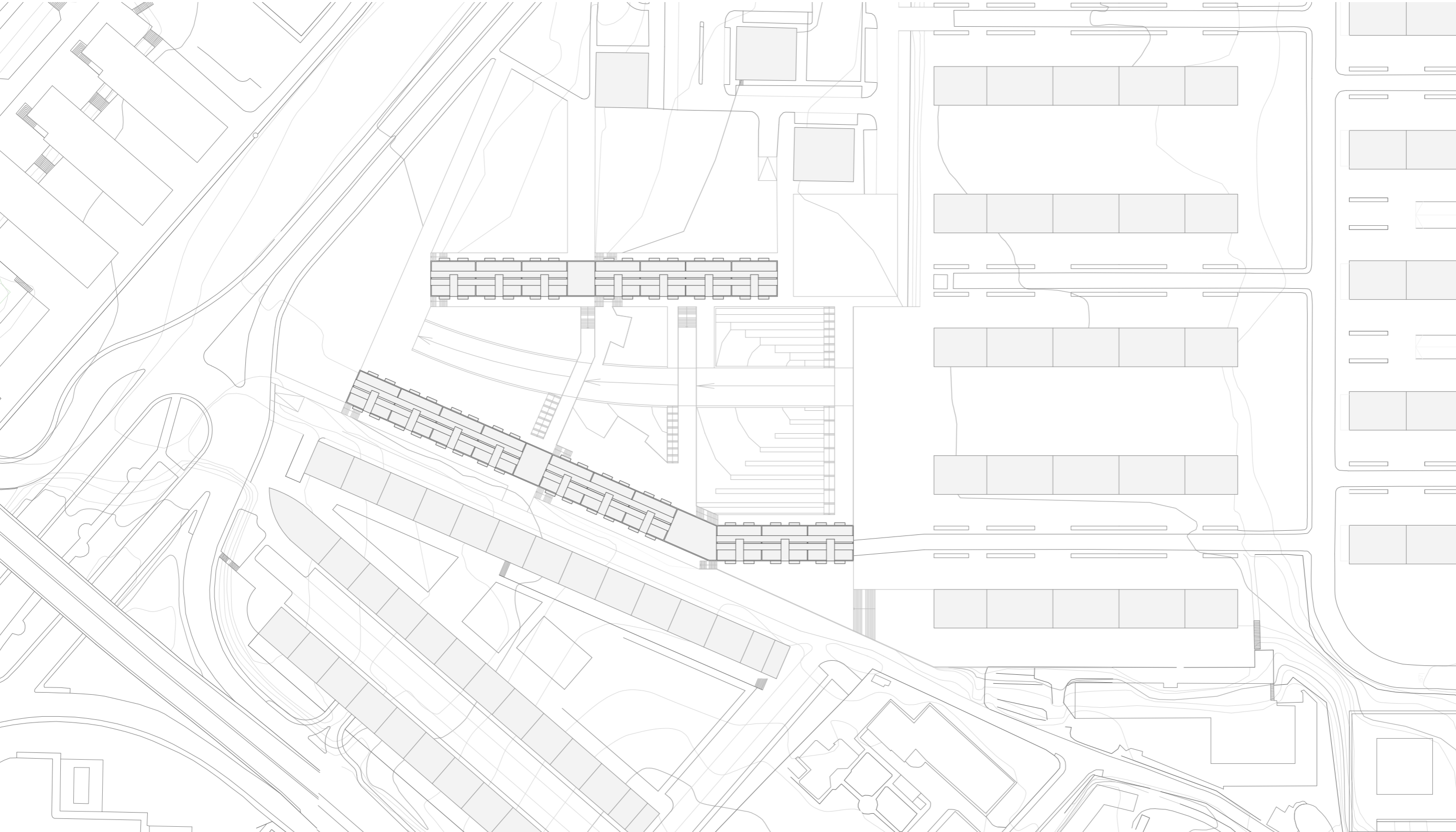
5 – As volumetrias são pensadas de forma a ligar duas malhas urbanas distintas (Portela e PER). Desta forma existe uma inflexão no volume sul que fecha o plano proposto, protegendo o espaço público do ruído produzido pela Avenida do Ralis.

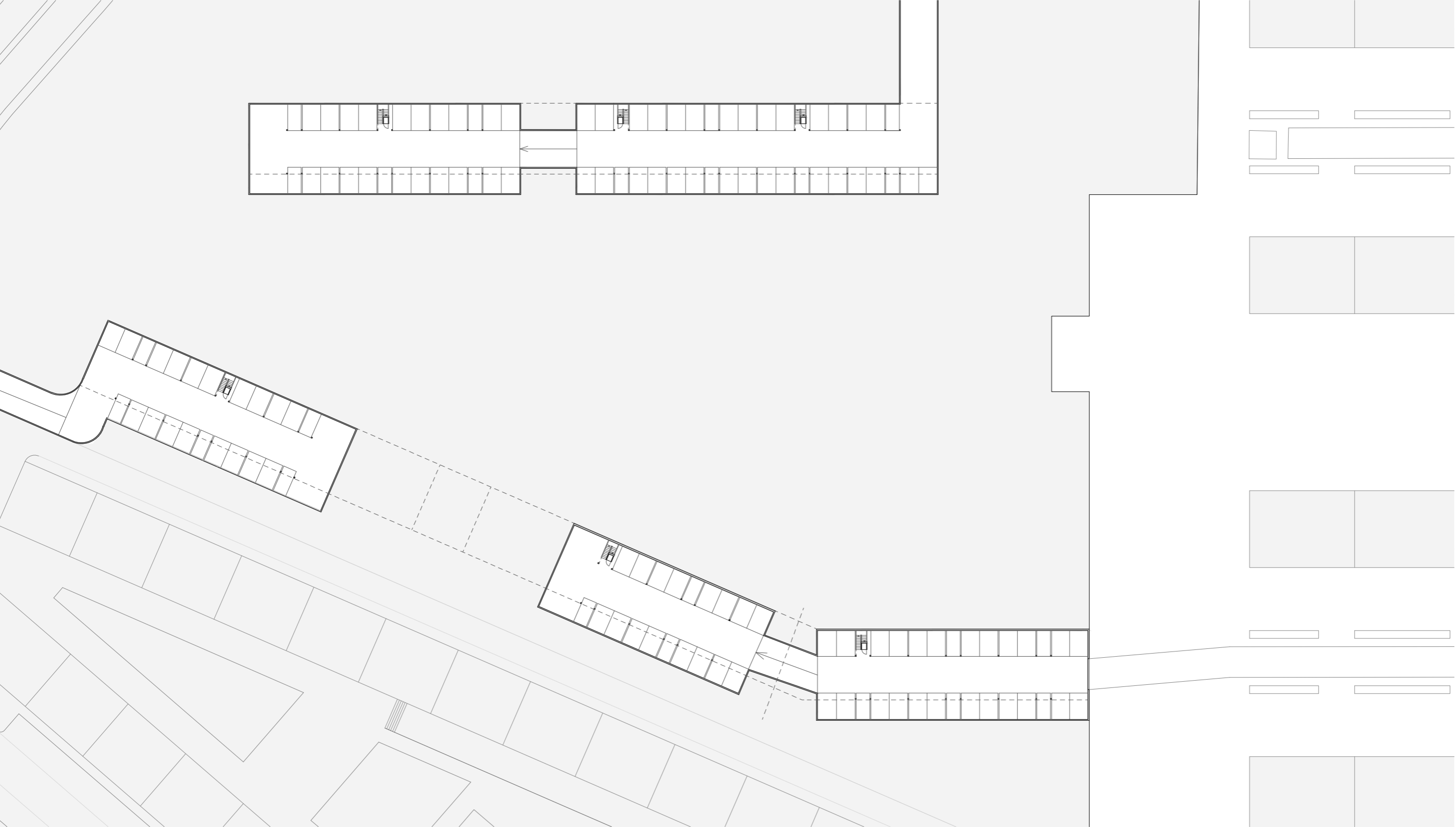
#### Espaço Público

O terreno possui uma inclinação acentuada, alternando entre a cota 60 a leste e a cota 69 a oeste, paralelo a Avenida do Ralis. Por isso foi importante pensar numa implantação menos densa, estando o edifício implantado entre três diferentes cotas de forma a respeitar a topografia natural do terreno. Ao mesmo tempo é criado uma via central, sobre a linha de água existente no terreno que interliga a cota mais alta com a mais baixa. Este percurso rápido é o elemento central que liga todos os outros elementos que compõem o espaço público. Na cota baixa são propostas barreiras em betão poroso que compõem um espaço de estar em jeito de auditório. Existem percursos secundários paralelos aos edifícios, tanto nas fachadas nascente e poente que alternam entre escadas e rampas. Estes percursos são feitos em calçada de forma a haver uma maior unidade com a materialidade usada nas restantes zonas pedestres do bairro. Entre a via central e os percursos secundários existem zonas arborizadas com plátanos. A escolha desta árvore prende-se com a necessidade de criar zonas de sombreamento no Verão e insolação no Inverno.

#### Célula Habitacional

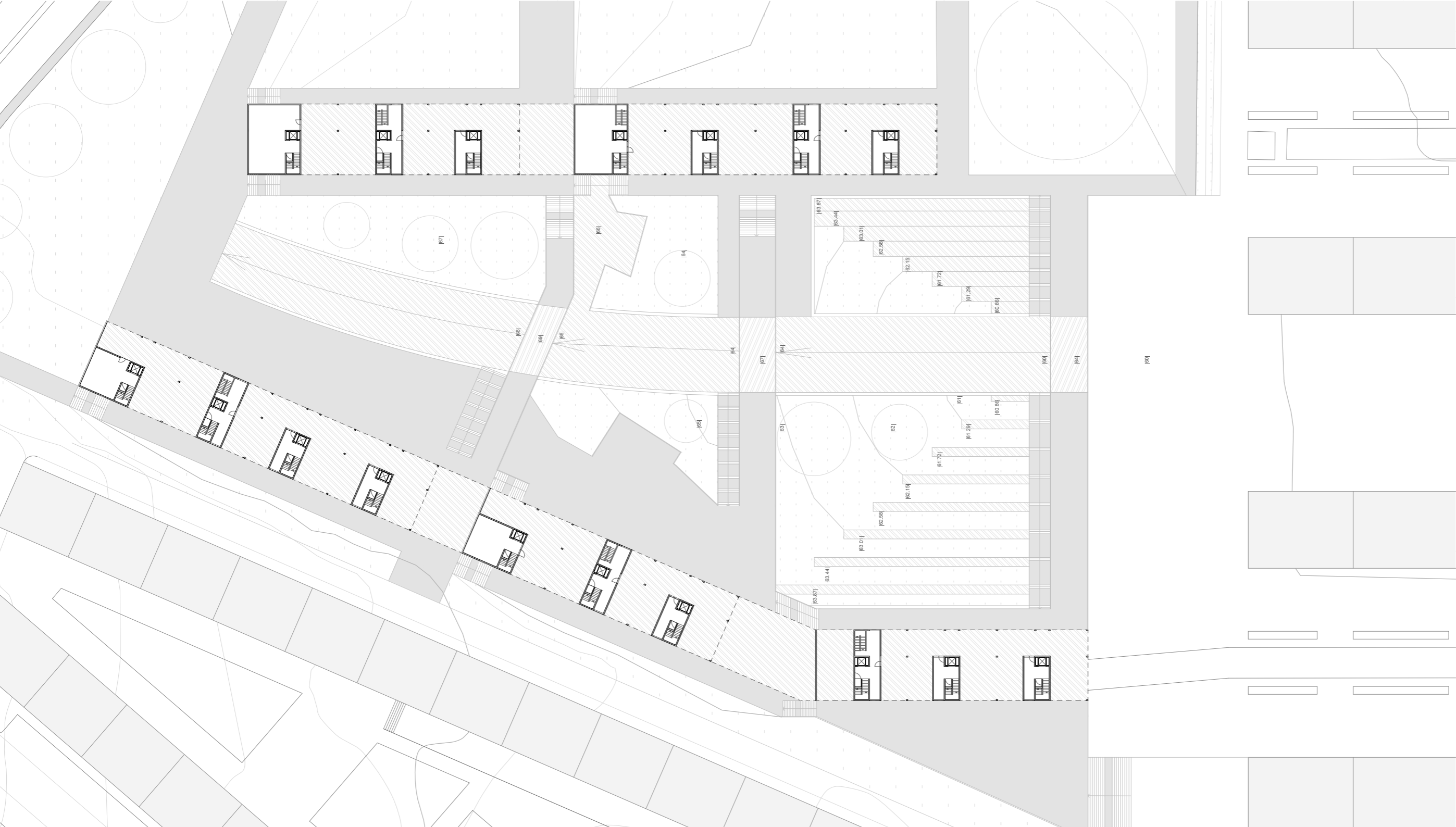
Os blocos de habitação encontram-se distribuídos por quatro níveis. São servidos por um corpo central com escadas e elevador, dispondo-se no sentido esquerdo/ direito. No primeiro nível encontram-se apartamentos T2. A organização interna dos apartamentos é comum a todas as tipologias, dando-se primazia aos espaços comuns e detrimento dos espaços mais privados (quartos de dormir). A sala comum, tanto na tipologia T2 como na T3, é ainda o espaço de circulação entre as diferentes áreas, sendo esta área a mais crucial para toda a fisionomia dos apartamentos. As cozinhas são abertas face ao espaço comum, sendo composto por uma bancada em L. Os vãos de todos os apartamentos encontram-se em ligação direta com uma varanda, a forma encontrada de expandir o espaço interior para o exterior. A tipologia T3 encontra-se disposta entre três níveis distintos, assim como o espaço comum. Esta divisão por três níveis do espaço comum cria um gradiente em termos de intimidade familiar que de certa forma multiplica simbolicamente a área das zonas comuns.





Planta de Estacionamiento Escala 1:750





Planta do Piso Térreo Escala 1:750

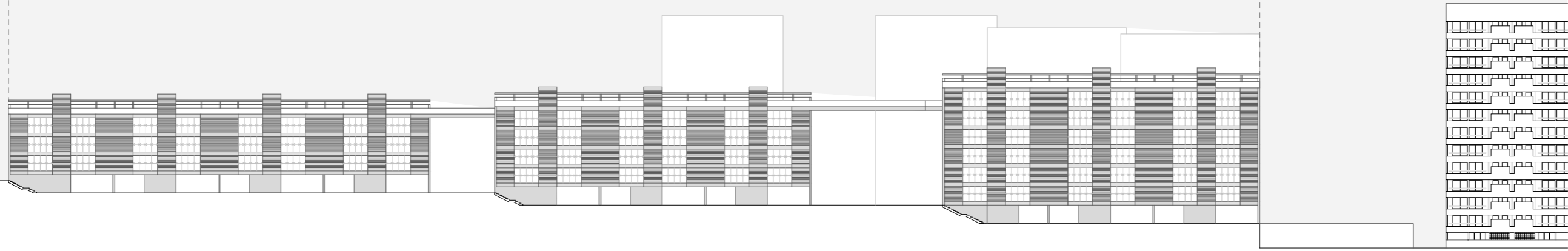
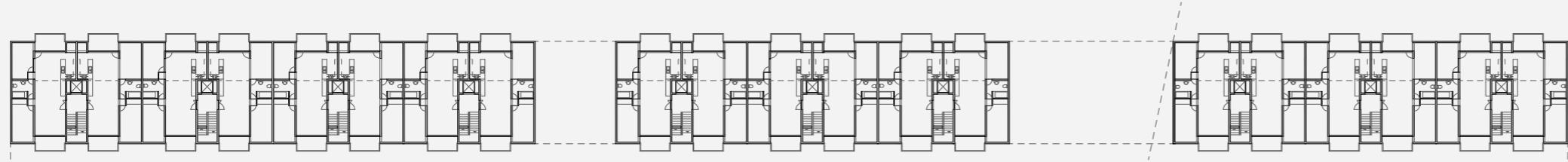
-  Calçada à Portuguesa
-  Espaço verde
-  Betão poroso
-  Madeira
-  Plátano



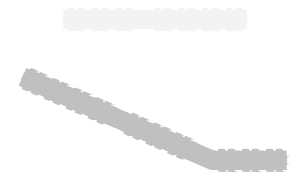


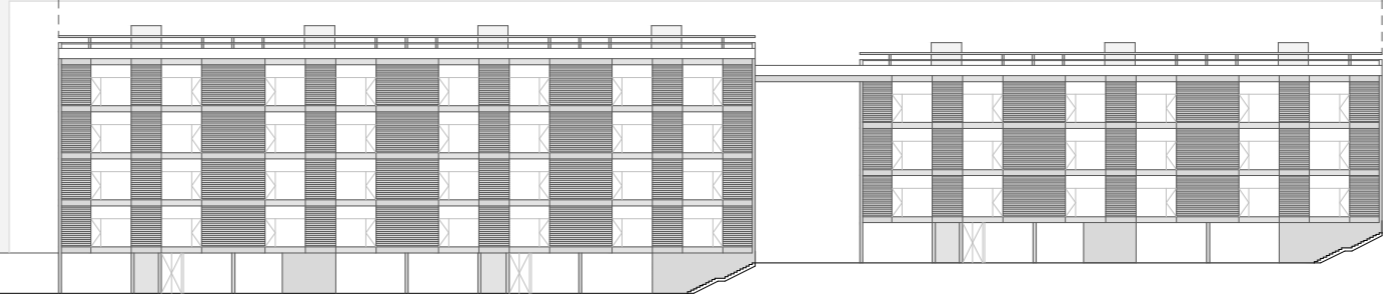
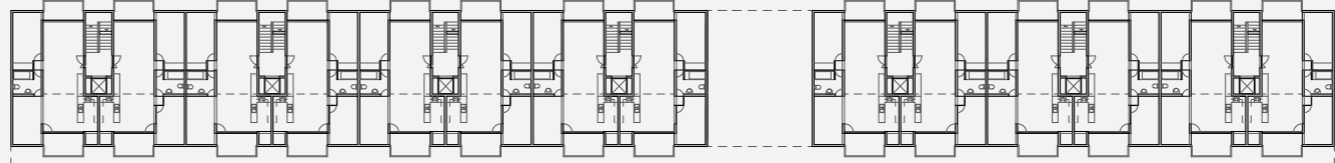
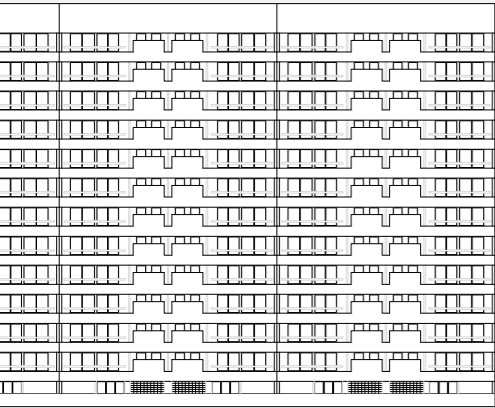


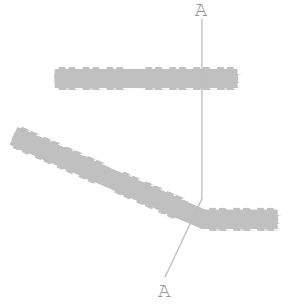
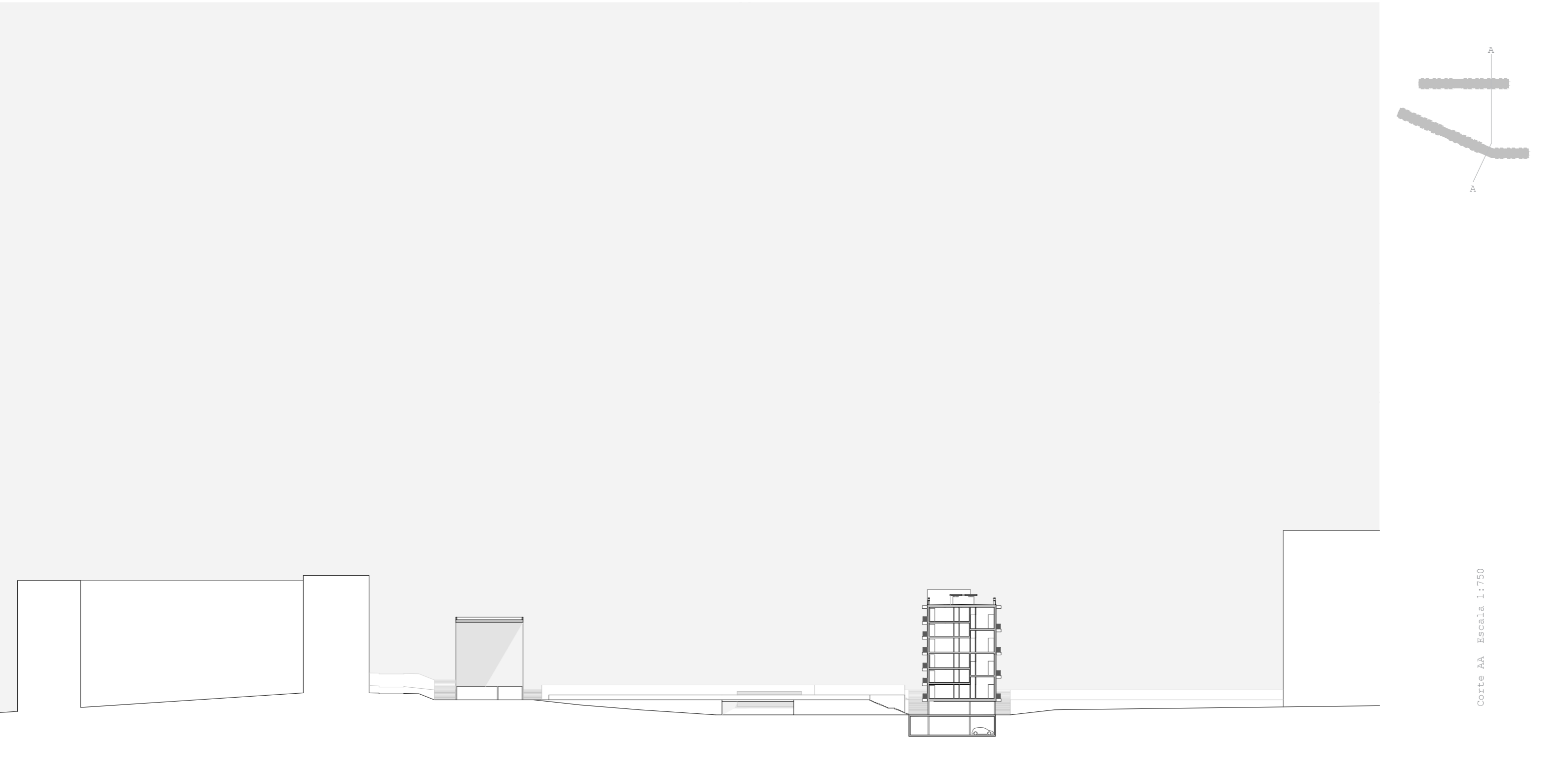




Alçado Sul Escala 1:750

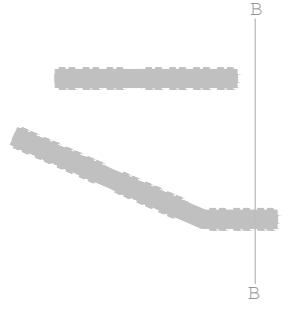
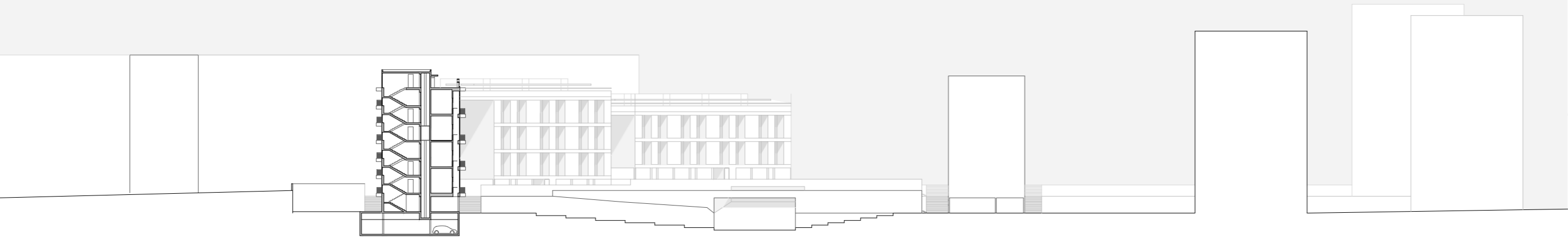




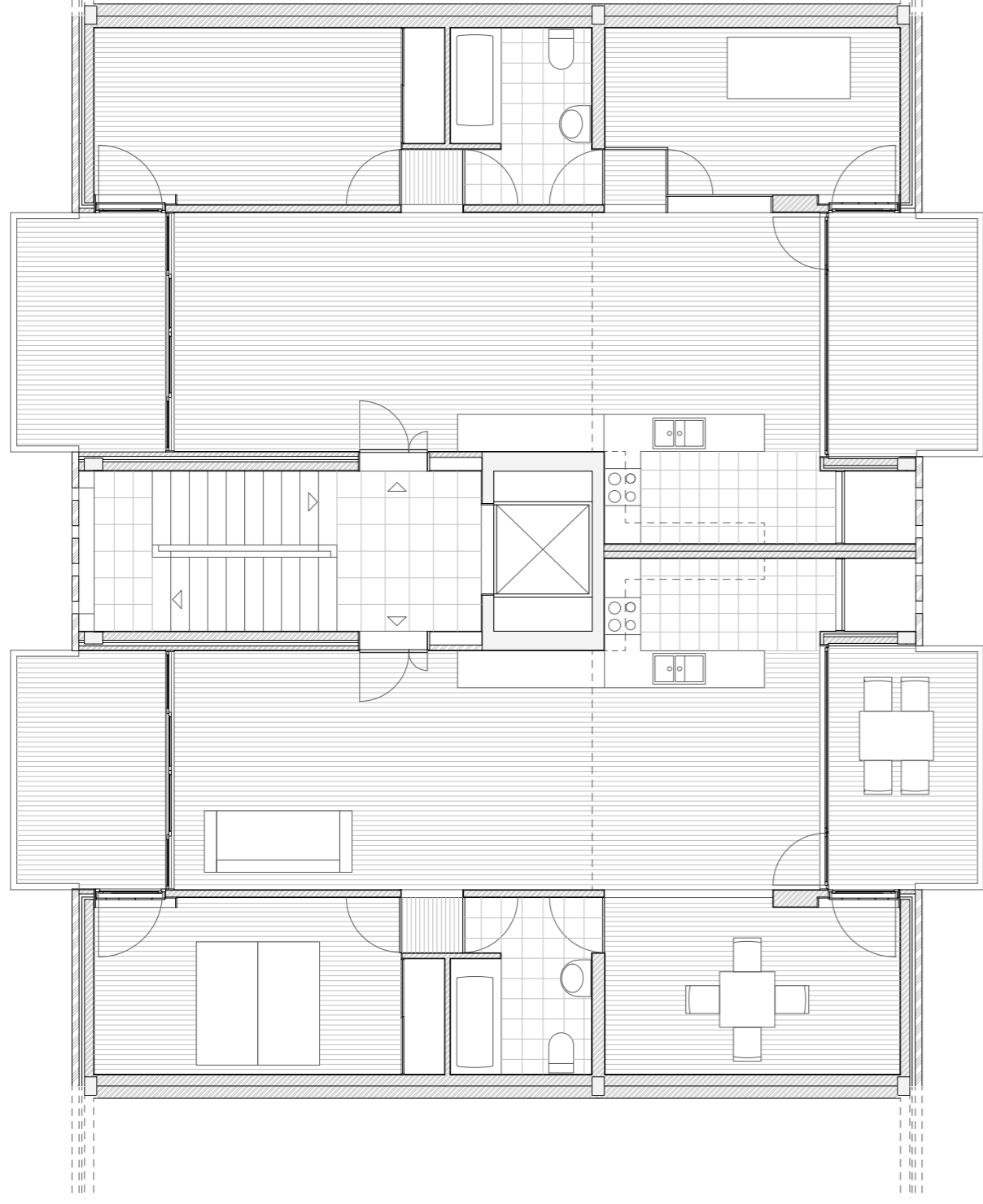


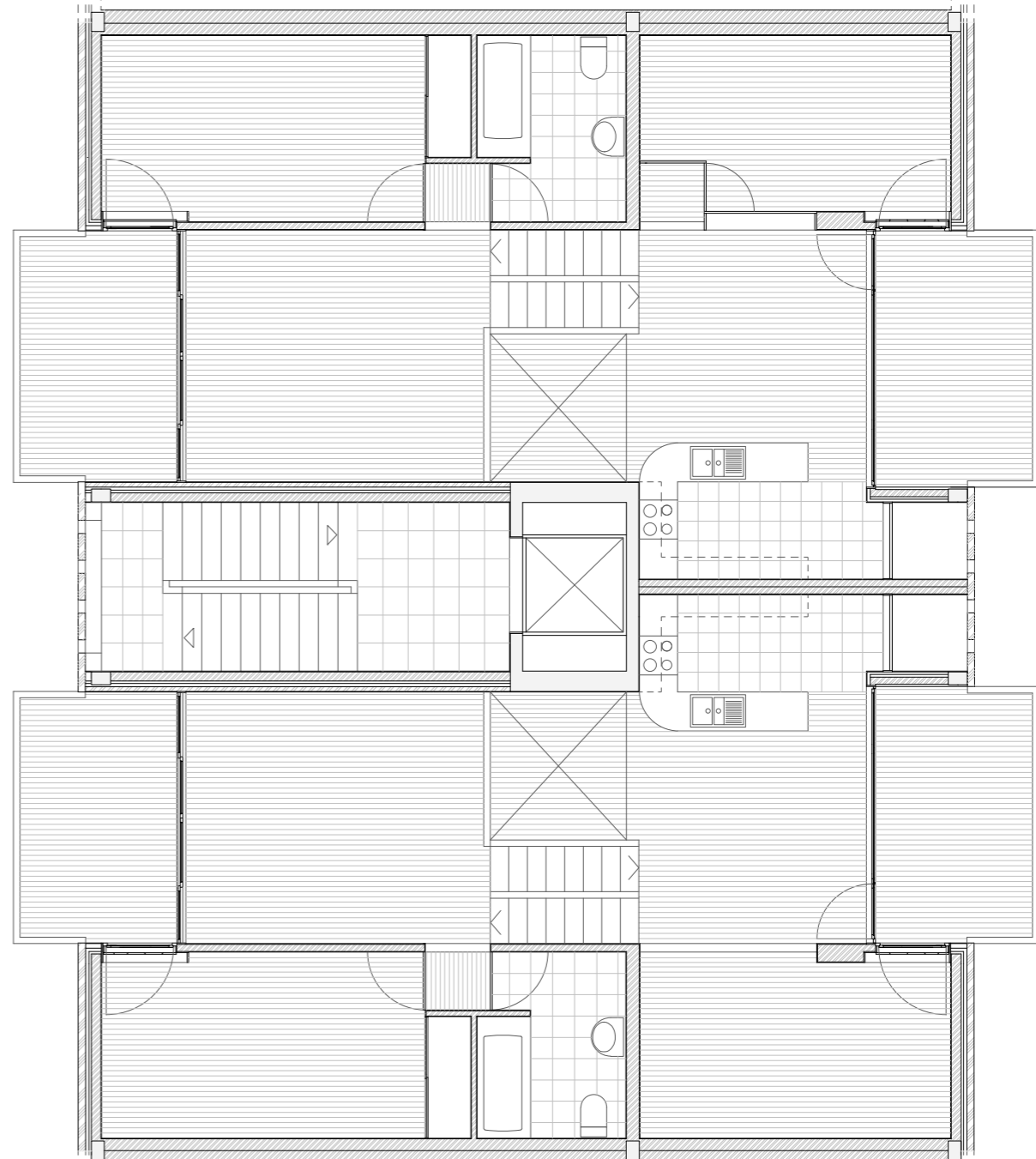
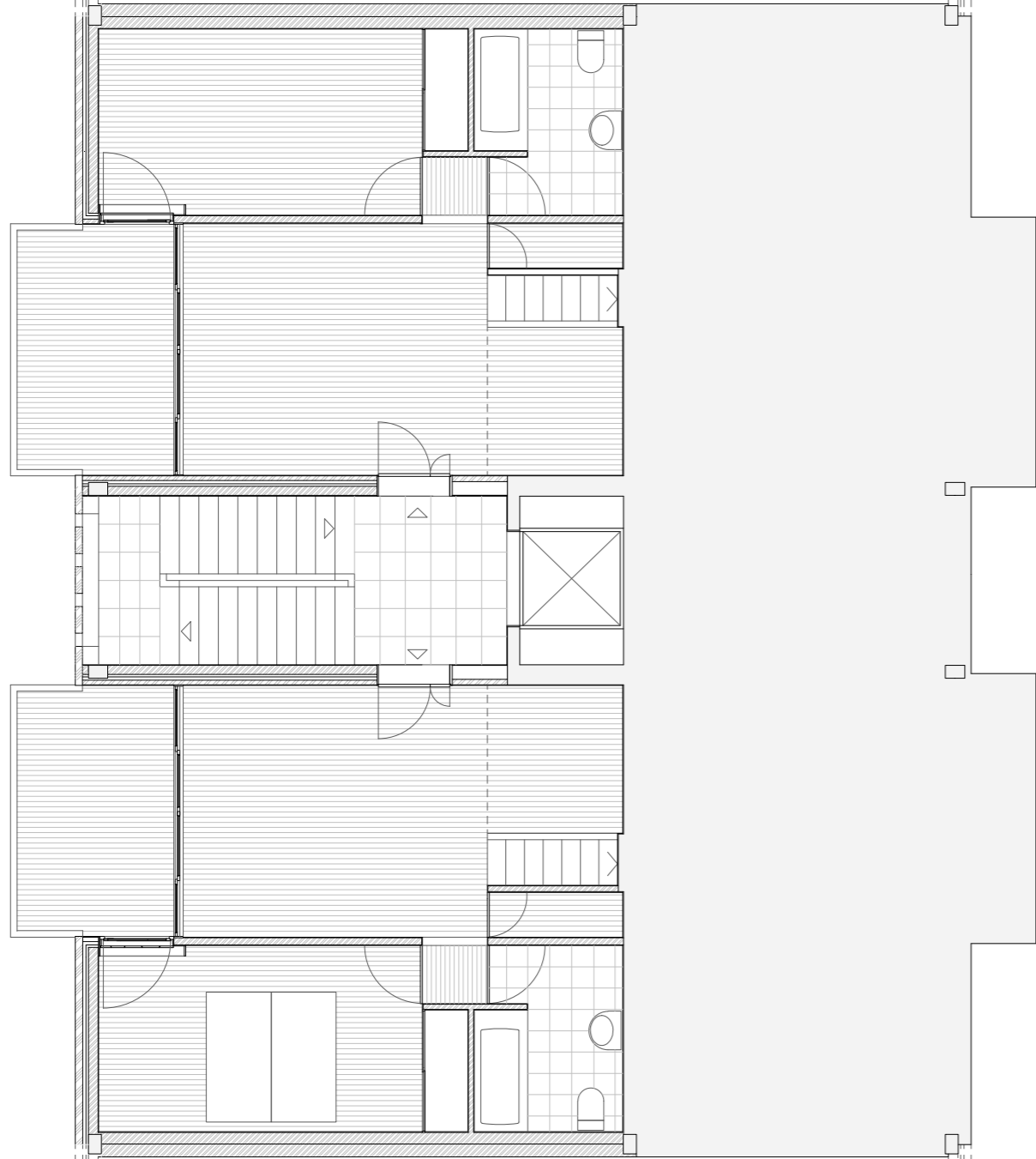
Corte AA Escala 1:750



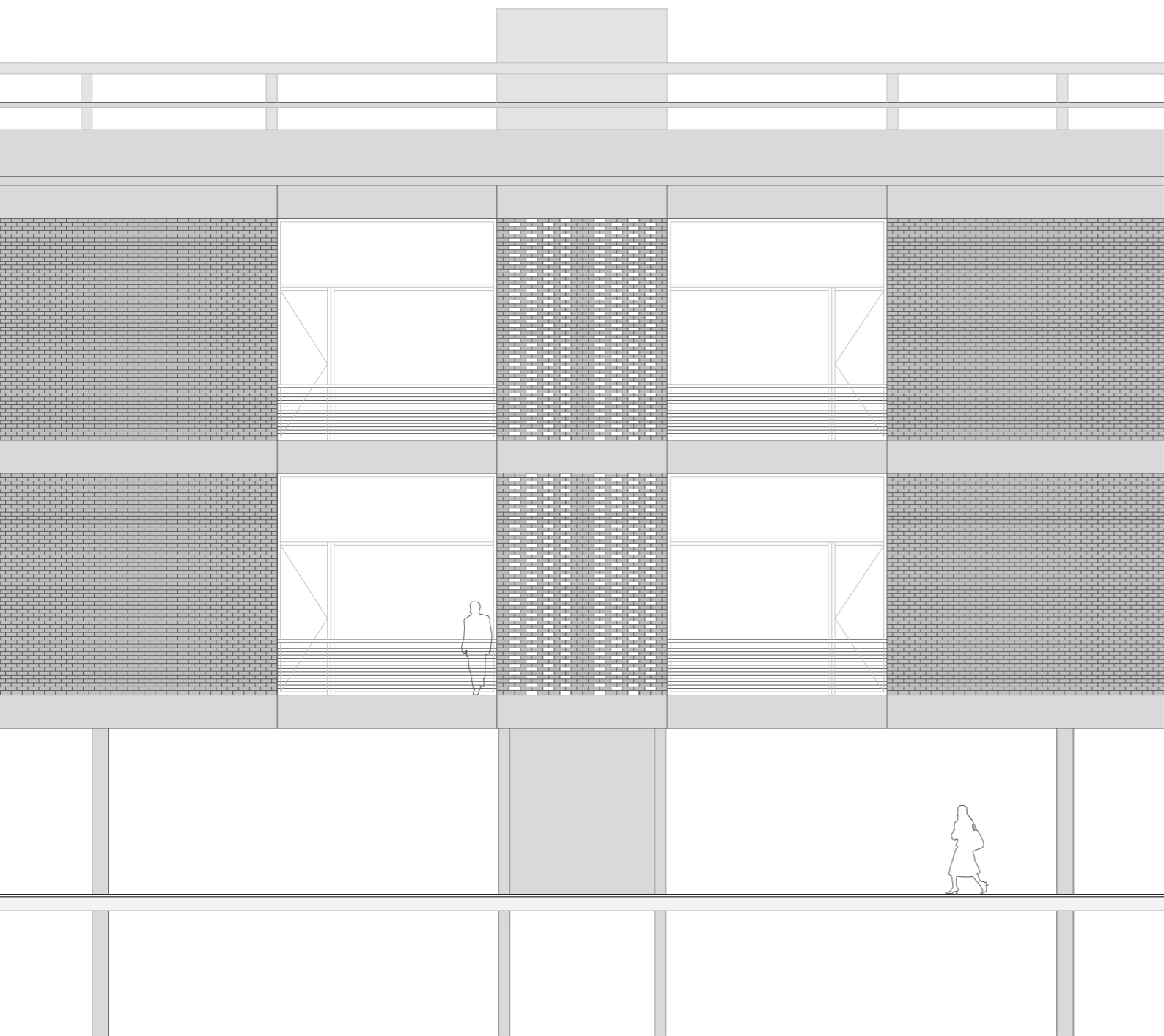


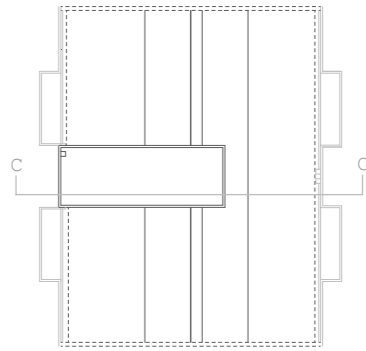
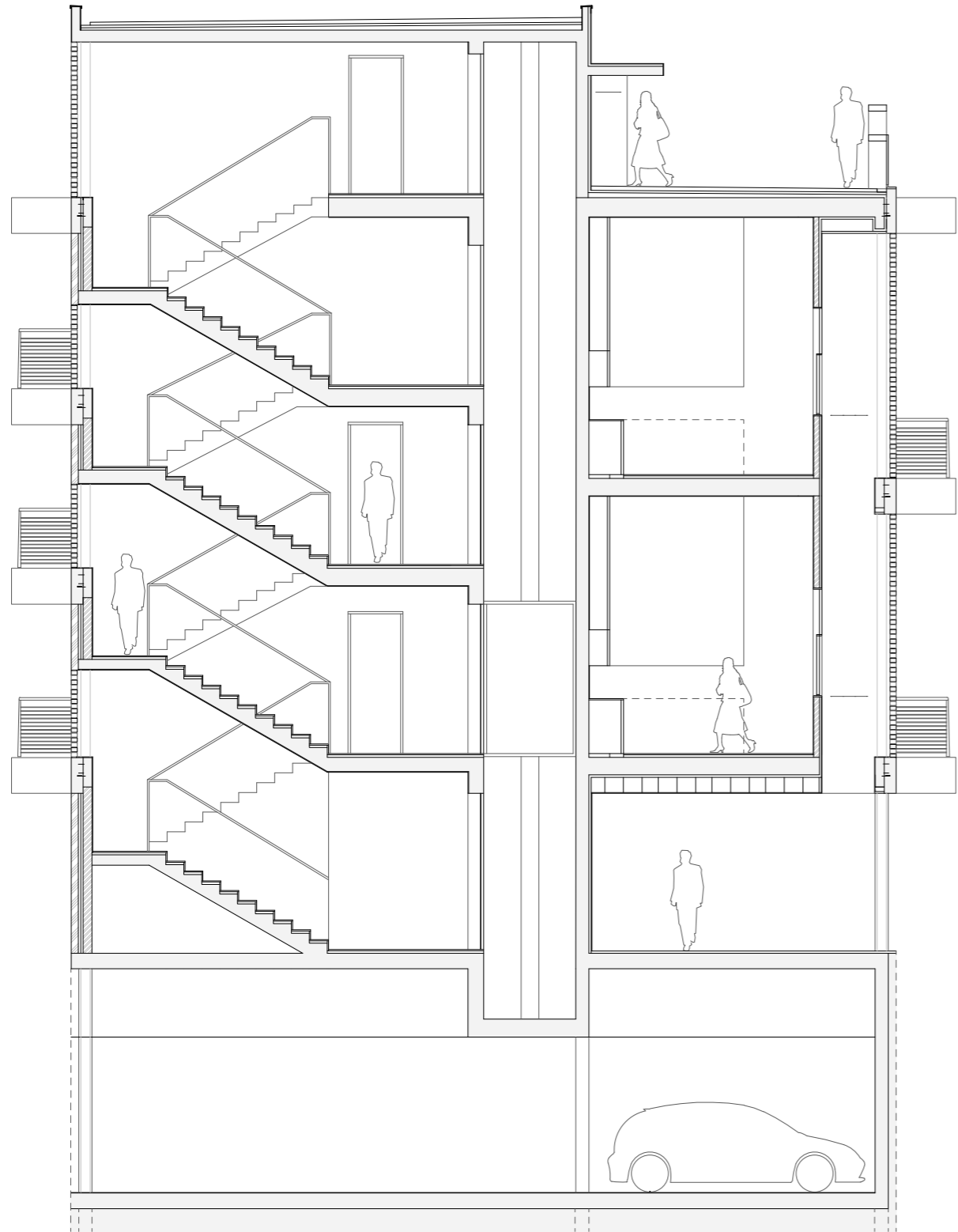
Corte BB Escala 1:750



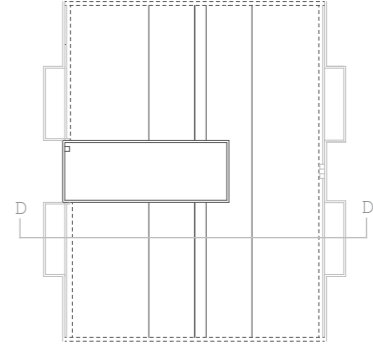
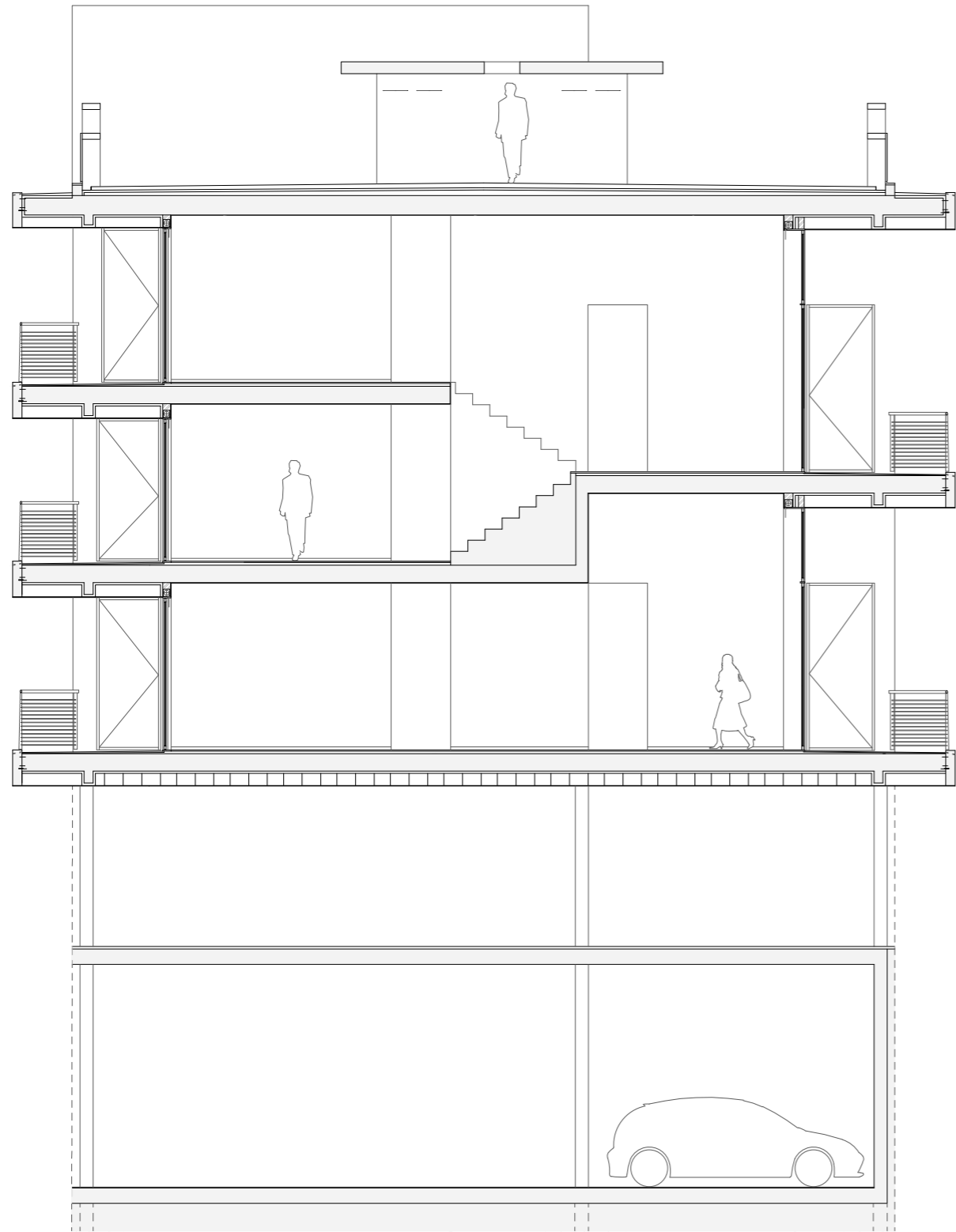


Pianta Tipologia 3 Escala 1:100

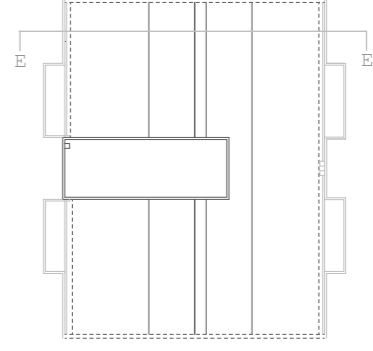
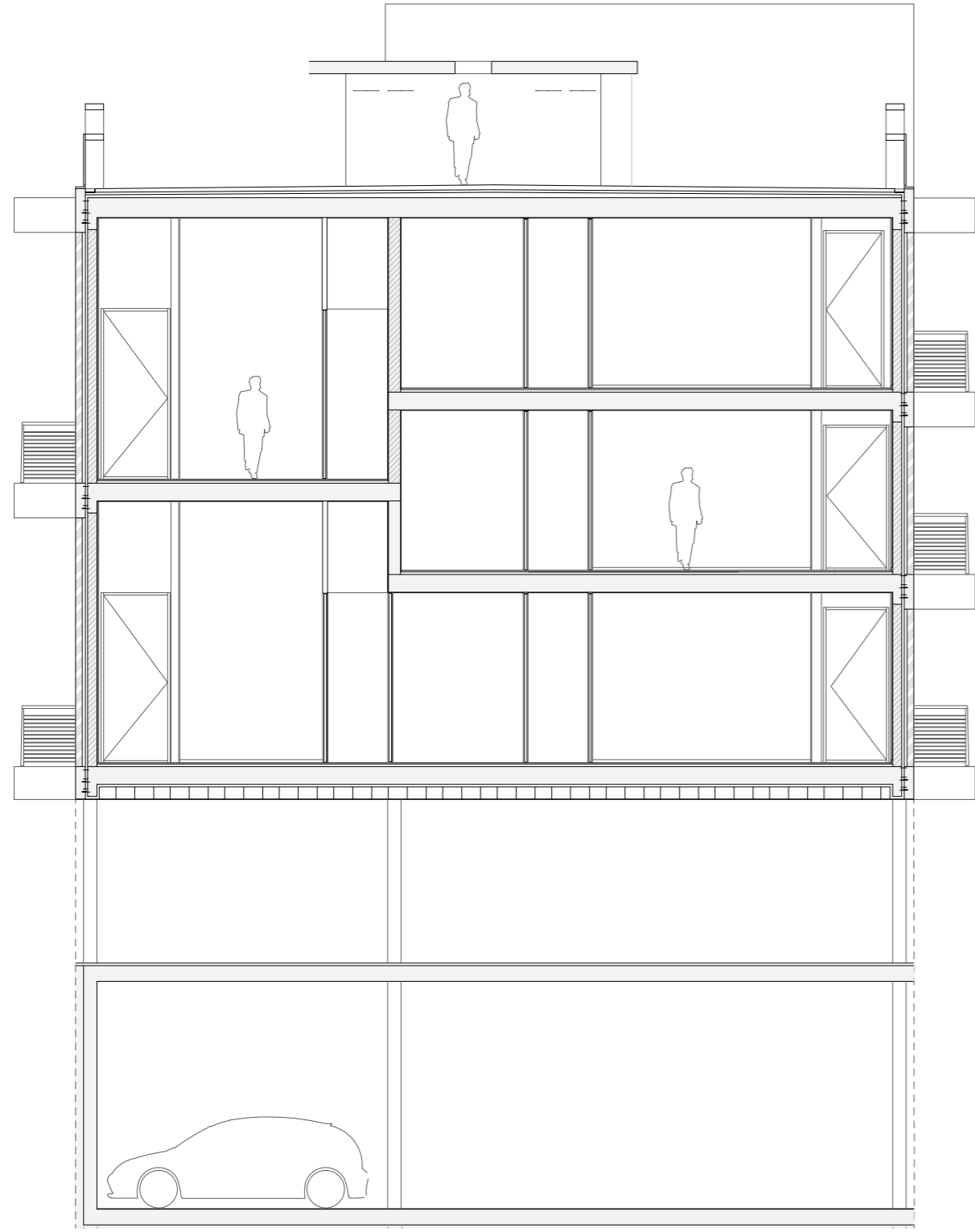




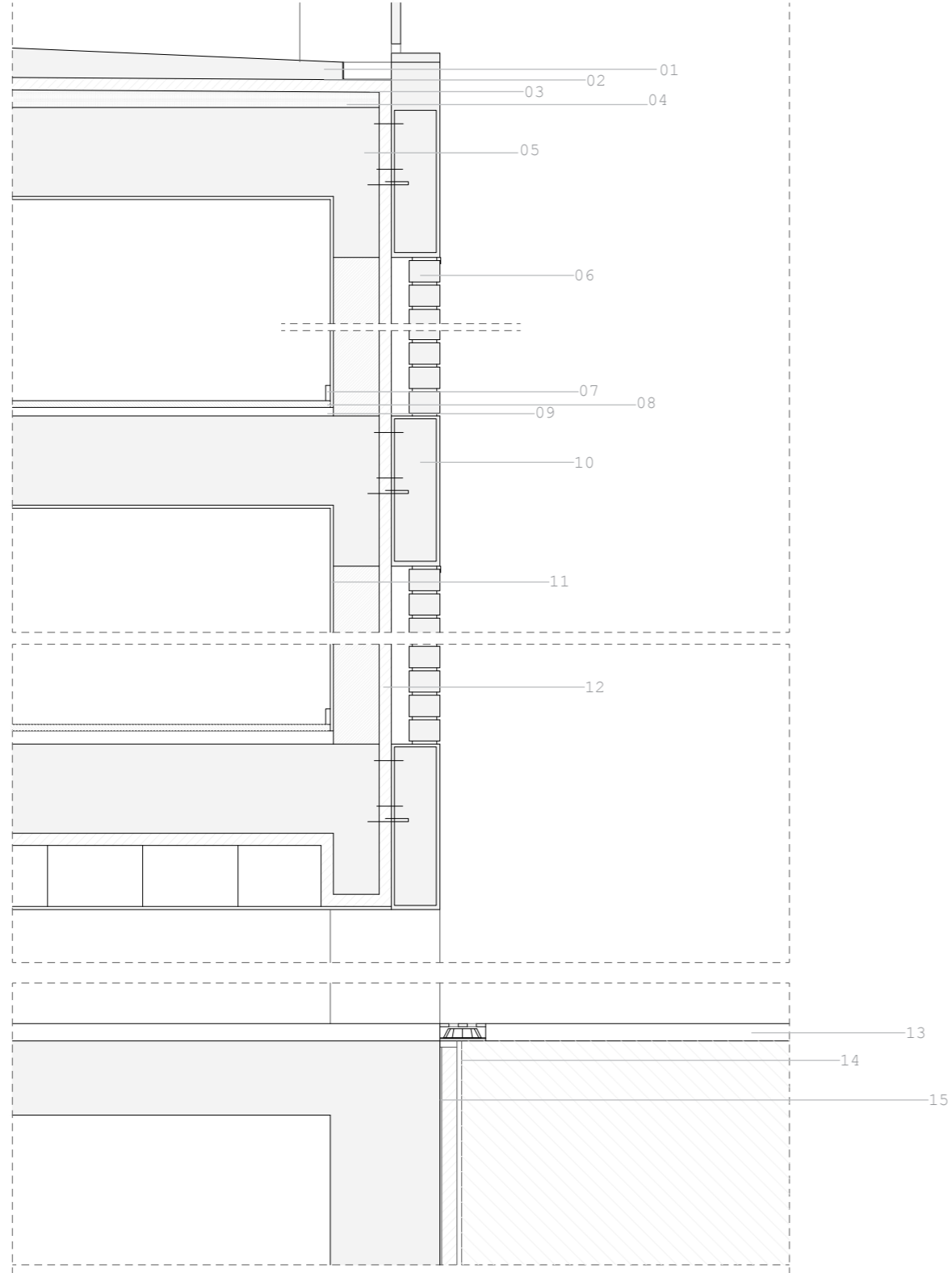
Corte CC Escala 1:100



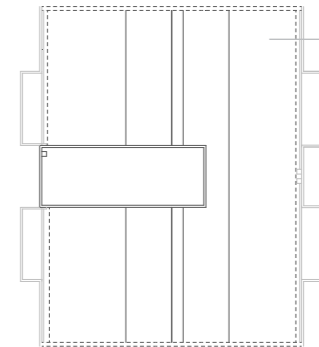
Corte DD Escala 1:100



Corte EE Escala 1:100



- 01 - Cerâmica
- 02 - Geotêxtil
- 03 - Impermeabilizante
- 04 - Camada Regularizante
- 05 - Estrutura de Betão
- 06 - Tijolo à vista
- 07 - Rodapé de madeira
- 08 - Madeira maciça-soalho
- 09 - Ripas de madeira
- 10 - Peça pré-fabricada GRC
- 11 - Reboco
- 12 - Isolamento Térmico
- 13 - Calçada à Portuguesa
- 14 - Camada drenante e Geotêxtil
- 15 - Tela de Impermeabilizante







Fotomontagem Tipologia 3 sala  
Fotomontagem Exterior

**II. Vertente Teórica**

**Atlas da Liberdade: Lisboa Luanda Macau**

**GRUPO DE MACAU**

Ana Rodrigues | Andreia Caldeira | Patricia Almeida | Rui Fernandes | Sofia Cascais | Telma Ribeiro

O arquitecto visita a sua obra, eterna e rigorosa

1.

Une absence occupe plus de espace qu'une présence.  
Sergei Saguenail Abramovici

Cenário: Game World, Estrada da Ilha Verde, loja de videojogos, ampla mas sufocante, com máquinas por todo o lado, televisores, um ruído incessante dos jogos e dos locutores dos noticiários, que falam em cantonês, e depois em português, e depois novamente em cantonês, e outra vez em português, sem que se perceba uma única frase.

Personagens: o arquiteto, o interessado e o edifício morto.

Pela vidraça vê-se, do outro lado, o grande campo raso e vazio, com guardas a toda a volta e só o vazio no interior. É como um buraco negro que absorve tudo, o resultado de um fenómeno inexplicável, uma cena de scy-fy na realidade mais prosaica. Não há vestígios no chão, não há ruínas, não há lixo da demolição. É como se o edifício tivesse desaparecido, um dia, sem mais nem menos, como se tivesse desaparecido aqui para ir aparecer, intacto e inteiro, numa outra realidade qualquer, onde ainda existe, com as suas arcadas, os seus pátios interiores, os seus sete pisos, os seus inúmeros e estridentes habitantes. É como se o edifício nunca tivesse estado ali e é como se nunca tivesse deixado de estar ali.

O interessado observa o campo raso e vazio, observa o Fai Chi Kei. O arquiteto olha à volta, para os neons das máquinas que acendem e apagam com a histeria própria de todas as coisas que visam chamar a atenção mas não se oferecem a observações profundas. Mesmo assim, o arquiteto observa.

-Fiquei viúvo da minha mulher de quem eu tanto gostava, morreram os meus pais... morreram os meus grandes amigos, não sei quê, não sei que mais... porquê que o Fai Chi Kei não há-de morrer? Tenho dito...

comentou o arquiteto. Estava ainda a olhar para os neons das máquinas, não desviara o olhar nem para o terreno nem para o interessado. Houve um silêncio curto, e depois o arquiteto soltou uma gargalhada. O interessado pensou que, para ele, as coisas, a obra mesma, eram acessórias e ficou inquieto com aquele riso. O campo raso e vazio continuava ali fora, era como se risse também.

2.

Personagens: o Arquitecto, o Interessado e o edifício mutante

Cenário: um edifício que muda de forma, de voz e de cara, perdido no meio de uma malha urbana complicada, repleta de prédios com grades nas janelas, adornos coloridos e algum lixo pela rua. O ar é pesado, cinzento e em nenhum momento há uma abertura no céu, fazendo com que toda a gente saiba que estão presos àquela terra, àquela cidade. A ligação ao continente é ténue e frágil, como uma pequena ponte, assim como com a realidade.

O Arquitecto anda pelo passeio ao lado do interessado contando algumas histórias acerca do tempo em que ainda criava naquele território inóspito. No seu discurso há uma certa distância em relação à criação, à sua própria criação.

-Vê esta torre? – aponta o arquiteto para o edifício mutante – quase que faz ponte com uma que tenho nos bombeiros. Têm-me vindo muito à cabeça nos últimos tempos esse projeto.

Para o Interessado, o Arquitecto tinha um ligeiro ar triste ao dizer aquela frase, mas com o passar do tempo percebeu que aquela era apenas a voz de alguém para quem o tempo era contínuo, para quem a obra não estava terminada.

Cenário: interior do edifício. No exterior há momentos de chuviscos que vão deixando algumas gotas nas janelas. No interior há movimento paralelo ao próprio movimento do edifício que a cada momento ganha vida, sentindo a pulsão dos seus habitantes, das pessoas que todos os dias passam nos seus corredores (as suas veias?) carregados de cassetes de vídeo prontas a ser editadas, folhas com notícias frescas de acidentes na Estrada da Barra ou uma colisão de embarcações em Coloane.

O Arquitecto ensina ao Interessado a importância da malha, da medida, da regra. Descarrega números como uma máquina.

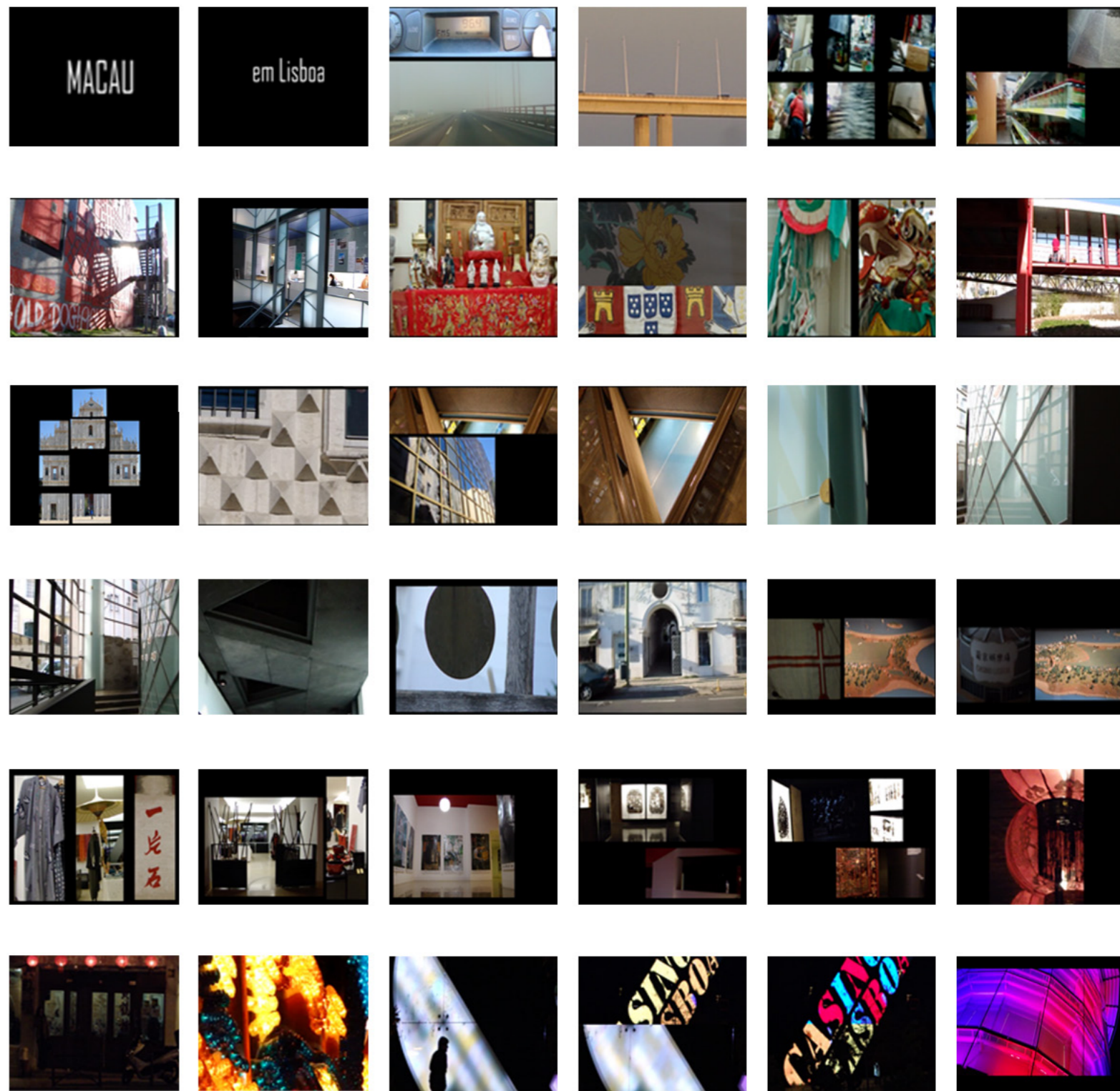
- Oitenta é bom, é a medida de uma porta e dois e quarenta também, é a cota de uma divisão. Oitenta é bom porque ora é uma porta ou é um vão de fachada. Às vezes chegava ao terreno e dizia que deveríamos trabalhar com determinado valor de malha: três ou quatro, um e meio também é bom porque é uma largura e três é uma cota de uma divisão. Na Taipá trabalhei com uma malha imposta que era de oito, a distância entre pilares, uma grande distância.

A certa altura o Interessado desliga-se da conversa e apercebe-se de tudo à sua volta, o edifício que respira, as longas conversas em português, os berros em cantonês, as pessoas que passam de um lugar para o outro, as luzes azuis claras nas colunas de vidro e ferro, aquele acidente na Estrada da Barra, os trinta anos

da inauguração do arquivo, os destaques do salão do Nova Lisboa, o português, o cantonês, o edifício que aguenta com tudo isto, como um corpo velho e cansado.

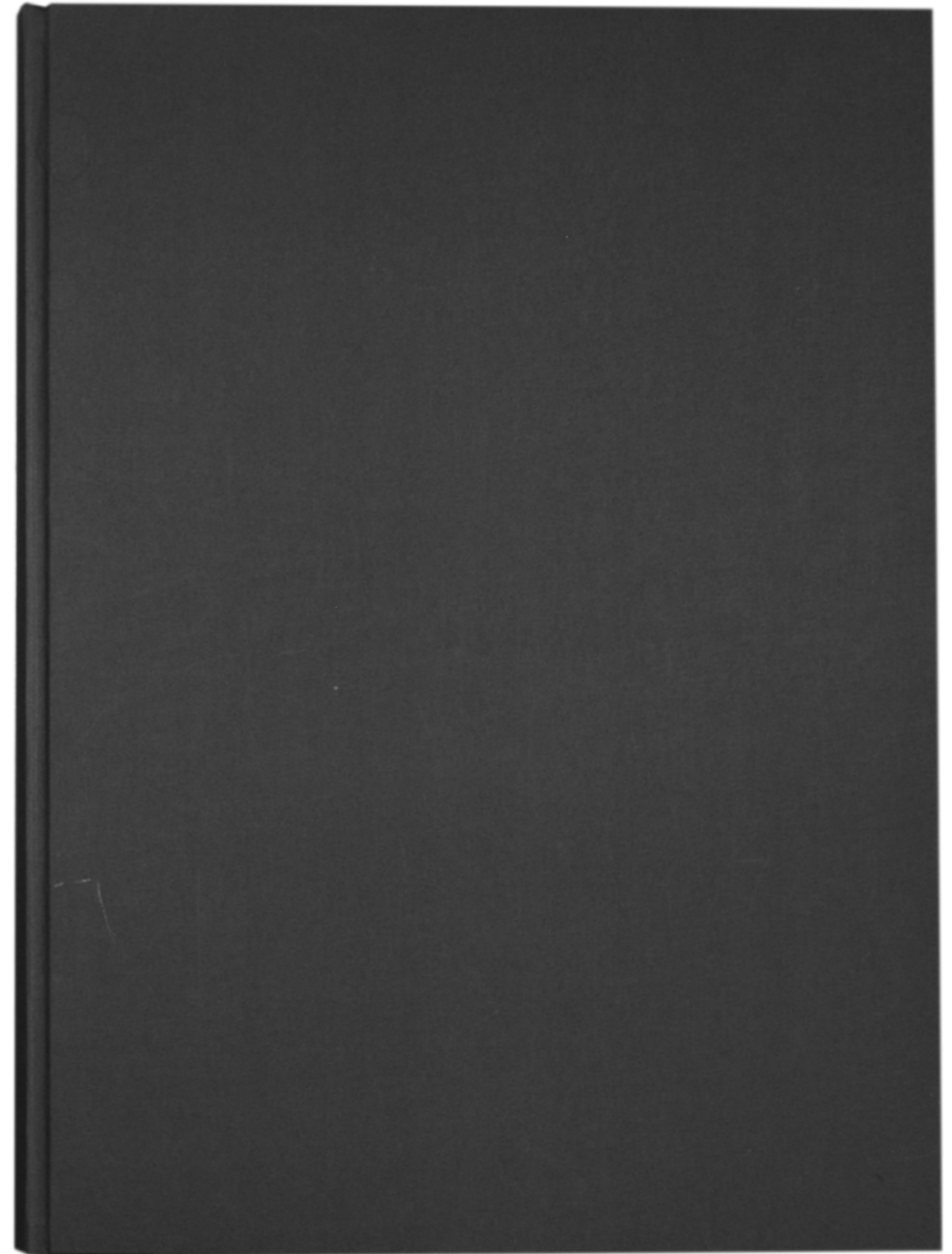
À saída do edifício o Interessado despede-se do Arquiteto e agradece-lhe uma última vez a predisposição para o acompanhar ao longo das visitas. À medida que o arquiteto continua o caminho de regresso a casa, quase que parece dizer com exactamente o mesmo tom com que descarregava medidas de grelhas:

- Sabe, na verdade tudo isto é muito igual. Fiz aqui tudo isto e se calhar não era capaz de fazer em mais lado nenhum. Aconteceu. Aconteceu e se um dia parar para pensar perceberá que toda esta cidade sou eu e eu sou toda esta cidade. Bonito não é?



Filme Nosso, 2014

Atlas da Liberdade, 2014



ISCTE-IUL DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA E URBANISMO  
LABORATÓRIO DE CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÁNEA

---

Docentes  
Ana Vaz Múrias  
Mónica Pacheco  
Helena Botelho  
Paula André

---

**LUANDA**  
Fabiana Melo  
Helder Sousa  
Joko Braga

**LISBOA**  
Filipa Filipe  
Miguel Abreu  
Sofia Gaudêncio  
Urbano Santos  
Pedro Amaro

**MACAU**  
Ana Rodrigues  
Andréa Caldeira  
Patrícia Almeida  
Rui Fernandes  
Sofia Cascais  
Telma Ribeiro

---

Design gráfico  
Patrícia Almeida  
Rui Fernandes  
Telma Ribeiro

---

**ATLAS DA LIBERDADE**  
LUANDA, LISBOA, MACAU



MACAU



LISBOA



LUANDA



Esc. 1:100 000 0 2000 5000





ORTOFOTO MAFA 2010

MACAU  
POPULAÇÃO

1949	138 202
1970	226 800
1981	238 562
1991	242 548
2011	459 009



Esc. 1:20 000

0 500 1000 m



MACAU  
POPULAÇÃO

1960	142 000
1970	180 000
1980	240 000
1990	300 000
2000	400 000





80|89

ORTOFOTO MAFA 2010



MACAU  
POPULAÇÃO

1960	147.700
1970	170.000
1981	238.540
1991	242.000
2001	250.000

Escala: 1:120.000 0 500 1000 m





00|10

ORTOFOTO MAPA 2010

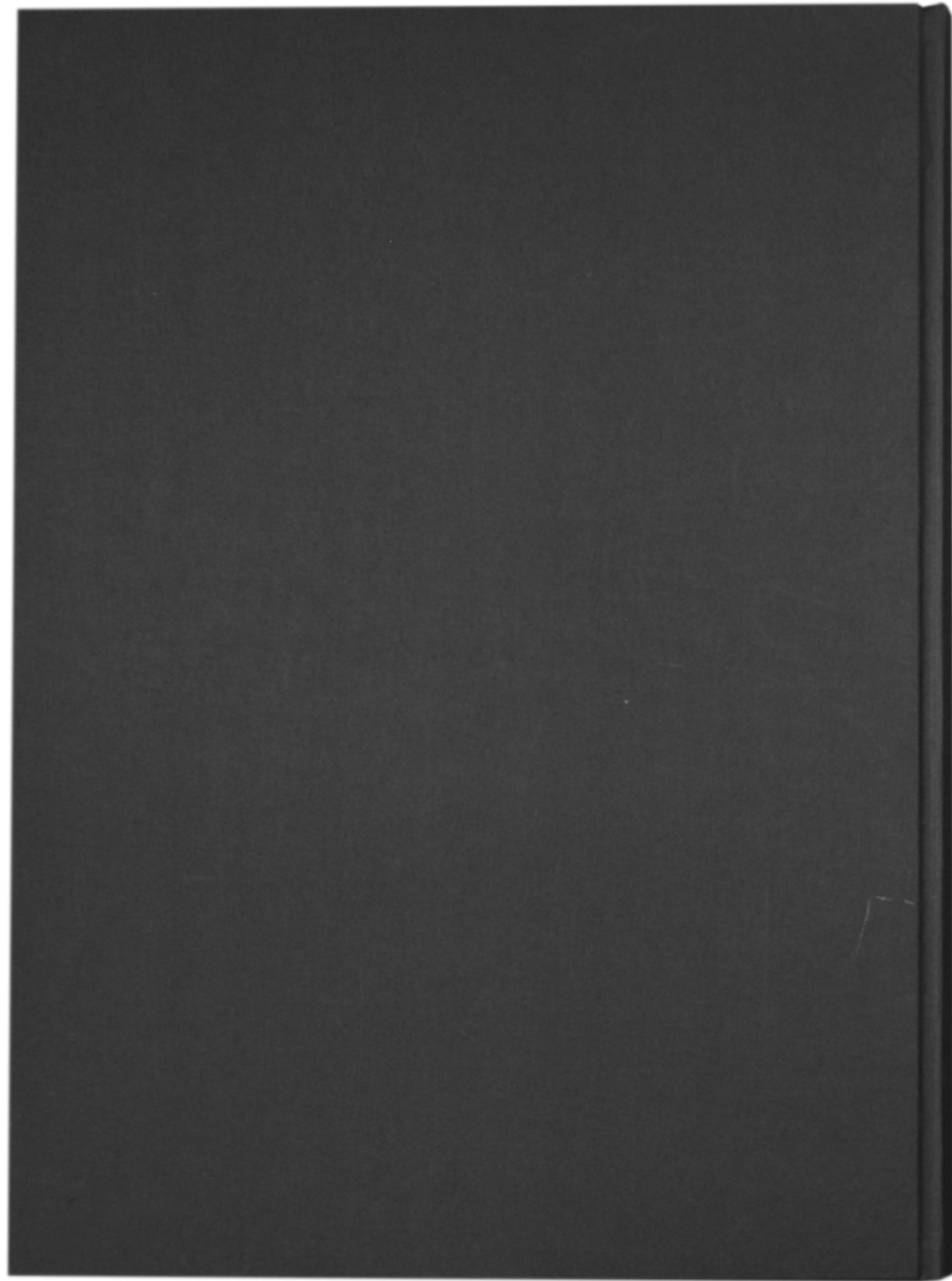


MACAU  
POPULAÇÃO

1960	161.252
1970	226.880
1981	238.742
1991	242.548
2011	469.009

Escala: 1:120.000

0 500 1000 m



# Da “Barraca” à Casa e da Casa à Cidade

O Programa Especial de Realojamento em Lisboa (Casos de Estudo)

## Resumo

O PER é o Programa Especial de Realojamento criado no início da década de 90, com o objetivo de realojar os moradores dos bairros de lata nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Nos anos 90, Lisboa é alvo da atenção internacional devido ao título de Capital Europeia da Cultura 1994 e, depois, à Expo 98. A visibilidade, a nível europeu, a que a cidade se expôs tornava particularmente preocupante, para o poder autárquico, a imagem que os bairros clandestinos davam de Lisboa. É neste seguimento que é aprovado um Programa que visava responder a essa problemática, através do decreto-lei nº163/93 a 7 de maio. Este seria chamado Programa Especial de Realojamento (PER), consistindo no realojamento das populações que habitavam estes mesmos bairros de lata. Só foi possível levar a cabo este Programa, com estas definições, através da construção de habitações a custos controlados e com o objetivo pré-estabelecido de mover e realojar grandes massas num curto espaço de tempo.

Assim, foi nosso objetivo compreender algumas questões: Será o PER um programa totalmente bem-sucedido? Qual a qualidade arquitetónica destes bairros de baixo custo? Quem os desenhou e construiu? Será que ainda existem? Quais as condições de vida dos habitantes que ainda hoje lá vivem?

Para responder a estas perguntas, começámos por investigar no Arquivo de Lisboa os vários bairros e as suas características, tentando perceber quais os mais pertinentes. Contando já com uma informação básica, seguiu-se a análise de desenhos originais e o estudo das tipologias e organização com o intuito de identificar e compreender quais os agentes envolvidos, os seus objetivos e a população abrangida. Uma vez adquirido o conhecimento destes casos de estudo, foi necessário perceber o que aconteceu a estes bairros ao longo de uma década; em que estado se encontra atualmente a habitação bem como o seu tratamento exterior; se realmente resultaram e quem ainda os habita.

Através ainda de uma recolha fotográfica, em como de entrevistas aos projetistas, pretendeu-se clarificar e aprofundar a informação previamente recolhida.

Este trabalho, parece-nos, pode constituir um interessante contributo para a compreensão da habitação a custos controlados em Portugal. Por outro lado, compreender o PER pode significar compreender uma articulação profunda entre arquitetos e o poder autárquico, e a forma como esta articulação pode ser usada no sentido de uma construção que contribua para o esbater de violentos contrastes sociais.

**Palavras-chave:** Município de Lisboa, Realojamento, PER, Tipologias

## Abstract

PER stands for “Programa Especial de Realojamento” (Special Rehousing Program), an initiative created in the nineties as an attempt to relocate the inhabitants of bidon-villes in the metropolitan areas of Lisbon and Oporto.

In the nineties, Lisbon is the center of international attention because of the election for European Culture Capital 1994 and, afterwards, Expo 98. This european visibility that Lisbon was subjected to, made the municipal powers anxious about the image that these illegal neighbourhoods gave the city. This is the context in which a Program is approved in order to respond to this issue, through the ordinance nº163/93 from May 7th. This would be the Special Rehousing Program (PER). The only way the Program was put into action, and with those particular characteristics, was through the construction of low-budget housing and with the stipulated goal of relocating a great number of people in a small amount of time.

Thus, it was our purpose to understand some questions: Is PER a fully successful program? What architectural quality are we to find in these new low-budget neighbourhoods? Who projected and built them? Do they still exist? What kind of life is possible for those who still live there?

To answer these questions, we started by investigating in the Lisbon Archives the several neighbourhoods and their characteristics, trying to figure out, among them, the ones we considered more relevant. Having collected basic information, we analysed original drawings and studied the TYPOLOGIES of several projects and space organization, in order to identify and understand what kind of professionals were involved, their goals and the public they had in mind. Once we gathered some knowledge about our case studies, it was pertinent to understand what had happened to these neighbourhoods in the last decade, in what state they are to be found now in terms of both housing and public space, if they have been efficient and who inhabits them now.

Through several photographic documents, as well as through interviews with participating architects, we aimed to clarify and deepen the information we already had.

This essay, we think, may be an interesting contribution towards an understanding of low-budget housing in Portugal. On the other hand, to understand PER might be a way to understand how architects and municipal power may articulate with each other, and in what way this articulation might be useful in constructing with the goal of resolving very significant social inequalities.

**Key-words:** Lisbon Municipality, Rehousing, PER, Typologies



# Índice

	<b>Introdução</b>	<b>194</b>			
<b>Capítulo 1: Contextualização do Tema e o Objetivo da Pesquisa</b>		<b>198</b>			
	Breve História do Alojamento em Portugal 1.1	200			
	Como Surgiu o Programa Especial de Realojamento 1.2	203			
	Descrição do Trabalho 1.3	207			
	<b>Capítulo 2: Fichas Técnicas</b>	<b>208</b>			
	Os Bairros PER no Concelho de Lisboa				
	<b>Capítulo 3: Bairros em Estudo</b>	<b>328</b>			
	Bairro do Bom Pastor, Rego Zona A, Calhariz de Benfica				
	Bairro do Bom Pastor: Apresentação do Projeto 3.1	330			
	Localização e Envolvimento 3.1.1	330			
	Elementos Estruturantes e Preexistentes (a	332			
	Morfologia Urbana (b	332			
	Conjunto Residencial: Estrutura e Desenho Urbano 3.1.2	334			
	Edifícios: Caraterização dos Espaços Comuns 3.1.3	338			
	Habitações: Organização, estrutura e Funcionalidade 3.1.4	340			
	Características Construtivas 3.1.5	344			
			346	3.2 Rego Zona A: Apresentação do Projeto	
			346	3.2.1 Localização e Envolvimento	
			348	a) Elementos Estruturantes e Preexistentes	
			348	b) Morfologia Urbana	
			350	3.2.2 Conjunto Residencial: Estrutura e Desenho Urbano	
			352	3.2.3 Edifícios: Caraterização dos Espaços Comuns	
			352	3.2.4 Habitações: Organização, estrutura e Funcionalidade	
			356	3.2.5 Características Construtivas	
			358	3.3 Calhariz de Benfica: Apresentação do Projeto	
			358	3.3.1 Localização e Envolvimento	
			360	a) Elementos Estruturantes e Preexistentes	
			360	b) Morfologia Urbana	
			362	3.3.2 Conjunto Residencial: Estrutura e Desenho Urbano	
			364	3.3.3 Edifícios: Caraterização dos Espaços Comuns	
			366	3.3.4 Habitações: Organização, estrutura e Funcionalidade	
			370	3.3.5 Características Construtivas	
			<b>372</b>	<b>Conclusão</b>	
			<b>380</b>	<b>Bibliografia</b>	
			<b>392</b>	<b>Anexos</b>	

## Introdução

Numa viagem ao Porto, em visita ao bloco habitacional no Bairro de Salgueiros, do arquiteto Carlos Veloso, a relação entre a contenção espacial e a dignidade da habitação em si convidava a uma reflexão mais profunda sobre o Programa Especial de Realojamento (PER), no contexto do qual o projeto deste edifício é realizado. No entanto, exceção feita a algumas publicações breves, uma pesquisa um pouco mais alargada em relação ao PER está ainda por ser feita.

Numa análise geral do programa PER, pode dizer-se que, tal como acontecia com programas de realojamento anteriores, este pretendia construir habitação de baixo custo, com o objetivo específico de realojar, num curto espaço de tempo, grandes massas que viviam anteriormente em condições consideradas indignas. Algumas questões, mesmo que aparentemente simples, ganhavam forma à medida que progredia a pesquisa: Será o PER um programa totalmente bem-sucedido? Qual a qualidade arquitectónica destes bairros de baixo custo? Quem os desenhou e em que contexto foram construídos? Quais as condições atuais de vida dos seus habitantes?

Uma das questões de fundo deste trabalho de investigação abordava ainda novos pontos: perante a diversidade de programas de realojamento testados desde a Revolução de Abril de 1974, que aspetos inovadores podiam ser apontados ao PER? Teria este programa sido bem-sucedido na construção de uma cultura nova na abordagem ao problema da habitação em massa? Existiria um modelo de intervenção às diferentes escalas de projeto (cidade, bloco residencial, célula habitacional) que distinguisse o programa PER? Que conclusões poderíamos retirar após 21 anos do início do desenvolvimento do PER e com 65 bairros construídos, dos quais 25 são promovidos pelo próprio município e 40 por aquisição realizada por várias entidades, no total de 8.817 unidades residenciais, e uma população estimada em 8.595 habitantes realojados, num custo total de 446.579.504 €? Finalmente, que cidade construíram os diferentes bairros concretizados ao abrigo do Programa?<sup>1</sup>

1- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização. Lisboa: Direcção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, 2013. p. 12, 13 e 20.

Com o estudo de alguns bairros PER na área metropolitana de Lisboa, este trabalho visa, então, analisar um tema que não foi ainda estudado de forma ampla. Limita-se o estudo a uma área geográfica muito definida: a Cidade de Lisboa, tendo em conta a extensão possível desta dissertação, que não permitiria uma análise mais alargada do PER, estendendo-a ao Porto onde o programa também foi implementado, por exemplo. Optando por apenas uma zona, a escolha recaiu sobre aquela que se encontra mais próxima e, portanto, mais acessível para observação direta.

O primeiro momento do trabalho consiste no levantamento e inventário dos vários bairros e das suas características, identificando os mais potencialmente interessantes do ponto de vista arquitetónico, tentando ainda descrever um modelo urbano tipológico que tenha sido seguido pelos arquitetos e enunciar também quais as características de algumas tipologias habitacionais.

O ponto de partida para a pesquisa foram os livros “Habitação de interesse social em Portugal: 1988-2005” (2009, ed. Livros Horizonte) do arquiteto António Baptista Coelho e “O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974” do arquiteto José António Bandeirinha (2007, ed. Imprensa da Universidade). A primeira monografia apresenta alguns pontos-de-vista bastante pessoais do autor sobre a sua participação, entre outros programas de realojamento, no PER. Estes apontamentos, conquanto pessoais, estabeleceram de imediato algumas linhas-orientadoras para o trabalho que agora se apresenta. Quanto à segunda monografia, apesar do seu conteúdo não informar esta dissertação, ajudou na estruturação das fichas técnicas apresentadas no capítulo 2, que seguem o modelo proposto por Bandeirinha nos anexos do seu livro. Seguiu-se uma procura de mais livros e de Decretos-Lei sobre habitação, em várias bibliotecas (SIPA, ISCTE, BNP, BLX – Bibliotecas Municipais de Lisboa) e no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Esta pesquisa inicial revelou-se de alguma forma desmotivadora, uma vez que as publicações sobre o PER são em pouca quantidade, e com informação apenas genérica. Para colmatar essa falha, foram recolhidos outros elementos, nomeadamente na internet e com entrevistas qualificadas a alguns dos arquitetos participantes no programa PER (Paulo Tormenta Pinto, Ana Lúcia Barbosa e João Gomes Teixeira). Estas entrevistas decorreram já da investigação. Através dos testemunhos destes intervenientes diretos, foi possível completar e especificar a informação já recolhida na fase prévia da pesquisa.

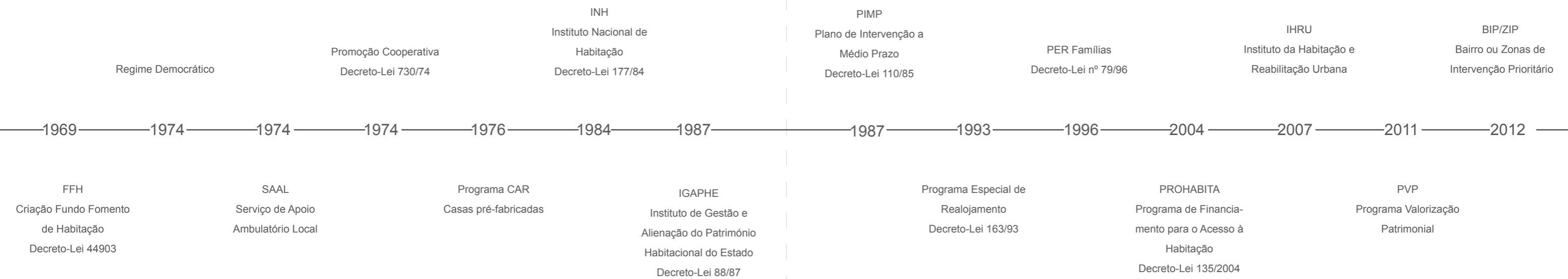
Mais ainda, o contacto com estes três arquitetos revelou-se crucial para a elaboração da terceira secção deste trabalho, onde se explicam e analisam três casos específicos de projetos PER. Os arquitetos cederam generosamente peças dos seus espólios pessoais, incluindo desenhos técnicos, fotografias de vários momentos (incluindo construção dos edifícios) e outras informações da maior relevância. Os seus depoimentos foram também essenciais para uma compreensão dos objetivos de cada um dos casos de estudo, bem como para uma comparação entre esses objetivos e o resultado final e, em última análise, da própria passagem do tempo e seu efeito nos edifícios.

Para a redação do terceiro capítulo, foi igualmente importante a leitura do livro “Três conjuntos residenciais meritórios de habitação de custos controlados - 1991” (1998, ed. LNEC) de António Baptista Coelho. Ainda que, deste livro, não haja material para ser citado neste contexto, o método de análise e organização da informação que o autor utiliza, foi em muito orientador da forma como se analisaram, aqui, os projetos PER. Relativamente ao material gráfico apresentado ao longo do trabalho, a informação recolhida tanto nos livros consultados quanto no material disponibilizado pelos arquitetos, esteve na base dos elementos re-desenhados para complementar a dissertação teórica. Redesenhar os elementos gráficos foi também uma forma de compreensão mais aprofundada dos edifícios em estudo, possibilitando análises comparativas entre os diferentes conjuntos habitacionais ou bairros.

Este trabalho foi ainda desenvolvido no âmbito do projeto de investigação “Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/ATP-AQI/3707/2012), que decorre até 2015. Ainda que aqui trate de alojamento para as populações mais desfavorecidas (quando o foco principal do projeto anterior é a classe média), a sua elaboração permite criar um corpo de comparação e compreensão das diferentes atitudes desenvolvidas em paralelo pelas iniciativas públicas e privadas, face à problemática da habitação coletiva na cidade de Lisboa e áreas envolventes.

# Capítulo 1:

## Contextualização do tema e objetivo da Pesquisa



## 1.1 - Breve História do alojamento social em Portugal

“São consideradas habitações de custos controlados (habitações sociais): As promovidas com o apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação, empresas privadas e instituições particulares de solidariedade social, destinadas à venda ou ao arrendamento; As que obedecem aos limites de área bruta, custo de construção e preço de venda fixados na presente portaria”.<sup>2</sup>

Em Portugal, ao longo das últimas décadas assistiu-se à proliferação de programas governamentais para habitação a custos controlados. Na década de 60 do séc. XX dá-se um processo de industrialização e consequente êxodo das zonas rurais para os centros urbanos, mas esta afluência teve difícil recepção, uma vez que as habitações disponíveis eram poucas e de elevado custo. Neste contexto começa a construção de bairros precários, uma forma de corresponder à necessidade da população, que não contemplava, no entanto, um controlo ou participação do Estado.<sup>3</sup>

Em 1969, foi criado Fundo Fomento de Habitação (FFH) expresso no Decreto-Lei nº 49033: “com o fim de contribuir para a resolução do problema habitacional, especialmente dos indivíduos não beneficiados pela actividade desenvolvida, no domínio da habitação, pelas caixas de previdência ou outras instituições semelhantes; cabe ao Fundo: a) Adquirir terrenos para construção; b) Urbanizar os terrenos adquiridos nos termos da alínea anterior; c) Construir casas para habitação nos mencionados terrenos; d) Arrendar ou atribuir em regime de propriedade resolúvel as habitações construídas e que legalmente o não devam ser por outra entidade”.<sup>4</sup>

Entre a revolução do 25 de Abril de 1974 e o início da década de 80, há que ter em conta fatores como a agitação social, e vários momentos de instabilidade política e económica. Reconhece-se que, em qualquer

2 - Diário da República (1988), Portaria nº 1828/88, de 29 de Dezembro.

3 - cf. INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – Comunicações/ [ao] Colóquio “A Política da Habitação”. Lisboa: Concelho Económico e Social, 1997. p. 3

4 - Diário da República (1969), Decreto-Lei nº 49033, de 28 de Maio.

época, “a cidade é um lugar de desigualdades, pois, sendo um produto social, nela se reflecte a estrutura da sociedade. É então um lugar onde se manifestam contradições sociais: um espaço de lutas em torno de interesses e valores sociais heterogéneos.”<sup>5</sup>

As políticas habitacionais e, mais especificamente, as relativas à habitação social, estiveram entre os temas mais debatidos durante o período pós-revolução, pois eram uma das soluções para a tentativa de resolução destas desigualdades. Como já se disse, este sector estava bastante fragilizado devido à baixa oferta, aos elevados custos e à falta de meios económicos, o que não permitia à maioria da população ter como opção válida a aquisição de uma habitação própria.<sup>6</sup> Dá-se então a consagração constitucional da República Portuguesa do “direito à habitação”<sup>7</sup> tornando-se assim prioritária a promoção e divulgação de um novo tipo de habitação para os mais carenciados.

“A política de habitação não se esgota no conjunto de medidas que o Estado adopta com o objectivo de alcançar o equilíbrio entre a procura e a oferta da habitação no mercado. O direito à habitação, decorrente da primária necessidade de alojamento das populações e inserido numa série de direitos económicos e sociais que têm vindo a ser defendidos no decorrer da segunda metade do século, impõe ao Estado o dever de definir linhas de orientação política visando resolver a questão da habitação. Dado que se coloca no cruzamento das políticas sociais, à política de habitação cabe a resolução de problemas de integração social das massas populacionais que ocorrem às cidades.”<sup>8</sup>

Neste período, e neste sentido, foram criados: “Programa Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) tendo em vista o apoio à organização e iniciativa das populações dos bairros de lata, barracas e outras situações degradadas de alojamento no sentido da construção de habitações condignas; Relançamento do cooperativismo habitacional; Reforço dos programas de habitação social, promovidas diretamente pelo FFH; Criação de um programa de apoio técnico e financiamento às Câmaras Municipais para a construção de empreendimentos de habitação social; instituição do regime dos contratos de desenvolvimento para a habitação, com os quais se pretendia financiar a promoção privada de habitação de custos controlados; Implementação do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID), com o objectivo de conceder empréstimos bonificados para a conservação e beneficiação de habitações.”<sup>9</sup>

A ineficácia do organismo entretanto criado com a designação Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação (FAIH) e a necessidade de retificar as fragilidades do ex-FFH deu origem ao Instituto Nacional de

5 - RODRIGUES, Maria – Pelo direito à cidade. Porto: Campo das Letras, 1999. p. 15

6 - INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – Comunicações/ [ao] Colóquio “A Política da Habitação”. Lisboa: Concelho Económico e Social, 1997. p. 8

7 - Constituição da República Portuguesa, artigo 65º Habitação e Urbanismo.

8 - RODRIGUES, Maria – Pelo direito à cidade. Porto: Campo das Letras, 1999. p. 33

9 - INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – Comunicações/ [ao] Colóquio “A Política da Habitação”. Lisboa: Concelho Económico e Social, 1997. p.9

Habitação (INH) e ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IPAPHE).

Ao INH compete: “a) A promoção de inquéritos e estudos destinados a manter actualizado o conhecimento dos problemas habitacionais; b) O estudo das soluções e normas técnico-económicas mais adequadas à prossecução da política de habitação; c) Avaliar os custos do Estado e do sector público na execução da política geral de habitação; d) Acompanhar a execução dos projectos de habitação social por ele financiados ou subsidiados;”<sup>10</sup>

Quanto ao IGAPHE trata: “a) Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades, verificar a conformidade com os objectivos da habitação social dos planos de utilização dos terrenos objecto de alienação nos termos da alínea a) do número anterior; b) O estudo de soluções nos campos normativo, técnico, económico e social, tomando em consideração os tipos de carências existentes, as condições sócio-económicas das populações e o equilíbrio entre conforto, custo e durabilidade das habitações;”<sup>11</sup>

10 - Diário da República (1984), Decreto-lei nº 177/84, de 25 de Maio.  
11 - Diário da República (1987), Decreto-lei nº 88/87, de 26 de Fevereiro.

## 1.2 – Como surgiu o Programa Especial de Realojamento

A assimilação da Democracia, que começou a fazer-se sentir nas principais regiões do país, bem como o problema de oferta e do custo da habitação, precipitaram a ocupação e construção clandestinas, soluções informais e independentes para o alojamento da população que vinha de todo o país à procura de uma vida melhor. A partir da década de 60 deparamo-nos com o alastramento de barracas pela cidade de Lisboa, mais precisamente nas zonas de difícil acesso e de topologia muito acidentada.<sup>12</sup> A grande quantidade destas habitações auto-construídas e o seu impacto social foram as provas mais irrefutáveis de que “a cidade não só não satisfaz as necessidades dos grupos sociais mais desfavorecidos mas também provoca severas situações de discriminação.”<sup>13</sup>

Precisamente no início dos anos 90, Lisboa é alvo da atenção internacional devido ao título de Capital Europeia da Cultura no ano de 1994 e ao projeto da Expo 98. Graças à visibilidade destes eventos, a nível europeu, Lisboa e os respetivos responsáveis depara-se com a problemática dos bairros clandestinos na capital.<sup>14</sup> Estes eram origem não só de problemas sociais, mas também de problemas urbanísticos que denunciavam uma frágil gestão urbana por parte dos poderes políticos, e davam, em termos gerais, uma imagem podre e descontrolada da cidade. Será indicado lembrar que as zonas ocupadas não estavam, até à ocupação clandestina, exploradas por alguma entidade pública ou privada, tornando-se propícias à localização de bairros de lata, muitas vezes com localizações centrais na cidade. Nuno Teotónio Pereira, no livro pertencente a uma coleção do Jornal Público, em 1996, refere que, nas áreas metropolitanas, “onde se situam os grandes núcleos de barracas, verifica-se que (...) os tecidos edificados se apresentam caóticos e desarticulados, alastrando por grandes manchas do território.”<sup>15</sup> Um dos resultados destas contingências foi o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (PER). Segundo o Decreto-Lei nº 163/93: “Cria o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, tendo em vista a erradicação definitiva das barracas, mediante o desenvolvimento de Programas de habitação social para arrendamento por parte dos municípios, destinado ao realojamento das populações envolvidas...”<sup>16</sup>

12 - cf. INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – Comunicações/ [ao] Colóquio “A Política da Habitação”. Lisboa: Concelho Económico e Social, 1997. p. 3

13 - RODRIGUES, Maria – Pelo direito à cidade. Porto: Campo das Letras, 1999. p. 15

14 - cf. CACHADO, Rita Ávila; BAÍA, João – Políticas de Habitação e Construção Informal. Lisboa: Mundos Sociais, 2012, p. 2

15 - PEREIRA, Nuno Teotónio – Tempos, Lugares, Pessoas. Matosinhos: Os Contemporâneos do Público, 1996. p. 24

16 - GABINETE HABITAÇÃO INFORMAL – Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Lisboa: GHI, 1994. p.3.

A propósito deste assunto, Frederico Carvalho em 1993 realizou um artigo para o jornal Expresso, onde cita Teresa Costa Reis, técnica da CML, em 1993, “A segregação em Lisboa decorre sobretudo da segregação económica, tem mais a ver com factores sócio-espaciais do que com uma separação racial não é como nos ghettos anglo-saxónicos. A autarquia vai persistir na convivência interétnica para facilitar a integração social.”<sup>17</sup> e “Pela primeira vez em Portugal, o realojamento de famílias ciganas moradoras em barracas vai ser feito em habitações projectadas para as suas necessidades familiares e culturais. (...) anteriores acções de realojamento tinham dado origem, nas novas casas, a comportamentos menos conformistas na designação eufemística de um estudo encomendado pela autarquia. Com experiência, arquitectos e sociólogos planearam conjuntamente novos fogos a construir junto ao Retiro do Bom Pastor, entre Benfca e Buraca. A operação abrangerá um número reduzido de famílias, mas valerá como indicador para o futuro.(...) Dentro dos limites da capital residem, segundo uma estimativa da década de 80, cerca de 2900 ciganos. A CML apenas tem recenseados 1500, distribuídos, depois dos recentes realojamentos do Eixo Norte-Sul por 15 bairros de barracas, cinco bairros de pré-fabricados e oito definitivos.”<sup>18</sup>

Este programa foi, a vários títulos, uma oportunidade para fazer algo inédito. Aprender com erros de iniciativas passadas foi importante para o definir. As grandes perguntas parecem ser: como realojar as pessoas, e onde? O programa atuava nos locais previamente ocupados de forma clandestina, mas previa um baixo número de fogos para evitar a criação de “ghettos” e conflitos. Marcam-se algumas exceções, como o Casal Ventoso, onde os arquitetos camarários tiveram pouco tempo para projetar e construir as habitações. Nesse sentido, foram criados gabinetes externos para a realização destes bairros que, tendo uma escala considerável contavam já com alguns equipamentos públicos e associações. Por outro lado, surgiram situações em que as novas habitações PER foram implantadas junto a terrenos que haviam sido incluídos em anteriores programas de habitação social, traíndo de certa forma o objetivo inicial de evitar a conotação com as ideias de bairro social e de guetos. Foi esta a situação que se verificou com o projeto em Alto do Pina (Olaias) situado nas imediações do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP)<sup>19</sup> e de habitações do programa SAAL, com o projeto de Manuel Vicente para o Bairro da Quinta do Bacalhau.

O PER sofreu sucessivas críticas, tais como “As pessoas não são coisas que se metem em gavetas”<sup>20</sup> ou os diversos inquéritos feitos à população que revelaram um “Gosto pela casa e o desgosto pelo Bairro”.<sup>21</sup>

17 - CARVALHO, Frederico. “Casas Ciganas em Blocos Sociais”. In Jornal Expresso, sábado 27 de Fevereiro de 1993, p. 1

18 - Idem

19 - Diário da República (1985) – Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril.

20 - GUERRA, Isabel. “As pessoas não são coisas que se metem em gavetas”, in: Sociedade e Território, nº 20. Porto: Ed. Afrontamentos, 1994. p. 11-16.

21 - PINTO, Teresa Costa. “A apropriação do Espaço em Bairros Sociais: O Gosto pela Casa e o Desgosto pelo Bairro”, in: Sociedade e Território, nº20. Porto: Ed. Afrontamentos, 1994. p. 36 – 43.

Paralelamente, vários projetos do PER receberam críticas positivas, caso dos Prémios INH que tinham como objetivo divulgar as soluções que melhor satisfizessem “os princípios a que deve obedecer a promoção de habitação de interesse social”<sup>22</sup>. O Bairro de Calhariz de Benfca, da autoria do arquiteto Paulo Tormenta Pinto e o Bairro do Bom Pastor, autoria da arquiteta Ana Lúcia Barbosa, estiveram entre os vencedores INH, e alguns outros PER ganharam menções honrosas ao longo dos anos.<sup>23</sup> Em 2009, o arquiteto António Baptista Coelho referiu que este programa promoveu e alcançou alguns bons exemplos de soluções urbanas e arquitetónicas.<sup>24</sup>

Nuno Teotónio Pereira, em 1996, na mesma publicação mencionada anteriormente, refere que um dos grandes desafios dos programas de realojamento é o factor integração urbanística, ou seja, se realmente estes novos conjuntos habitacionais serão aproveitados para fazer cidade ou para a desfazer ainda mais. Esta é uma das formas para pensar a dispersão destas habitações pela cidade que por um lado colmatam descontinuidades e por outro integram os novos habitantes. Nuno Teotónio Pereira refere ainda, que estes bairros de iniciativa do Estado têm que estar integrados nos bairros de iniciativa privada e cooperativa “... A verdadeira solução seria a implantação das novas construções em zonas de habitação também não social, como aconteceu com os verdadeiros sucessos neste domínio que constituíram os bairros de Alvalade e dos Olivais em Lisboa.(...) Havia assim que fazer convergir numa mesma zona o PER, as Casas Económicas e a promoção privada e cooperativa.”<sup>25</sup>

Ao PER original seguiu-se um programa de moldes semelhantes. O “PER Famílias”<sup>26</sup> lançado em 1996, permitiu a algumas famílias recenseadas no PER encontrar, por iniciativa própria, uma habitação com tipologia adequada ao seu agregado familiar, da ajuda de fundos e empréstimos definidos no decreto-lei nº 79/96.<sup>27</sup> O Acordo de Adesão ao PER só integrou as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, uma vez que estas concentravam o maior número de barracas a nível nacional. De acordo com esta adesão estava previsto a construção de um total de 48.318 fogos nos municípios de Lisboa e Porto.<sup>28</sup>

22 - <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/premios/premioinh.html>.

23 - Av. Berlim autoria do Arq. Manuel Abílio, Prémio INH 2000, Mensão Honrosa, Quinta das Lavadeiras autoria da Arq. Margarida Lopes Alves, Prémio INH 1999, Mensão Honrosa

24 - cf. COELHO, Baptista; COELHO, António – Habitação de Interesse Social em Portugal: 1988 – 2005. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

25 - PEREIRA, Nuno Teotónio – Tempos, Lugares, Pessoas. Matosinhos: Os Contemporâneos do Público, 1996. p. 38.

26 - cf. Diário da República (1996) – Decreto-Lei nº 79/96, de 20 de Junho.

27 - cf. CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização. Lisboa: Direcção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, 2013. p.16

28 - cf. Idem,. p.7

O primeiro recenseamento do PER relativo à CML, que fora realizado em 1993, “abrangeu 10.030 alojamentos precários, habitados por 37.299 pessoas, a que correspondiam a 11.129 agregados a realojar”<sup>29</sup>. Os 8.817 fogos que derivam exclusivamente do PER foram construídos no decorrer de 65 empreendimentos, sendo que 25 deles foram levados a cabo pela CML, por meio de entidades ligadas a esta. A CML previu construir, através do programa, 11.129 fogos, dos quais apenas 9.135 foram construídos. Dado que o programa foi extinto, os restantes ficarão, ao que tudo indica, por construir. Segundo a CML: “Não existem barracas na cidade de Lisboa, tendo sido erradicadas com a concretização dos programas de realojamento”.<sup>30</sup>

Aquando o realojamento das várias famílias, das barracas onde habitavam para as novas casas, deu-se a transição dos problemas que assolavam a vida nestes locais e nalguns casos esses problemas agravaram-se. Foi o caso do Alto do Lumiar, cuja a nova urbanização acolheu os antigos moradores do bairro da Musgueira. Tendo um alto número de habitações a custos controlados, este bairro precisava de uma entidade para o gerir e ajudar os novos habitantes. O filme “Vizinhos”(2009) realizado por Tiago Figueiredo e financiado pela Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa (GEBALIS), mostra o trabalho desta entidade, a sua relação com os moradores e as dificuldades que encontra no dia a dia na sua gestão.<sup>31</sup> Para tentar controlar e minimizar estes problemas foi criada uma empresa municipal, a GEBALIS, em 1995. Hoje em dia cerca de 23.000 fogos são geridos por este grupo.<sup>32</sup>

### 1.3 – Descrição do Trabalho

Depois de recolhido, e redesenhado o material do levantamento inicial, segue-se a análise de desenhos originais e o estudo das suas tipologias e organização, com a finalidade de identificar e compreender quais os agentes envolvidos, os seus objetivos e a população abrangida. Reunido um conjunto significativo de casos de estudo, este trabalho permite uma compreensão do historial de três conjuntos habitacionais concretizados ao abrigo do PER. Através de uma recolha fotográfica, entrevistas aos autores dos projetos selecionados, pretende-se adquirir alguma clareza e conhecimento do assunto de várias perspetivas. Tendo em conta as propostas apresentadas, terá interesse perceber quais foram os objetivos socio-políticos deste Programa; se os seus resultados foram maioritariamente positivos ou negativos; e as razões pelas quais apenas alguns destes bairros cumpriram de uma forma integral os seus objetivos originais.

Escolhem-se como casos de estudo: Bairro do Bom Pastor (arq. Ana Lúcia Barbosa), Calhariz de Benfica (arq. Paulo Tormenta Pinto) e Rego zona A (arq. João Gomes Teixeira). Os primeiros dois bairros receberam o Prémio INH respetivamente em 1998 e 2001, pelo que podemos considerar que em ambos os casos existe um reconhecimento público que incentiva uma melhor compreensão destes edifícios. De alguma forma, observando outros exemplos do PER, reconhece-se que o da Ana Lúcia Barbosa foi bastante influente no desenvolvimento de alguns projetos inseridos no programa. Não será eventualmente o suficiente para garantir um padrão ou um “estilo”, mas certamente se encontram muitos paralelismos entre este e outros projetos posteriores. O bairro de Paulo Tormenta Pinto, edificado na reta final do programa, não parece sofrer essa influência do Bairro Bom Pastor. Da mesma forma, o caso do projeto de João Gomes Teixeira não segue muitas das diretrizes informalmente lançadas pelo primeiro projeto PER, o de Ana Lúcia Barbosa, particularmente pela relação que o seu projeto procura criar com as pré-existências do terreno. Nesse sentido, estudar este caso, um pouco mais “isolado” teria o maior interesse.

29 - CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização. Lisboa: Direcção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, 2013. p. 8

30 - Idem, p. 26

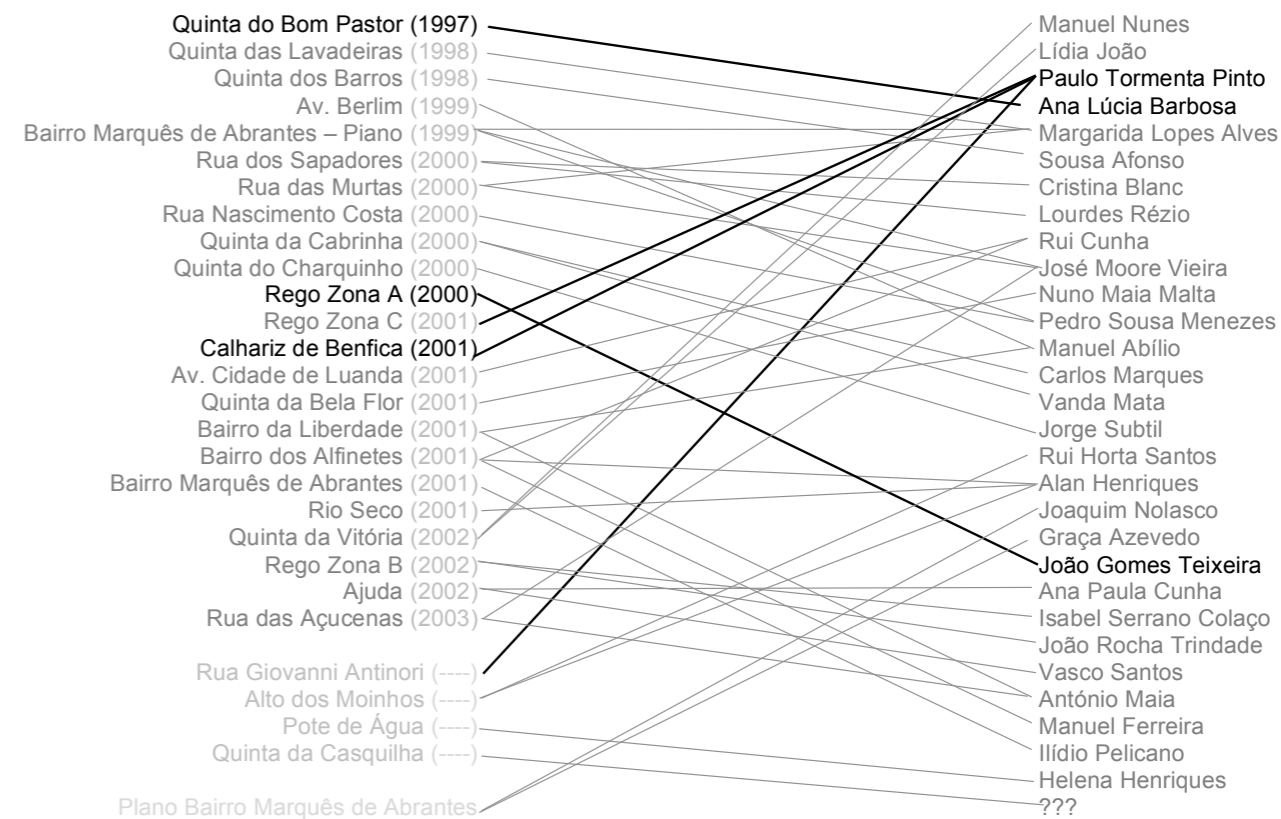
31 - cf. <http://vimeo.com/25717591>

32 - cf. CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização. Lisboa: Direcção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, 2013. p. 36



## Capítulo 2: Fichas Técnicas

### Os Bairros PER no Concelho de Lisboa



## Concelho de Lisboa - PER Construções

Bairro do Bom Pastor [01]	[13] Av. Cidade de Luanda
Quinta das Lavadeiras [02]	[14] Quinta da Bela Flor
Quinta dos Barros [03]	[15] Bairro da Liberdade
Av. de Berlim [04]	[16] Bairro dos Alfinetes
Piano - Bairro Marquês de Abrantes [05]	[17] Bairro Marquês de Abrantes
Rua dos Sapadores [06]	[18] Rio Seco
Rua das murtas [07]	[19] Rego Zona B
Rua Nascimento Costa [08]	[20] Ajuda
Bairro do Charquinho [09]	[21] Rua das Açucenas
Rego Zona A [10]	[22] Bairro da Boavista
Rego Zona C [11]	[23] Olaias - Alto do Pina
Calhariz de Benfica [12]	



Fig. 01 - Ortofoto do Concelho de Lisboa

## [01] Bairro do Bom Pastor

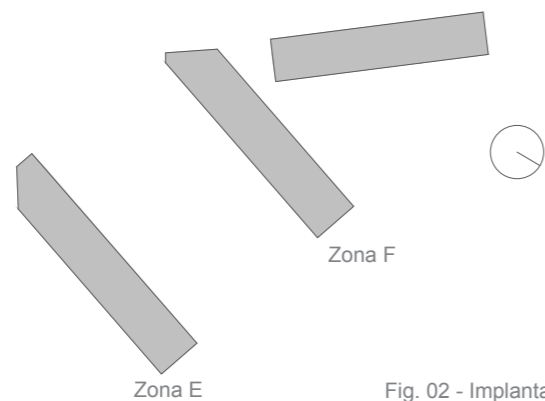


Fig. 02 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua Issan Sartawi, Benfica, Lisboa  
Data de Construção Zona E: 1997  
Data de Construção Zona F: 2000  
Projeto: Arq<sup>a</sup>. Ana Lucia Barbosa  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Ângela Rodrigues  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor Zona E: OBRECOL, Obras e Construções, S.A.  
Construtor Zona F: Construtora San José, S.A.

Área do Terreno: 2,49 ha  
Nº de Lotes Total: 11  
Nº de Fogos Total: 101

Tipologias: T1(10) T2(49) T3(38) T4(4)



Fig. 03 - Vista Aérea

[01] Bairro do Bom Pastor

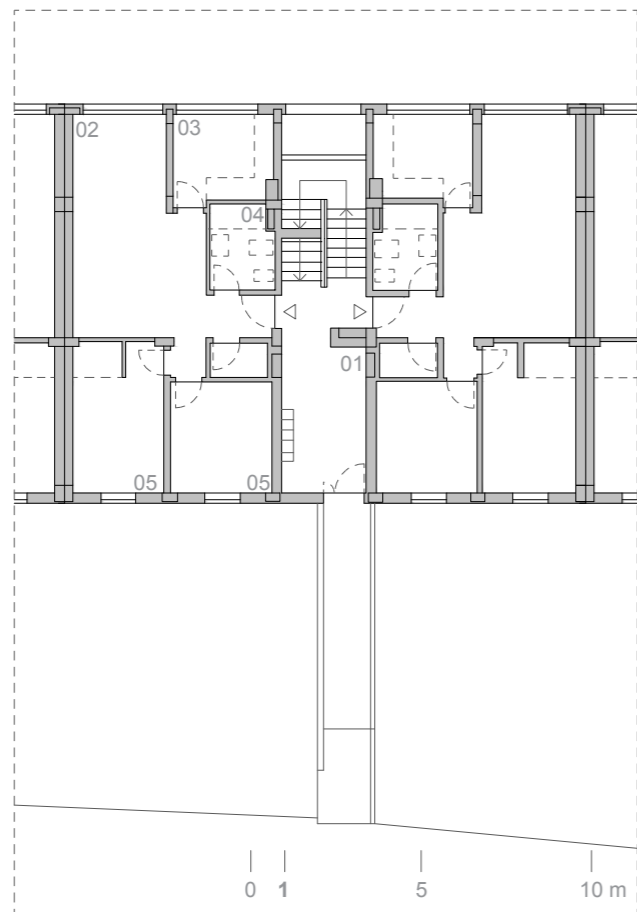


Fig. 04 - Tipologia A Zona E

**Áreas**  
**Tipologia 2: Zona E**

- 01 - Entrada: 15 m<sup>2</sup>
- 02 - Sala: 22 m<sup>2</sup>
- 03 - Cozinha: 11 m<sup>2</sup>
- 04 - I.S.: 5 m<sup>2</sup>
- 05 - Quartos: 10-12 m<sup>2</sup>

Área Útil Total: 62 m<sup>2</sup>



Fig. 05 - Fotografia Nossa 17/08/2014

## [02] Quinta das Lavadeiras

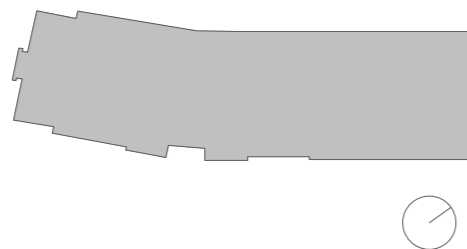


Fig. 06 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua da Quinta das Lavadeiras, Santa Clara, Lisboa  
Data de Construção: 1998  
Projeto: Arq<sup>a</sup>. Margarida Lopes Alves  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq. Paisagista Teresa Travassos  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: HENGOR, Sociedade de Construção, Lda

Área do Terreno: 2 206 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes Total: 2  
Nº de Fogos Total: 35

Tipologias: T1(7) T2(14) T3(7) T4(7)



Fig. 07 - Vista Aérea

[02] Quinta das Lavadeiras

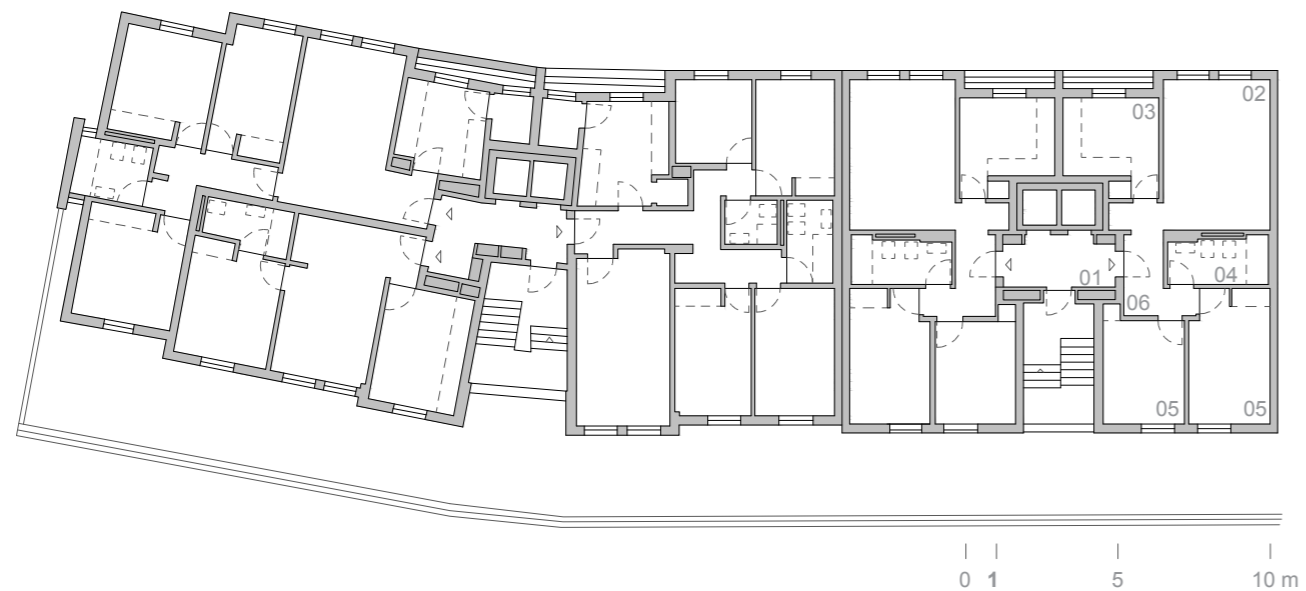


Fig. 08 - Planta Tipo

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	6 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	17 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	9 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	9 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	9-14 m <sup>2</sup>
06 - Corredor:	6 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	59 m <sup>2</sup>



Fotografia nossa 21/10/2014

## [03] Quinta dos Barros

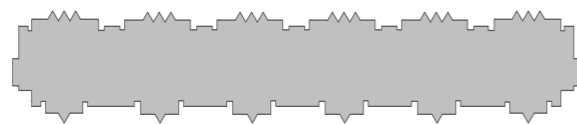


Fig. 10 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada:	Rua António Albino Machado, São Domingues de Benfica, Lisboa
Data de Construção:	1998
Projeto:	Arq. Sousa Afonso
Projeto de Arranjos Exteriores:	Arq <sup>a</sup> . Paisagista Maria João Ferreira
Promotor:	Câmara Municipal de Lisboa
Construtor:	Seabra Gomes, SA
Área do Terreno:	10 264 m <sup>2</sup>
Nº de Lotes Total:	6
Nº de Fogos Total:	162
Tipologias:	T1(14) T2(94) T3(46) T4(8)



Fig. 11 - Vista Aérea

[03] Quinta dos Barros

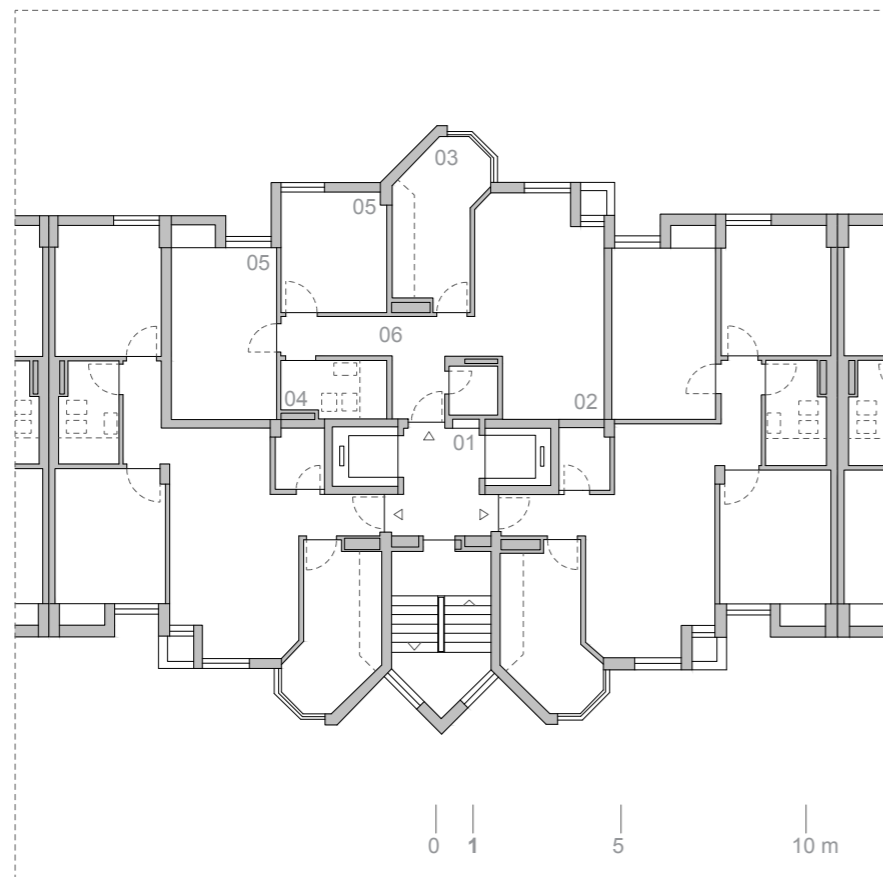


Fig. 12 - Tipologia 2 e 3

**Áreas  
Tipologia 2**

- 01 - Entrada: 7 m<sup>2</sup>
- 02 - Sala: 19 m<sup>2</sup>
- 03 - Cozinha: 9 m<sup>2</sup>
- 04 - I.S.: 4 m<sup>2</sup>
- 05 - Quartos: 9-15 m<sup>2</sup>
- 06 - Corredor: 8 m<sup>2</sup>
  
- Área Útil Total: 66 m<sup>2</sup>



Fig. 13 - Fotografia nossa 17/08/2014



[04] Av. de Berlim



Fig. 14 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Rua Acúrcio Pereira Olivais, Lisboa  
Data de Construção: 1999  
Projeto: Arq. Manuel Abílio  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq. Paisagista Cristina Pinto Cardoso  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: Betofer, S.A. e Abrantina S.A.

Área do Terreno: 1,75 ha  
Nº de Lotes Total: 19  
Nº de Fogos Total: 227

Tipologias: T1(20) T2(117) T3(82) T4(8)



Fig. 15 - Vista Aérea

[04] Av. de Berlim

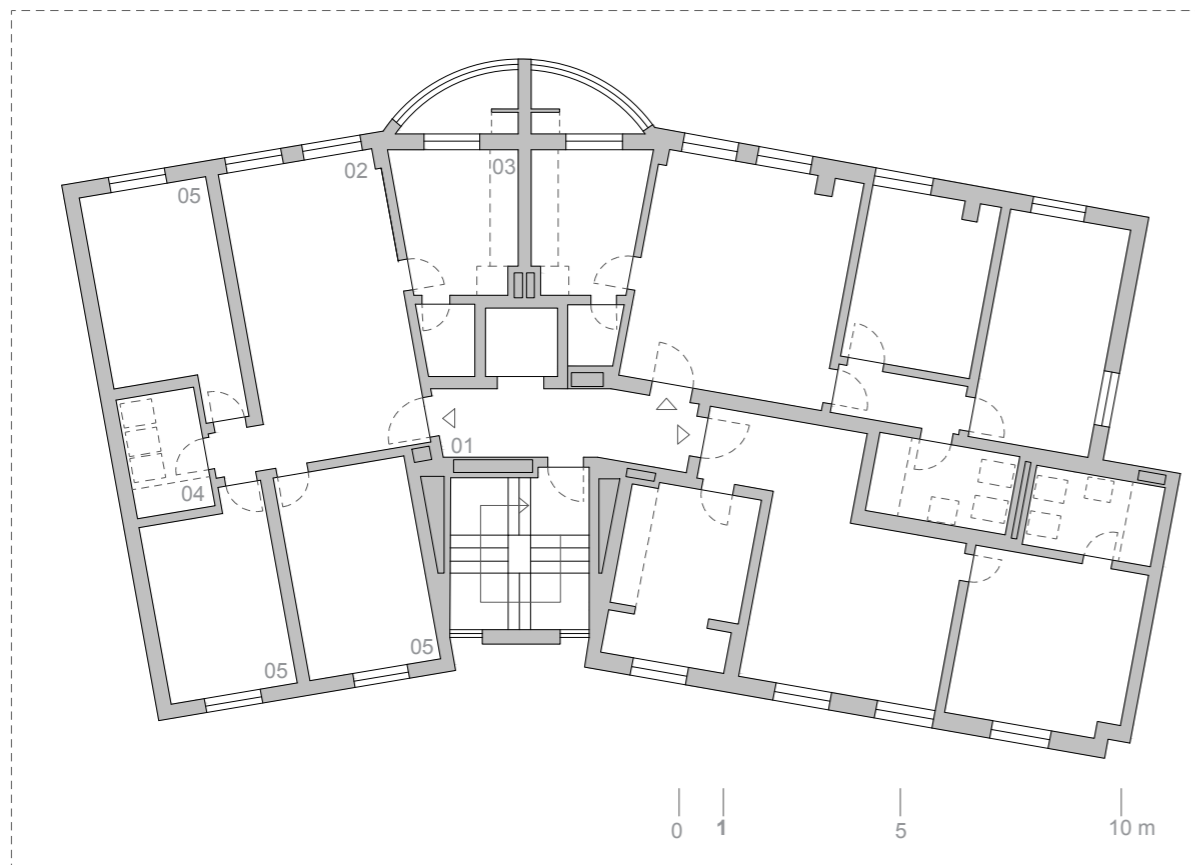


Fig. 16 - Tipologia 1, 2 e 3

**Áreas  
Tipologia 3**

- 01 - Entrada: 10 m<sup>2</sup>
- 02 - Sala: 26 m<sup>2</sup>
- 03 - Cozinha: 9m<sup>2</sup>
- 04 - I.S.: 5 m<sup>2</sup>
- 05 - Quartos: 12-14-14 m<sup>2</sup>

Área Útil Total: 85 m<sup>2</sup>



Fig. 17 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [05] Plano- Bairro Marquês de Abrantes

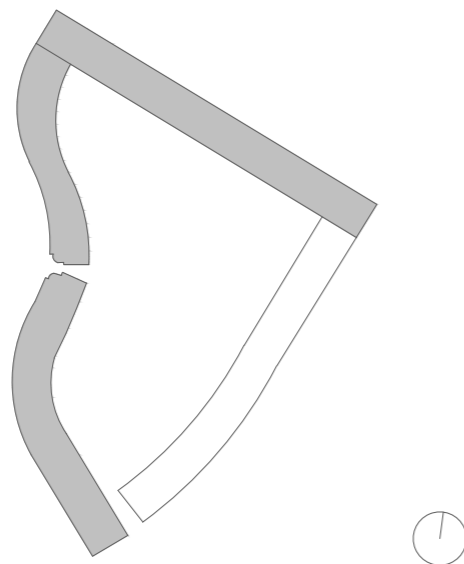


Fig. 18 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua Padre António Ferreira, Olaias, Marvila, Lisboa  
Data de Construção: 1999  
Projeto: Arq. José Moore Vieira, Arq.<sup>a</sup> Margarida Lopes Alves,  
Arq. Pedro Menezes  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq.<sup>a</sup> Paisagista Ângela Rodrigues  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Área do Terreno: 1,55 ha  
Nº de Lotes Total: 18  
Nº de Fogos Total PER : 175  
Nº de Fogos Total PER e PIMP: 242



Fig. 19 - Vista Aérea

[05] Plano - Bairro Marquês de Abrantes

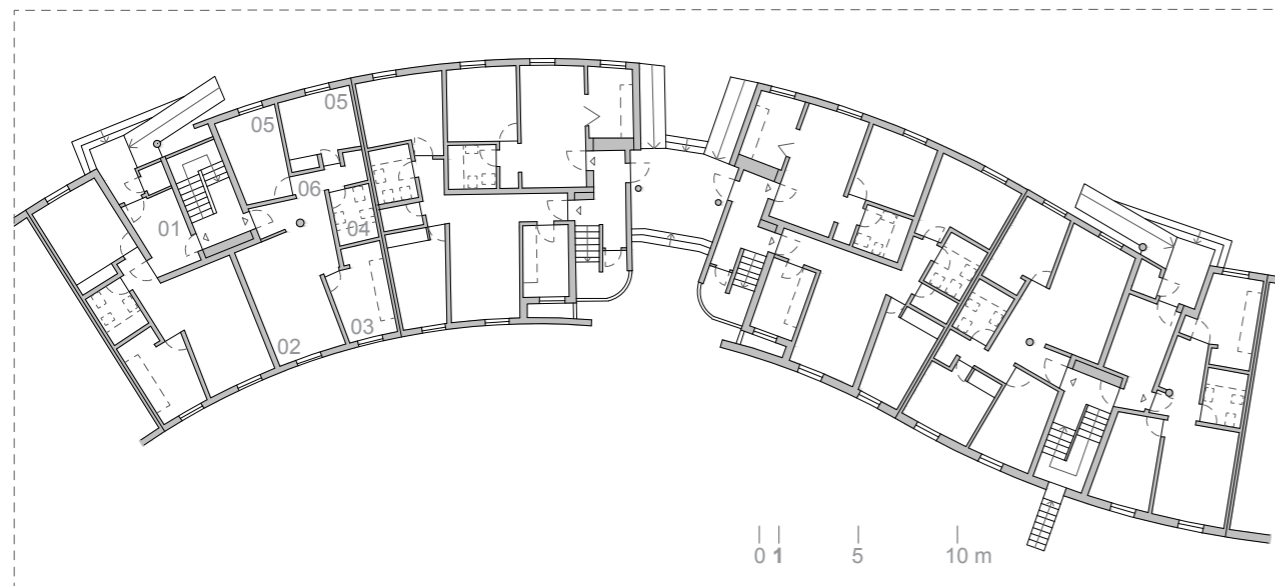


Fig. 20 - Tipologia 1 e 2

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	10 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	27 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	12 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	9 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	12-11 m <sup>2</sup>
06 - Corredor:	3 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	78 m <sup>2</sup>



Fig. 21 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [06] Rua dos Sapadores

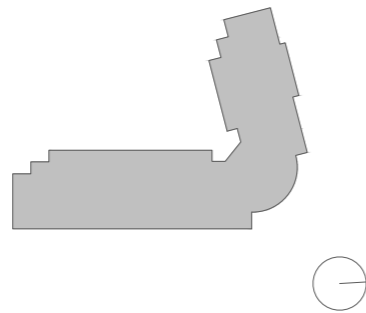


Fig. 22 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua dos Sapadores, São Vicente, Lisboa  
Data de Construção: 2000  
Projeto: Arq.<sup>a</sup> Cristina Blanc, Arq.<sup>a</sup> Lourdes Rézio  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq.<sup>a</sup> Paisagista Cristina Cardoso  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Área do Terreno: 1 977 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes Total: 4  
Nº de Fogos: 38

Tipologias: T1(6) T2(24) T3(8)



Fig. 23 - Vista Aérea

[06] Rua dos Sapadores

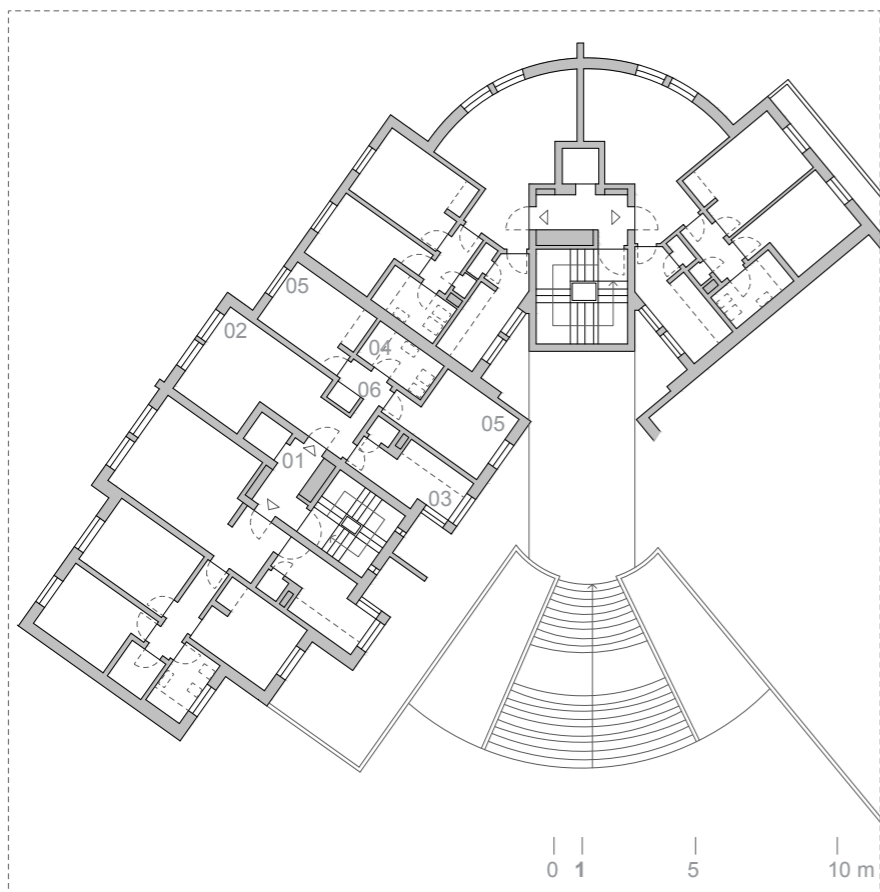


Fig. 24 - Tipologias 2 e 3

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	10 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	16 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	6 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	4 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	11-13 m <sup>2</sup>
06 - Corredor:	4 m <sup>2</sup>
<b>Área Útil Total:</b>	<b>72 m<sup>2</sup></b>



Fig. 25 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [07] Rua das Murtas

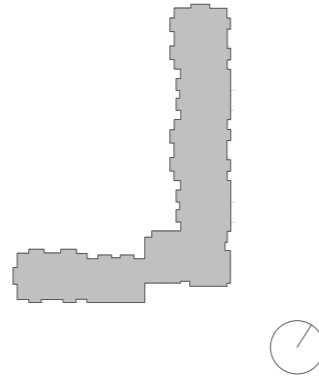


Fig. 26 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua das Murtas, Alvalade, Lisboa  
Data de Construção: 2000  
Projeto: Arq. José Moore Vieira, Arq<sup>a</sup>. Margarida Lopes Alves  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Maria João Ferreira  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Área do Terreno: 1,03 ha  
Nº de Lotes Total: 7  
Nº de Fogos: 122

Tipologias: T1(18) T2(55) T3(40) T4(9)



Fig. 27 - Vista Aérea

[07] Rua das Murtas

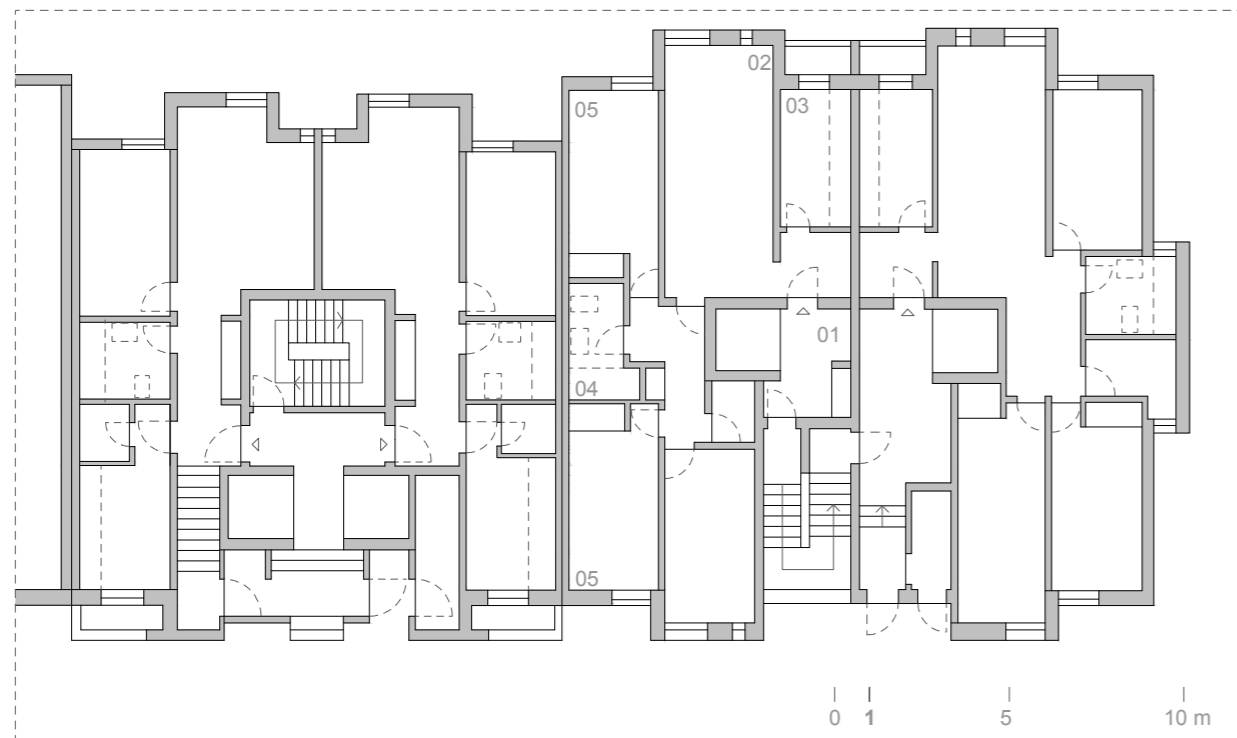


Fig. 28 - Tipologias 1 e 3

**Áreas  
Tipologia 3**

01 - Entrada:	6 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	22 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	8 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	5 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	12 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	89 m <sup>2</sup>



Fotografia nossa 21/10/2014



## [08] Rua Nascimento Costa



Fig. 30 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua Nascimento Costa, Beato, Lisboa  
Data de Construção: 2000  
Projeto: Arq. Pedro Menezes  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Maria João Ferreira  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Área do Terreno: 7 261 ha  
Nº de Lotes Total: 19  
Nº de Fogos: 136

Tipologias: T1(16) T2(66) T3(46) T4(8)



Fig. 31 - Vista Aérea

[08] Rua Nascimento Costa

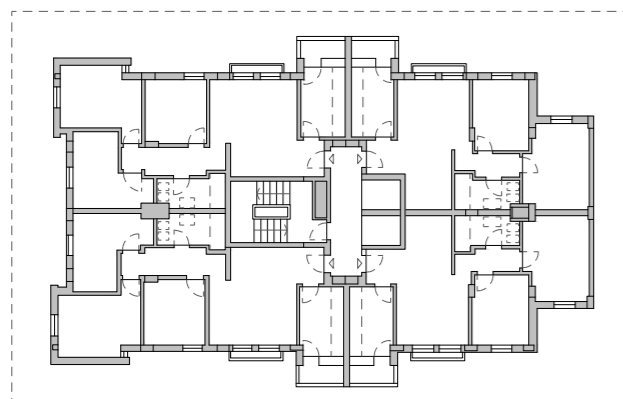


Fig. 32 - Planta Tipo

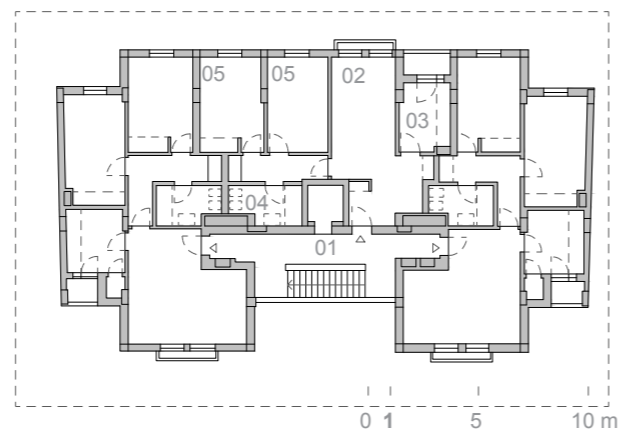


Fig. 33 - Planta Tipo

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	20 m2
02 - Sala:	17 m2
03 - Cozinha:	7 m2
04 - I.S.:	5 m2
05 - Quartos:	10-14m2
<b>Área Útil Total:</b>	<b>66 m2</b>



Fig. 34: - Fotografia nossa 17/08/2014

## [09] Bairro do Charquinho

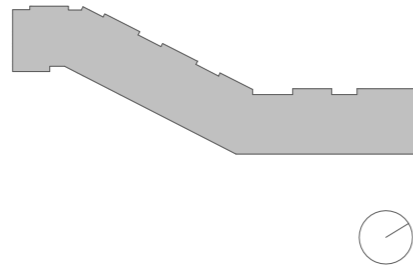


Fig. 35 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Estrada do Poço do Chão, Benfica, Lisboa  
Data de Construção: 2000  
Projeto: Arq. Jorge Subtil  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Ângela Rodrigues  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: Edifer, S.A.

Área do Terreno: 4 105 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes Total: 5  
Nº de Fogos: 83

Tipologias: T1(15) T2(41) T3(17) T4(10)



Fig. 36 - Vista Aérea

[09] Bairro do Charquinho

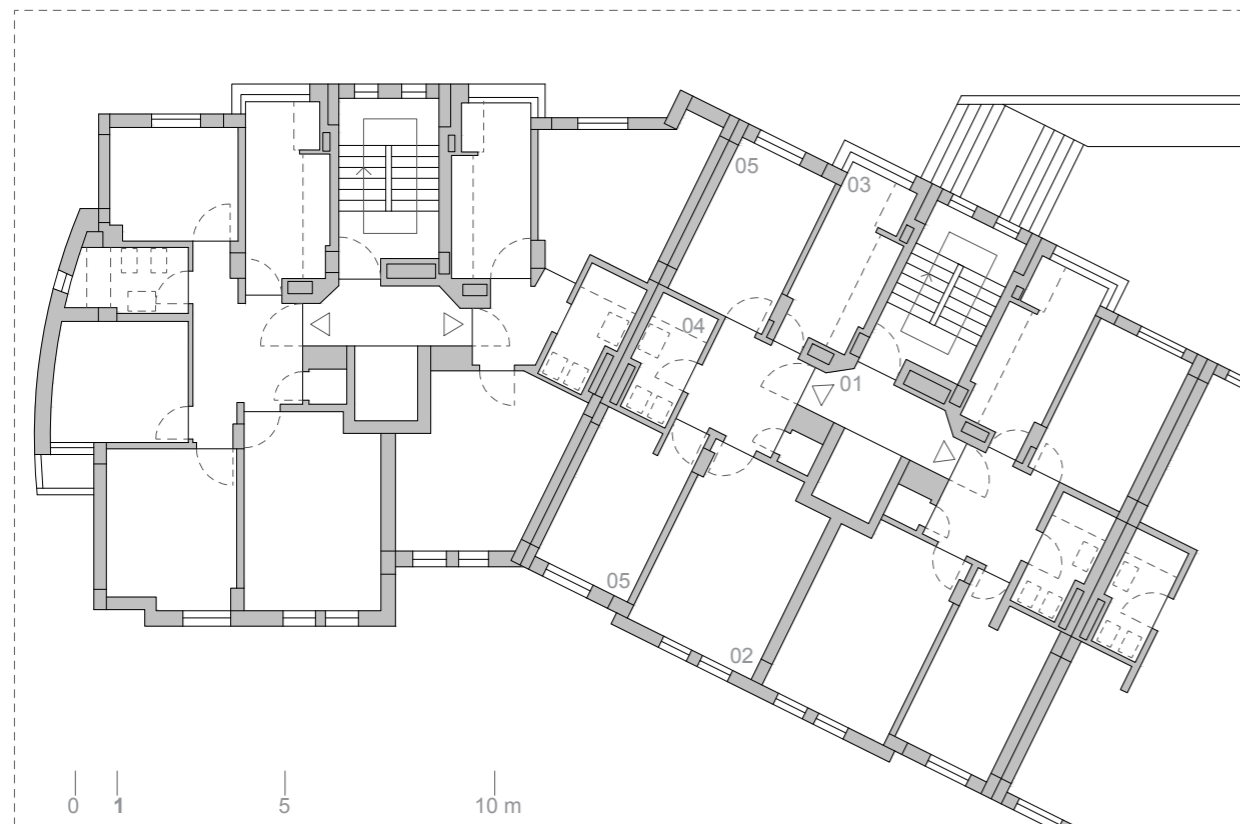


Fig. 37 - Tipologia 1, 2 e 3

**Áreas**  
**Tipologia 2**

01 - Entrada:	5 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	15 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	8 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	4 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	13 m <sup>2</sup>
<b>Área Útil Total:</b>	<b>54 m<sup>2</sup></b>



Fig. 38 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [10] Rego Zona A

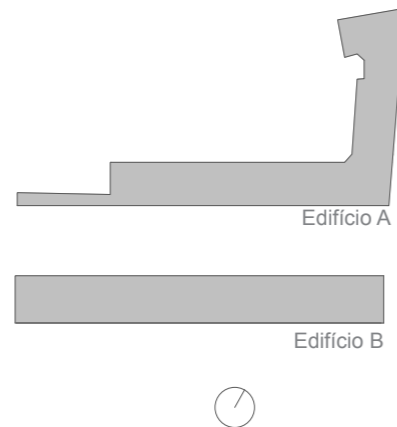


Fig. 39 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua Augusto Abeira, Avenidas Novas, Lisboa  
Data de Construção: 2000  
Projeto: Arq. João Gomes Teixeira, Arq<sup>a</sup>. Ana Paula Cunha  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Teresa Travassos  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: Teixeira Duarte Engenharia e Construção S.A.

Área do Terreno: 7 000 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes Total: 13  
Nº de Fogos: 160

Tipologias: T1(35) T2(56) T3(50) T4(19)



Fig. 40 - Vista Aérea

[10] Rego Zona A

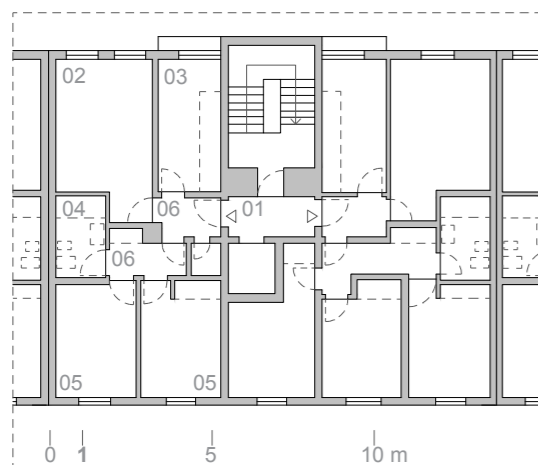


Fig. 41 - Tipologia 2 e 3 Edifício A

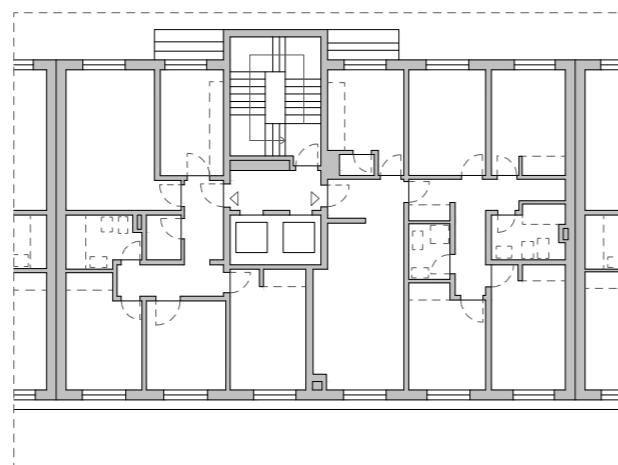


Fig. 42 - Tipologia 3 e 4 edifício B

**Áreas**  
**Tipologia 2**

01 - Entrada:	3 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	16 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	9 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	4 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	8-9 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	50 m <sup>2</sup>



Fig. 43 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [11] Rego Zona C

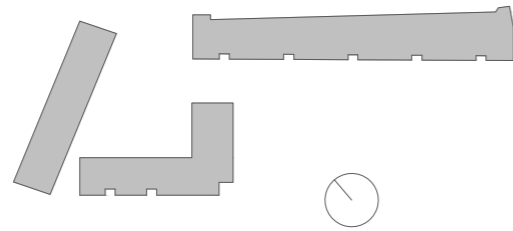


Fig. 44 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua Portugal Durão, Avenidas Novas, Lisboa  
Data de Construção: 2001  
Projeto: Arq. Paulo Tormenta Pinto  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Cristina Cardoso  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: CME,S.A.

Área do Terreno: 4 000 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes: 7  
Nº de Fogos: 84

Tipologias: T1(4) T2(45) T3(35)



Fig. 45 - Vista Aérea

[11] Rego Zona C

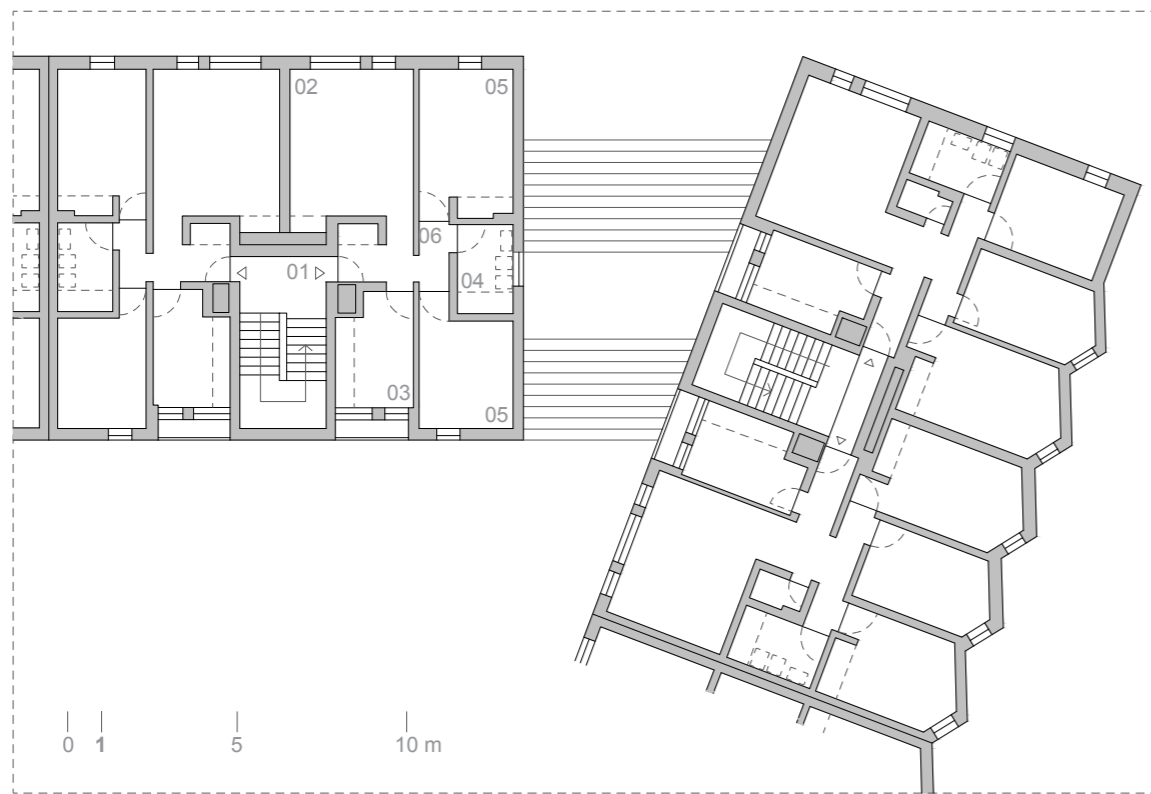


Fig. 46 - Tipologia 2 e 3

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	8 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	17 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	7 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	4 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	13-14 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	73 m <sup>2</sup>



Fig. 47 - Fotografia nossa 17/08/2014



## [12] Calhariz de Benfica

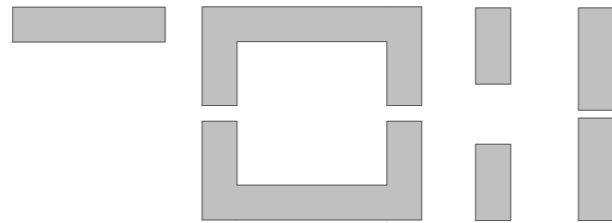


Fig. 48 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Travessa do Sargento Abilio, Benfica, Lisboa  
Data de Construção: 2001  
Projeto: Arq. Paulo Tormenta Pinto  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq. Paulo Tormenta Pinto, Arq. Nuno Maia  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: Obrecol - Obras e Construções, S.A.

Área do Terreno: 8 200 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes: 14  
Nº de Fogos: 91

Tipologias: T1(5) T2(49) T3(30) T4(7)



Fig. 49 - Vista Aérea

[12] Calhariz de Benfica

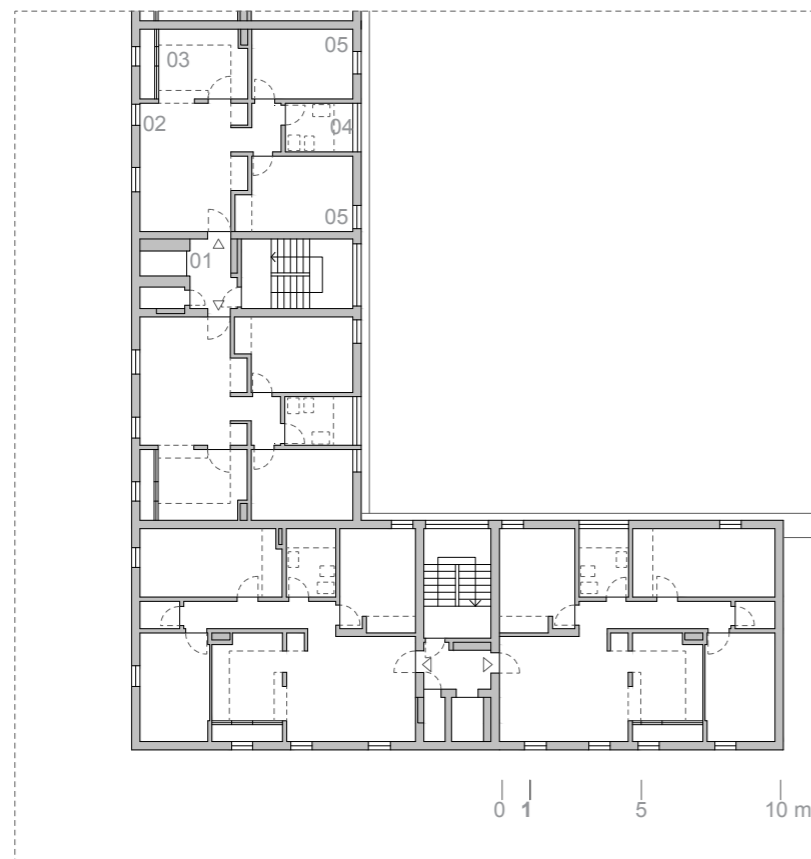


Fig. 50 - Tipologia 2 e 3

**Áreas  
Tipologia 2**

- 01 - Entrada: 4 m<sup>2</sup>
- 02 - Sala: 15 m<sup>2</sup>
- 03 - Cozinha: 8 m<sup>2</sup>
- 04 - I.S.: 4 m<sup>2</sup>
- 05 - Quartos: 9-10 m<sup>2</sup>
  
- Área Útil Total: 51 m<sup>2</sup>



Fig. 51 - Fotografia nossa 17/08/2014

[13] Av. Cidade de Luanda

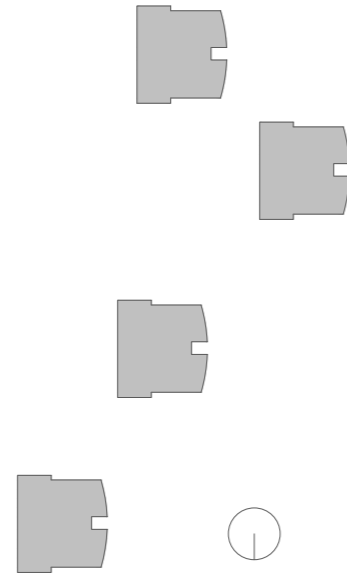


Fig. 52 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Av. Cidade de Luanda, Olivais, Lisboa  
Data de Construção: 2001  
Projeto: Arq. Rui Cunha  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arqª. Paisagista Mónica Farina  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: Construtora Abrantina, S.A.

Área do Terreno: 8 000 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes: 4  
Nº de Fogos: 148

Tipologias: T1(20) T2(64) T3(56) T4(8)



Fig. 53 - Vista Aérea

[13] Av. Cidade de Luanda

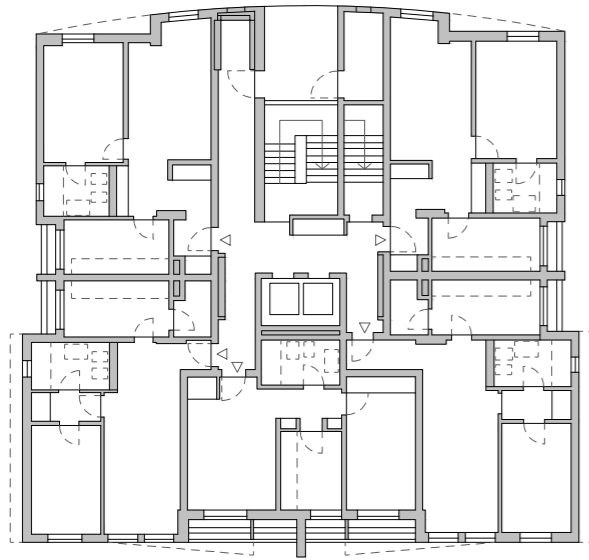


Fig. 54 - Planta Piso 0

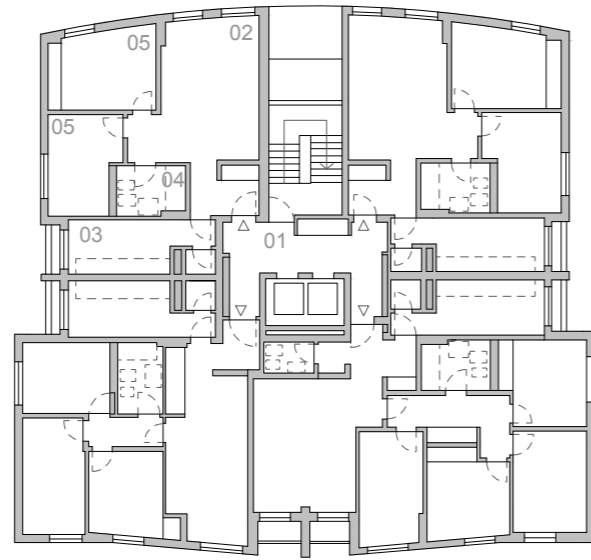


Fig. 55 - Planta Piso 5-6

0 1 5 10 m

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	14 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	18 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	9 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	5 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	13 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	62 m <sup>2</sup>



Fig. 56 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [14] Quinta da Bela Flor

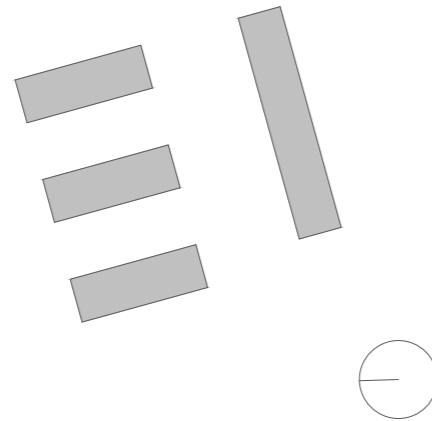


Fig. 57 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua da Bela Flor, Campolide, Lisboa  
Data de Construção: 2001  
Projeto: Arq. Nuno Maia Malta  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Otilia Freire  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: Somague Engenharia, S.A.

Área do Terreno: 1,10 ha  
Nº de Lotes: 10  
Nº de Fogos: 82

Tipologias: T2(53) T3(24) T4(86)



Fig. 58 - Vista Aérea

[14] Quinta da Bela Flor

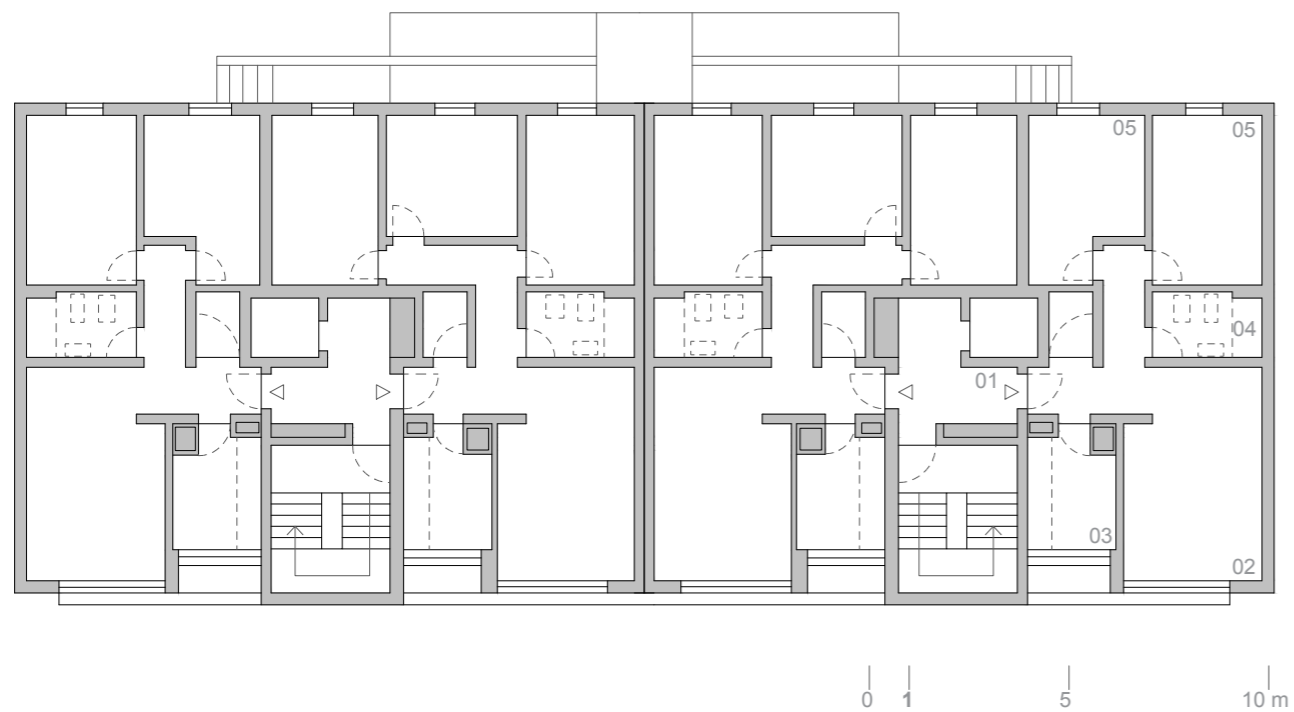


Fig. 59 - Planta Tipo

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	7 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	15 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	6 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	8 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	12-13 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	60 m <sup>2</sup>



Fig. 60 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [15] Bairro da Liberdade

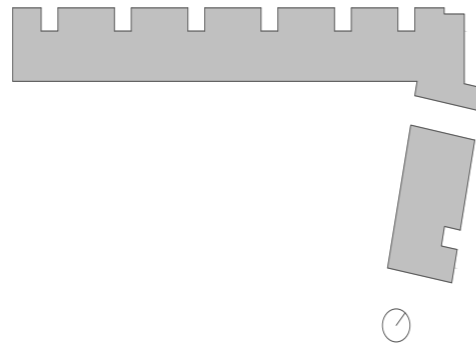


Fig. 61 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Bairro da Liberdade, Campolide, Lisboa  
Data de Construção: 2001  
Projeto: Arq. António Maia, Arq. Manuel Abílio  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Ângela Rogrigues  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: Ensul, S.A.

Área do Terreno: 9 700 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes: 8  
Nº de Fogos: 64

Tipologias: T1(5) T2(33) T3(24) T4(2)



Fig. 62 - Fotografia Nossa 17/08/2014

## [16] Bairro dos Alfinetes

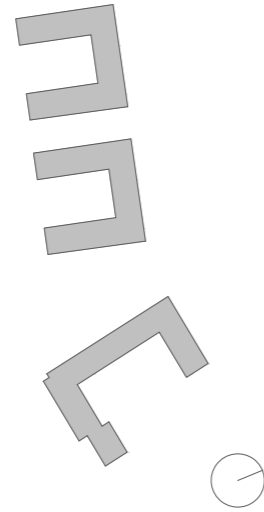


Fig. 63 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada:	Rua António Gedeão, Olaias, Marvila, Lisboa
Data de Construção:	2001
Projeto:	Arq. Alan Enriques, Arq. Manuel Ferreira, Arq. Rui Cunha
Projeto de Arranjos Exteriores:	EDIFER, S.A.
Promotor:	Câmara Municipal de Lisboa
Área do Terreno:	1,44 ha
Nº de Lotes:	3
Nº de Fogos PER:	212
Nº de Fogos PER e PIMP:	675
Tipologias:	T1(21) T2(96) T3(74) T4(21)



Fig. 64 - Vista Aérea



[16] Bairro dos Alfinetes

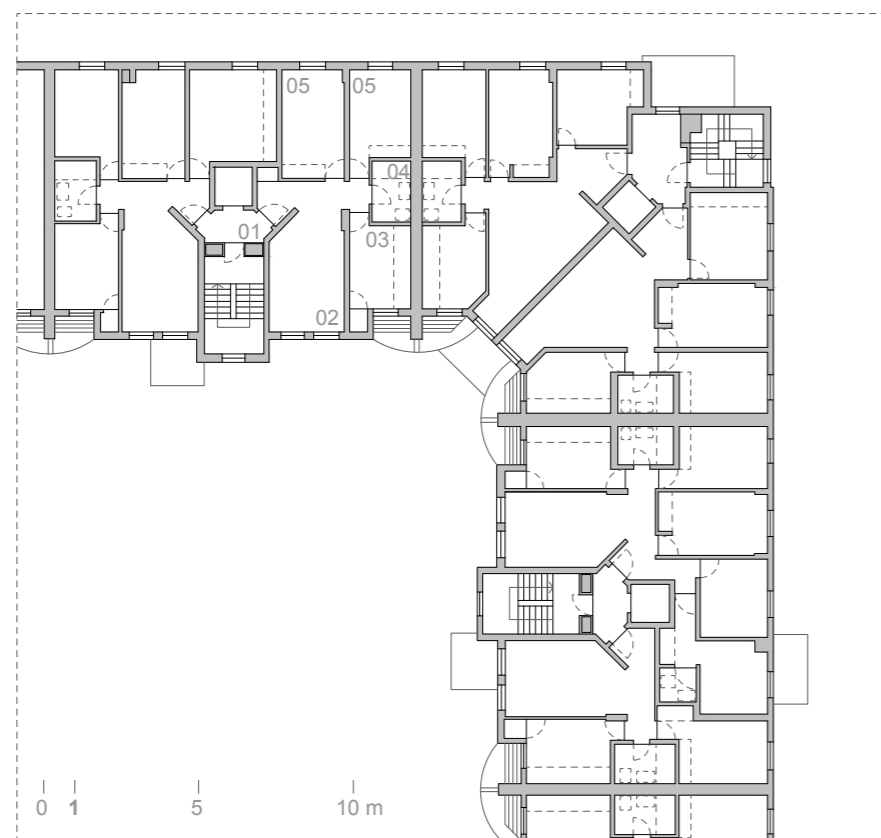


Fig. 65 - Tipologia 2 e 3

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	3 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	14 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	8 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	4 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	9-10 m <sup>2</sup>
<b>Área Útil Total:</b>	<b>55 m<sup>2</sup></b>



Fig. 66 - Fotografia nossa 17/08/2014

[17] Bairro Marquês de Abrantes

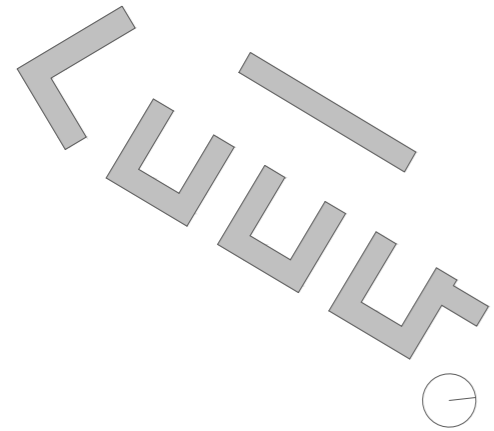


Fig. 67 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada:	Rua Alberto José Pessoa, Olaias, Marvila, Lisboa
Data de Construção:	2001
Projeto:	ARIPA - Ilídio Pelicano e Associados
Projeto de Arranjos Exteriores:	ARIPA - Ilídio Pelicano e Associados
Promotor:	Câmara Municipal de Lisboa
Construtor:	Soares da Costa, S.A.
Área do Terreno:	2,90 ha
Nº de Lotes:	5
Nº de Fogos:	350
Tipologias:	T1(47) T2(168) T3(115) T4(20)



Fig. 68 - Vista Aérea

[17] Bairro Marquês de Abrantes

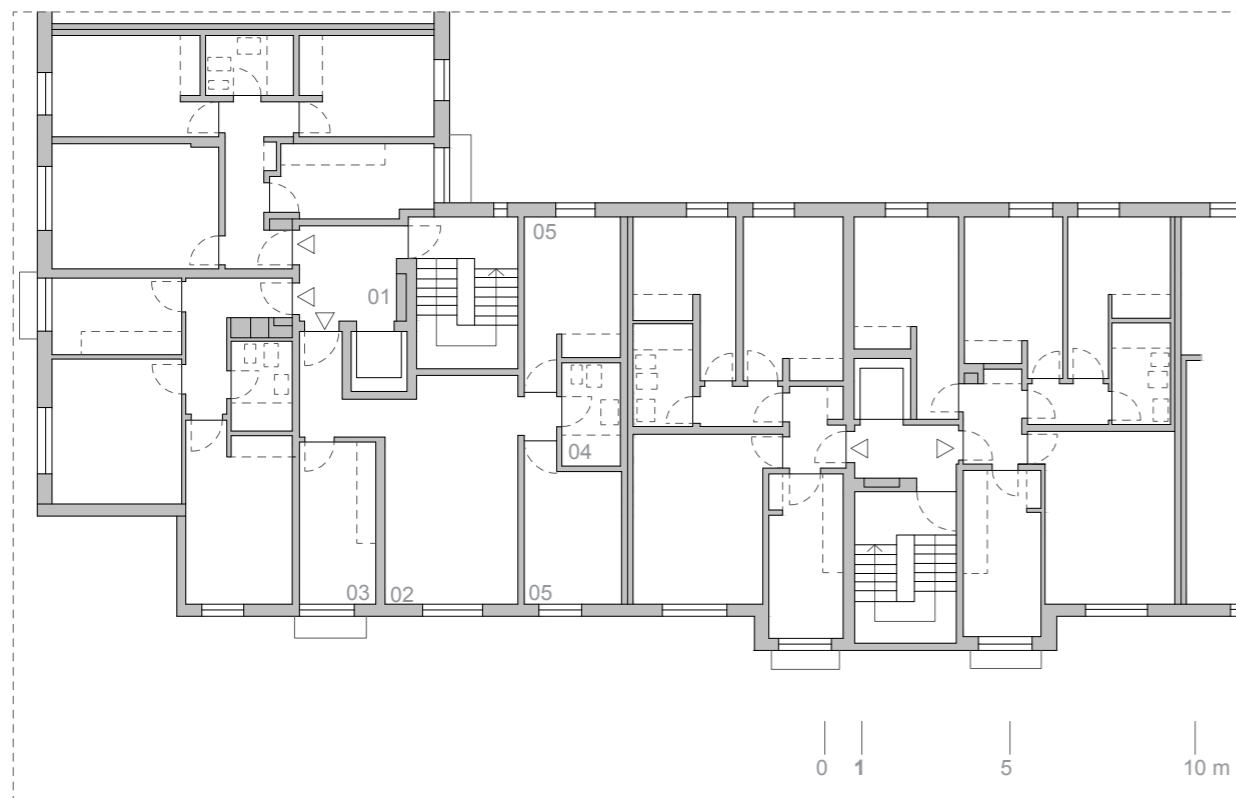


Fig. 69 - Tipologia 1, 2 e 3

**Áreas**  
**Tipologia 2**

01 - Entrada:	7 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	20 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	9 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	4 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	10 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	61 m <sup>2</sup>



Fig. 70 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [18] Rio Seco

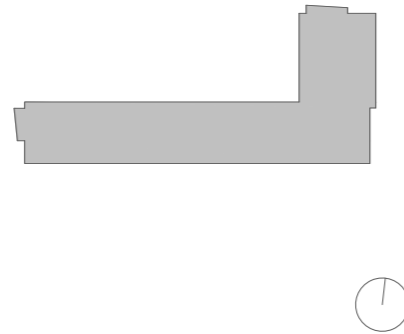


Fig. 71 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua Joaquim Fiadeiro, Alto da Ajuda, Lisboa  
Data de Construção: 2001  
Projeto: Arq. Alan Enriques  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Monica Farina  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Área do Terreno: 3 000 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes: 5  
Nº de Fogos: 45

Tipologias: T1(4) T2(20) T3(17) T4(4)



Fig. 72 - Vista Aérea

[18] Rio Seco

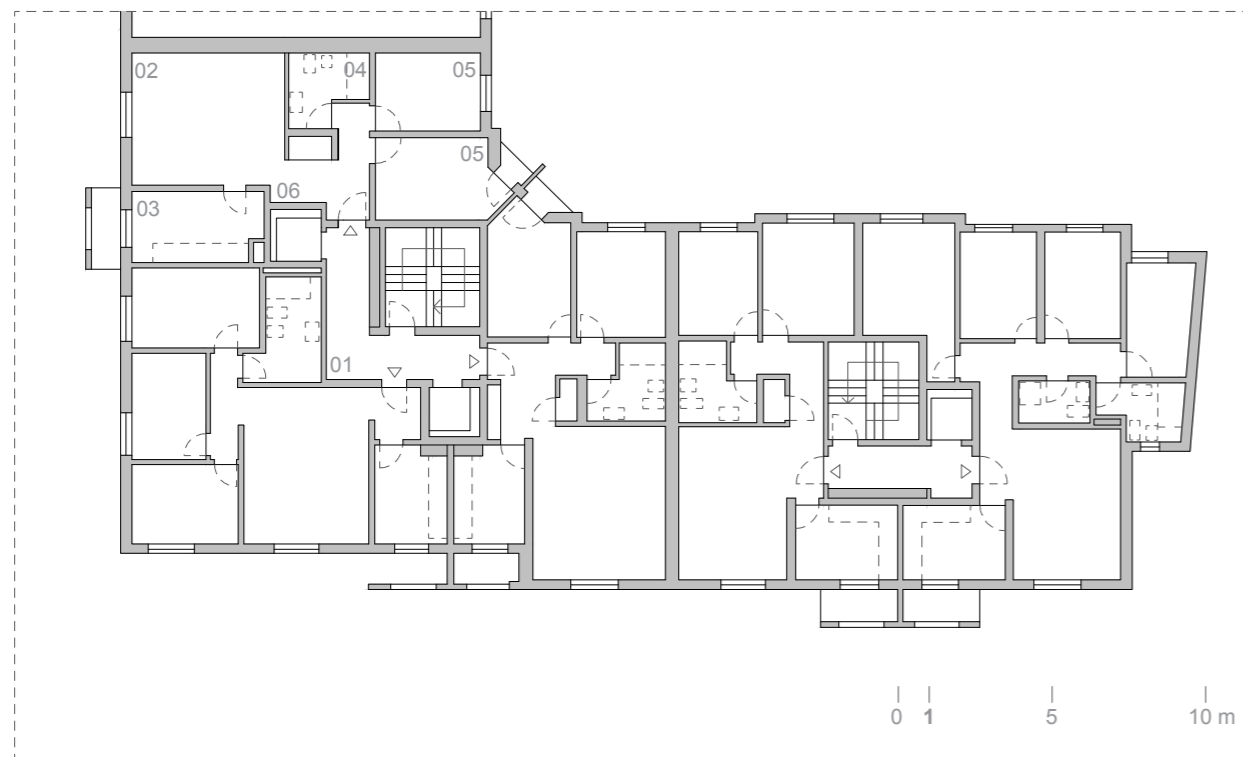


Fig. 73 - Tipologia 2, 3 e 4

**Áreas  
Tipologia 2**

01 - Entrada:	19 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	21 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	13 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	5 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	9-10 m <sup>2</sup>
06 - Corredor:	7 m <sup>2</sup>
<b>Área Útil Total:</b>	<b>64 m<sup>2</sup></b>



Fig. 74 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [19] Rego Zona B

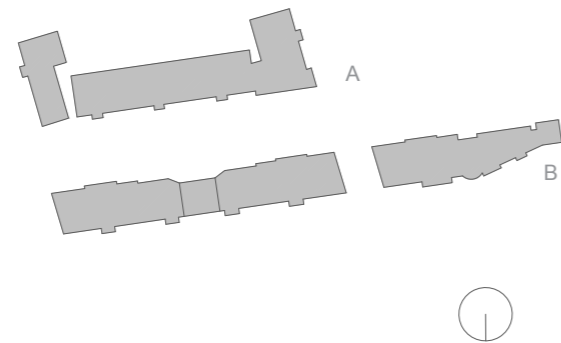


Fig. 75 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua Alberto de Sousa, Avenidas Novas, Lisboa  
Data de Construção: 2002  
Projeto A: Arq<sup>a</sup>. Margarida Lopes Gonçalves,  
Arq. Gonçalo Cornélio da Silva  
Projeto B: Arq<sup>a</sup>. Isabel Colaço, Arq. João Rocha Trindade  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Teresa Travassos  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Área do Terreno: 1 641m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes: 11  
Nº de Fogos: 140

Tipologias: T1(28) T2(74) T3(34) T4(4)



Fig. 76 - Vista Aérea

[19] Rego Zona B



Fig. 77 - Tipologia 1, 2 e 3 edifício A

**Áreas Projeto A  
Tipologia 2**

- 01 - Entrada: 10 m<sup>2</sup>
- 02 - Sala: 19 m<sup>2</sup>
- 03 - Cozinha: 6 m<sup>2</sup>
- 04 - I.S.: 4 m<sup>2</sup>
- 05 - Quartos: 8-13 m<sup>2</sup>

Área Útil Total: 50 m<sup>2</sup>



Fig. 78 - Fotografia nossa 17/08/2014

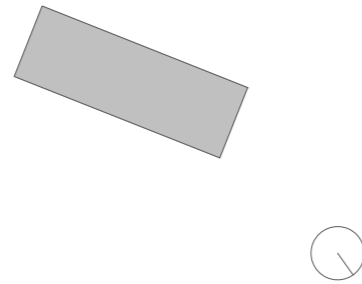


Fig. 79 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Rua Eduardo Bairrada, Alto da Ajuda, Lisboa  
Data de Construção: 2002  
Projeto: Arq<sup>a</sup>. Ana Paula Cunha, Arq. Vasco Santos  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Cristina Pinto Cardoso  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Área do Terreno: 2 052m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes: 2  
Nº de Fogos: 20

Tipologias: T3(10) T4(10)



Fig. 80 - Vista Aérea



[20] Ajuda

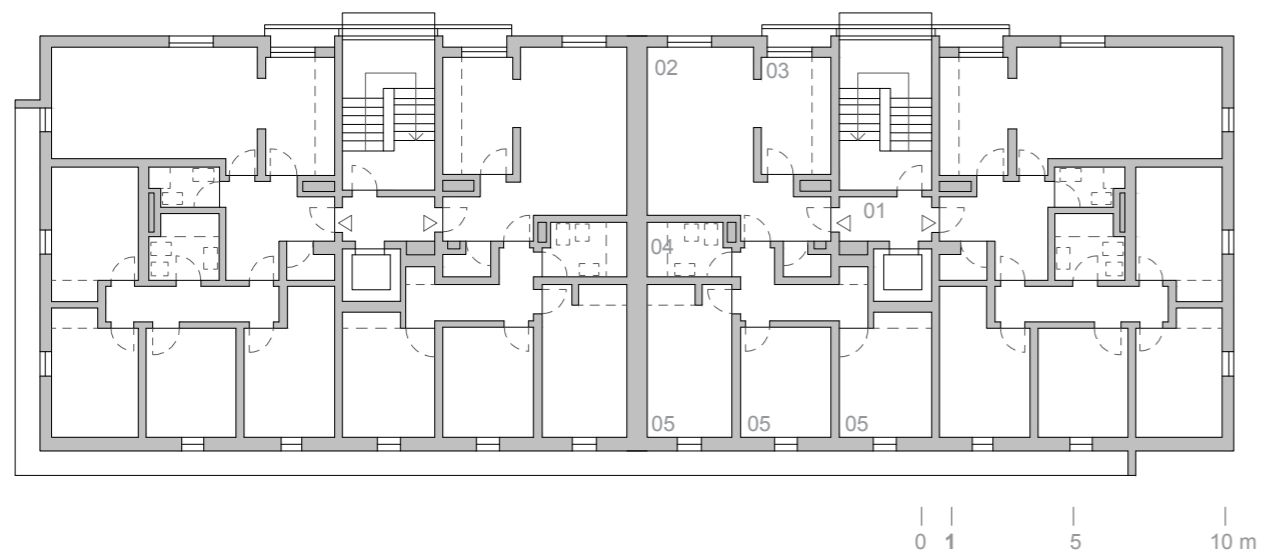


Fig. 81 - Planta Tipo

**Áreas  
Tipologia 3**

01 - Entrada:	3 m <sup>2</sup>
02 - Sala:	15 m <sup>2</sup>
03 - Cozinha:	7 m <sup>2</sup>
04 - I.S.:	4 m <sup>2</sup>
05 - Quartos:	8-10 m <sup>2</sup>
06 - Corredor:	5 m <sup>2</sup>
Área Útil Total:	65 m <sup>2</sup>



Fig. 82 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [21] Rua das Açucenas

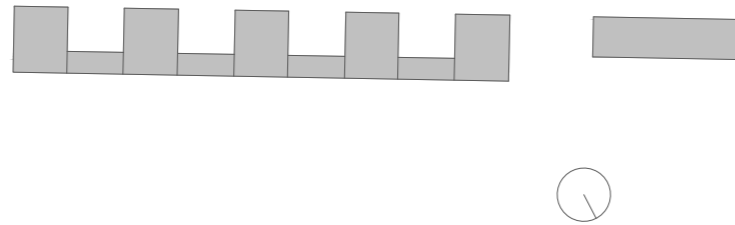


Fig. 83 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua das Açucenas, Alto da Ajuda, Lisboa  
Data de Construção: 2003  
Projeto: Arq. António Maia, Arq. José Moore Vieira  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq<sup>a</sup>. Paisagista Maria João Ferreira  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

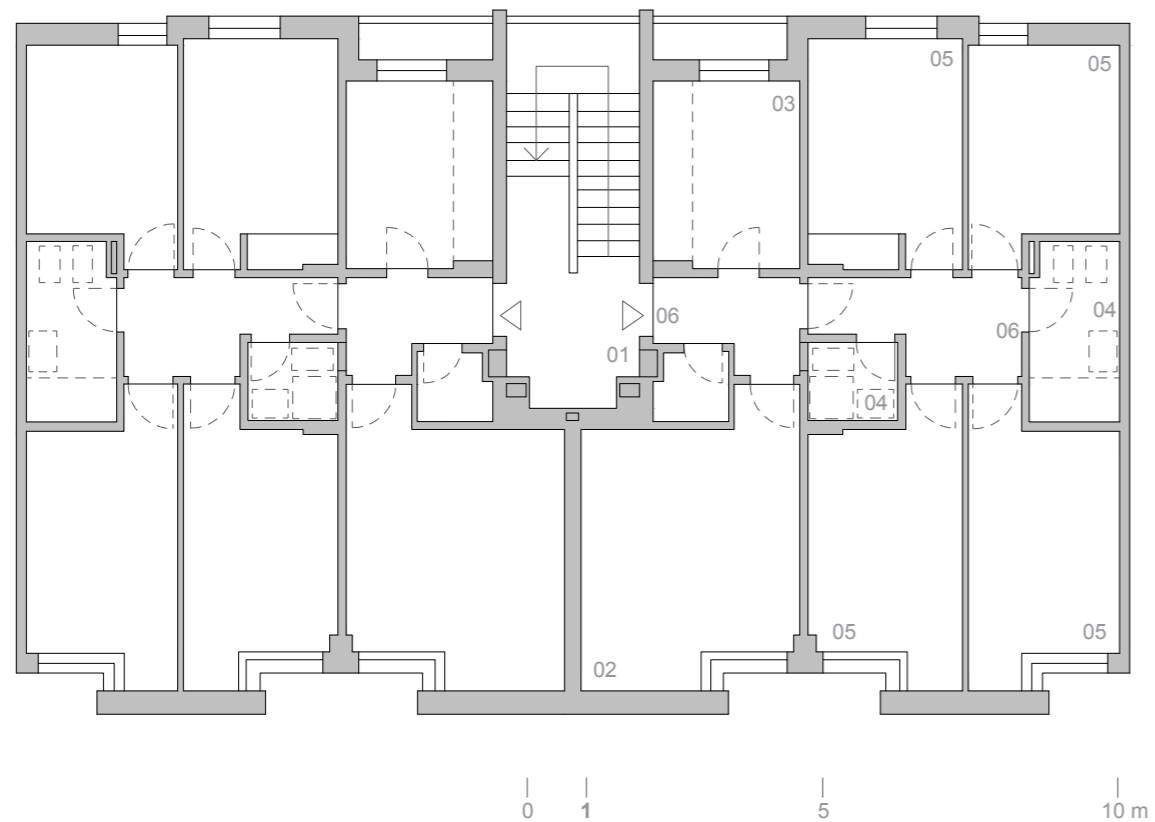
Área do Terreno: 1 ha  
Nº de Lotes: 15  
Nº de Fogos Total: 71  
Nº de Fogos PER: 53

Tipologias: T2(20) T3(15) T4(18)



Fig. 84 - Vista Aérea

[21] Rua das Açúenas



**Áreas  
Tipologia 4**

- 01 - Entrada: 4 m<sup>2</sup>
- 02 - Sala: 16 m<sup>2</sup>
- 03 - Cozinha: 8 m<sup>2</sup>
- 04 - I.S.: 2-5 m<sup>2</sup>
- 05 - Quartos: 9-11 m<sup>2</sup>
- 06 - Corredor: 8 m<sup>2</sup>

Área Útil Total: 82 m<sup>2</sup>

Fig. 85 - Planta Tipo



Fig. 86 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [22] Bairro da Boavista

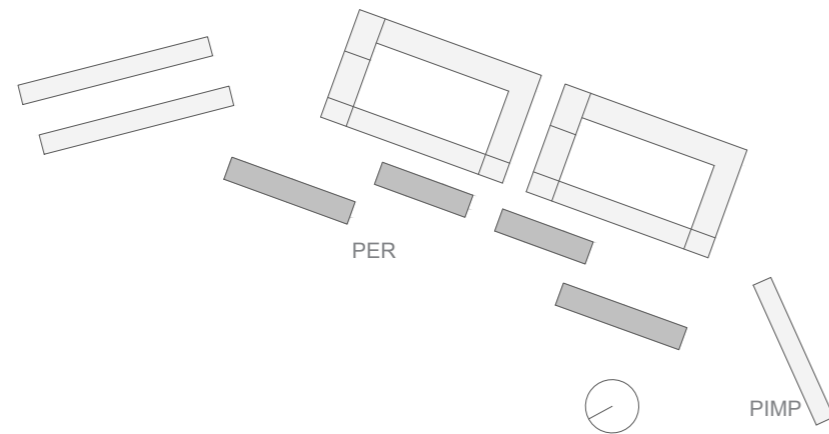


Fig. 87 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua da Rainha Dona Catarina, Benfica, Lisboa  
Data de Construção: 1999  
Projeto: Arq. José Gomes Teixeira  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa  
Construtor: Edificadora Luz & Alves, Lda

Nº de Lotes PER: 14  
Nº de Fogos PIMP: 735  
Nº de Fogos PER: 84  
Nº de Fogos Total: 819

Tipologias PER: T2(48) T3(12) T4(24)



Fig. 88 - Fotografia nossa 17/08/2014

[23] Olaias - Alto do Pina

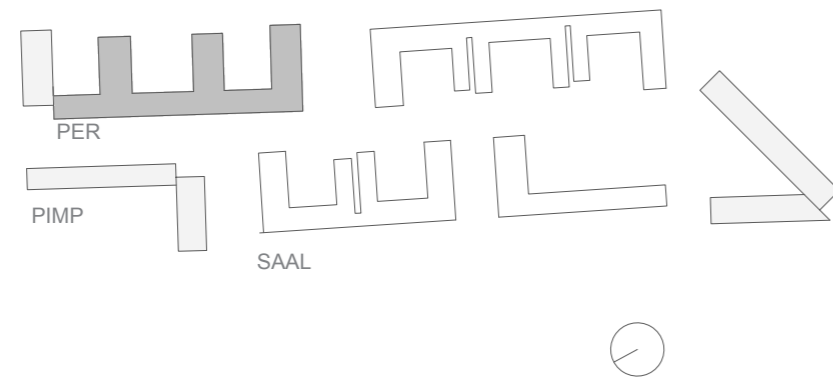


Fig. 89 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Rua Wanda Ramos, Olaias, Lisboa  
Data de Construção: 2000  
Projeto: Arq.  
Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Nº de Lotes PER: 9  
Nº de Fogos PIMP: 141  
Nº de Fogos PER: 110  
Nº de Fogos Total: 251

Tipologias PER: T1(2) T2(84) T4(24)



Fig. 90 - Fotografia nossa 17/08/2014

## Concelho de Lisboa - PER Aquisições

Quinta do Ourives [24]	[31] Vale do Santo António
Alto do Chapeleiro [25]	[32] Vale de Chelas
Casalinho da Ajuda [26]	[33] Ameixoeira - Galinheiras
Vale de Chelas - Rua Carlos Botelho [27]	[34] Ameixoeira - Torrinha
Bensaúde [28]	[35] Casal Ventoso
Paço do Lumiar [29]	[36] Alto do Lumiar
Telheiras [30]	



Fig. 91 - Ortofoto do Concelho de Lisboa

[24] Quinta do Ourives

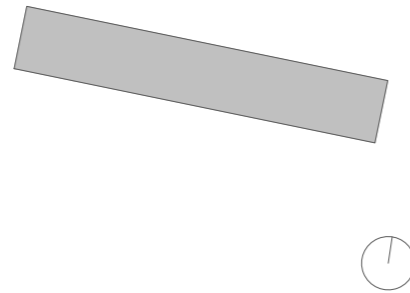


Fig. 92 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Rua Quinta do Ourives, Beato, Lisboa  
Data de Construção: 1996  
Projeto: Empresa de Urbanização de Lisboa (E.P.U.L.)

Área do Terreno: 3 512 m<sup>2</sup>  
Nº de Lotes: 2  
Nº de Fogos: 44

Tipologias: T1(22) T2(16) T4(6)



Fig. 93 - Vista Aérea

[25] Alto do Chapeleiro

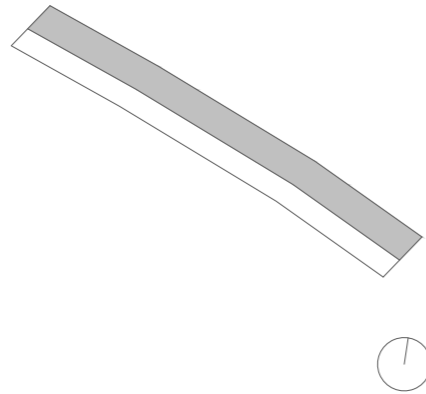


Fig. 94 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Rua Raúl Portela, Ameixoeira, Lisboa  
Data de Construção: 1996  
Projeto: Empresa de Urbanização de Lisboa (E.P.U.L.)

Nº de Fogos: 14

Tipologias: T2(14)



Fig. 95 - Vista Aérea



[26] Casalinho da Ajuda

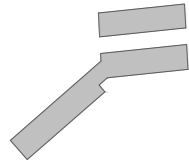


Fig. 96 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Casalinho da Ajuda, Ajuda, Lisboa  
Data de Construção: 1997  
Projeto: DCH, Polipraia - Investimentos Imobiliários, Lda

Nº de Lotes: 6  
Nº de Fogos: 100

Tipologias: T1(10) T2(29) T3(35) T4(26)



Fig. 97 - Vista Aérea

[27] Vale de Chelas - Rua Carlos Botelho

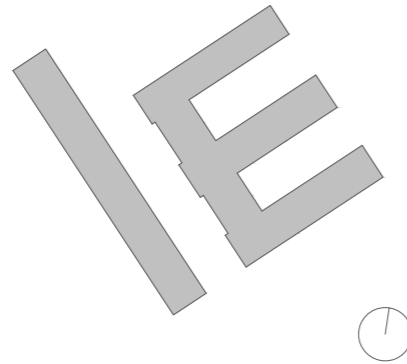


Fig. 98 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Rua Carlos Botelho, Beato, Lisboa  
Data de Construção: 2000  
Projeto: Engil - Sociedade de Construção Civil, SAVão -  
Arquitectos e Associados, Lda

Área do Terreno: 1,4 ha  
Nº de Fogos : 271

Tipologias: T1(63) T2(116) T3(73) T4(19)



Fig. 99 - Vista Aérea

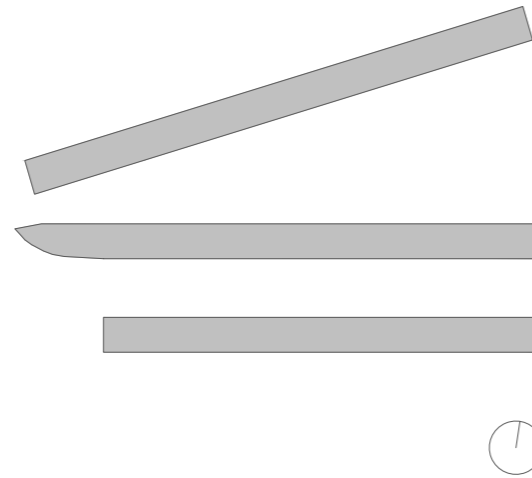


Fig. 100 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Av. Doutor Alfredo Bensaúde, St<sup>a</sup>. Maria dos Olivais, Lisboa  
Data de Construção: 2002  
Projeto: Arq. Manuel Nunes, Arq<sup>a</sup>. Lídia João  
Projeto de Arranjos Exteriores: Arq. Paisagista Alvaro Manso, Arq<sup>a</sup>. Paisagista Susana Xavier  
Promotor: H.S.E. - Empreendimentos Imobiliários, Lda, H.HAGEN Imobiliária, SOMAGUE P.M.G., EDIFICADORA LUZ E ALVES  
Construtor: H.HAGEN Imobiliária, SOMAGUE P.M.G., EDIFICADORA LUZ E ALVES  
Nº de Lotes: 36  
Nº de Fogos : 357  
Tipologias: T1(31) T2(142) T3(151) T4(32)



Fig. 101 - Vista Aérea

[28] Bensaúde

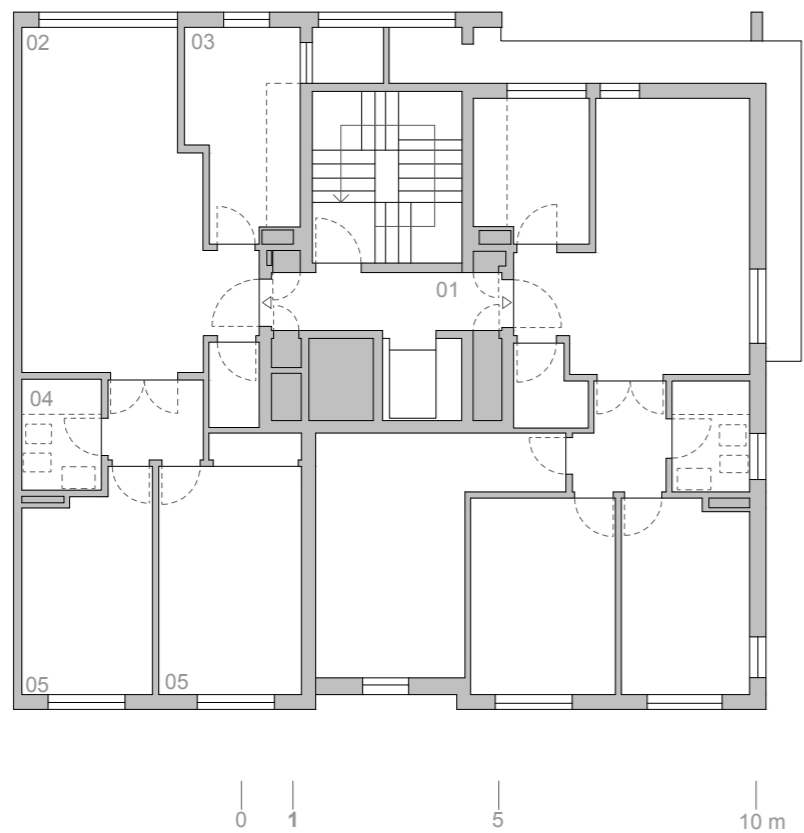


Fig. 102 - Tipologia 2 e 3

**Áreas  
Tipologia 2**

- 01 - Entrada: 5 m<sup>2</sup>
- 02 - Sala: 20 m<sup>2</sup>
- 03 - Cozinha: 8 m<sup>2</sup>
- 04 - I.S.: 4 m<sup>2</sup>
- 05 - Quartos: 10-14 m<sup>2</sup>

Área Útil Total: 65 m<sup>2</sup>



Fig. 103 - Fotografia nossa 17/08/2014

## [29] Paço do Lumiar

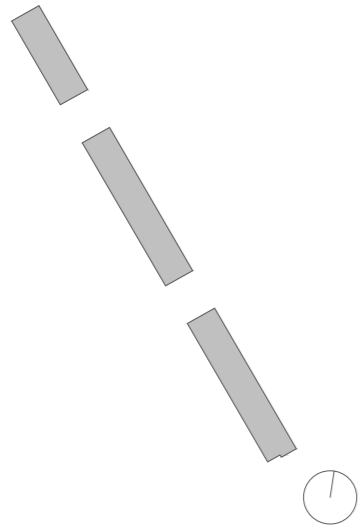


Fig. 104 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada: Rua Prof. Fernando de Mello Moser, Lumiar, Lisboa  
Data de Construção: ---  
Projeto: Empresa de Urbanização de Lisboa (E.P.U.L.)

Nº de Lotes: 13  
Nº de Fogos: 174

Tipologias: T0(1) T1(35) T2(66) T3(66) T4(6)



Fig. 105 - Vista Aérea

[30] Telheiras

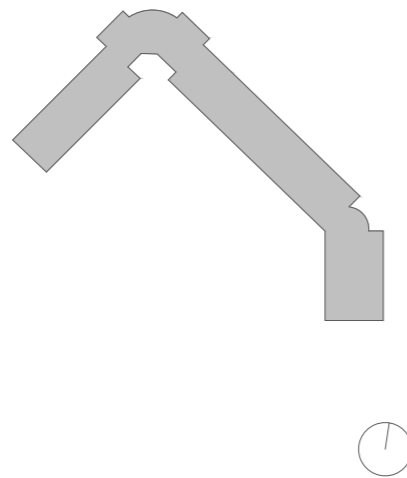


Fig. 106 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Rua Prof. Queiroz Veloso, Lumiar, Lisboa  
Data de Construção: ---  
Projeto : Empresa de Urbanização de Lisboa (E.P.U.L.)

Nº de Fogos : 108

Tipologias: T0(2) T1(9) T3(11)



Fig. 107 - Vista Aérea

[31] Vale de Santo António

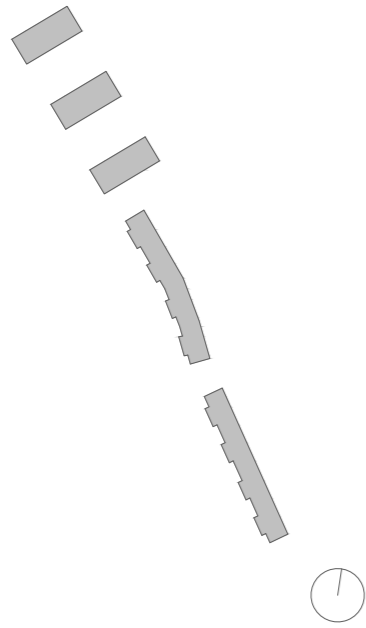


Fig. 108 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Rua Henrique Barrilago Ruas, Penha de França, Lisboa  
Data de Construção: ----  
Projeto: Empresa de Urbanização de Lisboa (E.P.U.L.)  
Nº de Fogos: 474  
Tipologias: T0(26) T1(61) T2(210) T3(156) T4(21)



Fig. 109 - Vista Aérea

[32] Vale de Chelas

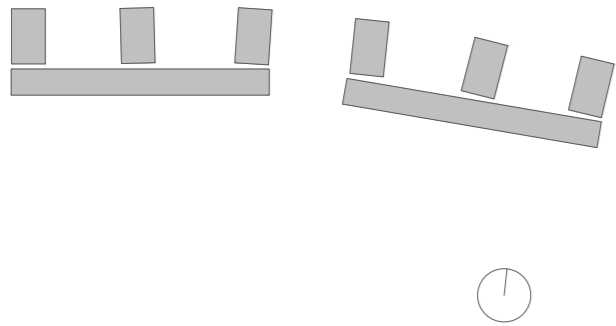


Fig. 110 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Av. Marechal Francisco da Costa Gomes, Beato, Lisboa

Data de Construção: ----

Nº de Fogos : 263

Tipologias: T1(29) T2(119) T3(105) T4(10)



Fig. 111 - Vista Aérea



[33] Ameixoeira - Galinheiras

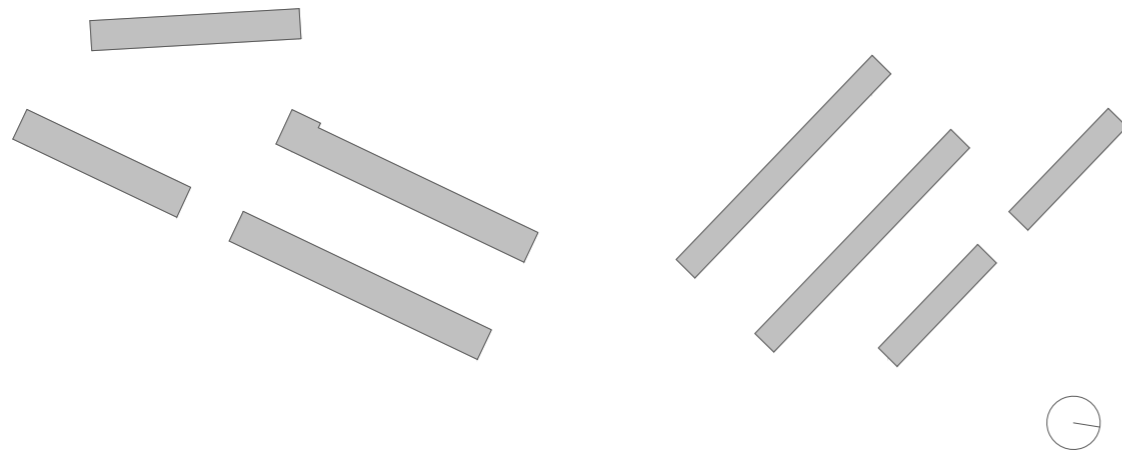


Fig. 112 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Galinheiras, Ameixoeira, Santa Clara Lisboa  
Data de Construção: ----

Nº de Fogos : 480

Tipologias: T2(60) T3(324) T4(96)



Fig. 113 - Vista Aérea

[34] Ameixoeira - Torrinha

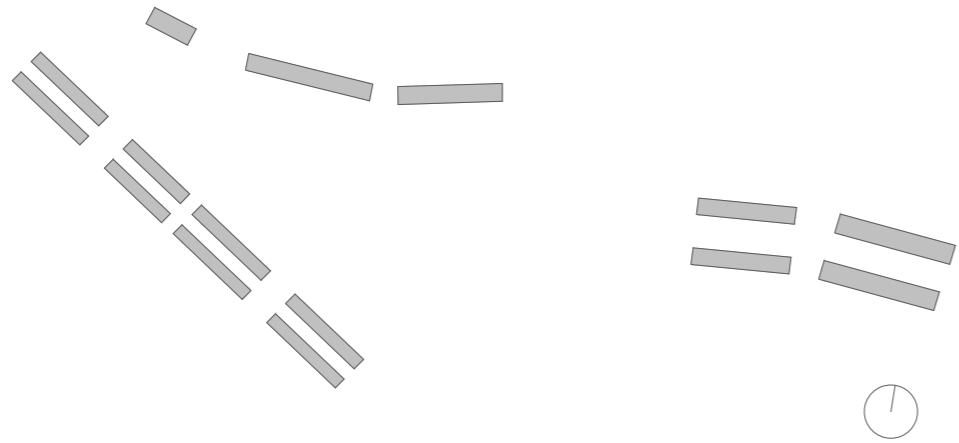


Fig. 114 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Quinta da Torrinha, Ameixoeira, Santa Clara, Lisboa  
Data de Construção: ----

Nº de Fogos : 556

Tipologias: T1(81) T2(321) T3(131) T4(23)



Fig. 115 - Vista Aérea

## [35] Casal Ventoso

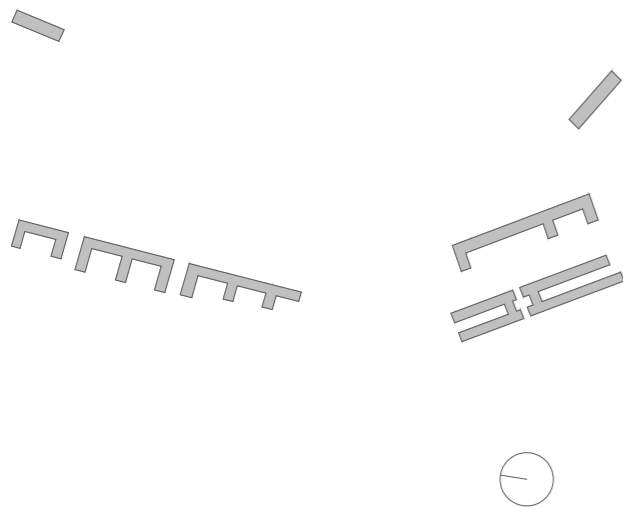


Fig. 116 - Implantação

### Ficha Técnica:

Morada:	Casal Ventoso, Campo de Ourique, Lisboa
Data de Construção:	2000
Projetos:	Arq. Carlos Marques, Arq. <sup>a</sup> Vanda Moita (Coopacil)
Construtores:	Somague Engenharia, S.A e Construções H. Hagen, S.A.
Nº de Fogos Total:	1 012
Tipologias:	
Quinta da Cabrinha:	T1(96) T2(92) T3(40) T4(20) T:248
Av. Ceuta:	T1(28) T2(106) T3(56) T4(15) T:205
Quinta do Loureiro:	T1(19) T2(258) T3(100) T4(18) T:395
Casal do Evaristo:	T1(16) T2(51) T3(24) T4(9) T:100
Rua Maria Pia:	T1(8) T2(39) T3(17) T:64



Fig. 117 - Vista Aérea

[36] Alto do Lumiar

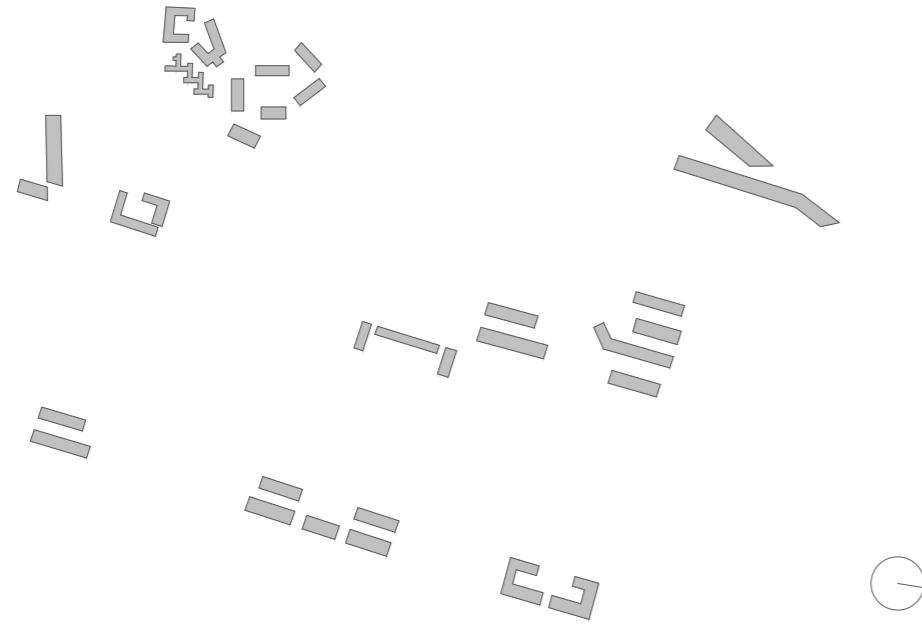


Fig. 120 - Implantação

**Ficha Técnica:**

Morada: Alto do Lumiar, Santa Clara, Lisboa  
Data de Construção: ----

Nº de Fogos Total: 2 902

Tipologias:  
PER 1, 2, 3: T1(57) T2(233) T3(189) T4(99) T:578  
PER 4, 5, 6: T1(140) T2(357) T3(232) T4(135) T:864  
PER 7, 8, 9: T1(130) T2(311) T3(202) T4(114) T:757  
PER 10, 11, 12: T1(144) T2(244) T3(186) T4(129) T:703



Fig. 121 - Vista Aérea

## Capítulo 3: Projetos em Estudo

Bairro do Bom Pastor

Bairro no Rego Zona A

Bairro Calhariz de Benfica

### Notas Biográficas:

#### **Arquiteta Ana Lúcia Barbosa**

Nascida em Lisboa em 1964, formada na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa em 1988. Integrou o quadro da CML, na Direção Municipal de Habitação, no Departamento de Construção de Habitação em 1993. Atualmente desenvolve a atividade de Projetista de Arquitetura e de Coordenação de Projetos na Câmara Municipal de Lisboa.

#### **Arquiteto João Gomes Teixeira**

Nascido em 1968 em Lisboa, formado na Universidade Lusíada de Lisboa - Faculdade de Arquitetura e Artes em 1994. Integrou o quadro da CML, no Departamento de Construção de Habitação em 1995. Atualmente é Diretor do Departamento de Política de Habitação.

#### **Arquiteto Paulo Tormenta Pinto**

Nascido em Lisboa em 1970, formado na Universidade Lusíada de Lisboa - Faculdade de Arquitetura e Artes em 1993. Integrou o quadro na CML, no Departamento de Construção de Habitação em 1994. Atualmente é professor auxiliar no ISCTE-IUL, Investigador do DINAMIA/CET'IUL e CIAAM e sócio fundador da Empresa Domitianus - Arquitectura, Lda.

### 3.1 – Bairro do Bom Pastor: Apresentação do Projeto

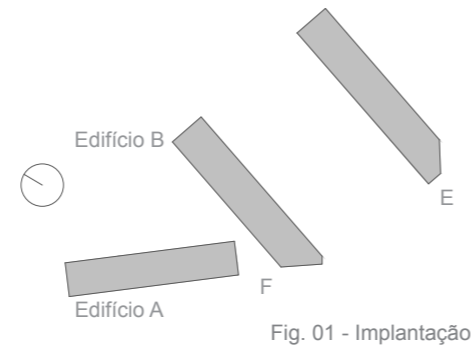
#### Ficha técnica:

Conclusão: 1ª fase em Setembro de 1997, 2ª fase em 2000

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Projetista: Arq.ª Ana Lúcia Barbosa

Construtor: OBRECOL, Obras e Construções, S.A.



Promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e localizado em Benfica, o bairro está inserido num terreno de limites bem definidos que geram um isolamento físico da envolvente. É composto por três edifícios de onze lotes que contêm um total de cento e um fogos, todos com o objectivo de realojamento a custos controlados. Adjacentes estão ainda espaços para equipamento com galeria. Cada um possui uma designação; zona E é o nome dado ao primeiro edifício a ser construído, que conta com um total de 40 fogos e recebeu, em 1998, o Prémio INH de Promoção Municipal; outros dois edifícios foram construídos posteriormente e são designados por zona F. Já estes contam com um total de 61 fogos e também foram premiados, em 2001, com uma Menção por parte do júri do Prémio INH.<sup>33</sup>

#### 3.1.1 – Localização e Envolvente

O bairro está inserido no Plano de Pormenor do Calhariz de Benfica,<sup>34</sup> integrando dois terrenos destinados particularmente ao PER e estão situados numa área limite da cidade de Lisboa, mais especificamente numa das entradas da cidade entre a Amadora e a Buraca. Ambas as zonas estão limitadas a norte pelo caminho de ferro, a nascente pelo muro da Quinta da Casa de Retiros do Bom Pastor e a sudoeste pela antiga Estrada Militar da Circunvalação, que dita os limites do concelho de Lisboa.

33 - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 56. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1999. p. 44.

34 - cf. INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – O Prémio INH: 1998. Lisboa: INH, 1998. p. 7.



### a) Elementos estruturantes e preexistentes

O local destinado à implantação do bairro possui características muito peculiares, que no decorrer do trabalho serão descritas mais aprofundadamente. Os limites do terreno influenciam diretamente a disposição e a forma como seria implantado o edifício. A sua forma triangular, dividida ao centro pela rua Issan Sartawi origina os seus dois grandes limites. No início do projeto, quando este se encontrava ainda numa fase de estudo prévio a arquiteta Ana Lúcia Barbosa ponderava dois edifícios em vez do único bloco que acabou por ser construído. A razão para esta mudança foi a linha férrea ampliada em 1995, provocando naquele terreno uma diminuição significativa de área, tornando impossível a implantação em L prevista pela autora de se realizar. Com o aumento do “caminho de ferro”, a área do terreno disponível não permitia a implantação de tantos lotes no mesmo local. Ao mesmo tempo previa-se a passagem da Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL) deste local, e que mais tarde passou para uma via subterrânea que interceta a zona da Buraca, evitando qualquer tipo de atrito com este projeto.<sup>35</sup> A sudoeste do terreno encontra-se uma zona de forte arborização, que por sua vez pertence à Casa de Retiros do Bom Pastor, onde se localizava a antiga Quinta do Bom Pastor. A sul o terreno é delimitado por um jardim público, construído recentemente e que permite um acesso ao Bairro da Buraca.

### b) Morfologia Urbana

As análises feitas às características do local determinaram a proposta de desenho urbano para este bairro. Como foi descrito anteriormente, a intervenção procura assumir estes condicionamentos, tendo também o objectivo de respeitar as áreas *non aedificandi*<sup>36</sup> regulamentadas pela Direção Geral de Ordenamento do Território e pelos Caminhos de Ferro de Portugal.<sup>37</sup> A proposta procura, ainda, estabelecer um conjunto de carácter unitário e coerência própria. Os dois edifícios, que fazem parte dos limites da rua Issan Sartawi, são paralelos entre si e distam quarenta metros entre fachadas, procurando conferir uma unidade formal e volumétrica em redor do percurso curvo desta mesma rua, definindo uma porta que dá acesso, através de Benfica, à cidade de Lisboa. Este local tornou-se um pouco caótico devido ao crescimento descontrolado da zona. A localização do projeto mostra que estas pequenas áreas livres na cidade, de transição e nós de mobilidade onde a especulação imobiliária não chega, são a oportunidade de articular falhas urbanas com a macro escala da cidade e fomentar uma continuidade urbana.

35 - Informação adquirida numa das conversas com a autora do projeto.

36 - Zona onde é proibido qualquer tipo de construção.

37 - cf. INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – O Prémio INH: 1998. Lisboa: INH, 1998. p. 8.



Fig. 03 - Desenho da arq. Ana Lúcia Barbosa Implantação com os dois edifícios na Zona E.

### 3.1.2 – Conjunto Residencial: Estrutura e desenho urbano

Nesta região da cidade é notória a fraca urbanidade: a sua morfologia resulta de uma estrutura viária de elevada mobilidade. Esta determina a configuração triangular do lote, condicionando a implantação do edifício.

Como referido anteriormente, esta intervenção conta duas zonas, respetivamente E e F. A zona E contém um único edifício que compreende em quatro lotes com cinco pisos de habitação. Estes edifícios desenvolvem-se ao longo da rua Issan Sartawi, refletindo duas abordagens, uma das fachadas mais públicas, exposta para a estrutura viária, e outra mais privada, onde se desenvolve a vida doméstica e se implantam os logradouros.

A zona E contém um único edifício que consiste em quatro lotes com cinco pisos de habitação. A zona F é constituída por dois edifícios, sendo estes designados por edifício A e edifício B. Contendo estes um total de sete lotes com cinco pisos, resultam sessenta e um fogos. O edifício A estabelece uma articulação direta com o edifício da zona E, como já se referiu. O edifício B apresenta um piso térreo com seis espaços destinados a equipamentos. Esta característica é uma forma de lidar com a proximidade em relação ao Bairro da Buraca, privilegiando as suas implantações. Estes equipamentos têm acesso através da galeria, tal como acontece com as habitações. Já as entradas dos outros dois edifícios acontecem no piso 0, bem como no piso 1. No piso 1 o acesso aos lotes realiza-se através de pontes pedonais, resolvendo deste modo os desníveis entre a base do terreno de implantação e a da rua Issan Sartawi. No piso 0 a entrada é feita pelo logradouro, tendo como objectivo permitir o seu acesso direto por parte das famílias de etnia cigana.<sup>38</sup>

Em 1993, João Mesquita publicou um artigo no Jornal Público, onde o vereador camarário responsável pelo pelouro da habitação, Vasco Franco também é citado, referindo que o projeto foi “elaborado a partir de estudos técnicos sobre os hábitos e os desejos dos ciganos, em matéria habitacional.(...)Tal transferência, de acordo com a versão do vereador, é motivada pela construção do troço da CRIL entre Algés e Buraca, e envolve cerca de 500 indivíduos, dos quais 200 seriam da etnia cigana.(...)todas as pessoas transferidas vão com indicação de que, caso queiram, podem optar futuramente pelas novas casas do Bairro da Boavista.<sup>39</sup>

No Jornal Expresso, no mesmo ano, Ana Lúcia Barbosa citada num artigo de Frederico Carvalho, explica que estas habitações “abrigarão, igualmente, famílias africanas e de portugueses brancos. Mas, também neste aspecto, o projecto procurará ser inovador, possibilitando a coexistência sem a forçar. O interior do quarteirão pode funcionar como zona de encontro, mas haverá várias entradas nos prédios e percursos alternativos, evitando zonas de atrito fixas. (...) os ciganos ficarão fundamentalmente nos pisos térreos, com

38 - Análise feita ao Projeto de Execução.

39 - MESQUITA, João. “CML promove casas para ciganos”. In Jornal Público, quinta-feira, 8 de Julho de 1993, p. 56.

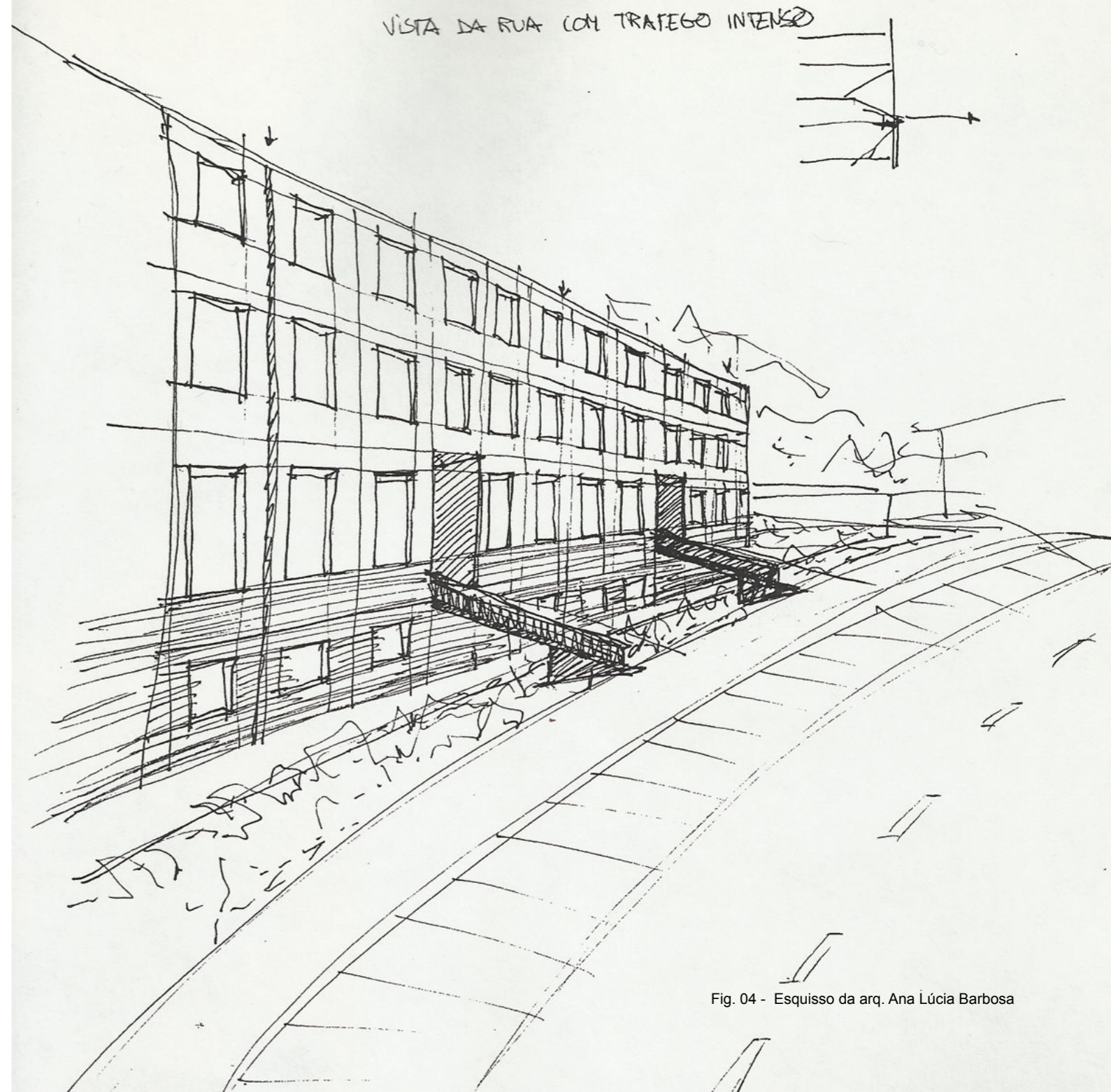


Fig. 04 - Esquisso da arq. Ana Lúcia Barbosa



entradas directas para as residências e muito próximo do local de estacionamento dos carros e motoretas utilizados na venda ambulante.(...) A visibilidade interior será maior do que o habitual, evitando-se áreas de circulação encerradas. Os quartos terão acesso directo ao espaço amplo e a cozinha será separada da sala por uma bancada.”<sup>40</sup>

Teresa Reis no artigo anterior, cita em relação aos indivíduos de etnia cigana que “pelas suas raízes orientais, não têm nada a ver com a civilização ocidental fortemente dicotomizada. Tal como o tempo deles não é o nosso tempo, não fazem as diferenças habituais entre o público e o privado, interior e exterior, esquerdo e direito. Daí parecer que estão sempre na rua e a dificuldade dos aquitectos em se adaptarem a esta ausência de dicotomia.”<sup>41</sup> A porta sempre aberta ou a ausência de uma organização mais convencional de casa patentes numa ideia de casa cigana influenciaram o projeto destas habitações, amplas e sem separações típicas, com acesso directo ao exterior.

Os espaços exteriores foram desenhados pela arquiteta paisagista Ângela Rodrigues.<sup>42</sup> O logradouro da zona E conta com pequenos espaços compostos maioritariamente por vias pedonais e zonas verdes que se delimitam pela formação de taludes junto, por um lado, à linha de comboio e por outro, à rua Issan Sartawi. Estas zonas verdes são maioritariamente constituídas por vegetação rasteira e árvores de pequeno porte.

A ideia inicial do espaço exterior seria que este representasse uma pequena alameda, contendo bancos de betão e árvores de folha persistente com o objectivo de repouso e convívio, junto ao limite da linha ferroviária.<sup>43</sup> Esta ideia não foi, contudo, concretizada.

Os materiais de construção utilizados no exterior foram pensados tendo em conta a durabilidade e conservação, sejam estes materiais inertes, como calçada e betão, ou materiais vivos, como a vegetação. A nível de matéria viva foram escolhidas espécies que se adaptam ao clima da cidade, como por exemplo a folha persistente que permite a existência de uma barreira acústica natural dando origem a um isolamento do ruído proveniente dos comboios que circulam na linha. No que diz respeito à matéria inerte houve a preocupação de minimizar as superfícies impermeabilizantes, tendo em especial atenção a mistura e assentamentos dos respectivos materiais.<sup>44</sup>

Na zona F, a galeria estabelece uma continuidade do percurso pedonal que se encontra voltado para o Bairro da Buraca. Estava pensada a implantação de uma obra da autoria do vencedor da 2ª edição do concurso Escultura na Praça 2000, precisamente no espaço de convergência da via da galeria com a linha férrea. Este concurso foi um projeto desenvolvido em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, o Departamento

40 - CARVALHO, Frederico. “Casas Ciganas em Blocos Sociais”. In Jornal Expresso, sábado 27 de Fevereiro de 1993, p. 1

41 - Idem

42 - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 56. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 2000. p. 42.

43 - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 55. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1999. p. 111.

44 - cf. Idem



Fig. 05 - Vista Aérea tirada em 2001

da Construção da Habitação e a Faculdade das Belas Artes da Universidade de Lisboa, direccionado mais especificamente para os alunos finalistas do curso de Escultura.<sup>45</sup> Esta obra, que não foi realizada, teria como objectivo ser um marco naquele logradouro.

### 3.1.3) Edifícios: Caracterização dos Espaços Comuns

Sendo o PER um programa de carácter social, este projeto responde, na sua organização, às necessidades da população a que se destina. Tem inclusive uma especial atenção à população de etnia cigana, através da criação de andares específicos e acessos alternativos.

Nos dois edifícios verifica-se a mesma lógica do piso 0 e do piso 1, com o mesmo sistema de pontes a promover o acesso desde a rua Issan Sartawi para os lotes. O acesso ao piso térreo é efectuado no lado oposto à rua Issan Sartawi, através do logradouro e como já referido anteriormente, é destinado preferencialmente aos habitantes de etnia cigana que tiveram prioridade aquando da inscrição no programa.

Na zona F, os dois edifícios articulam-se na parte sul através de uma galeria que tem como objectivo permitir o acesso pedonal às habitações do edifício B. Este percurso tenta dar continuidade ao fluxo pedonal feito pela rua Issan Sartawi, e ao mesmo tempo motivar a procura dos equipamentos previstos para este local, desenhados em dúplex.

Ambos os edifícios caracterizam-se, a sul, por um desenho diferenciando, denominado regularmente por gaveto, ou seja, um corte efectuado no limite dos blocos dando origem a um acabamento mais suave, e de certo modo, mais enquadrado com a forma triangular inerente ao terreno que os incorpora.

Sendo este projeto para uma obra de baixos custos, foi importante otimizar a construção e reduzir a despesa, tendo sido feito um estudo prévio ao nível da estrutura das tipologias, que resultou na utilização de pórticos de modulação constante de três metros de distância. Com esta malha estruturante constante pode-se diminuir os custos a nível do material da estrutura. O betão, tendo os pilares a mesma distância, a laje vai ter o mínimo de espessura que é preciso, sem acréscimo de custos.

45 - cf. CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; et. al – Escultura na praça 2000: Bairro do Bom Pastor – Calhariz de Benfica. Lisboa: C.M. – D.M.H./D.C.H.: FBAUL, 2000. p. 17.

Em relação às infraestruturas dos edifícios como água, gás, eletricidade, esgotos e ventilação, tentou-se pensar a localização de maneira a torná-las rentáveis, ou seja, fazendo prumadas coincidentes e por sua vez mais económicas. A questão das cozinhas e instalações sanitárias estarem alinhadas entre pisos e tendo as células em espelho faz com que estes espaços que precisam de elementos verticais sejam coincidentes, tal como desejado.<sup>46</sup>

A célula atinge a profundidade total do bloco, permitindo uma ventilação natural cruzada. Desta forma o espaço torna-se mais higiénico, com a renovação de ar e a diminuição da temperatura no interior.

No projeto em questão foram desenhados os acessos para as células verticais, do tipo esquerdo direito, tendo por patim duas tipologias. Esta era a escolha de preferência da CML, já que a opção de galeria na habitação social se havia tornado ao longo dos anos um problema funcional e efetivamente um alvo de críticas.

O primeiro edifício a ser construído foi o da zona E, servindo como base para os posteriores edifícios da zona F, mais especificamente no edifício A. Neste edifício, a arquiteta optou por realizar algumas mudanças em relação ao edifício da zona E. Exemplo disso são o alargamento da caixa de escadas e a criação de uma escada de tiro criando a possibilidade de mais tarde, em caso de necessidade, se colocar um elevador exterior na fachada do logradouro. No edifício B, a organização das células e o próprio acesso às habitações são bastante distintas em relação aos outros edifícios. Provas disso são o facto do piso 0 e 1 serem destinados a equipamentos, e também o da caixa de escadas conter originalmente um elevador.<sup>47</sup>

Os três edifícios têm uma linguagem em termos de fachada caracterizada por um único material liso e branco, ficando apenas a fachada principal e as empenas como exceção, através das suas texturas e cor. O último piso, contudo, é novamente branco conferindo ao edifício um remate diferente e fortalecendo a platabanda.

46 - cf. INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – O Prémio INH: 1998. Lisboa: INH, 1998. p. 9.

47 - Informação adquirida numa das conversas com a autora do projeto.

### 3.1.4 – Habitações: Organização, Estrutura e Funcionalidade

Um dos principais interesses da solução encontrada nestes projetos é o favorecimento espacial da zona social da célula, bem como a sua vista e insolação. Pensou-se uma relação direta entre a sala e a cozinha podendo ser a articulação entre as duas divisões variada, ou aberta com passa-pratos, ou fechada e tornando-se mais autónoma. Nas áreas dos quartos foram simplesmente aplicadas as medidas mínimas impostas pelo regulamento, ficando assim como espaços restritos apenas à sua própria função.<sup>48</sup>

O espaço mais privilegiado da célula é a sala de estar, o que levou à supressão de um corredor de ligação aos quartos e conseqüentemente a uma menor privacidade. A área destinada à cozinha foi também sacrificada em prol da sala, demonstrando o grande objectivo desta se tornar a grande zona de convívio das famílias que ali habitariam.

Analisando o primeiro edifício construído, na zona E, desenvolve-se uma organização esquerdo direito com um tipo de lote T2 e T3. Aproveitando o espaço que fica à frente das escadas, sendo que estas não completam a largura total entre fachadas, surge a única variante entre as tipologias do T2 e do T3. Os lotes que estão nas empenas contêm outra tipologia, o T1, sendo estes desenhados de maneira diferente. Uma das empenas é tratada como um gaveto. Este tem uma forma triangular, tornando-se assim numa exceção à regra no que diz respeito às tipologias do edifício. Todos os pisos são iguais com a exceção do piso 0, surgindo uma zona de estendal que sobressai da fachada em formas de cubos, à semelhança das palas com desenho longitudinal existentes nos pisos superiores. As cozinhas do piso 0 ganham, desta forma, mais espaço para uma possível abertura exterior.

Pensando agora na zona F é possível verificar que o edifício A, construído mais recentemente, representou para a Arquitecta Ana Lúcia Barbosa uma oportunidade para melhorar e corrigir alguns aspectos da zona E. Contendo este edifício as mesmas características, ou seja, uma constituição de lotes divididos por T2 e T3 e com os T1 nas empenas, sendo que uma delas toma uma forma de gaveto, à imagem do edifício anterior. Este gaveto contém um T2 e espaços comuns, como a sala de condomínio e a sala comum no piso térreo. Nos pisos superiores existem lotes de T1 e T2 consoante o desenho. Neste lote há uma particularidade que não pode ser esquecida: o desenho da escada em planta é em forma triangular, tornando-o uma exceção.

48 - INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – O Prémio INH: 1998. Lisboa: INH, 1998. p. 9.

O edifício B contém, por sua vez, uma composição diferente, começando pela implantação. Surgem equipamentos nos pisos 0 e 1, ao longo da galeria, totalizando seis espaços. Estes equipamentos pretendem, então, dar uma imagem exterior distinta, mais apelativa à população que ali não habita, e de certa forma, outra funcionalidade aos acessos pedonais. No que diz respeito às células, o T4 surge como uma nova tipologia para os lotes e anula o T1. A introdução de um elevador na caixa de escadas provoca uma divisão no espaço da sala em forma de L. Sendo assim, o edifício divide-se por lotes em T3, T3 e T4, e ainda T3 e T2.<sup>49</sup>

Sendo a topologia acidentada, com um desnível de três a quatro metros entre a rua Issan Sartawi e a base do terreno, surge a possibilidade de uma dinâmica de circulação que caracterize o próprio edifício. Este fator possibilitou a criação de duas entradas distintas, sendo que uma delas é através da rua Issan Sartawi e a outra pelo logradouro. Enquanto os logradouros contêm as zonas comuns, as fachadas principais contêm, por sua vez, as zonas privadas, sendo as instalações sanitárias interiores. Este sistema é repetido, com a exceção a surgir no edifício B da zona F, onde os espaços comuns se encontram mais perto da entrada da célula e abarcam a totalidade da largura entre fachadas.

O estendal foi uma questão ponderada, resultando, na zona E, em pequenas palas que garantem à fachada do edifício uma nova composição e desenho com uma linguagem horizontal. Já na zona F, o estendal foi solucionado em forma de lâminas horizontais com uma estrutura feita em ferro sem interrupções ao longo da fachada. Estas lâminas tentam, mais do que as palas, suavizar o volume construído.<sup>50</sup>

49 - Informação adquirida numa das conversas com a autora do projeto.

50 - Informação adquirida numa das conversas com a autora do projeto.

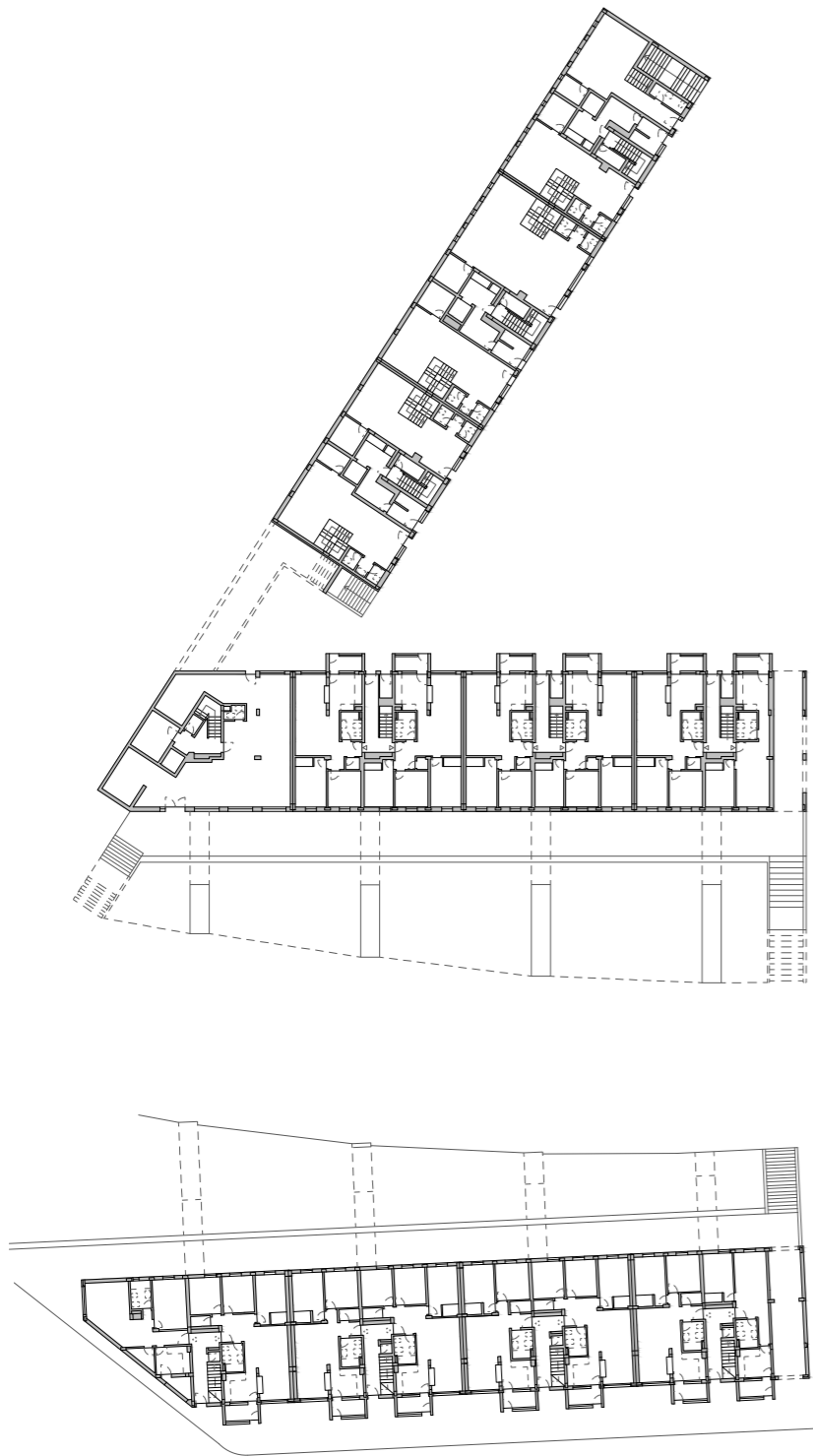


Fig. 06 - Planta Piso 0

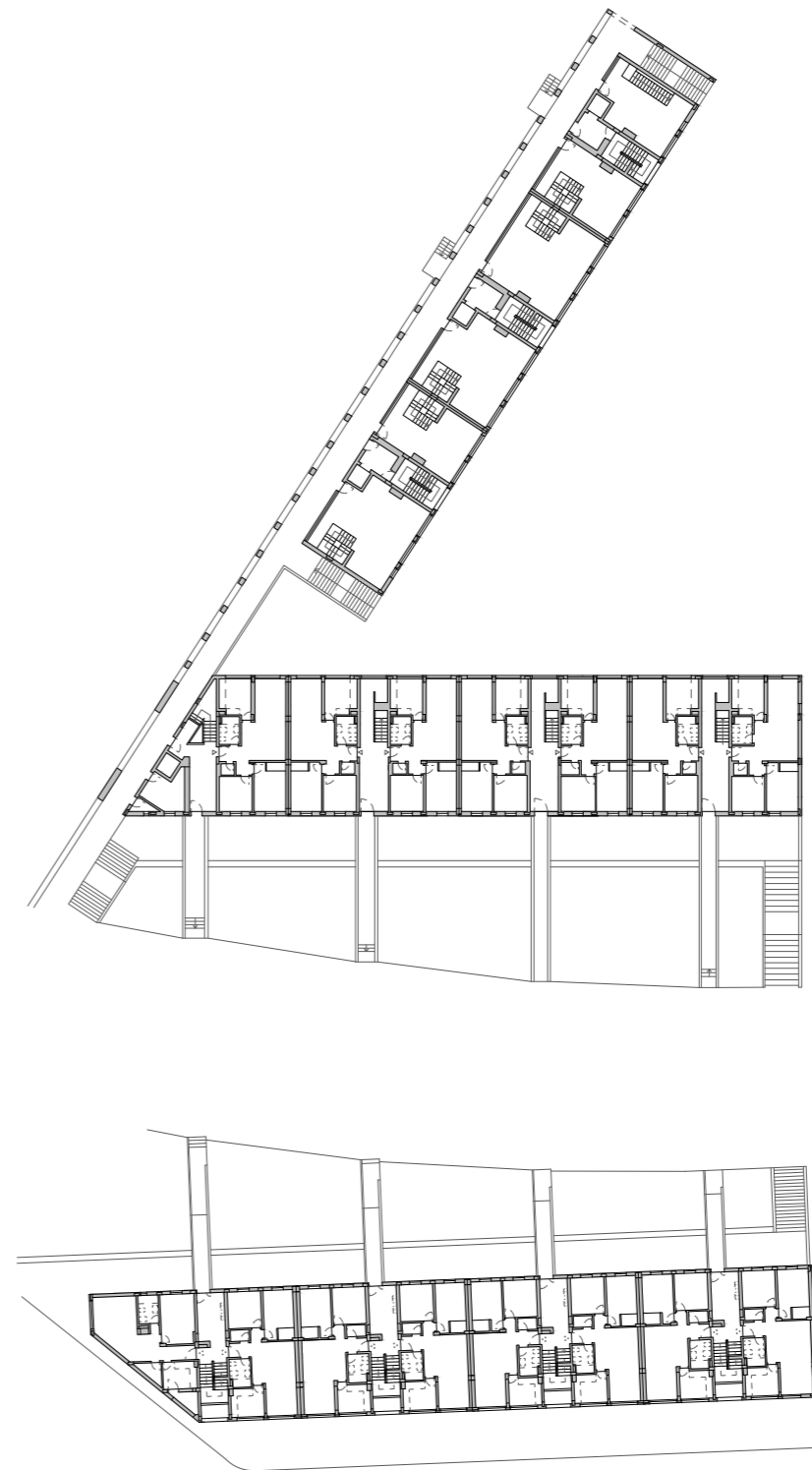


Fig. 07 - Planta Piso 1

### 3.1.5- Características construtivas

A estrutura do edifício é constituída por um sistema reticulado de pilares, vigas e lajes de betão armado. A cobertura é também composta por betão armado tal como a platibanda. O escoamento das águas pluviais feito na cobertura consiste na colocação de uma chapa de fibrocimento, à superfície e afastada da laje, ficando assim suspensa por moretos de alvenaria que delimitam a cobertura dos lotes e alteram a direção do escoamento de águas. Esta chapa possui uma inclinação de 7% direcionada para a caleira e serve ainda para afastar o mais possível a água da cobertura, para que os materiais de impermeabilização tenham uma maior durabilidade e possam prevenir possíveis problemas de infiltrações no futuro. No caso da chapa se danificar o sistema continua funcional por conter um dreno num dos moretos que direciona a água para a caleira. O dreno possui uma inclinação que permite à água escorrer na direção correta e nunca no sentido oposto. A caleira passa pelo interior do edifício, localizando-se na caixa de escadas, livrando a fachada de quaisquer outro tipo de elementos.

As paredes exteriores são duplas, sendo que a interior é constituída por alvenaria de tijolo e a exterior por tijolo à face, um material de acabamento. Os revestimentos das paredes interiores e os tectos são feitos em estuque projetado, e os pavimentos em eucalipto rosa. Nas cozinhas e nas instalações sanitárias aplicaram-se como acabamentos o azulejo nas paredes e o mosaico no pavimento. As soleiras e peitoris são em pedra azulino de cascais.

Os equipamentos das habitações contêm caixilharias de alumínio e elementos modulares como armários, bancadas de cozinha, portas interiores e roupeiros, todos eles concebidos em madeira.

Na caixa de escadas o pavimento é em marmocim e os patins contêm a aplicação de pedra azulino de cascais bem como nos rodapés, sendo que a parede é de reboco areado fino pintado de branco. Nas pontes exteriores o pavimento é em marmocim antiderrapante e as escadas de calçada de vidro, o espelho é de pedra calcária bujardada com guardas de ferro.<sup>51</sup>

As escolhas dos materiais de revestimento e de acabamentos interiores correspondem a um critério de economia e resistência ao desgaste. A título de exemplo surge a utilização do tijolo face à vista, um material mais económico por ser menos exigente em termos de manutenção e que ao mesmo tempo possui uma maior durabilidade.<sup>52</sup>

51 - Análise feita ao Projeto de Execução.

52 - Informação adquirida numa das conversas com a autora do projeto.



Fig. 08 - Fachada exterior Zona E



Fig. 09 - Estrutura do piso de Habitação Zona F



Fig. 10 - A sala do Piso Térreo Zona E



Fig. 13 - Constituição fachada Exterior Zona E



Fig. 12 - Construção Fachada Zona F



Fig. 11 - Escadas Zona E

### 3.2 – Rego Zona A: Apresentação do Projeto

#### Ficha técnica:

Conclusão – Dezembro 2000

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Projetista: A: Arq.º João Gomes Teixeira B: Arq.ª Ana Paula Cunha

Construtor: Teixeira Duarte Engenharia e Construção S.A.

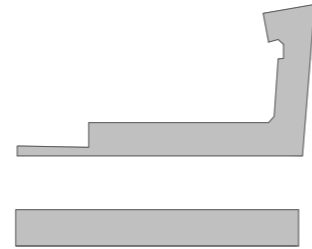


Fig. 14 - Implantação

Este projeto, tal como os restantes, foi promovido pela Câmara Municipal de Lisboa. Situa-se no bairro de Santos, mais precisamente na zona do Rego pertencente à freguesia da Nossa Senhora de Fátima, com uma localização próxima do centro de Lisboa e junto a eixos viários importantes do ponto de vista de acessibilidade à cidade. É composto por cento e sessenta fogos, distribuído por dois edifícios, da autoria de diferentes arquitetos. Apesar de terem desenhado os edifícios separadamente, a linguagem utilizada é semelhante e cria uma boa relação entre ambos. Os pisos térreos contêm equipamentos juntamente com galeria exterior, um logradouro e estacionamento subterrâneo.

#### 3.2.1 – Localização e Envolvente

A zona de intervenção é limitada a norte pela Avenida das Forças Armadas, a sul pela Avenida de Berna, a nascente pela Avenida 5 de Outubro e a poente pela Avenida dos Combatentes. Esta zona do Rego contém cerca de 7,8 hectares, sendo composta na sua maioria por habitações promovidas por iniciativa privada. Vários edifícios que fazem parte desta zona caracterizam-se por uma tipologia em altura, sendo estes em torre ou em banda, o que lhes confere uma forte presença espacial.

Ao longo do tempo, este crescimento urbano foi descontinuado, permanecendo vestígios de várias construções baseadas numa malha urbana originária de diferentes planos de crescimento. Nesta malha surgem três tipos de ocupação, os equipamentos, os bairros de habitação degradados e os edifícios isolados. Os lotes desta área foram, aos poucos, ocupados por construções modestas e destinadas a classes populares,



Fig. 15 - Vista Aérea 1997

no entanto, o crescimento da cidade tornou este espaço mais central e conseqüentemente mais propício a uma construção e renovação imobiliária de menor qualidade.<sup>53</sup>

Nos anos 90, foi loteando um plano de urbanização para o realojamento a custos controlados. Neste plano de urbanização foram propostas três zonas de intervenção (A, B e C) destinadas ao PER e pertencentes ao território municipal. Esta iniciativa teve como objetivo realojar cerca de quatrocentas famílias, sendo estas provenientes não só desta zona, mas também de outras com características e condições semelhantes, situadas noutros locais da cidade.<sup>54</sup>

#### a) Elementos estruturantes e preexistentes

O edifício em estudo situa-se na zona A, entre os edifícios Marconi e Gemini a nascente e a malha urbana do bairro de Santos a poente. O plano para esta zona era inicialmente composto por três edifícios, contudo, um deles acabou por não ser concretizado devido ao facto do terreno não pertencer à CML.<sup>55</sup> Os que foram efetivamente construídos designam-se por edifício A e edifício B. O edifício A está inserido num terreno de limites bem definidos e apresenta um pequeno desnível em relação aos arruamentos, tanto na rua Sousa Lopes a nascente como na rua Jorge Afonso a poente. Este edifício foi implantado sob uma forte influência dos elementos urbanos já existentes naquela zona. O edifício B encontra-se no outro lado da rua Jorge Afonso e é paralelo ao A. Está situado num terreno envolto por um descampado virado para a linha férrea e que anteriormente possuía habitações precárias para realojados.

#### b) Morfologia Urbana

Estas duas construções têm como objectivo criar uma densidade urbana bem como frentes de rua, de forma a dar continuidade à estrutura previamente existente, tendo sempre em conta as características arquitetónicas da envolvente. Para este efeito assumiram-se à partida, determinadas limitações e premissas, bastante evidentes em especial no edifício A. Este teve como objectivo complementar um quarteirão já existente e dessa forma integrar-se e continuar a construção.

O edifício B surge como um bloco paralelo ao A, fazendo com que a continuação desta malha urbana de Santos seja interrompida pela linha ferroviária.

53 - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 55. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1999. p. 156.

54 - cf. Idem, p. 157.

55 - Informação adquirida numa das conversas com o autor do projeto.



Fig. 16 - Vista Aérea tirada em 2001

### 3.2.2 – Conjunto Residencial: Estrutura e desenho urbano

A implantação original deste projeto previa a construção de três edifícios. No entanto apenas dois deles foram, de facto, concretizados, ambos paralelos à rua Jorge Afonso. O terceiro edifício, que não saiu do papel, seria implantado no final desta mesma rua.

O edifício A é constituído por oito lotes com cinco pisos, sete deles destinados a habitação e um a ateliers. O piso térreo contém uma galeria exterior que serve, por sua vez, de acesso aos espaços para equipamentos. Contém também um estacionamento subterrâneo de dois pisos, todavia, encontra-se atualmente encerrado para os moradores, devido ao uso indevido por parte próprios.

O edifício B é constituído por seis lotes com seis pisos de habitação. O piso térreo deste edifício contém também espaços para equipamentos acessíveis através de uma galeria exterior e estacionamento de dois pisos em situação idêntica ao anterior.<sup>56</sup>

O projeto para o espaço exterior é da autoria da arquiteta paisagista Teresa Travassos. Este plano abarca tanto o edifício A como o B, o que garante uma continuidade entre estes e a malha urbana na qual se inserem.

O edifício A possui um logradouro criando uma relação bastante direta não só com esta nova construção, mas também com os edifícios existentes. Existem neste logradouro duas áreas com cotas e utilizações diferentes. O terraço de nível inferior é destinado às crianças, contendo um recreio infantil. Por sua vez, o espaço mais elevado destina-se restantes faixas etárias, com cadeiras e mesas. Este logradouro tem, como dificuldade, o estacionamento no nível inferior, impossibilitando a implantação de materiais vivos. De forma a substituir uma inexistente massa arbórea, projetaram-se alguns canteiros e floreiras.

No edifício B, a intervenção passa por um desenho de passeios e alguns estacionamentos exteriores. Os materiais utilizados em ambas as zonas foram a calçada portuguesa nos passeios, as placas de betão nos estacionamentos e o sintético no logradouro.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 55. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1999. p. 161-165 .

<sup>57</sup> - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 56. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 2000. p. 91.



Fig. 17 - Escadas Ateliers



Fig. 18 - Escadas Galeria e acesso ao Logradouro



Fig. 19 - Fachada Principal Edifício B fotografia nossa



Fig. 20 - Fachada Principal Edifício A



### 3.2.3 – Edifícios: Caraterização dos Espaços Comuns

Estes edifícios foram projetados tendo preocupações de custos controlados, o que originou uma repetição dos módulos e a sobreposição de elementos verticais, mais precisamente aqueles que passam nas cozinhas e nas instalações sanitárias.

Olhando para a fachada do edifício A, constatamos que a sua composição é constituída pela unidade dos vãos que se apresentam com uma identidade geométrica. As exceções estão presentes nos remates dos cantos que formam uma espécie de molduras verticais.

Já no edifício B, a fachada principal dá ênfase à horizontalidade, reforçada pela utilização da cor, e ainda pelos vãos paralelos entre si. A fachada tardoz procura também uma linguagem horizontal através do desenho dos estendais e dos vãos igualmente paralelos entre si.

Nestes dois projetos foi adotado o sistema esquerdo/direito com um acesso por escadas ou elevador. Ambos possuem galerias no piso térreo, bem como equipamentos e estacionamento. O edifício A contém uma exceção, as áreas destinadas a ateliers. De forma a rematar o edifício já existente, o arquiteto João Gomes Teixeira sentiu a necessidade de projetar um lote com menos profundidade, para que a linguagem do conjunto se mantivesse homogénea naquela zona.

### 3.2.4 – Habitações: Organização, Estrutura e Funcionalidade

No sentido de completar com a construção do novo edifício o quarteirão, o arquiteto João Teixeira encontra algumas condicionantes. As mais evidentes prendem-se com questões dos gavetos e nas juntas do antigo e do novo edifício. O arquiteto tratou os gavetos como uma exceção, fazendo com que as cozinhas ficassem no lado da fachada que se encontra virada para a rua. Este espaço de cozinha influencia marcadamente o desenho da fachada por causa da colocação do estendal e dos vãos. Quanto à fachada direcionada para o logradouro, esta é marcada por elementos verticais como os estendais e as caixas de escadas.

O edifício B contém, na fachada direcionada para o edifício A, as cozinhas e os estendais bem como as caixas de escadas, sendo que esta é a sua fachada tardoz. Na fachada oposta a horizontalidade e o paralelismo entre vãos é predominante.<sup>58</sup>

O empreendimento A desenvolve-se através do sistema esquerdo/direito, com lotes de T2 e T3, aproveitando o espaço à frente da caixa de escadas para o terceiro quarto do T3. Nos lotes um e três estão presentes as grandes exceções das tipologias. O lote um contém apenas T1 ou T4, dividindo-se por piso, em

58 - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 55. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1999. p. 161-165 .

três T1 e um T4. Cada andar agrupa-se por dois T1 direcionados somente para a fachada principal, enquanto que o terceiro T1 e o T4 se encontram virados para ambas as fachadas. O lote três contém T1 ou T3 e divide-se por piso, em três T1 e um T3. Neste lote acontece idêntica situação à do lote anterior, já que dois T1 se encontram virados para a fachada principal e os outros T1 e T3 para ambos os lados. Todos os lotes dispõem de um elevador desde o projeto de raiz. O lote oito é caracterizado pelo programa de ateliers, dividido em dois por cada piso ao longo de três andares. Este lote tem um acesso autónomo à restante construção, sendo ele composto por escadas exteriores que dão acesso a pequenas galerias.

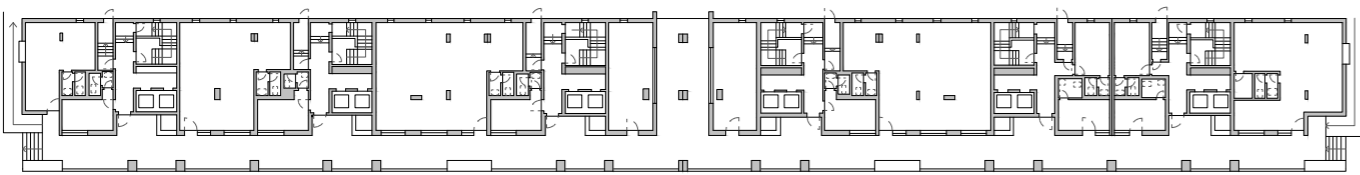
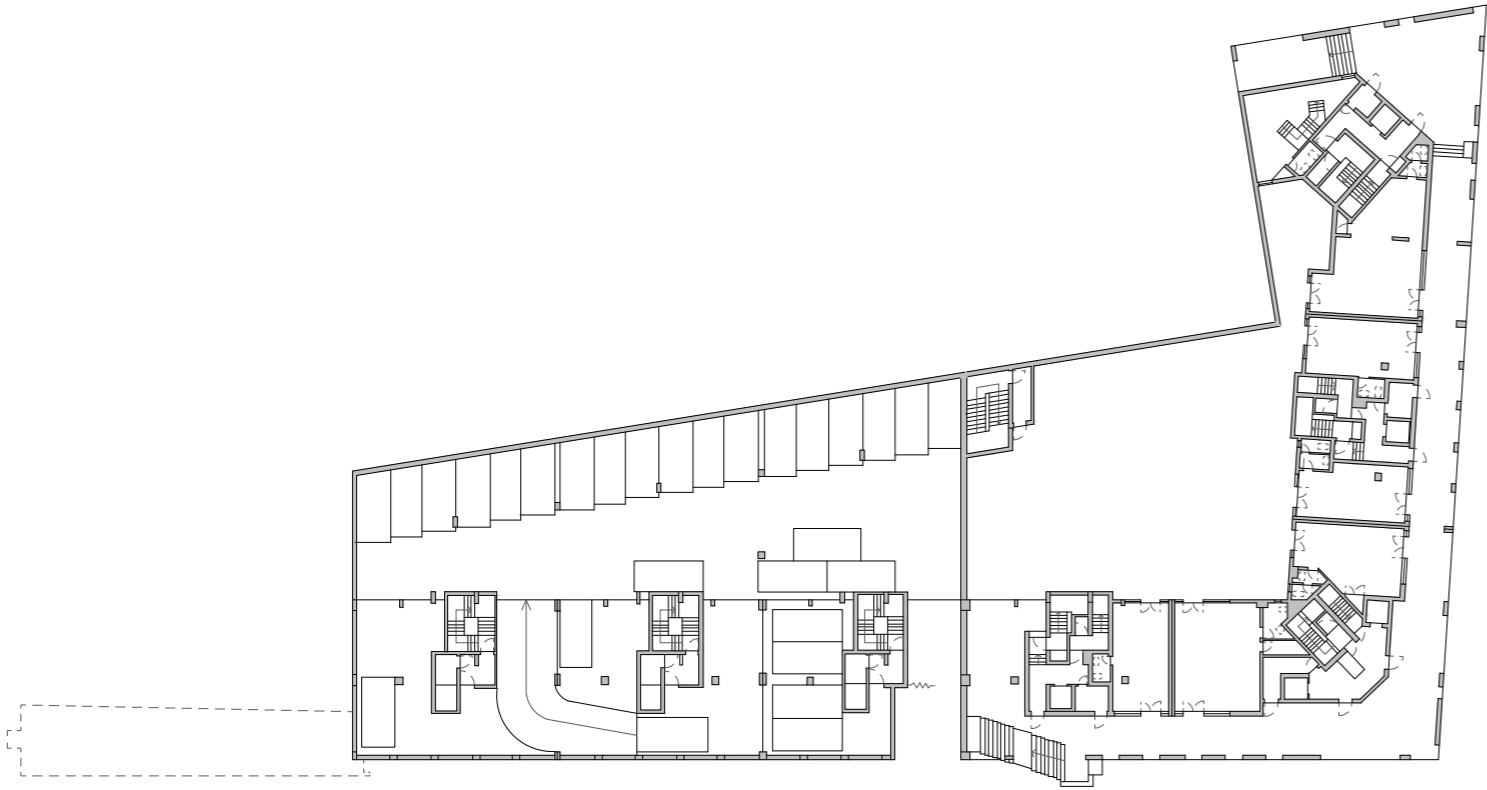
O edifício B é desenvolvido igualmente pelo sistema esquerdo/direito, com tipologias desde a T1 até à T4. Os T1 localizam-se nas empenas do edifício, tendo um total de quatro por piso divididos dois a dois por cada fachada. As restantes tipologias prolongam-se de uma fachada à outra. Todas elas dispõem de um hall de recepção onde se efetua a distribuição para os restantes espaços, sendo que a largura do corredor é proporcional ao tamanho da tipologia. Este edifício contém dois elevadores, igualmente, desde o projeto de raiz.

A organização de ambos demonstram uma particular sensibilidade no que diz respeito à separação dos espaços comuns e privados. Sempre que possível, a sala e a cozinha estão direcionadas para o alçado tardoz e os quartos para o alçado principal, mantendo, desta forma, as fachadas mais limpas e alinhadas.

Existe ainda uma exceção referente ao edifício B, o último andar é em duplex. Estes encontram-se estruturados em meio piso com tipologia T2, contendo um hall de recepção com duas escadas, uma direcionada para o nível inferior onde se encontram as zonas comuns, as salas e as cozinhas, enquanto que a segunda conduz ao andar superior onde se encontram os quartos e instalações sanitárias.<sup>59</sup>

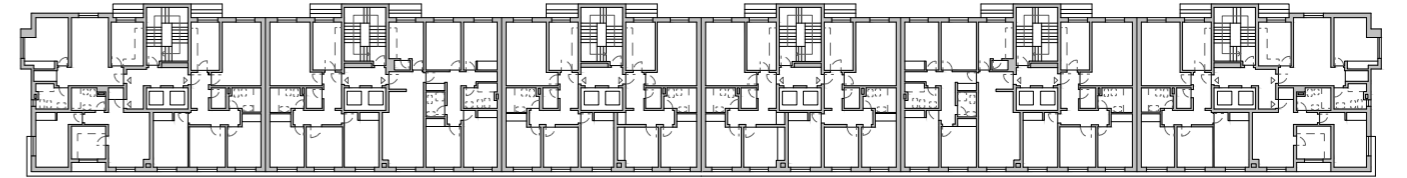
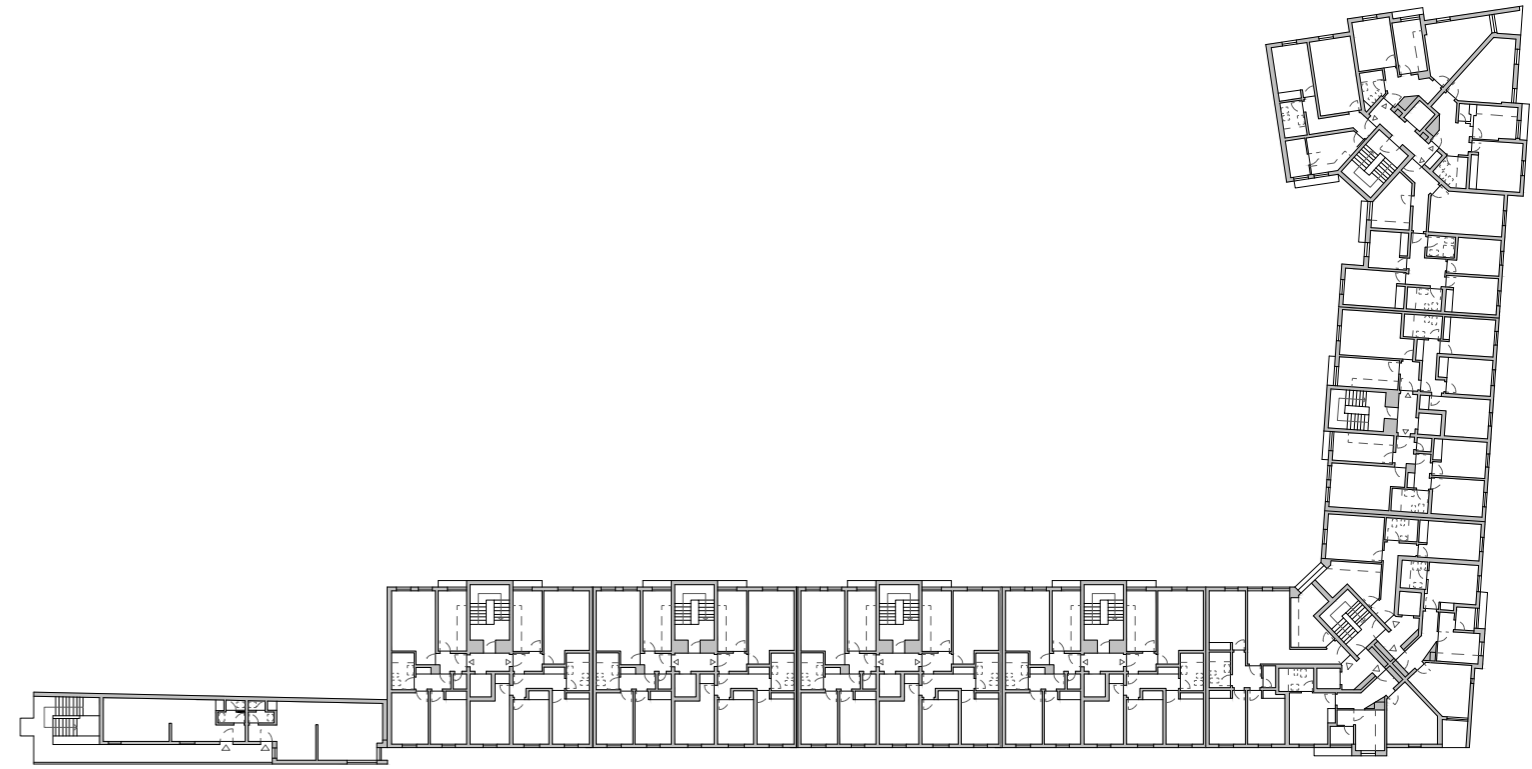
De acordo com a organização interna dos fogos dos dois edifícios, nota-se uma preocupação em hierarquizar os espaços, tendo como base uma divisão funcional e áreas de distribuição, quer estes sejam comuns ou privados. Para este efeito procedeu-se à criação de um hall de recepção. Na questão da luminosidade nas células e da ventilação cruzada é bastante evidente esta preocupação, pois as células são de fachada a fachada. Desta forma o espaço torna-se mais higiénico com a renovação de ar e diminui-se também a temperatura no interior.

59 - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 55. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1999. p. 161-165.



0 1 5 10 m

Fig. 21 - Planta Piso 0



0 1 5 10 m

Fig. 22 - Planta Tipo

### 3.2.5 – Características Construtivas

Neste ponto o foco reside apenas no edifício A, sendo possível pela disponibilização dos desenhos técnicos do projeto pelo arquiteto João Gomes Teixeira. Verifica-se que a sua estrutura é constituída por um sistema de pilares, vigas e lajes de betão armado. As paredes exteriores são duplas e contêm ambas alvenaria de tijolo com os respectivos isolamento e caixa de ar. O acabamento exterior é materializado com reboco pintado de branco, amarelo ou cinzento, consoante o elemento que representa, pois cada cor representa uma função, sendo o branco as zonas privadas, os cinzentos os espaços comuns e os amarelos as exceções como a cozinha os gavetos virada para a fachada principal e o lote dos ateliers. Nos pisos térreos, as galerias contam com acabamentos em tijolo à face de cor cinzento. As caixilharias das janelas são em alumínio, também de cor cinzento e os estendais são tapados por perfis metálicos em lâminas igualmente cinzentas. Finalmente, as guardas são feitas com uma estrutura de perfis em aço metalizado e pintado a esmalte.<sup>60</sup>



Fig. 23 - Sala da célula Edifício A



Fig. 24 - Cozinha da célula Edifício A



Fig. 25 - Atelies



Fig. 26 - Fachada Atelies



Fig. 27 - Fachada Tardoz Edifício A



Fig. 28 - Edifício A em construção

<sup>60</sup> - Análise feita a partir do Projeto de Execução.

### 3.3 – Calhariz de Benfica: Apresentação do Projeto

#### Ficha técnica:

Conclusão – 2001

Promotor: Câmara Municipal de Lisboa

Projetista: Arq.º Paulo Tormenta Pinto

Construtor: OBRECOL – obras e construções, S.A.

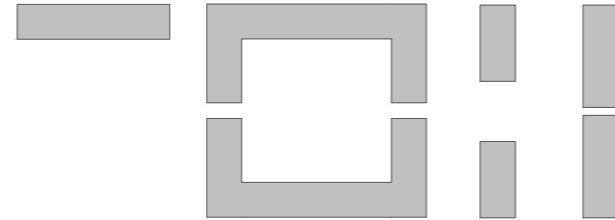


Fig. 29 - Implantação

A escolha deste projeto decorre da sua implantação e da ótima relação que este mantém com o ambiente em redor. Tendo resoluções particulares como a área urbana, visto que, nesta obra a questão do espaço exterior é de elevada importância para o autor, que por sua vez é por este também responsável. Assim como as células habitacionais possuem ainda aspectos a frisar, como os métodos adoptados para resolver algumas das questões importantes na habitação, o estendal ou a relação da cozinha com a sala. É distribuído por três unidades com o total de catorze lotes e noventa e um fogos, com o objetivo de realojar a custos controlados. Os pisos térreos são destinados a equipamentos ou acessos de distribuição para as diferentes cotas da envolvente.

O empreendimento habitacional promovido pela Câmara Municipal de Lisboa na zona de Benfica, insere-se numa área de cariz rural, sendo, de certo modo, ainda uma memória da periferia da cidade de Lisboa e das suas antigas quintas.

Este projeto ganhou em 2002 o Prémio INH, Promoção Municipal.<sup>61</sup>

#### 3.3.1 – Localização e envolvente

A área disponível para esta intervenção PER é limitada a sul pela Travessa Sargento Abílio, a norte pelo centro social Ascensão Nicol, a nascente pela rua Vasco Botelho do Amaral e a poente pela rua Baldaque da Silva.

61 - cf. COELHO, António Baptista – 1984-2004: 20 anos a Promover a Construção de Habitação Social. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, 2009. p. 218.



Fig. 30 - Vista Aérea 1997

#### a)Elementos estruturantes e preexistentes

O Calhariz de Benfica é uma área da cidade de Lisboa que mantém um ambiente de uma certa ruralidade e que é delimitado por um lado pela linha ferroviária de Sintra e por outro, pela fusão da IC-19 com a CRIL e com a 2ª Circular no nó da Buraca. Estes factores têm provocado um certo isolamento desta área do Calhariz e um conseqüente alheamento à elevada densidade da construção em Benfica.

Convém não esquecer as recentes construções de habitação a custos controlados da autoria da CML e ainda o Centro Social Ascensão Nicol, já que estas são exemplos de novas construções que proliferam na zona do Calhariz de Benfica.<sup>62</sup>

#### b)Morfologia Urbana

A solução que o arquiteto Paulo Tormenta Pinto encontrou para este espaço foi a criação de zonas destinadas ao público, as quais o próprio decidiu diferenciar através de cores. Estes espaços integram-se num grupo de edifícios e estão ligados pela criação de uma linha de água que efetua a relação entre dois elementos que simbolizam os limites da área de intervenção, sendo estes uma cisterna e um pequeno lago. Este projeto detém uma identidade e uma forma de resolver as questões para as quais foi criado, muito próprias, já que é capaz de se adaptar e ao mesmo tempo otimizar e requalificar o espaço urbano no qual intervém.

A imagem urbana que este projeto cria é algo paradoxal, já que consegue por um lado, através do ambiente doméstico que se origina no espaço interior dos quarteirões, refletir uma escala humana e simultaneamente expressar uma identidade culturalmente rica. Isto acontece graças às divisões origens étnicas dos habitantes daquele conjunto, criando um ambiente de vizinhança variado.

As variações do projeto, como os acessos dos lotes demonstram uma vincada pormenorização e um interesse na diversidade de soluções.

Dá-se ainda a criação de várias passagens viárias e pedonais, provocando uma ideia de continuação da fachada, embora com variações na escala e uma imagem diferente de cada edifício.

Este projeto à semelhança do programa onde se insere e tal como outros apoiados pelo Estado, foi alvo de diversas críticas, contudo, consegue alcançar aspectos positivos como a estruturação de um urbanismo mais generoso e humano, correspondendo à macro escala característica daquele local.<sup>63</sup>

62 - cf. DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – 56. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 2000. p. 115

63 - cf. Idem



Fig. 31 - Vista Aérea tirada em 2001

### 3.3.2 – Conjunto Residencial: Estrutura e Desenho Urbano

Apresentam-se, em seguida, as características da estrutura urbana deste conjunto residencial, dos seus espaços exteriores bem como das zonas viárias e pedonais. Como foi referido anteriormente, este conjunto está dividido em três unidades, cada uma com uma característica única. A unidade central contém um pátio interior com os limites bem evidenciados, criando um espaço mais uno e doméstico, causado não só pelo próprio desenho e escala mas também pela cor. O projeto contém dois tipos de atravessamento distintos, um longitudinal e marcado pela linha de água e outro transversal, viário e localizado entre as unidades B e C e dando acesso direto à estrada da Buraca.

Este projeto divide-se em três unidades, tendo a unidade A dois lotes, com quatro pisos de habitação e um deles destinado ao comércio. As entradas para os lotes efetuam-se pela fachada virada a nascente, apresentando o piso do rés-do-chão ligeiramente elevado em relação à cota exterior, aproveitando assim a oportunidade de desenhar as pontes/rampas que dão acesso às respectivas entradas dos lotes. Os equipamentos estão localizados na fachada direcionada a poente, onde se localiza a maioria das habitações já existentes no local, proporcionando melhores condições para uma eventual prática do comércio.

A unidade B contém oito lotes, cada um com três pisos de habitação e um para equipamentos, tal como na A. Sendo que esta unidade possui uma forma quadrangular, surge conseqüentemente uma área mais recolhida originando um pátio. Este pátio tem acesso através de aberturas nos edifícios que se prolongam desde o pavimento, onde também se encontra a linha de água, até à cobertura. Também à semelhança da situação verificada na unidade A, esta é atravessada pela rua Vasco Botelho do Amaral que se encontra numa cota inferior. Desta forma o acesso é resolvido com umas grandes escadas situadas no piso térreo do lado poente do edifício. Do lado nascente encontram-se espaços destinados a equipamentos com vista ao comércio, proporcionando um ambiente de cariz mais público e mais apelativo para a restante população da urbanização envolvente.

A unidade C contém, por sua vez, quatro lotes variando entre os três e os quatro pisos de habitação mais um de comércio. Os lotes situados a norte dão o remate final à intervenção, sendo estes de maior dimensão. Já os edifícios situados a sul possuem lotes menores, possibilitando a ligação para as unidades B e A através de uma passagem mais larga. O acesso transversal é, neste caso, mais imponente pois retém a atenção da fachada da unidade C.<sup>64</sup>

64 - Análise feita a partir do Projeto de Execução.

Este projeto define uma série de espaços exteriores, largos e pátios interligados através da linha de água. Todos os espaços exteriores das três unidades possuem uma linguagem una, demonstrando um gesto de continuidade entre si, contendo os mesmos materiais e desenhos dos pavimentos. Os materiais que compõem os pavimentos exteriores são a calçada de vidro, betão aparente, cubos de granito cinzento, godo lavado e lioz. O godo lavado está presente na marcação do remate do espaço exterior com os edifícios, desenhado como uma espécie de moldura. A calçada de vidro está igualmente presente no pavimento de todos os espaços exteriores e é de facto o material de eleição entre todos os componentes do pavimento. No espaço A foi plantada uma linha de árvores que separa a zona pedonal da zona de estacionamento, contendo também um pavimento diferente: cubos de granito. O pátio da unidade B tem um forma quadrangular o que influencia o desenho do pavimento, também com a mesma forma, no centro do pátio. Este pavimento é composto por blocos de betão e é atravessado pela linha de água, que por sua vez é composta por pedra de lioz.

As escadas exteriores existentes na intervenção são todas compostas por calçada de vidro, o espelho por calcário e as guardas são feitas em tubos de ferro. No lado nascente deste edifício, ou seja, na rua Balbaque da Silva, existe outro estacionamento, com cerca de dez lugares, onde um elemento que se destaca, uma pérgula. Os seus pilares são marcados por um ritmo e delimitam cada lugar de estacionamento, sendo que tanto estes pilares como a laje de cobertura possuem a mesma espessura. Contudo esta laje cobre apenas cerca de metade de uma eventual viatura ali estacionada. Toda esta estrutura dedicada ao estacionamento é feita em betão armado, rebocado e pintado de branco.

No que consta à unidade C, estado esta separada das restantes unidades por uma via, é caracterizada pela mesma linguagem das restantes unidades e pela continuação da linha de água. Neste caso o espaço exterior tem um desenho mais retangular causado pelos edifícios da intervenção. No chão, ortogonal à linha de água, existe um outro quadrado desenhado no chão e também ele composto por blocos de betão, trata-se do pequeno lago.

No conjunto, houve o cuidado de aplicar certos equipamentos de apoio a estes espaços como bancos exteriores em betão armado, postes de iluminação, bebedouros em ferro e a limitação de peões/carro com pinázios em ferro zincado.<sup>65</sup>

65 - Análise feita a partir do Projeto de Execução.

### 3.3.3 – Edifícios: Caracterização dos Espaços Comuns

A organização deste projeto segue o modelo esquerdo/direito, criando assim a divisão dos lotes, os quais se dividem em diversos tamanhos de acordo com as suas tipologias. Os edifícios contêm sistemas organizativos internos ao nível do fogo desde o T1 até ao T4, distribuindo-se ao longo das três unidades, num total de catorze lotes e noventa e um fogos. As entradas para os lotes situam-se nos seus pisos térreos através de um hall de receção, distribuindo para a caixa de escadas ou para o elevador. Entre estas entradas existem duas variações, sendo que uma delas é composta por uma parede completa de vidro no hall de receção e outra é constituída pelo acesso aos lotes através de rampas ou escadas.

As caixas de escadas dos lotes dão acesso às coberturas, sabendo que estas são restritas para manutenção. Também nas coberturas se verificam a existência de contentores, onde inicialmente se localizariam as casas das máquinas referentes aos elevadores. Mesmo com essa necessidade sendo dissipada, esses volumes foram, no entanto, mantidos por ordem do autor, como elemento estético.

Este esquema de esquerdo/direito tem, à partida, mais vantagens do que um único acesso comum em direção a numerosas células, pois consegue manter as fachadas todas livres obtendo mais segurança e privacidade, não tendo uma circulação horizontal, ventilação transversal e concentração e redução de custos a nível de canalizações, através do sistema em espelho. As escadas de acesso às células possuem visibilidade vertical entre elas, no fim do patamar de descanso.

Verificando as fachadas dos edifícios, nota-se a criação de diferentes harmonias nos pátios e nas ruas exteriores. As fachadas direcionadas para o interior dos quarteirões têm diferentes cores, dependendo da unidade. A unidade A é vermelha, a B azul e a C verde, identificando, assim, as diferentes unidades. A cor da fachada é quebrada por pequenas palas horizontais. Estas fachadas coloridas detêm ainda a particularidade de possuir os desenhos dos vãos perfeitamente alinhados, criando um esquema de horizontalidade e verticalidade. Já as fachadas que comunicam diretamente para a rua, são pintadas de cor branca e com um jogo de variações na disposição dos vãos todos verticais.

Os pisos térreos possuem uma materialidade diferente ao fazer o remate com o chão. Para este efeito, foi escolhido o tijolo à vista, em parte, pela sua durabilidade e baixa necessidade de manutenção, conferindo inclusive uma diferente cor e textura. As caixilharias e estores são brancos nas habitações e escuros nos espaços destinados a equipamentos.

A unidade B é a única que contém estacionamento coberto, com o seu acesso pedonal a ser efetuado pelo pátio através de umas escadas exteriores. Contudo está atualmente fechado por questões de segurança.<sup>66</sup>

<sup>66</sup> - Análise feita a partir do Projeto de Execução.



Fig. 31 - 35 - Fotografias Nossas

### 3.3.4 – Habitações: Organização, Estrutura e Funcionalidade

Neste conjunto as tipologias das células vão desde o T1 até ao T4. A maioria, no entanto, são T2. Na unidade A, o piso 0 contém o hall de recepção, o que torna umas das células mais pequena, sobrando um T1 mais um T2 do lado oposto. Os restantes pisos são compostos apenas por T2. Na unidade B, devido à implantação ser quadrangular, existe um especial cuidado em relação aos cunhais, de forma a que estes não comprometam as qualidades de ventilação e iluminação. Cada lado do quadrado contém dois lotes, sendo que a norte e a sul se situam os maiores, ou seja, os T3. Já a nascente e a poente os lotes são menores, ou seja, T2. A unidade C é constituída por quatro lotes, todos eles diferentes. Os dois edifícios a sul são na sua grande maioria T2 e os que se situam a norte dividem-se por T3 e T4, sendo de resto os únicos que contêm esta tipologia.

As fachadas encontram-se direcionadas tanto para o interior como para o exterior do quarteirão, apresentando assim desenhos diferentes. O mesmo se passa com as células, o que interfere com a distribuição dos espaços comuns e privados. Existindo uma hierarquização das funções internas de cada fogo a partir de opção em virar ao exterior as áreas mais coletivas, e para os pátios interiores, os ambientes de maior privacidade ou domesticidade.

A entrada para a célula faz-se, sempre, pela sala, anulando desta forma a possível existência de um hall de recepção. No alinhamento da entrada principal dá-se o acesso à cozinha, que por sua vez está diretamente ligada à sala através de um passa pratos. A cozinha tem proporção e escala ideais para um funcionamento adequado àquele ambiente. Este espaço possui ainda uma parede integralmente em tijolo de vidro, algo que garante, ali, uma melhor luminosidade natural. Também aqui é resolvido de uma forma inteligente o estendal, que se encontra precisamente entre esta parede de tijolo de vidro e a fachada exterior do edifício, tornando-se desta forma recuado e deveras mais discreto. Isto permite continuar com a mesma linguagem dos vãos da fachada e ao mesmo tempo garantindo a ventilação.

Para explicar a evolução das células, partindo do T2, a ligação dos espaços comuns com os espaços privados dá-se através da sala, que por sua vez, garante a passagem para um pequeno corredor que distribui para os quartos e para as instalações sanitárias. A necessidade de aumentar o número de quartos e a correspondente largura do corredor faz com que a célula se torne maior. O T4 possui diferenças, como por exemplo a necessidade de criar uma segunda instalação sanitária. O T1 segue a mesma lógica mas anulando o corredor, e deixando a sala como o espaço de distribuição, encontrando-se desenhada em L.<sup>67</sup>

67 - Análise feita a partir do Projeto de Execução.



Fig. 36 - Fotografia da autoria do Arq. Paulo Tormenta Pinto



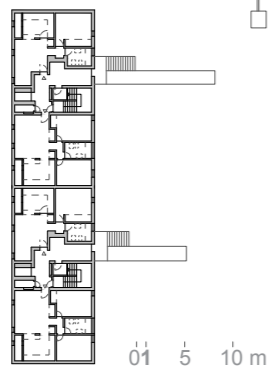
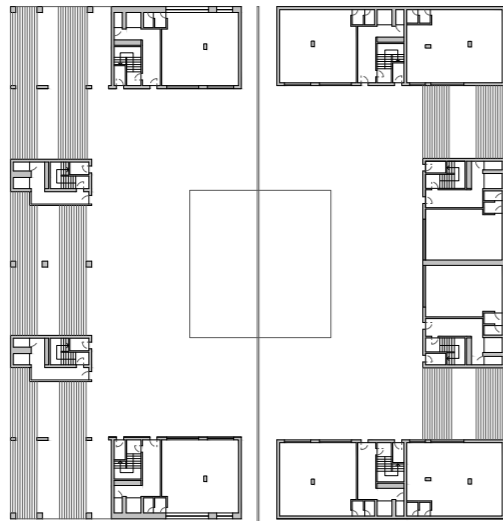
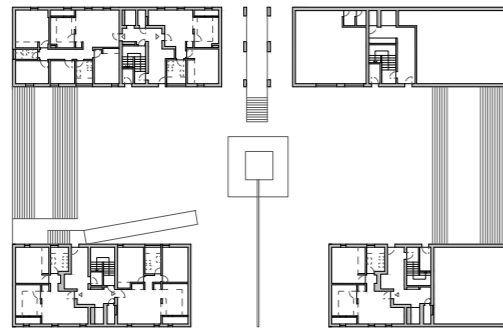


Fig. 37 - Planta Piso 0

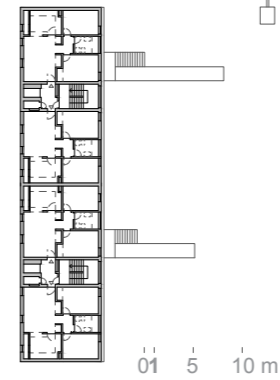
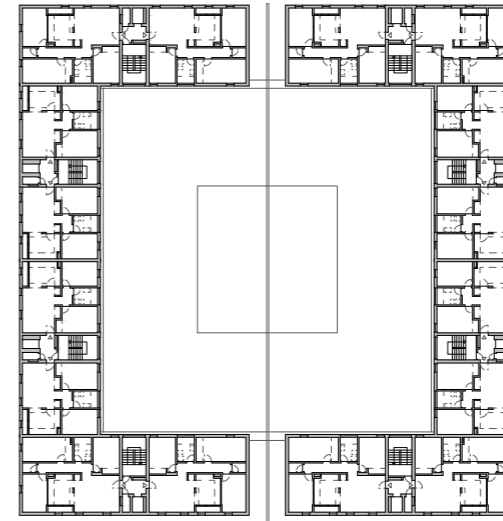
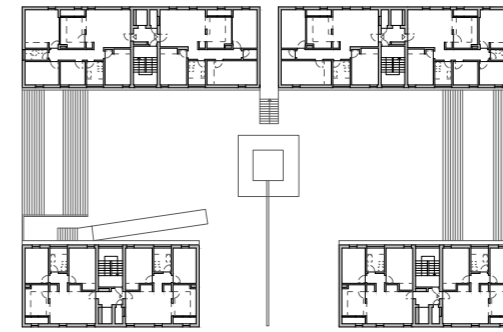


Fig. 38 - Planta Tipo

### 3.3.5 – Características construtivas

A estrutura do edifício é constituída por um sistema reticulado de pilares, vigas e lajes de betão armado. A cobertura é também constituída por uma laje de betão armado, contendo uma impermeabilização, como é mais conhecida, de cobertura invertida, contendo camada de forma, impermeabilização, isolamento térmico, geotêxtil e acabamento com um seixo rolado. As paredes exteriores são duplas, ambas de alvenaria de tijolo, com um acabamento no exterior em reboco pintando. Nos pisos térreos foi aplicada uma capa linear de terracota tipo fojo colocado sem junta vertical. As paredes interiores são revestidas a estuque projetado em todos os compartimentos das células, à exceção das cozinhas e instalações sanitárias, que contêm azulejo. A cozinha representa outra exceção com a parede de tijolo de vidro virada para o estendal. Já nas zonas comuns dos lotes o revestimento das paredes é em reboco afagado e pintado, nos pavimentos tem mármore polido com pigmentos e nas escadas lioz amaciado. Nos pavimentos das células foram escolhido tacos de madeira de pino e nas cozinhas e instalações sanitárias mosaico. As soleiras e os peitoris são em pedra mármore ruivina amaciada.

Os equipamentos contêm portas e armários interiores em madeira de lota e MDF encabeçado na porta do passa pratos da cozinha. A materialidade dos vãos é em alumínio, tendo algumas exceções das portas dos lotes que são em perfis de ferro.

Olhando para o exterior, as rampas e escadas de acesso a alguns lotes, são constituídas por pedra mármore ruivina estriada e amaciada nas rampas e patins de descanso, as escadas são revestidas com pedra lioz amaciada e as guardas em tubos de ferro.

As escolhas destes materiais, principalmente para os acabamentos interiores, não só têm como objectivo a redução de custos, mas também a procura de uma alta durabilidade já que nestes tipos de programa a manutenção se pretende diminuta. Por exemplo, a questão da aplicação do tijolo no piso térreo dá-se devido ao facto deste material responder positivamente a este tipo de questões. Este material está geralmente presente na construção dos bairros no âmbito do PER, algo visível no primeiro edifício de habitação colectiva desenhado pelo mesmo autor e localizado no bairro de Santos. As fachadas são maioritariamente revestidas por tijolo à face.<sup>68</sup>

68 -- Análise feita a partir do Projeto de Execução.



Fig. 39 - 43 - Fotografias dos edifícios em construção.

## Conclusão

A análise do Programa PER, neste trabalho, delimitou-se ao levantamento dos projetos implantados na Área Metropolitana de Lisboa, mais objetivamente ao estudo de três casos específicos. Inicialmente, o trabalho partiu de um pequeno conjunto de interrogações que foram progressivamente ganhando clareza e, naturalmente, aumentando a ambição. Algumas questões são bastante pertinentes e esperamos ter contribuído para aumentar o conhecimento sobre o Programa PER. Entre as questões levantadas no início estavam as que se relacionavam com a sua expressão na cidade. Teria o Programa uma expressão significativa no âmbito da sua realização (face às expectativas) e que cidade teria ajudado a construir?

O número de realizações concluídas em 10 anos demonstra a sua relevância no plano da consolidação de uma oferta de alojamento para populações sinalizadas como desprotegidas, reforçando a importância do PER como um dos programas-chave para a diminuição de habitação precária nas periferias das duas grandes cidades portuguesas na transição para o século XXI.

Um dos aspetos fundamentais, que demonstra a intenção de mudança do PER face aos programas anteriores, é a conjugação dos projetos de intervenção paisagística e de arquitetura, manifesto na articulação entre arquitetos paisagistas e arquitetos. Ainda que esta colaboração nem sempre tenha sido implementada no terreno, a sua consideração como ponto de partida para a abordagem ao problema dos novos bairros residenciais, demonstra a consciência de que um dos aspetos imputados ao fracasso de alguns dos programas anteriores teria sido a ausência de uma estratégia para a intervenção nas áreas públicas exteriores aos edifícios. O PER procurava assim uma atitude distinta, de construção simultânea da cidade e da casa, a partir do reforço das equipas de projetistas. Verificam-se ainda outras medidas que corroboram a existência de diferentes estratégias. Por exemplo, a opção da Câmara Municipal em rejeitar a construção de galerias (um elemento tradicionalmente conotado com o bairro social). Em vez disso, os blocos organizam-se num esquema de esquerdo/direito. Esta abordagem traduz uma mudança de paradigma, no sentido em que as preocupações com a vida coletiva e as relações de vizinhança são remetidas para os espaços exteriores – o que justifica também o envolvimento de arquitetos paisagistas na conceção dos projetos, de maneira a que estes participem da resolução dos problemas comunitários envolvidos na intervenção.

Outro aspeto importante a considerar é naturalmente a implantação destes conjuntos e a sua influência nos tecidos urbanos adjacentes. Como se percebe pelo levantamento efetuado, a maioria dos conjuntos PER construídos na Área Metropolitana de Lisboa, implantam-se em terrenos “sobrantes”, normalmente associados a estruturas viárias complexas de acesso ao centro da cidade. Este aspeto tem contribuído para acentuar o isolamento dos novos bairros face à cidade consolidada, facto que os projetos de arquitetura

paisagista, por exemplo, têm procurado atenuar através de desenho mais cuidados do espaço público.

Apesar das limitações do Programa, que provavelmente decorrem das limitações económicas do país, os bairros PER, edificados em zonas claramente conotadas como “periferias”, destacam-se das envolventes mais próximas pela qualidade e ambição quer das áreas exteriores quer da arquitetura praticada e, nesse sentido, podemos afirmar, que podem constituir um modelo qualificado de intervenção nesses lugares. Nota-se também uma clara rejeição do modelo Moderno sintetizado pela Carta de Atenas, que poderia resultar num trabalho um tanto sectário e excessivamente esquemático. Pelo contrário, neste programa procura-se uma reinterpretação das estruturas urbanísticas mais tradicionais: a rua, o largo, a praça, a avenida, e as ligações dos blocos com estas estruturas.

Interessa igualmente referir uma característica que demarca o PER de anteriores programas de realojamento, e que reforça esta tentativa de pensar o espaço público e a vida comunitária. Se noutros programas o que se projetava eram essencialmente blocos monofuncionais para habitação, no PER, os blocos são pensados desde o início como multifuncionais: a ênfase recai sobre a habitação, mas os blocos incluem igualmente serviços como lojas e pequenas instituições. Acontece que noutros programas de realojamento, estes serviços acabaram por ser necessários e os edifícios tiveram que “adaptar-se” à sua implementação. Com o PER, a necessidade deles é reconhecida desde o princípio, e integra os projetos desenvolvidos pelos arquitetos.

Também ao nível da célula habitacional, os bairros PER refletem modelos e desenhos que procuram avançar nas abordagens à habitação coletiva. Estes avanços, ainda que pontuais, manifestam-se no modo como o fogo é organizado, otimizando áreas úteis e introduzindo algumas inovações no plano das combinações funcionais (como acontece no caso do Bairro Bom Pastor da arquiteta Ana Lúcia Barbosa), tirando partido nos diferentes pisos ou reforçando a importância da miscigenação étnica que caracteriza, muitas vezes, as populações destes bairros. Ainda apesar das restrições económicas, a paleta de materiais utilizados é bastante variada, refletindo a diversidade de opções e a própria diversidade de arquitetos envolvidos. Exigências de baixa manutenção e durabilidade acabam por ser determinantes nas escolhas dos projetistas, ainda que muitos destes materiais também contribuam para dignificar os conjuntos por corresponderem a desenhos cuidados.

Por fim, se é certo que não existe uma arquitetura PER, é contudo claro que a maioria dos conjuntos sinalizados neste trabalho se distinguem nas paisagens urbanas onde foram inseridos precisamente por serem detentores de um desenho mais qualificado. É portanto neste âmbito que o PER contribuiu para desenhar na periferia; propondo uma cidade mais inclusiva apresentando abordagens tecnicamente qualificadas.

No panorama do PER, julgamos ainda que os três casos analisados com maior profundidade constituem exemplos de realizações arquitetônicas muito exigentes e potencialmente inovadoras no domínio da habitação, onde espaço público, bloco e célula habitacional constituem uma unidade coerente, contribuindo para a construção de uma cidade mais igualitária e diminuindo o potencial segregador (designadamente nos planos social e urbanístico) muitas vezes associado a estes bairros.

Será importante lembrar, a este propósito, que os arquitetos que trabalharam no PER não eram contratados para projetar os bairros, como aconteceu com programas de realojamento anteriores (por exemplo o SAAL). No caso do PER, os arquitetos estavam agregados ao quadro da Câmara Municipal de Lisboa, o que lhes permitia, à partida, um conhecimento mais profundo dos regulamentos que afetavam o trabalho de projeto. Mais ainda, essa proximidade ao poder autárquico também se traduz, à partida, num maior domínio sobre os problemas sociais que tiveram papel central no trabalho nestes bairros. Assinale-se que os projetos propriamente ditos demonstram que os arquitetos souberam utilizar estas contingências com relativa liberdade. É bastante claro que gozaram de considerável autonomia do ponto de vista técnico, para responder a solicitações específicas. Como resultado, as habitações são bastante variadas.

Outro dos resultados dessa liberdade dos arquitetos envolvidos é que, no PER, assistimos a uma produção muito eclética de linguagens arquitetônicas. Se por um lado isto nos impede de falar, como já referimos, de uma linguagem ou de uma imagem característica do PER, por outro também coloca alguns dos seus edifícios de alguma forma próximos do debate pós-moderno, ou até de uma revisão do próprio conceito de Moderno. Conquanto se verifique esta diversidade de linguagens e de atitudes concretas, a abordagem aos problemas mais estruturantes do programa não é igualmente diversificada. Ou seja: as variações são principalmente pontuais, não tendo grande expressão na concepção geral do edifício, ainda que possam fazer, e muitas vezes façam, bastante diferença no quotidiano das pessoas.

Com o objetivo de comprovar esta ideia, recorreremos à elaboração de uma tabela, que apresentamos nesta Conclusão, que tenta mostrar de forma abstrata e esquemática a organização espacial básica de cada célula, de acordo com as exigências programáticas básicas: espaço comum do prédio (acesso), serviços (instalações sanitárias e cozinhas), espaço de circulação (corredores e halls), sala e quartos.

Concluimos sem surpresa que, regra-geral, o espaço comum, que articula verticalmente os blocos habitacionais, se encontra num dos extremos da célula, consequência direta da organização esquerdo/direito.

Relativamente aos serviços, verificámos que nalguns casos (Bairro do Bom Pastor, Bairro Cidade de Luanda, Bairro dos Alfinetes, Quinta da Cabrinha) se nota o esforço de agrupar as instalações sanitárias com a cozinha, opção que se torna mais prática e económica, ainda que exija que a articulação entre os quartos e a instalação sanitária se resolva por um aumento (por vezes ligeiro) da área de circulação. Na maioria dos casos, no entanto, os arquitetos optam por separar a instalação sanitária da cozinha, ligando as duas através de um corredor ou um hall. O que acontece nestes casos é que se tenta afastar (por causa, naturalmente, de cheiros e ruídos) a cozinha dos quartos, mas manter a instalação sanitária a uma proximidade semelhante da sala e dos quartos.

Na circulação gasta-se o mínimo de área possível, pois esta visa essencialmente marcar separações e articulações entre espaços, por norma entre os serviços e entre os quartos e a sala. Nalguns casos verifica-se a criação de um pequeno espaço de entrada. Noutros ainda, o espaço de circulação pretende criar um espaço intermédio entre os quartos e os restantes espaços da cada, de forma a conferir aos primeiros alguma privacidade.

A sala é invariavelmente a divisão maior de cada célula. Quase sempre, relaciona-se com os quartos por meio de pequenos interstícios de circulação, como já dissemos, e a comunicação com a cozinha é mais direta. Na maioria dos casos, encontramos a sala ocupando um espaço compreendido entre o centro físico da célula e um dos extremos, de forma a ter aberturas de luz para o exterior. Por outro lado, é também claro que a sala, enquanto espaço de convívio familiar, é intencionalmente o centro simbólico de cada um dos fogos.

No que aos quartos diz respeito, e uma vez que a maioria dos blocos habitacionais PER são T2 e T3, interessa referir que, no caso dos T2 se verifica uma discrepância de áreas entre os dois quartos, que aponta para uma dicotomia quarto de casal – quarto individual, mas essa discrepância é relativamente ligeira, não havendo, portanto, um quarto que se destaque como sendo muito maior do que o outro. No caso dos T3, a situação não é particularmente diferente: existe um quarto com mais área do que os outros dois (que têm áreas equivalentes), mas a diferença está longe de ser considerável. No caso da Rua das Açucenas, de Tipologia 4, os quartos têm sensivelmente a mesma área, havendo no entanto dois quartos ligeiramente maiores do que os outros dois.

No geral, pode dizer-se que a organização das células PER lida com a tentativa de uma construção do espaço mínimo que não se confunda com uma carência espacial. Assim, cada divisão da célula é pensada no sentido de permitir uma utilização minimamente generosa. Por outro lado, também parece ser característico do PER equacionar as relações entre as diferentes divisões. Nenhuma delas parece em momento algum ter sido pensada de forma isolada. Pelo contrário, a organização espacial privilegia uma lógica estrutural de relações entre os diferentes elementos, de forma a que estes possam fazer sentido enquanto “unidade” habitacional articulada, fluida e simples.

Talvez possamos, perante estas sínteses, afirmar que, por muito que possa não haver uma linguagem PER, existe pelo menos uma abordagem característica do PER.

Isto pode conduzir-nos a algumas questões que, ainda hoje, continuam em aberto. Por norma, mesmo atualmente, em programas de habitações a custos controlados, a inovação ao nível da organização do espaço de uma célula se afigura a vários títulos difíceis. Por outro lado, a observação das células do PER pode contribuir para uma reflexão sobre a possibilidade do arquiteto subverter o projeto de uma célula habitacional.

Podemos até, considerando o contexto do PER, alargar esta questão. Os arquitetos no programa articularam a sua condição de funcionários da Câmara com uma certa liberdade enquanto arquitetos e, por isso, criadores. Existiam regras básicas. Quando estas eram cumpridas, os projetos construía-se. Entre o cumprimento de regulamentos e um pensamento criativo que atenda a questões culturais, sociais e propriamente arquitetónicas, que papel pode ter o arquiteto no que toca a inovar, da perspetiva da habitação?

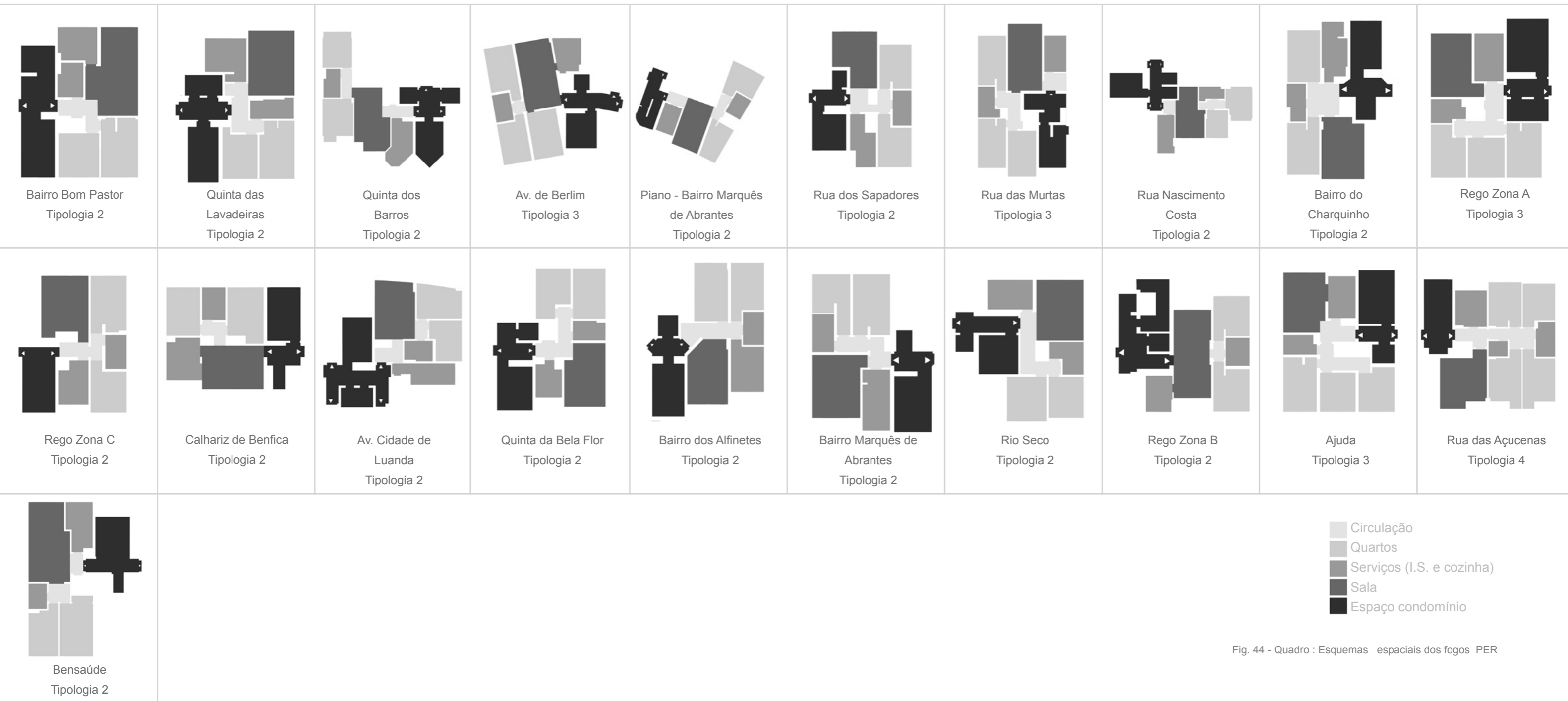


Fig. 44 - Quadro : Esquemas espaciais dos fogos PER

## Bibliografia

Capítulo 1: Contextualização do Tema e Ojetivos da Pesquisa

Decretos-lei:

Constituição da República Portuguesa, artigo 65º Habitação e Urbanismo.

Diário da República (1969), Decreto-lei nº 49033, de 20 de Maio, Série I, nº 126/69.

Diário da República (1984), Decreto-lei nº 177/84, de 25 de Maio.

Diário da República (1987), Decreto-lei nº 88/87, de 26 de Fevereiro.

Diário da República (1987), Decreto-lei nº 110/85, de 17 de Abril.

Diário da República (1993), Decreto-lei nº 163/93, de 7 de Maio.

Diário da República (1988), Portaria nº 828/88, de 29 de Dezembro, I Série, nº 300/88.

Diário da República (1996), Decreto-lei nº 79/96, de 20 de Junho.

Monografias:

BANDEIRINHA, José António - **O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Coimbra: Imprensa da universidade, 2007.

CACHADO, Rita Ávila; BAÍÁ, João – **Políticas de Habitação e Construção Informal**. Lisboa: Mundos Sociais, 2012.

COELHO, António Baptista – **1984-2004: 20 anos a Promover a Construção de Habitação Social**. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, 2006.

COELHO, Pedro Baptista; COELHO, António Baptista – **Habitação de Interesse Social em Portugal: 1988 – 2005**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

Gabinete Habitação Informal – **Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto**. Lisboa: GHI, 1994

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – **Comunicações/[ao] Colóquio “A Política de Habitação”**. Lisboa: Concelho Económico e Social, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – **O Prémio INH: 1997**. Lisboa: INH, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – **O Prémio INH: 1998**. Lisboa: INH, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – **O Prémio INH: 1999**. Lisboa: INH, 1999.

PEREIRA, Nuno Teotónio – **Tempos, Lugares, Pessoas**. Matosinhos: Os Contemporâneos do Público, 1996.

RODRIGUES, Maria – **Pelo direito à cidade: O Movimento de Moradores do Porto**. Porto: Campo das Letras, 1999

Revistas:

GUERRA, Isabel (1994). “As Pessoas não são Coisas que se metem em Gavetas”, in: **Sociedade e Território**, nº 20. Ed. Afrontamento, Porto.

PINTO, Teresa Costa (1994). “A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto pela Casa e o Desgosto pelo Bairro”, in: **Sociedade e Território**, nº 20. Ed. Afrontamento, Porto.

Jornais:

Jornal Expresso, sábado 27 de Fevereiro de 1993

Teses:

BRACONS, Hélia – **Processo de Realojamento e Apropriação do Espaço num Bairro Multi-Étnico**. Tese de Mestrado. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Lisboa, 2003

LAGES, Joana Pestana – **À Espera no Bairro do Talude Militar. Reflexões sobre o Direito à Habitação**. Tese de Mestrado. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Lisboa, 2011.

Documentos Eletrónicos:

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO disponível em <<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/premios/premioinh.html>>.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - **Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização**. Lisboa: Direcção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, 2013 disponível em <<http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=405000101022,010>>

Audiovisuais:

FIGUEIREDO, Tiago - Vizinhos, Disponível em <<http://vimeo.com/25717591>>.

Capítulo 2: Fichas Técnicas

Monografias:

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; et. al – **Escultura na praça 2000: Bairro do Bom Pastor – Calhariz de Benfica**. Lisboa: C.M. – D.M.H./D.C.H.: FBAUL, 2000.

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1996

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1999

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 2000

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **57**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 2001

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – **O Prémio INH: 1997**. Lisboa: INH, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – **O Prémio INH: 1998**. Lisboa: INH, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – **O Prémio INH: 1999**. Lisboa: INH, 1999.

SOMAGUE PMG – **Habitação a Custos Controlados: 2001**. Algés: Somague PMG, 2001

Imagens:

Fig. 01 - Google Maps 20/02/2014

Fig. 02 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; et. al – **Escultura na praça 2000: Bairro do Bom Pastor – Calhariz de Benfica**. Lisboa, p. 12

Fig. 03 - Bing Maps 14/09/2014

Fig. 04 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 45.

Fig. 05 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 06 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 53.

Fig. 07 - Bing Maps 14/09/2014

Fig. 08 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 53.

Fig. 09 -

Fig. 10 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 114.

Fig. 11 - Bing Maps 14/09/2014

Fig. 12 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 49.

Fig. 13 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 14 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 118.

Fig. 15 - Bing Maps 14/09/2014

Fig. 16 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 51.

Fig. 17 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 18 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 154.

Fig. 19 - Bing Maps 14/09/2014

Fig. 20 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 155.

Fig. 21 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 22 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 62

Fig. 23 - Bing Maps 15/09/2014

Fig. 24 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 138

Fig. 25 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 26 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 187.



Fig. 27 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 28 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 187.  
Fig. 29 -  
Fig. 30 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 67.  
Fig. 31 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 32 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 147.  
Fig. 33 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 147.  
Fig.34 - Fotografia Nossa 17/08/2014  
Fig. 35 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 126.  
Fig. 36 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 37 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 127.  
Fig.38 - Fotografia Nossa 17/08/2014  
Fig. 39 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 159.  
Fig. 40 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 41 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 161.  
Fig. 42 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 165.  
Fig. 43 - Fotografia Nossa 17/08/2014  
Fig. 44 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 172.  
Fig. 45 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 46 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 172.  
Fig. 47 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 48 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 117.  
Fig. 49 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 50 - Desenho Nosso baseado nos desenhos de projeto de execução da autoria do arq. Paulo Tormenta Pinto.  
Fig. 51 - Fotografia Nossa 17/08/2014  
Fig. 52 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 132.  
Fig. 53 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 54 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 133.  
Fig. 55 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 133.  
Fig. 56 - Fotografia Nossa 17/08/2014  
Fig. 57 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 103.  
Fig. 58 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 59 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 102.  
Fig. 60 - Fotografia Nossa 17/08/2014  
Fig. 61 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 120.  
Fig. 62 - Fotografia Nossa 17/08/2014  
Fig. 63 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 83.  
Fig. 64 - Bing Maps 15/09/2014  
Fig. 65 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 85.  
Fig. 66 - Fotografia Nossa 17/08/2014  
Fig. 67 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 78.  
Fig. 68 - Bing Maps 15/09/2014

Fig. 69 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 79.

Fig. 70 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 71 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 125.

Fig. 72 - Bing Maps 18/09/2014

Fig. 73 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 124.

Fig. 74 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 75 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 98.

Fig. 76 - Bing Maps 19/09/2014

Fig. 77 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 94.

Fig. 78 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 79 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 130.

Fig. 80 - Bing Maps 19/09/2014

Fig. 81 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 131.

Fig. 82 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 83 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 126.

Fig. 84 - Bing Maps 19/09/2014

Fig. 85 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 129.

Fig. 86 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 87 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 88 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 89 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 90 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 91 - Google Maps 20/02/2014

Fig. 92 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 93 - Bing Maps 20/09/2014

Fig. 94 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 95 - Bing Maps 20/09/2014

Fig. 96 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 97 - Bing Maps 20/09/2014

Fig. 98 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 99 - Bing Maps 20/09/2014

Fig. 100 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: SOMAGUE PMG – **Habitação a Custos Controlados: 2001**, p. 74.

Fig. 101 - Bing Maps 21/09/2014

Fig. 102 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: SOMAGUE PMG – **Habitação a Custos Controlados: 2001**, p. 72.

Fig. 103 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 104 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 105 - Bing Maps 21/09/2014

Fig. 106 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 107 - Bing Maps 21/09/2014

Fig. 108 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 109 - Bing Maps 21/09/2014

Fig. 110 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 111 - Bing Maps 21/09/2014

Fig. 112 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 113 - Bing Maps 21/09/2014

Fig. 114 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 115 - Bing Maps 21/09/2014

Fig. 116 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 117 - Bing Maps 21/09/2014

Fig. 118 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: SOMAGUE PMG – **Habitação a Custos Controlados: 2001**, p. 86.

Fig. 119 -

Fig. 120 - Desenho Nosso baseado na Ortofoto google maps.

Fig. 121 - Bing Maps 21/09/2014

Capítulo 3: Projetos em Estudo

Monografias

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; et. al – **Escultura na praça 2000: Bairro do Bom Pastor – Calhariz de Benfica**. Lisboa: C.M. – D.M.H./D.C.H.: FBAUL, 2000. CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; et. al – **Escultura na praça 2000: Bairro do Bom Pastor – Calhariz de Benfica**. Lisboa: C.M. – D.M.H./D.C.H.: FBAUL, 2000. COELHO, António Baptista; PEDRO, João B.; CABRITA, António Reis – **Três Conjuntos Residenciais Meritórios de Habitação de Custos Controlados – 1991**. Lisboa: LNEC, 1998.

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1996

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 1999

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, 2000

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO – **O Prémio INH: 1998**. Lisboa: INH, 1998.

PINTO, Paulo Tormenta; et.al – **Passagens Distantes: A Cril uma Avenida Pós-moderna**. Lisboa: Caleidoscópio, 2013.

SANTOS, Paulo – **Lisbon: A Guide to Recent Architecture**. London: Ellipsis London Limited, 1998

Jornais:

Jornal Expresso, sábado 27 de Fevereiro de 1993

Jornal Público, quinta-feira, 8 de Julho de 1993

Fontes diretas:

BARBOSA, Ana Lúcia - projeto de execução do Bairro Bom Pastor.

BARBOSA, Ana Lúcia - Entrevistada por Telma Ribeiro. 09 Out. 2014.

PINTO, Paulo Tormenta - projeto de execução do Bairro Calhariz e Benfica.

PINTO, Paulo Tormenta - Entrevistado por Telma Ribeiro. Lisboa, Portugal. 18 Set. 2014.

TEIXEIRA, João Gomes - projeto de execução do Bairro Rego Zona A.

TEIXEIRA, João Gomes - Entrevistado por Telma Ribeiro. Lisboa, Portugal. 09 Set. 2014.

Imagens:

Fig. 01 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; et. al – **Escultura na praça 2000: Bairro do Bom Pastor – Calhariz de Benfica**. Lisboa, p. 12

Fig. 02 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 104.

Fig. 03 - Arquivo pessoal da arq. Ana Lúcia Barbosa.

Fig. 04 - Arquivo pessoal da arq. Ana Lúcia Barbosa.

Fig. 05 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **57**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 78

Fig. 06 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 45. e no projeto de execução do Bairro Bom Pastor.

Fig. 07 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **54**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 45. e no projeto de execução do Bairro Bom Pastor.

Fig. 08 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 109.

Fig. 09 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 45.

Fig. 10 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 110.

Fig. 11 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 110.

Fig. 12 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 45.

Fig. 13 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 108.

Fig. 14 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 159.

Fig. 15 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 158.

Fig. 16 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **57**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 98.

Fig. 17 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 18 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 19 - Fotografia Nossa 17/08/2014

Fig. 20 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 21 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 165 e no projeto de execução do Bairro Rego Zona A.

Fig. 22 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **55**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 165 e no projeto de execução do Bairro Rego Zona A.

Fig. 23 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 24 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 25 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 26 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 27 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 28 - Fotografia da autoria do arq. João Gomes Teixeira

Fig. 29 - Desenho Nosso baseado no desenho do livro: DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 117.

Fig. 30 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **56**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 114.

Fig. 31 - DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – **57**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: CML, p. 86.

Fig. 32 - Fotografia nossa 17/08/2014

Fig. 33 - Fotografia nossa 17/08/2014

Fig. 34 - Fotografia nossa 17/08/2014

Fig. 35 - Fotografia nossa 17/08/2014

Fig. 36 - Fotografia da autoria do arq. Paulo Tormenta Pinto

Fig. 37 - Desenho nosso baseado no projeto de execução

Fig. 38 - Desenho nosso baseado no projeto de execução

Fig. 39 - Fotografia da autoria do arq. Paulo Tormenta Pinto

Fig. 40 - Fotografia da autoria do arq. Paulo Tormenta Pinto

Fig. 41 - Fotografia da autoria do arq. Paulo Tormenta Pinto

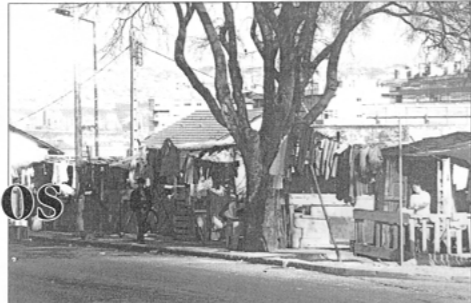
Fig. 42 - Fotografia da autoria do arq. Paulo Tormenta Pinto

Fig. 43 - Fotografia da autoria do arq. Paulo Tormenta Pinto

Fig. 44 - Esquema da nossa autoria

Arquitectos e sociólogos projectam, em conjunto, fogos adaptados a uma etnia

# 'Casas ciganas' em blocos sociais



Há, em Lisboa, 15 núcleos de barracas de ciganos (na foto, na Buraca). A distribuição do espaço na habitação e uma relação especial com o exterior são marcas de uma cultura que os técnicos do alojamento procuram respeitar

Frederico Carvalho

FELIX, recém-veio em Portugal, o alojamento de famílias ciganas instaladas em barracas vai ser feito em habitações projectadas para as suas necessidades familiares e culturais. O plano da Habitação da Câmara de Lisboa (CML) constatou que anteriores acções de alojamento tinham dado origem, na maioria das vezes, a «compartamentos menos confortáveis», na designação estatística de um estado encarcerado pela estrutura. Como experientes, arquitectos e sociólogos planearam conjuntamente novos fogos a construir junto ao Bairro de São Paulo, entre Benfica e a Buraca.

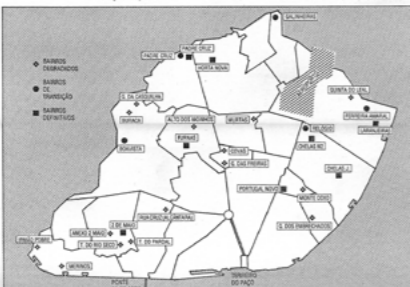
A operação albergará um mínimo de famílias, mas valerá como indicador para o futuro. Os ciganos «sobretudo» são uma população minoria no país, onde se calcula que existem entre 20 e 30 mil indivíduos desta etnia. Destes, dois terços da população vivem, segundo uma estimativa da década de 80, cerca de 2000 ciganos. A CML apenas tem registadas 1500, distribuídas, depois dos recentes realojamentos do Bairro Norte-Sul, por 15 bairros de barracas, cinco «barras de trânsito» (pós-fabricação) e oito bairros sociais «definitivos» (ver mapa).

**«Hirerantes»**  
mas não nómadas

Encamparam-se, na cidade, famílias ciganas instaladas no mesmo local há mais de 20 ou 30 anos. «As condições de um meio especializado, há séculos em Lisboa, e não de «nomadismo», afirma Teresa Costa Reis, uma técnica da CML, que participou na elaboração desta relação sobre o «habitat» cigano, integrada no Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Esta situação não é incompatível com a «híerência» — por exemplo, para ir ao Norte, durante os meses mais quentes, comprar ou vender roupa doméstica e sair para o campo. Quando quer forma, em famílias próximas de uma habitação fixa. É diferente do que se passa em França, onde os ciganos são predominantemente nómadas e algumas autarquias instalam parques especiais para as suas «estâncias».

Próprio desta etnia há um elevado nível de «enclausamento» em relação ao «extrajeno», a quem só limitad-



mente é permitido penetrar na simbologia cigana. Embora sendo casais de barracas estacionadas nos bairros degradados de Lisboa, onde coexistem com outras etnias, «a segregação em Lisboa decorre sobretudo da segregação económica, tem muito a ver com factores socio-económicos do que com uma separação racial. Não é como nos «ghettos» anglo-saxónicos», diz Teresa Reis.

A autarquia vai permitir na conveniência interclassista para facilitar a integração social. Foi também constatado um resultado negativo do alojamento de ciganos em bairros «gloriosos», tanto em Lisboa — em dois prédios com poucos andares e sem elevador —, quanto em Portugal: os portugueses. Mas, também neste aspecto, o projecto procurará ser inovador, possibilitando a coexistência com a freguesia interior do «quartel» pode funcionar como zona de encontro, mas haverá várias estradas nos prédios e percursos alternativos, evitando a «zona de estradas». Isso, explica a arquitecta Ana Lúcia Barbosa, autora do projecto.

## 'Egípcios' do Punjab

ORIGINÁRIOS do Punjab, na Índia, os ciganos emigraram para a Europa entre os séculos X e XVI. Entraram no continente europeu entre os séculos XIV e XVI, ao sul das leis de expulsão e exclusão contra eles ditadas. Vieram dessa época a confusão sobre as suas origens: devota à sua fertilidade, a região em que se localizavam começaram a ser apeladas de «País Egípcio». A designação de «egípcios» deriva por «egípcios», em inglês, «egipcios», em espanhol, e «egipcianos», em português.

A partir do século XVI, os «nómadas» redireccionaram-se para o espaço de um país ou região. Contudo, a partir do século XIX, e sobretudo entre as duas guerras mundiais,

deixaram-se grandes deslocamentos dos ciganos dos Balcãs (Hungria, Jugoslávia, Romênia) para Itália e França. Data do século XV a primeira referência documental aos ciganos na Península Ibérica, onde chegaram fugidos de França. Em Portugal, são mencionados pela primeira vez por Garcia de Resende, no «Caminho Geral» (1516), e depois na Freguesia das Ciganas, de Gil Vicente (1521). Foram proibidos com leis de expulsão, emblemas impostos restrições à movimentação e instalação e perdidos os direitos de permanência no mesmo local. Só no século XX essas leis foram formalmente abolidas.

F. C.

exterior, é, aliás, uma das características do «habitat» cigano. Segundo Teresa Reis, «apesar das raízes africanas, não têm nada a ver com a civilização ocidental fortemente disciplinada». Tal como o tempo deles não é o mesmo tempo, não fazem as diferenças habitadas entre público e privado, interior e exterior, «segurado e livre». Há sempre que «seja sempre na rua» e a dificuldade dos arquitectos em a «adaptação» a esta «ambiência» é dicotómica.

Além da porta sempre aberta, a casa cigana tem uma organização interior própria, em que não há área só de circulação (corredores, vestibulos) e a maior importância é atribuída a um espaço amplo, de acesso directo ao exterior, que funciona como sala comum e cozinha. Ali se exercem todas as funções: as mulheres cozinham e cuidam da roupa, os filhos brincam e estudam, os homens conversam.

Nas famílias pobres, é este o único espaço. Porém, a vida em conjunto não significa preconceituosidade, sendo o incentivo ou a violação praticamente dicotómica entre os ciganos. A medida que cresce a capacidade económica do agregado, o primeiro investimento é para a casa de banho e depois para a criação de quartos, utilizando exclusivamente para dormir.

**«Portas abertas»**  
e zona de convívio

Os ciganos são fundamentalmente nos países típicos, com estradas directas para as residências e muito próximo do local de estacionamento dos carros e motonetas utilizadas na venda ambulante e com os quais mantêm «uma relação afectiva», na expressão de Ana Lúcia. O facto «de simbolizar o espaço

**«Casamento, apartamento»**

Os novos fogos respeitam esta distribuição: «A viabilidade interior será maior do que o habitat, evitando-se áreas de circulação excessivas», explica Ana Lúcia. Os quartos terão acesso directo ao espaço amplo e a cozinha será separada da sala apenas por uma parede, para as famílias que o desejarem.

Teresa Reis afirma que o estado sociológico dos fundadores do projecto, feito num bairro de barracas das Odeias, não permite inferir leis gerais. «A experiência mostra que, também entre os ciganos, a apropriação de um determinado espaço é diferente da apropriação de um alojamento degradado». Contudo, deverá permanecer a predominância da estrutura familiar tradicional — o núcleo familiar — muito jovem, vai crescer para casa própria, e manter-se vivaz e aberta a viver sozinhos —, embora com uma constante relação de convívio e apoio entre os membros da mesma família.

**EXCURSÕES**

BADALUZ  
Tudo 2, 3, 4, 5  
Sábado e Fim de semana  
2.500\$000

FATIMA, GENTIS, INZARÉ  
Aut. Comarca 2.000\$000

CESTA DO ALDEGALDES  
Tudo 10:00 a 18:00, 1 dia  
Sábado 10:00 a 18:00, 1 dia  
4.700\$000 a 6.000\$000

VIGO E SANTIAGO  
De 23 a 25/07 4.000\$000

BENDIGOR (8 dias)  
De 24 a 31/07 48.000\$000

NORDESTE TRANSMONTAÑO  
De 24 a 27/07 4.500\$000

BRAGA E GERES  
De 10 a 11/07 3.000\$000

ITALIA EM AUTOCARRO (13 dias)  
De 17 a 30/07 127.000\$000

LISBOA E MADRIDA  
De 21 a 22/07 45.000\$000

PARIS (10 dias)  
De 1 a 10/07 18.000\$000

**CENTAUROS**

8. Francisco Sá Carneiro, 9-B  
1160 Lisboa (ao Chiado)  
Tel. 82 10 83 / 82 20 90

**VAMOS TRATAR BEM A ÁGUA**  
TRATAR BEM É TRATAR TAMBÉM

**TODAS AS SEXTAS-FEIRAS NO PUBLICO FIM DE SEMANA**

**Leituras**

os espetáculos as artes os livros

**A ÚLTIMA TENTACÃO DAS NOITES DE ALBUFEIRA...**

**CRAZY DISCO 2000**

**INAUGURAÇÃO 8 JULHO**

**A NOVA LOUKURA TOTAL!**



## Vila Franca de Xira Vem aí o melão espanhol

A ASSOCIAÇÃO dos Produtores do Melão de Vila Franca de Xira, entidade criada em 1991, prevê a produção de melão espanhol na região de Vila Franca de Xira, a partir de 1993. No ano seguinte, a produção deverá atingir o nível de 100 mil toneladas. No entanto, desde há cerca de dois anos que a produção começou a diminuir. Os agricultores têm-se preocupado com a produção de melão espanhol, que não se encontra em condições de produção, devido à falta de mão de obra e à falta de água. A Associação dos Produtores tem-se preocupado com a produção de melão espanhol, que não se encontra em condições de produção, devido à falta de mão de obra e à falta de água.

## Obra iniciar-se-á ainda neste ano CML promove casas para ciganos

A CÂMARA de Lisboa está a desenvolver um projecto arquitectónico-muldas destinado ao alojamento de famílias ciganas na capital. A obra será lançada ainda neste ano, previsto-se que esteja concluída em 1994.

O projecto, pelo menos nas suas linhas gerais, está pronto para ser lançado, disse um responsável da CML. O trabalho de elaboração da obra foi desenvolvido pelo arquitecto Vasco Frases, que, todos os meses, se encontra no local de trabalho para acompanhar o trabalho. A obra será lançada ainda neste ano, previsto-se que esteja concluída em 1994.

Um projecto com 126 fogos albergará a população em situação económica difícil. A obra será lançada ainda neste ano, previsto-se que esteja concluída em 1994.

Na opinião de Vasco Frases, a obra será lançada ainda neste ano, previsto-se que esteja concluída em 1994.

**Novo plano de controlo urbano**

**Autarcas da Margem Sul exigem maior clareza na lei**

AS AUTARQUAS de Alcochete, Mafra, Palmela e Benavente estão contra o Decreto-Lei 592, de 18 de Março, que institui uma zona de defesa e controlo urbano na zona de defesa e controlo urbano da Margem Sul de Lisboa.

O presidente da Câmara de Alcochete acusa o Ministério do Ambiente de não ter ouvido a opinião das autarquias envolvidas no processo de elaboração do decreto-lei. Segundo o presidente da Câmara de Alcochete, o decreto-lei «é demasiado genérico e não contempla as particularidades de cada uma das autarquias».

Miguel Beirão, presidente da Câmara de Mafra, também se opõe ao decreto-lei, alegando que o mesmo não contempla as particularidades de cada uma das autarquias envolvidas no processo de elaboração do decreto-lei.

Os autarcas da Margem Sul exigem maior clareza na lei, alegando que o mesmo não contempla as particularidades de cada uma das autarquias envolvidas no processo de elaboração do decreto-lei.

Miguel Beirão, presidente da Câmara de Mafra, também se opõe ao decreto-lei, alegando que o mesmo não contempla as particularidades de cada uma das autarquias envolvidas no processo de elaboração do decreto-lei.

## Entrevista com a arquiteta Ana Lúcia Barbosa

### Qual é a opinião sobre o PER?

**ALB** - Relativamente ao PER, eu acho que, em termos teóricos, eles tiveram excelentes intenções que era aproveitar as áreas que estavam vagas na cidade e tentarem integrá-las no tecido urbano envolvente. Inicialmente eles também tinham a intenção de realojar as pessoas que viviam dentro daquela freguesia ou daquele bairro, dentro destas áreas dispersas na cidade. De alguma maneira havia uma locação das pessoas ao sítio e ficavam as mesmas áreas de vizinhança, mas isso depois, o meu ainda foi essa situação como referi. Não sei se se lembra da questão da Quinta da Casquilha, que era um bairro de clandestinos que havia ali em Benfica onde já estavam as três etnias, a africana, a cigana e a caucasiana. A intenção era que eles fossem realojados exatamente com as mesmas relações de vizinhança que tinham porque, por exemplo, os ciganos vendiam no mercado de Benfica e em termos de proximidade não ia quebrar as rotinas de trabalho que as pessoas que viviam naquele clandestino tinham, aí acho que foi bastante inteligente tentarem colocar as pessoas nas áreas onde elas já estavam instaladas. No entanto, se essa intenção teórica é bastante válida, depois na prática não foi o que veio a acontecer em todas as intervenções, porque muitos deles vieram de autoestradas e de pontes e de ligações que foram necessárias fazer na altura e que tinham que ser realojadas algumas e que iam parar a um ponto qualquer da cidade, aí, eu acho que de um ponto de vista sociológico, as coisas não correram tão bem. Houve muita desagregação das comunidades que já estavam, problemas com droga, conflitos, enfim... Os problemas da habitação social e a capacidade para acompanhar essas famílias também é muito complicada, porque são situações muitas delas de risco, precisam de um acompanhamento específico e a Câmara não teve capacidade de fazer esse acompanhamento efetivo. Houve situações um bocadinhos explosivas do ponto de vista social, embora como lhe digo, a intenção acho que foi ótima, o resultado não terá sido tão bom como aquilo que poderia ter sido. Ficou aquém das expectativas mesmo dos próprios políticos.

### Como surgiu a oportunidade de se juntar a este programa?

**ALB** - Na altura estava num atelier, trabalhávamos imenso, sábados, domingos, feriados, depois ganhei um concurso com uns colegas e surgiu a hipótese e concorri e fui selecionada para entrar na Câmara. Primeiro deram-me um projeto que foi uma sala polivalente no Sítio do Calhau e vinha com uma pedalada enorme e na altura o PIMP já estava a ficar obsoleto, porque já não faziam projetos, tirando uma ou outra pessoas que ainda tinha trabalho e diziam-me sempre: “Não vale a pena esforçares-te, isso não vai para a frente, isso não se constrói se não há dinheiro”. Depois na prática, como me deram aquele PER para eu fazer, eu despachei

aquilo, estava pronto e foi o primeiro, é tão simples quanto isso. Também à procura da estabilidade porque um emprego de estado, na altura nós apanhámos também, quando estive cá o FMI com aquela crise de 1983, onde também houve uma quebra de trabalho e uma crise de trabalho. Quando fui para o estado já se sentia nos ateliers esse fechar de portas.

### Este programa foi alvo de numerosas críticas. Na sua opinião, 21 anos depois, como é que este decreto-lei melhorou a qualidade de vida nestas zonas da cidade?

**ALB** - Eu acho que há intervenções que efetivamente melhoraram a qualidade de vida em algumas zonas da cidade, outras, eu acho que de um modo geral melhoraram muito, eram pessoas que estavam a viver em barracas e que passaram a viver em habitações. Aqueles que foram feitos dentro da Câmara, era tudo barracas. Depois houve as cooperativas e houve um ou outro concurso que foi lançado, mas o grosso eram pessoas que viviam em barracas, muito na linha da tradição do que se fazia no Gabinete Técnico da Habitação, o GTH, que fizeram tudo o que era habitação social na cidade até aquele período e havia uma preocupação e uma prática por parte de quem estava na casa, e não estou só a falar em termos de arquitetos, editores orçamentistas, engenheiros. Nós tínhamos, não se algum dos meus colegas já falou disto, a parte legal, estes projetos e esta construção era subsidiada quase na totalidade pelo antigo INH e a outra parte é que era dada pela Câmara, só nos facultavam a verba se cumpríssemos rigorosamente os critérios das áreas e na altura o RTHS também, portanto nós tínhamos mesmo de fazer uma ginástica muito grande para tirar partido das áreas que as pessoas iam usar na relação com a área bruta. Isso de alguma maneira apontava logo para tudo o que era espaços que nós numa habitação privada poderíamos considerar como situações mais folgadas, o acrescento de área na cozinha, ou no quarto, ou na sala, que é possível. Nós com a RTHS não conseguíamos porque depois chegava o INH e não dava o financiamento, o projeto era feito mas a questão da verificação final das áreas para cumprir os tais parâmetros era uma questão que andava sempre em paralelo. Acho que dependia muito das pessoas que estavam de volta dos projetos, ou seja, havia arquitetos melhores, arquitetos piores, mais empenhados, com mais experiência, como em todo o lado e isso reflete-se depois nas próprias intervenções e em serem mais bem-sucedidas ou menos bem-sucedidas consoante a qualidade intrínseca de cada um que projetou essas áreas. Não só dentro da Câmara como também depois fora da Câmara, exatamente a mesma coisa e isso claro que depois interfere na cidade.

### De onde surgiram as localizações para estes projetos? Nos locais das antigas barracas ou em outros terrenos municipais?

**ALB** - Eram em outros terrenos municipais porque muitas das vezes, por exemplo no meu caso, na Quinta da

Casquilha, aquilo eram zonas que nem sequer se podem edificar e outra parte eram privados, sem acessos nem nada era sempre nas franjas, em sítios escondidos para não serem vistos pela população em geral. Por isso eram em terrenos municipais, nas sobras que existiam, porque os lotes bons e as áreas boas já estava tudo ocupado e de alguma maneira. No meu caso específico eram terrenos que o planeamento não estava efetivamente fechado, havia só umas intenções genéricas para o sítio, aquilo era um planeamento sem contabilizar grande coisa. Por um lado, foi uma oportunidade para rever esse mesmo plano, mas com muitas peripécias porque, entretanto, surgiu a CRIL, depois a ampliação da linha férrea e o terreno foi encurtando. A determinada altura o tráfego também queria fazer ali uma central de camiões e alargar ali as vias, os terrenos municipais são sempre muito disputados por outras áreas e por outras valências, mas de facto aquilo são quase não lugares de onde nós tivemos que fazer o pino e a cambalhota para conseguir tirar dali um projeto, pelo menos no meu caso foi. Terrenos que à partida, eu diria impossíveis, com desníveis em relação à cota da rua, buracos autênticos. Por vezes as condicionantes ajudam a resolver os projetos... No princípio quando comecei a ver o terreno encolher e com aquelas restrições todas das áreas da CRIL e do caminho-de-ferro, para além da parte física dessas infraestruturas depois há áreas de reserva onde não se pode construir, ou seja, tinha ali mesmo um espartilho onde podia tentar jogar com as implantações. Tanto que nos esquiços que lhe facultei, há alguns em que estava mais à vontade porque ainda não sabia disso e depois isto era tudo não oficial, fui sabendo... Fui fazer o levantamento topográfico e quando estava a ajudar o topógrafo é que me apercebi que a linha férrea, depois fui-me informar como é óbvio na CP, a CRIL, tudo processos não lineares em que a informação era muito procurada por nós, não nos vinha parar à mão como à partida nós achamos que seria, davam-nos os dados todos do projeto no início, mas não. Foi uma experiência muito boa.

**Ainda quanto ao local, como era antes e como ficou depois da construção do empreendimento? Sofreu muitas alterações, tanto a nível urbano como para os próprios habitantes locais?**

**ALB** - Este caso até tem a ver com o que estávamos agora a conversar, o terreno não tinha nada, aquilo era um baldio ao pé da Quinta do Bom Pastor, num lado, e do outro havia umas construções que era um ATL qualquer mas eram construções de madeira, bastante precárias. A primeira o terreno estava limpinho, não tinha nada, do outro lado já havia umas construções... Isso estava previsto e ainda bem que o fizeram porque ensaiei ali uma série de situações porque a CRIL também andou em túnel a céu aberto, à superfície, porque o projeto da CRIL foi uma coisa... Mas aqui também havia outra construção nesta zona... Isto para lhe dizer que a CRIL teve muitas versões, muitas variantes quer das cotas onde passavam, quer dos afastamentos, quer do traçado, e ainda bem que fiz essa opção e que a CRIL efetivamente passou em túnel porque a fachada que está virada para Sul Poente acaba por tirar partido daquele enquadramento vegetal que eu pretendia que fosse mais frondoso, ou seja, que tivesse mais vegetação e eles tinham cota para poder por ali arvoredo

de outro porte, mas que eu acho que ainda vai crescer. O complemento com aquele parque infantil acaba por dar uma visibilidade e um enquadramento aquele plano todo de fachada bom, era muito pior se tivéssemos ali uns painéis acústicos para afastar o barulho da CRIL. Nesse aspeto fiquei muito contente por se ter concretizado essa hipótese, se fosse hoje, desenhava de outra maneira, mas está lá e está muito bem. Neste não havia nada, neste aqui o que existiam também eram uns baldios, porque isto eram mesmo locais que tinham urbanidade nenhuma, no fundo acho que o mérito do meu trabalho, se é que ele tem algum, é o de tentar ligar isto às vias e à cidade. Também por isso, alguns percursos de atravessamento permitiram ligações quer desta zona do Bairro do Bom Pastor, que pode continuar, atravessar e seguir até à Buraca. Estas passagens que agora são focos de graffitis, mas que a ideia era dar-lhe uma permeabilidade para que ela pudesse integrar os vários percursos em toda a envolvente, as pontes a mesma coisa, por causa do desnível e poder fazer uma relação do passeio diretamente para a entrada. Estes monólitos acabam por ser uma casa, aponte para uma solução densa... Na altura uma das coisas que se fazia muito e, se verificar, muitos dos projetos anteriores a este, do PIMP, apontavam para um alçado que depois era repetido e colado ao outro, ou seja, trabalhavam um lote que tinha cerca de 15 metros de frente, faziam uma composição de alçado do rés-de-chão ao primeiro andar e depois replicavam. Se o terreno ia subindo ou descendo, eles adaptavam-no ao terreno, não estou a falar dos meus projetos, estou a falar daquilo que era comum fazer-se e eu sempre achei aquilo muito... Não tiravam partida da expressão edificada da massa construída que tinham, por isso resolvi fazer uma composição unitária em que, em vez de serem em lotes partidos e individuais elas têm uma expressão contínua e que deixam de ser edifícios individualizados mas sim, um edifício de conjunto com várias habitações lá dentro. Acaba por ter muito mais expressão de corpo e arquitetonicamente e plasticamente pode-se tirar partido disso de outra maneira, todos os cantos são exceções embora a matriz seja a mesma. Em termos de custos, consegui essa economia mas depois nas fachadas trabalhei isto como um conjunto e não como módulos individuais como até então se fazia. Na Câmara, onde eu estava, a maior parte dos projetos era lote a lote, que eram trabalhados sem se ter a perceção do conjunto e acho que foi uma sugestão também para os colegas poderem pegar nisto de outra maneira.

**Em geral dos projetos PER, existe alguma linguagem comum?**

**ALB** - Não há uma linguagem com um, cada um tem a sua escola, a sua aprendizagem e cada uma tem a sua expressão, isso claramente. Tínhamos origens e formações muito diferentes, eu tive um percurso académico e de trabalho em ateliers com vários arquitetos, estive na STA, com o arquiteto João Lúcio Lopes, onde fizemos a Faculdade de Medicina Veterinária, depois também já trabalhava com colegas meus e ganhámos o concurso do Museu de Coruche, trabalhei com o arquiteto Byrne, com o arquiteto Farelo Pinto. Tinha uma experiência pessoal, de trabalho em ateliers que não era igual a colegas que se calhar só trabalharam na Câ-

mara, nunca fizeram projetos fora ou não tiveram a mesma aprendizagem que eu tive em termos de percurso profissional, e claro que os resultados depois são diferentes. Depois também depende, como se costuma dizer, uns têm mais mãos do que os outros para fazer um projeto. Isso da linguagem não há uma tipificada, eu fiz assim, outro colega fez de outra maneira, não há um critério comum, nem orientações nesse sentido, nada, carta-branca, é ótimo para a pessoa estar livre para fazer o que acha que deve fazer, como em todos os projetos de arquitetura.

**Todas as decisões tomadas no projeto, pelo arquiteto, têm que ter em conta determinados limites orçamentais. Com estas condicionantes como é que o arquiteto consegue “dar a volta” e fazer algo mais interessante do que outros projetos de iniciativa privada?**

**ALB** - Condicionantes temos a questão económica, sem dúvida, depois algumas questões que no gabinete não deixavam fazer, como por exemplo galerias, habitações em galeria o vereador ou os dirigentes não aceitavam, porque tinha havido um problema recente com as galerias na zona de Chelas, ou seja, as experiências anteriores, de alguma maneira, contaminaram estas porque haviam resultados que não eram eficazes e então essas coisas eles davam mesmo orientações específicas. Na altura também se começou a usar muito caixilharia lacada que fazia o gosto de muitos colegas, mas eu optei por pôr o tijolo e pôr caixilharia à cor natural porque tinha uma economia enorme e o dinheiro conseguiu reverter para ter aquelas fachadas em tijolo. Foi uma guerra, porque diziam que eu não podia utilizar o tijolo, foi mesmo uma guerra, mas depois chegaram à conclusão que no cômputo geral, com esta gestão dos materiais que uma pessoa vai aplicando, e depois até foi muito elogiada e seguida por muitos colegas.

**Qual foi a sua primeira ideia do projeto para este local? Quão diferente é do final?**

**ALB** - Como isto foi um processo muito atribulado, inicialmente, eu tinha, de facto, um corpo neste sentido com galerias que teve que ser retirado quando a linha de comboio encurtou para aqui. Depois a determinada altura houve hipótese de também integrar este terreno e embora queriam umas torres altíssimas porque nesta zona envolvente já há bastantes torres e eu consegui fazer estes dois edifícios em paralelo que têm um afastamento de cerca de 40 metros e que acho que dão muito mais força a esta via e em termos urbanos acho que o baixar a altimetria e o formalizar destes dois corpos, acabam por funcionar aqui como uma porta de entrada na cidade por esta zona. Mas isto faz parte da evolução do projeto, depois quando ele estabilizou, o que lá está é de facto o que foi projetado. (...)

**Que importância tiveram no projeto as diferenças étnicas dos futuros habitantes? Qualquer um de nós poderia lá viver?**

**ALB** - Nós tínhamos três etnias distintas, caucasianos, ciganos e africanos, destes três, não sei se tem essa noção, mas têm hábitos de vida completamente diferentes. Se o africano tem o gosto por uma habitação com compartimentos isolados ligados por um corredor contínuo, ou seja, uma tipificação da casa bastante interessante, um corredor central com muitos compartimentos, os ciganos, por exemplo, as habitações têm, para eles, e na altura visitei uma série de casas ciganas noutros bairros, foi bastante interessante saber como é que eles viviam, e para eles o espaço de convívio, a sala, sala-cozinha, porque eles não fazem a separação cozinha-sala, quele espaço amplo onde se reúne a família toda e onde eles vivem efetivamente ligados à rua, é o espaço principal da casa porque os quartos são praticamente alcovas e quando eu digo alcovas são um ponto onde eles dormem. O estudo e o estar no quarto é uma coisa que tardiamente entra nas vidas familiares desta etnia. Por exemplo, os caucasianos gostam de cozinha, ou pelo menos para este nível de habitantes, queriam a cozinha separada da sala, uma individualização da zona íntima da zona pública, coisa para a etnia cigana não havia essa destrição, porque eram apenas alcovas. E então privilegiei a etnia cigana porque foram essas as indicações superiores que tive, e consegui-me uma conjugação dentro da mesma matriz em que o piso térreo ficaria ligada à rua e com uma zona de estendal distinta para a etnia cigana em que não havia propriamente a separação da cozinha para a sala, embora o RGEU a isso me obrigasse. Mas isto é um contrassenso, pois uma pessoa quer se libertar dos constrangimentos e das leis, mas depois por outro lado tem que cumprir porque senão não há subsídios e as coisas não se viabilizam. E acabei por articular a cozinha e a sala através de um passa-pratos e a ausência de porta, portanto aquilo acabou por ficar tudo num espaço muito mais fluído, e tudo o que era áreas naquele índice que lhe falei, entre a área útil e a área habitável, eu reverti para a sala. Portanto acabei por ter os espaços de circulação tudo para a sala, e entravam diretamente da sala para os quartos. Quando chegam às demais habitações dos outros pisos eu encerro a cozinha e crio uma ligeira separação para a zona íntima dos quartos através de uma parede. Portanto à uma separação e não uma fluência tão grande como nas dos pisos inferiores. E depois aquela questão dos acessos, vários acessos a vários níveis, porque havia conflitos decorrentes, e eu achei que para não obrigar as pessoas a terem que usar sempre os mesmos acessos, vários acessos a vários níveis. E se as pessoas quisessem cruzavam-se e havia ponto de encontro, se não quisessem também não se cruzavam porque tinham autonomia. Portanto, as casas do piso térreo têm entrada direta da rua para o interior mas também têm pelo interior. Os pisos de cima podem entrar pelas pontes e à uma diversidade de acessos que eu acho que é muito de salutar, e que acaba por dar uma ligação à envolvente direta também bastante grande. Na altura também havia, isto também tem a ver com as influências, o arquiteto Siza tinha feito na Holanda umas habitações, também em tijolo, em contraste com a pintura branca, que eu estudei muito bem esse projeto, portanto



à aqui influências dele de certeza, em que se destinavam a uma etnia árabe em que as mulheres podiam estar na casa e o homem receber visitas sem elas serem vistas. E podiam circular sem passar pela zona central, ou seja, e nós formos ver essas habitações também têm áreas que são um autentico espartilho, muito pequenas e com pequenos artifícios onde se consegue adaptar a casa a essa divisão. Outro exemplo, do arquiteto Vítor Figueiredo que se dedicava aos pescadores em que ele conseguiu dentro das áreas que tinha disponíveis, criar uma área de entrada onde os pescadores deixavam os equipamento todo e só depois então entravam pela cozinha, para dentro da casa, mas esses espaços estavam adaptados à vivência daqueles pescadores. Estes dois exemplos acabaram por me auxiliar a perceber que dentro dos constrangimentos que tínhamos, havia imensas hipóteses de resolver o problema, e mesmo em termos de linguagem também há influência desse projeto holandês de habitação social do Siza Vieira.

### **Olhando para o seu projeto, nos dias de hoje, crê que resultou para as pessoas que lá vivem? E os projetos PER em geral?**

**ALB** - Para determinadas pessoas, aquilo resultou em pleno. Num artigo da Visão, eles entrevistam as pessoas que vivem daquele edifício, e eles dizem que estão muito contentes. Este artigo mostra uma parte do edifício corresponde praticamente a um lote em que está super estimado, as casas impecáveis, flores nas escadas, tudo a funcionar muito bem. E depois o da ponta onde há problemas de tráfico de droga, que está todo completamente vandalizado, e às vezes basta a ver um destes casos para contaminar tudo o resto. E numa das reuniões que houve, ainda no início do realojamento, recordo-me de um senhor que era padeiro que acordava às 4h da manhã, que ficava acordado porque havia grupos de ciganos até às 4h da manhã a fazer música cá fora na praça. Portanto há aqui conflitos de modos de vida que é muito difícil conjugar. Suponho que as coisas agora estão um pouco mais, isto foi logo no início, estabilizadas. De qualquer maneira, nós olhamos para aquele edifício, embora ele já, desde que foi inaugurado, desde 1997 até hoje não tem nada de manutenção, portanto é natural que as coisas compadeçam dessa ausência de manutenção. E também com a ausência de apoio social de alguns casos particulares que vivem naquelas casas, porque de facto são pessoas que vinham de uma vivência de barraca, foram colocadas num edifício habitacional com alguma acompanhamento, mas há hábitos como lavar o chão a balde que não se consegue fazê-los perceber que não é assim que se lava o chão de uma casa. E eu por exemplo visitei com o LNEC num estudo que eles fizeram da avaliação passados x anos daquilo estar aberto ao público, para ver como as casas estavam a comportar e este conjunto foi um dos escolhidos para ser avaliado, foi o arquiteto Baptista Coelho esteve de alguma maneira a liderar a parte de arquitetura dessa comissão. E entramos numa casa em que tudo o que eram aduelas das portas e as próprias portas não existia. Portanto foi tudo retirado. Essa casa pertencia à étnica cigana que possivelmente devem ter vendido aquilo. Porque há coisas que não nos passam pela cabeça e isso de facto

uma coisa que acaba por degradar muito os edifícios. Por outro lado em termos urbanos eu acho que isto funciona, ou seja, este corpo contínuo, bastante presente, acho que lhe dá uma temporalidade e uma presença que é difícil de ser estragado por estas vivências menos padronizadas. De qualquer maneira acho que faltou ali acompanhamento por parte, não sei se são só os sociólogos, ou de quem é que pode fazer essa ponte, porque as portas de vidro estarem todas partidas ou abrirem a luz ao pontapé, nos interruptores que estão ao acesso da mão serem com pés que se parte, à coisas que nos ultrapassam mas que de facto existem. Portanto a violência passa para os edifícios e eles têm que ter uma estrutura muito forte para se manterem, e os aspetos mais frágeis, como portas em vidro, estas são quase todas inexistentes. As portas exteriores que eram em vidro que davam transparência e luz para o interior elas foram todas partidas e não existem. Ou seja, isto é um aspecto que podia ter o projeto contemplado outro tipo de porta e arranjar outra janela para dar luz. Aí talvez o projeto pudesse em alguns aspetos ter indo de encontro a esta violência que às vezes se verifica nestas habitações, por outro acho que perdia imenso, porque perdia a força e a clareza das intenções da estrutura do próprio projeto e da clareza dos acessos, eu tenho muita pena de não se poder fazer uma empreitada de manutenção e de recuperação de algum destes aspetos para poder melhorar nomeadamente estas situações. Mas quando há violência à estragos e isso de facto podia ter melhorado, a pessoa pode sempre melhorar alguns aspetos. Mas mesmo assim tem ali um corpo resistente que aguenta esta alterações e estas mudanças todas que as pessoas vão fazendo. Nas nossas casas há uma gestão de condomínio, e sabemos que é difícil, mas as pessoas são elas próprias que pagam tomam conta, aqui as casas, embora eles paguem uma renda, não sentem aquilo como deles e acham que o estado tem que dar eterno tudo. As coisas complicaram-se, não se pode pegar nos casos conflituosos, e polos lá para fora, por isso também estamos que alguma maneira a desagregar as pessoas, e tem que se integrar, e é difícil de eles fazerem essa integração sem um acompanhamento efetivo por parte de uma rede de apoio sociólogos. O ideal imagine, as pessoas vivem numa barraca, primeiro iam viver para um tipo de casa e depois então passavam para um prédio. Uma pessoas que está a viver numa barraca tem determinados padrões de vivência que se calhar só numa segunda ou terceira geração é que se adaptam a um apartamento e Lisboa, o município não tem dinheiro para poder pôr estar pessoas todas em casas individuais térreas. Porque a cidade não se compadece disso, idealmente seria colocar tudo sem vizinhos. Quando se junta tudo numa situação que as pessoas não sabem como é nem como se vive. Até há muito pouco tempo, em Chelas, nas banheiras plantavam couves. São coisas que para nós já está um bocadinho distante e agora a realidade é outra. Há pessoas que estimam a casa e que a casa está impecável, a pessoa até tem gosto de ir visitar aqueles edifícios e há outros que está tudo arreventado. Aquela ideia que a arquitetura resolve os problemas todos, aquela ideologia que a culpa das pessoas rebentarem as casas é dos arquitetos, é irreal.

## Entrevista com o Arquiteto João Gomes Teixeira

### Qual é a sua opinião sobre o PER?

**JGT** - Em teoria eu acho que o plano funcionava muito bem porque abandonámos aqueles grandes bairros sociais que foram desenvolvidos, e não falo só de Chelas, falo também de bairros como o bairro da Boavista, que acabou por se tornar um bairro com alguma dimensão. (...) Em teoria, este realojamento local e espalhado pela cidade com uma pouca densidade de alguma forma contido, em teoria, funcionaria muito bem porque era uma forma de as pessoas se integrarem com uma maior facilidade nas zonas. O que é que seria expectável? Não de imediato, mas em duas gerações as pessoas integrar-se-iam. Agora se me pergunta a minha opinião passados dez anos? Dez anos depois de estarem implementados alguns deles, eu penso que faltou uma grande componente, que foi a parte social e a parte de alguma forma orientar as pessoas para esta nova realidade. Mas por outro lado, por isso é que eu digo que isto é muito controverso, também acho que eles não têm que ser tratados como coitadinhos, porque se eles querem estar integrados, eles estão habituados a serem levados ao colo, que é a realidade há muitos anos. Para ter uma ideia, nós quando fazíamos as entregas dos fogos no PER e antes no PIMP, as próprias concessionárias iam ao local para fazer os contratos de água, de luz, gás, telefones, quer dizer, ninguém compra uma casa sem essas mordomias. Portanto, as pessoas de uma certa forma habituaram-se a ter tudo ali “à mão”. Se numa fase inicial, por estarmos a falar de uma nova realidade, penso que isso seria necessário ali uma componente muito grande de fazê-los sentir que aqueles espaços são deles, o espaço público é deles, as casas são deles, para eles sentirem isso e realmente aí deveria ter sido feito, eu também não tenho o segredo como é óbvio, não sei como é que poderia ter sido feito, mas acho que falhou muito e está um pouco a vista agora pelos problemas que conseguimos constatar. Nós temos zonas como esta em particular, isto é completamente informal, mas o Rego Zona A foi um caso bastante complicado de realojamento porque as pessoas que viviam naquela zona eram muito menos do que aqueles 160 fogos que foram realojados, eram pessoas que estavam muito integradas já no local, com construções algumas delas de alvenaria que havia em frente aqueles edifícios, o Gemini. Havia ali uma comunidade cabo-verdiana muito tranquila. O problema é que nesses 160 fogos não só foram realojados esses habitantes que residiam ali, como havia fogos a mais e foram realojados em outras zonas próximas, uma delas era uma comunidade cigana que vivia ali junto da Bouça. E a realidade é que se acentuou a degradação dos edifícios, do espaço, tudo isso. Aquilo é muito curioso e até tem uma peripécia engraçada quando concorremos ao prémio do INH, foi lá uma júri, um mês depois de os edifícios estarem prontos e a própria forma como as pessoas se organizam, porque naquele conjunto de lotes temos lotes em que as pessoas estão perfeitamente organizadas em condomínio, tem tudo impecavelmente limpo, com vasilhos nas escadas, com plantas, tudo muito bonito e temos outros lotes em que está tudo vandalizado e tudo destruído. Isso é uma

realidade que custa um bocado, ainda por mais na altura em que desenvolvi o projeto, cada projeto destes é como um filho para nós. Cada arquiteto tinha um projeto e fazia tudo, não tínhamos apoio de desenhadores, não tínhamos nada disso, portanto nos pegávamos no projeto do início ao fim, desde a parte de fotografar peças escritas até desenvolver o projeto de arquitetura, coordenar com as especialidades e tudo isso. Tudo era feito por nós, de forma que depois tivemos o acompanhamento de obra e a assistência técnica, em que neste caso tivemos a sorte de ser uma empresa muito conceituada e uma das maiores de Portugal e foi a primeira vez que trabalhou para a CML e em habitação social que foi o Teixeira Duarte. E nós tivemos ali um empenho e dedicação e de um rigor de exigir quase tudo ao empreiteiro, quer dizer e estamos ali a discutir tudo, para que as coisas fiquem impecáveis porque é o nosso projeto e porque tem que ser assim, porque esta contratualizado com eles um determinado projeto e eles tem que dar cumprimento aquilo que está contratualizado, apesar de virem sempre com aquelas propostas alternativas e tal, mas depois quando eu digo isso é aqueles defeitos que muitas vezes só nós é que detetamos, se as pessoas passam lá e não veem, é um guerra sempre com os empreiteiros para que as coisas fiquem perfeitas. E um mês depois das casas serem entregues, fizemos lá uma visita com o júri do IHRU, que antigamente era do INH e fomos a um lote que eles provavelmente sabiam que nós íamos lá e nem descrevo o que é que encontramos, porque foi assim uma coisa... e foi um choque. Porque penso que na altura acompanhou o responsável da empresa construtora e aquilo foi terrível, enquanto que entramos num lote que estava impecável, porque nessas visitas, fazia-se sempre uma visita a um fogo, e deparámo-nos com um cenário terrível, dejetos pelo edifício e mesmo numa atitude provocatória e que demonstra de alguma forma a falta de integração das pessoas. Por isso é que eu digo que deveria ter sido feito efetivamente um trabalho muito cuidado nesse âmbito. Só que penso que nem nós, Câmara, estávamos preparados, era um cenário novo e toda a gente sabia. Havia assistentes sociais a dar apoio e tudo isso mas realmente não foi suficiente, nesta zona específica, se em teoria como eu dizia há pouco, as coisas funcionariam e deveriam funcionar eles deveriam integrar-se num curto espaço de tempo, o que é certo é que foi ali quase, eu estou a falar desta em específico, é capaz de haver outras situações da cidade negativas. Como também poderá haver outras positivas, eu por acaso tenho ideia de em Benfica existir uma muito positiva, próxima do bairro do Charquinho, nem se deu por aqueles edifícios de realojamento. Aqui o que é certo é que não, se no início era muito engraçado porque nós fazíamos o acompanhamento à obra e não havia quase nenhuma reunião de obra semanal em que não nos viessem informar que andavam pessoas a perguntar quando é que o andar modelo estava pronto e quando é que montavam o stand de vendas, havia uma procura enorme de pessoas, de venda livre, que queriam ali comprar casa. Em relação à questão da integração, neste caso específico foi um pouco dramático, eu acho que as pessoas tinham percepção que isto ia acontecer mas o que é certo é que ali na zona aquilo realmente mexeu com a vida das pessoas e com a vida do bairro. O bairro do rego, toda aquela zona, este edifício, esta construção e este realojamento ali no local mexeu efetivamente com a zona e está à vista de todos não há que esconder. E a prova disso

foi que contribuí em parte para a desertificação daquele centro comercial que será um dos emblemáticos da cidade e um dos primeiros que era o Gemini, em que as lojas foram começando a fechar por problemas de segurança, ajudado também pelas grandes superfícies. (...)E as pessoas da zona sentiram isso como é obvio e reclamam. Eu sei isso e foi uma zona que nesse aspeto, pelo menos ali muito próximo com edifícios até de uma gama media-alta, começou a deixar de haver tanta procura como existia e eventualmente até poderá ter havido alguma desvalorização daqueles empreendimentos. Isto falando de uma forma muito abrangente mas é um custo que se teria que pagar.

**Mas nesta zona do rego não e o único projeto que é do programa PER, tem mais dois. Aconteceu o mesmo que aconteceu com o seu ou não?**

**JGT** – Eu penso que é capaz, também são em zona diferentes porque a única em que havia gama media-alta era ali. Posteriormente veio a ser construído do outro lado da bouça, agora, também de gama media-alta, mas já posteriormente. Eu acho que é muito fruto da população que vai ocupar os edifícios e o bairro do rego apesar de ser, vá lá, são três zonas, foi muito pouco, não queria dizer a palavra penalizado mas recebeu muito realojamento, algum, portanto é natural que tenha havido essa diferença, o que é certo agora é que, as pessoas convivem melhor com a situação e vão-se adaptando. (...)E só passaram 10 anos, 15 anos.. é natural que aquela expectativa que numa geração as pessoas ficassem perfeitamente integradas, mas não vai acontecer. Existe é um custo que como em tantas outras coisas, está a ser pago agora e pelas pessoas que estão lá, que acompanham nesta fase e nessa altura. Portanto, acho que faz sentido porque nós temos outras situações em que era de todo desaconselhável, e está mais que provado como a zona de Chelas. E estamos agora a fazer uma reabilitação muito profunda no Bairro do Condado muito próximo da conhecida Zona J de Chelas, é muito mais complicado porque é uma densidade populacional brutal. Para ter uma ideia, na semana passada tivemos uma reunião com as partes todas que estão envolvidas que é a junta de freguesia, a Gebalis que é uma entidade que faz a gestão dos bairros, o UIT que é a unidade de intervenção territorial, que é o UIT oriental que é o departamento da Câmara que abrange aquela zona e que está mais próximo da população e a polícia municipal e a PSP que também estiveram presentes nessa reunião. Uma vez que estamos a intervir, tentar reduzir os riscos mesmo ao nível de intervenção de recantos, de túneis, de passagem, de zonas de pilares, portanto, zonas em que a própria polícia esta envolvida uma vez que estamos a fazer aquela intervenção para tentar reduzir zonas de risco e tudo isso se agrava quando é de uma dimensão completamente diferente, não estamos a falar de 160 fogos, estamos a falar de milhares de fogos.

**Como surgiu a oportunidade de se juntar a este programa?**

**JGT** - Isto foi muito engraçado, não só o PER surgiu como uma nova forma de ver a habitação social, porque inclusive até estavam muito focada na habitação social que se tinha feito nos Olivais e em Chelas. Isto agora era um novo paradigma e foi muito engraçado porque na altura deram oportunidade a jovens arquitetos que tinham integrado nos quadros da Câmara, deram essa responsabilidade de intervir nestes projetos e isso foi interessantíssimo porque, como já tivemos oportunidade de falar da ultima vez, uma pessoa pode passar uma vida inteira e não consegue fazer um projeto na cidade de Lisboa. E esta malta onde eu me incluo que tínhamos vinte e poucos anos. Eu fiz aquele projeto com vinte e poucos anos, foi o primeiro efetivamente como autor e coordenador do projeto e nós próprios eramos muito críticos da linguagem arquitectónica que se utilizava na altura na habitação social. Aquelas coisas muito ritmadas, aquelas marcações das entradas.. todos nós éramos um bocado críticos e na altura era aquilo que achávamos que era uma arquitetura mais contemporânea e o que e certo é que fizemos projetos interessantíssimos. Durante esses anos ganhámos sempre os prémios INH, o nosso problema é que eram tantos projetos em simultâneo que concorriámos uns contra os outros, foi pena não ser mais longo porque realmente fazíamos coisas com alguma qualidade e com uma linguagem até diversificada, muito interessante.

**Mas houve uma ligação, por exemplo, um material, qualquer coisa?**

**JGT** – Não, como é obvio nós tínhamos pouca experiência e os primeiros anos ali foi aprender e era uma referência tudo o que tinha sido feito no passado e o próprio gabinete técnico da habitação, que depois já se chamava Departamento de Construção de Habitação, que era DCH mas antigamente UGTH, era uma escola de arquitetos e era interessantíssimo para nós entrar para aquela equipa e ter essa oportunidade de trabalhar, portanto, havia um “no out” não só de experiência ao nível do gabinete onde trabalharam arquitetos conceituados como o Silva Dias e o Teotónio Pereira, uma série de arquitetos que trabalharam no gabinete técnico da habitação, penso que o Teotónio Pereira também chegou a trabalhar lá.. e muitos outros.. que fizeram história e que passaram também ali pelo gabinete. Tinha um peso grande. Nós vínhamos com a vontade de jovens arquitetos, também de alguma forma de tentar marcar, mas o interessante é que foi numa fase em que, penso eu, pois é a minha opinião, em que a arquitetura já não tinha tanto aquela necessidade de marcar, a intenção era quase a qualidade dos projetos estava em conseguirem-se integrar perfeitamente na cidade. Esta foi uma oportunidade única para nós e acho que se fizeram lá, projetos com imensa qualidade e os melhores exemplos, na minha opinião, são os da Ana Lúcia Barbosa e do Paulo Tormenta Pinto e também alguns da arquiteta Ana Paula Cunha. Há projetos muito interessantes e pronto foi efetivamente um oportunidade única, na minha opinião e agora já com alguma experiência. (...) Eu pelo menos na altura tinha realmente essa necessidade

de chegar quase ao mais difícil que era chegar à simplicidade extrema e houve ali uma grande preocupação porque a minha intervenção acaba por ser um pouco diferente de todas as outras. Eu estava a fechar um quarteirão, foi um desafio complicadíssimo até porque gozavam comigo, os meus colegas, diziam na altura que eu era o arquiteto dos cantos porque foi uma dor de cabeça resolver aqueles dois lotes dos cantos. Confesso que o maior desafio foi aquele edifício dos ateliers que foi uma proposta minha, porque inclusive o loteamento não tinha sido previsto. Porque era uma língua que na zona mais estreita tinha 2,5 m, não tinha mais do que isso. Mas não havia outra forma de fechar o quarteirão porque senão ficaria ali sempre a faltar um gomo, ficaria ali sempre qualquer coisa, portanto, houve sempre uma preocupação grande de integração. O próprio edifício do Gemini, não pela arquitetura do edifício em si, mas pelo conceito em relação as lojas e às galerias. E houve um bocado a intenção de prolongar para a nossa galeria e aquela zona comercial que lá temos, o Gemini dava de um lado da rua e era prolongar aquela área de comércio um pouco para o outro lado, um bocado ingenuamente, realmente eu hoje vejo que não seria possível. E uma grande necessidade dessa área comercial, que era o que estava previsto na altura, de a tornar muito pública e o mais transparente possível. E até sabendo já os problemas que esses espaços normalmente trazem, daí estar praticamente tudo roto e muito visível. E ter aquela escada que entra mesmo dentro do passeio para encaminhar as pessoas lá para dentro para as conduzir, mas houve ali uma grande preocupação de fazer uma coisa o mais integrada possível e que não marcasse excessivamente. Porque o que se pretendia era uma integração das pessoas, queríamos ter edifícios dignos, que as pessoas se sentissem orgulhosas de ir para lá viver, as pessoas que viviam nos outros também não destoassem de forma alguma. E ainda hoje está é a precisar de umas pintura. O edifício mais recente do quarteirão que tem um aspeto digno, quer dizer, não há ali nenhuma marcação. Foi a minha maior condicionante, aquele rotular que existia na altura, da habitação social e estava a dar esse exemplo anteriormente porque para nós é muito importante, quer dizer, termos pessoas a quererem comprar lá casas e a achar que é venda livre para nós era um elogio. Anteriormente a habitação social era diferente, uma imagem diferente e estava rotulada como habitação social, isto também surgiu por estarmos a desenvolver projetos em zonas espalhadas pela cidade.

Não havia assim nenhum material de eleição no PER, houve ali uma altura em que uma série de colegas que optaram muito pelo chamada tijolo a vista e resultou muito bem, mas procurávamos sempre materiais com pouca manutenção e duráveis, aquele exemplo que eu lhe dei de ter posto, infelizmente tive a oportunidade de lá ir dentro, mas o pavimento é o tal Marmocim que é um material de grandes dimensões. Mas tivemos a preocupação de revestir as zonas de circulação comuns com o material na parede, ele é branco e é muito bonito e até parece pedra na parede, portanto fica com um ar quase “luxuoso” por um lado e por outro de uma resistência e de uma durabilidade extremas, depois usavam-se muito os cerâmicos (...). Mas não havia assim nenhuma imposição, se calhar deveria ter havido umas normas, isto é a minha opinião hoje em dia. Porque depois a Câmara tem a gestão destes edifícios, e se todos os edifícios tiverem, e eu penso

que não é redutor e caminhamos para lá embora nesta altura isso não fosse bem visto, mas uma pessoa tem que pensar na gestão e na manutenção cada vez mais. Pois cada vez há menos construção nova, temos que pensar, principalmente nós Câmara, e portanto se todos os edifícios tivessem as mesmas sanitas e estamos a falar de coisas que se calhar não incomodariam tanto os arquitetos, das mesmas torneiras, a iluminação e tudo isso, em termos de gestão e manutenção, isso é uma vantagem brutal.. caixilharias semelhantes com estores, por aí a fora.(...)

#### **As tipologias vão de T1 a T4 , como surgiu a planta base e as diferenças entre elas? O aumento dos espaços comuns deve ser proporcional ao aumento do número de habitantes?**

**JGT** - Nós estávamos muito condicionados, foi aquilo que te referia anteriormente porque isto há regras muito específicas, em que são definidas as dimensões em que as salas e os quartos têm em cada tipologia e que só podem ter entre 9 m<sup>2</sup> e 12m<sup>2</sup>, porque depois a soma de todas aquelas áreas não pode ultrapassar um valor máximo, de forma que estávamos muito contidos. Depois havia sempre, era aquilo que eu estava a dizer, depois cada um tomava as suas opções, eu no meu caso tentávamos dar sempre à sala as maiores dimensões possíveis, os quartos a mesma coisa. Havia um quarto que tinha 12m<sup>2</sup> e os outros tinham 9m<sup>2</sup>, andava por aí. Nos T4 era uma situação diferente porque um dos quartos tinha 6 m<sup>2</sup>, não tinha que ter duas casas-de-banho, nós é que púnhamos sempre as duas, o regulamento não obrigava a que tivesse, nós é que achávamos que houvesse essa necessidade. (...)

#### **É comum em quase todos os PER a inexistência de varandas. Porquê?**

**JGT** – As varandas não existia porque se criássemos varandas era em detrimento de outras áreas no interior do fogo, porque a varanda também contava para as áreas e portanto, evitávamos ao máximo pôr varandas. Porque se conseguíssemos dar essa área da varanda ao interior dos fogos. Depois havia aqui umas ginásticas que nós fazíamos. Por exemplo uma delas, se bem me recordo, isto já passaram alguns anos, até posso estar a incorrer em algum erro mas acho que não, se reparar, a maior parte das escadas são abertas para o exterior pois era uma artimanha que nós tínhamos para contar metade da área. Havia uma regra que quando as escadas eram abertas para o exterior a área não contava na totalidade e eram essas tais ginásticas para conseguir que as casas fossem mais nobres. Mas efetivamente se dessemos varandas era menos área dentro do fogo, ali (Rego Zona A) tenho uns dois cantos mas foi para ajudar a resolver os cantos, porque senão seria mais difícil porque tem aquelas pequenas varandas.. depois corremos o risco de eles fecharem as varandas, portanto desvirtuarem um bocado a imagem do edifício.

## Entrevista com o arquiteto Paulo Tormenta Pinto

### Qual é a sua opinião sobre o PER?

**PTP** – O PER é um programa de financiamento da habitação muito importante no contexto da democracia portuguesa. É o programa que permitiu construir o maior número de casas, é o programa que permitiu acabar com as barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O PER é, portanto, um programa destinado às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e a esse nível é uma iniciativa de grande importância e relativamente pouco estudada. Depois do PER, que tem início logo no final dos anos 80 até, sensivelmente, o princípio do novo milénio, os grandes aglomerados de habitação precária que existiam nas margens das grandes cidades desapareceram e foram construídos novos bairros e as pessoas foram integradas. Há uma questão também muito interessante no PER, é que a maior parte dos projetos são de pequena escala, não ultrapassando uma centena de fogos e são normalmente construídos em tecidos urbanos consolidados. No caso de Lisboa, que é aquele que eu conheço melhor, são construídos em tecidos urbanos consolidados, o que permitiu não só construir a habitação social, mas ao mesmo tempo lançar algumas bases de regeneração para esses sítios.

### Como surgiu a oportunidade de se juntar a este programa?

**PTP** - A oportunidade de entrar neste programa é uma oportunidade conjuntural que se prendeu com o facto de que quando acabei o curso e comecei a trabalhar tive a oportunidade de ser integrado na Câmara de Lisboa num serviço de planeamento que tinha aberto há relativamente pouco tempo. Estavam a recrutar pessoas e eu acabei por entrar e pouco tempo depois com o trabalho que tinha para fazer, que era justamente um trabalho de planeamento de unidades de intervenção para o PER, definição morfológica, do número de fogos que cada sítio aguentava, como é que podia ser feito o loteamento, etc. A partir daí empenhei-me muito nesses projetos urbanos que foram dois ou três que tinha feito nessa altura e por uma iniciativa própria comecei a desenvolver também os edifícios. Depois acabei por, no contexto da CML, ser integrado noutro serviço, o que me permitiu depois elaborar os projetos até ao fim e fazer os dois conjuntos PER que fiz em Lisboa. Este programa foi alvo de bastantes críticas. Passados 21 anos desde a aprovação do decreto-lei, como é que este contribuiu para uma melhoria da qualidade de vida nestas zonas da cidade?

**PTP** - Eu acho que há muitas críticas que podem ser feitas ao PER e que são críticas com as quais eu estou de acordo, mas também não podem comprometer os benefícios que o programa também teve. Quais é que são as críticas fundamentais? Eu acho que eu próprio, a minha oportunidade de trabalhar no PER representa uma das críticas que podem ser feitas ao programa. Eu desenvolvi dois bairros, um com 91 fogos e outro

com 84 fogos e como arquiteto, sendo eu na altura um arquiteto com muito poucas provas dadas, porque a maior parte dos projetos foi desenvolvida no contexto das próprias autarquias com o objetivo de responder com a maior brevidade à urgência que existia no momento, que era a inexistência de casas. Esta urgência e esta necessidade que as autarquias tiveram num curto espaço de tempo de resolverem estes problemas habitacionais levaram a que não existisse o tempo necessário para transformar o PER num acontecimento que envolvesse a comunidade dos arquitetos, por exemplo, que envolvesse mais a opinião pública. Em muitos casos não foi possível fazer-se os estudos de acompanhamento da transição das pessoas das barracas para as novas habitações, em muitos casos não foi possível lançar programas de desenvolvimento social associados ao desenvolvimento urbano que os projetos de habitação consubstanciavam e a esse nível perderam-se algumas oportunidades. A minha leitura do acontecimento, também para alguma perceção de insucesso que o PER possa ter, acho que há também um outro fator que deve ser ponderado, por exemplo quando comparamos o PER com o SAAL, que é o programa de reabilitação imediatamente a seguir ao 25 de Abril, quando comparamos o PER, que é um programa habitacional que já ocorre com um processo democrático mais maduro. O que acontece nestes dois cenários? No primeiro havia um desejo que as populações na maior parte dos casos tinham, de terem casa e essas casas em muitas das operações foram realizadas para comunidades que estavam bem implementadas nos locais e que tinham atividades laborais muito relacionadas com os próprios locais onde habitavam. Por exemplo a célebre história da Meia-Praia, estava-se a fazer casas para os pescadores e os pescadores trabalhavam no mar, eles já tinham emprego e queriam casas. Esse processo de desenvolvimento social estava quase automaticamente garantido, eles já tinham uma atividade profissional, eu dava-lhes casa e havia uma espécie de harmonia entre o lugar e a própria sociedade. Quando nós passamos para o caso do PER temos um quadro conjuntural completamente diferente, ou seja, estamos já num contexto de maior abundância e temos pessoas mais marginalizadas em relação à sociedade, pessoas que não têm trabalho por exemplo, pessoas que dependem do estado, pessoas que estão desempregadas e que por elas próprias não têm perspectivas de se poderem empregar e poderem exercer a sua cidadania pela via laboral. O PER como não foi ajustado como programa de desenvolvimento social encontra um quadro social muito diferente daquele que acontecia na altura da revolução, num contexto de abundância, numa sociedade que já dava sinais preocupantes em relação ao desemprego. O que aconteceu? Fizeram-se as casas, as pessoas foram integrada, mas os problemas de segregação social que não são motivados somente pela habitação, são motivados por uma segregação em relação à própria sociedade mantiveram-se e por isso é que nós temos em muitos casos muita delinquência associada aos projetos de habitação social desse período.

**Hoje em dia muitos dos edifícios PER prevalecem em bom estado mas há outro que, infelizmente, estão em mau estado.**

**PTP** - Eu acho que esse é um problema muito sensível e depois prende-se com a manutenção do espaço público, com a manutenção dos próprios edifícios, com o gosto que as pessoas têm pelas casas, há toda uma dinâmica social que está muito associada à própria integração dos cidadãos. Houve um certo espírito no PER que o facto de dar casa seria redentor de quase tudo e isso se calhar até era verdade no momento do SAAL, mas no momento do PER isso deixou de ser verdade. (...)

**Falando do seu projeto Calhariz de Benfica. Quanto ao local, como era antes e como ficou depois da construção do empreendimento? Sofreu muitas alterações, tanto a nível urbano como para os próprios habitantes locais?**

**PTP** - Esse conflito está presente, eu acho que se colocou. Nos meus projetos particularmente acho que se colocou de alguma maneira mas não foi particularmente importante, colocou-se mas com pouca expressão. Houve casos em que se colocou bastante mais, porém havia na altura uma grande convicção de que o facto de as intervenções serem feitas em tecidos consolidados ia ajudar a integração dos novos moradores e se ajudou, por um lado, a integração dos novos moradores, por outro lado também fez com que alguns casos que tinham um nível social e um nível comercial que estava num determinado patamar, com este acréscimo populacional com estas características que referi há pouco, os locais acabaram por se ressentir, ou seja, houve assim um equilíbrio. Por exemplo, no caso do Rego, não na zona onde eu intervimos, mas na zona mais acima, ainda no mesmo bairro, na proximidade do centro comercial Gemini, que era um local de habitação de alto-médio standard, houve muita crítica relativamente ao facto de se ter colocado habitação social nesses sítios, mas o que existia antes nesses mesmo sítios também eram barracas. Acho que os problemas não são tanto esses porque no caso do PER uma das questões muito visíveis é que na maior parte dos projetos houve uma certa tendência para que os projetos tivessem, e isso era uma espécie de exigência já ideológica da parte da Câmara e do debate que se fazia na altura, para que a arquitetura não fosse demasiado dura, que não fosse demasiado experimental, que utilizasse padrões mais comuns. Esse tipo de atitude em alguns casos também limitou a qualidade dos projetos arquitetónicos, aproximando-os de uma espécie de banalidade urbana que podemos encontrar em quase qualquer sítio. Em muitos casos do PER os edifícios como são de pequenas parcelas e têm este tema por trás, são propostas muito banais, muito discretas, ou seja, não têm aquele impacto que, por exemplo, o Bairro Padre Cruz que tem ali não sei quantos fogos no mesmo sítio, tudo igual, etc., isso não acontece no PER. É um dos fatores bons mas que por outro lado também pode ser criticado pelo facto, de certa maneira, ter limitado uma pesquisa tipológica, a maior parte dos casos do PER

são, e isso também pelas questões que referi há pouco, projetos de direito-esquerdo, deixou de haver grande experimentalismo ao nível do que nós encontrávamos em décadas anteriores com projetos em galeria, com sistemas tipológicos em galeria, com sistemas tipológicos em duplex... Havia uma grande pressão para que se utilizasse o direito-esquerdo, havia também pressões para que os edifícios não fossem pintados de branco porque dava uma grande conotação com os projetos... isto são coisas que não são regulamentadas, mas que depois os próprios serviços, como isto é feito no ambiente da Câmara, há pressões que fazem com que isso aconteça. Eu pintei os meus prédios de branco na Travessa Sargento Abílio e de certa maneira, confrontado com a ideia de ser branco, nós apresentávamos o ralo do branco, não era branco, justificava-se mas sempre que era branco havia ali uma dificuldade para justificar o branco. Nós estávamos a viver, como dizia há pouco, o país estava a viver uma certa ilusão mais burguesa que fazia com que as coisas se uniformizassem. Há projetos de PER completamente estereotipados num arquitetura completamente aburguesada com sistemas construtivos que você pode encontrar na especulação urbana, a tentar captar uma certa franja da sociedade que gosta de um aspeto mais tradicional, que são coisas que ao longo da história da habitação social nunca apareceram, ou seja, a habitação social sempre foi tratada como uma arquitetura prototípica, de protótipos, um protótipo que é repetido, ou seja, desde sempre foi tratada neste espírito. Os exemplos que nós temos do século XX em termos de habitação social, mesmo no bairro social do Arco do Cego, apesar de algum tipo de ornamento que possa existir no trabalho daquelas casas, é uma atitude serial e que procura a especulativa em relação à tipologia, em relação ao modo de habitar, é experimentalista e isso são sempre conceitos que estavam relacionados com a habitação social. A habitação social responde a uma pergunta muito simples - como colocar o máximo de pessoas no mínimo de espaço - esta é a pergunta que a habitação social procura responder com a melhor qualidade, enfim. O que acontece no PER é que há uma pressão ideológica para que aconteça justamente o contrário, ou seja, para que a pesquisa em torno da tipologia, em torno da habitação ou em torno dessa questão mais prototípica que referi há pouco, que fosse mais contida e que se usassem modelos mais convencionais e isso eu acho que é uma das razões para que o PER possa ser visto na generalidade dos casos como um programa que potenciou uma qualidade arquitetónica menos crítica, até se calhar menos interessante.

**O meu trabalho integra uma série de plantas dos projetos PER, mostrando um pouco do que foi feito no PER.**

**PTP** - O que vai encontrar na maior parte dos casos, são casas muito convencionais, com direito-esquerdo, hall de entrada, os próprios regulamentos na altura eram também já muito mais exigentes dos que existiam na década de 70 e 60, os regulamentos bombeiros, o regulamento da saúde, etc., portanto, regulamentos que empurravam também eles próprios para soluções muito desse tipo. No meu caso concreto, na Abílio

concretamente, houve uma tentativa muito intensa de aceitar os pressupostos bases do jogo, a ideia do direito-esquerdo e tanto quanto possível nas margens destas obrigatoriedades conseguir contrariar e tentar especular em termos do desenho da própria casa. Naquele caso concreto corresponde a uma divisão entre o espaço social e o espaço íntimo, com uma sala que integra também o espaço da cozinha, procurando de certa maneira contrariar o sistema mais convencional do famoso hall de entrada, a cozinha para um lado, a sala para o outro, depois os quartos, etc., até porque algumas das questões que vinham sendo tratadas nas décadas anteriores pareciam ser muito oportunas serem retomadas naquele tempo. A segregação dentro da própria família, a questão da posição da mulher e da posição da família, com a cozinha separada e sala, o facto da existência de um único espaço que combina a sala e a cozinha tinha a intencionalidade de transformar a família numa única unidade, sem que estivesse partido entre alguém que está do outro lado do corredor nas tarefas domésticas e uma outra parte que está na televisão na sala de estar. Naqueles fogos aquilo que se pretendia era justamente que a única transição fosse entre a parte social da casa e a parte íntima. E depois é essa questão, de destruir um pouco, há coisas que são muito comuns na maior parte dos bairros, que é a refundação da própria organização tipológica, a percepção da coluna das escadas, a percepção da janela típica da cozinha, da janela da sala e da janela do quarto, ou seja, uma panóplia de situações que estão na organização da planta e que muitas vezes se revela depois no próprio alçado. Nós ali também tentámos seguir um pouco o exemplo da arquitetura pombalina, em que uma estrutura vai repetindo a mesma matriz de vão, vai escondendo por trás diversas ocupações e a esse nível que os projetos ganhassem um sentido mais abstrato e mais unitário e não tão fragmentado. São alguns pressupostos que se tentou fazer especulando naquilo que era possível especular nessa altura.

#### **Qual foi o impacto causado no projeto pelas diferenças étnicas dos seus futuros habitantes?**

**PTP** - Não se sabia. Na maior parte dos casos não se sabia. Era feita uma análise pós-ocupacional mas não era feito, como referi há pouco, esse estudo de identificação nos meus casos concretos. Noutros casos, sim, havia uma percepção de quem eram as pessoas, porque o PER teve dois... Por exemplo, nos meus casos, nos projetos que eu fiz não estavam previamente ocupados com barracas, eram terrenos que estavam limpos e os edifícios foram construídos, haviam pessoas que estavam registadas já no município a quem lhes foi atribuída casa naquele local. Outros casos que o PER também realizou, que era nas zonas onde já havia barracas era limpa uma parte do terreno, era construído um bloco, havia um primeiro momento de alojamento, como a habitação é construída em altura conseguia-se mais área disponível, depois eram demolidas mais umas barracas, era construído mais um volume e os edifícios estavam a ser construídos para aquela comunidade específica que habitava naquele local e a esse nível havia um conhecimento da população que ia habitar, mas não havia um trabalho conjunto entre os arquitetos, os assistentes sociais, os moradores, na decisão do

debate em torno daquilo que ia ser a sua futura casa. Apesar de se saber para quem era e tudo mais, mas o facto de se saber para quem era é muito irrelevante se isso não for realizado conjuntamente com um trabalho de integração das próprias pessoas envolvendo-as em um processo. No caso da iniciativa Bairros Críticos que é um programa que eu tive ligado no Porto, que é o tal programa piloto deste milénio, uma coisa que começou a partir de 2005-2006 se não estou equivocado na data, aí pressupôs já um trabalho muito intenso com as comunidades, com os agentes locais e eu aí pude perceber um processo muito bem montado a esse nível, ou seja, com os ministérios governamentais todos envolvidos, as associações locais, os agentes comerciais locais, os moradores, toda esta gente a fazer parte de um estudo sobre o que ia ser o bairro no futuro, quais eram os problemas, quais eram as oportunidades, etc. E depois assistentes sociais a trabalhar no bairro antes da intervenção, preparando as pessoas para a mudança, identificando os problemas sociais, dando-lhes ferramentas para que se possam desenvolver profissionalmente para que possam ser mais competitivos, trabalhando com as crianças, trabalhando com as gerações mais novas e isso, no caso do PER, dada a urgência da situação e o modo como foi implementado não foi feito dessa maneira. Isso é obviamente um assunto que deve ser criticado e que a parte do insucesso de muitas das operações têm a ver com isto.

#### **Será possível, hoje em dia, fazer alguma coisa?**

**PTP** - Eu acho que é possível mas isto é uma aprendizagem constante, mas apesar de tudo, no meu entender, apesar das críticas e apesar das coisas poderem não ter sido perfeitas é absolutamente calamitoso para quem teve a oportunidade de visitar o que é um bairro de barracas, onde entra frio nas casas, onde não há saneamento, onde não há ventilação, onde não há escolas, enfim, onde as pessoas vivem numa precariedade muito grande, poder perceber o contraponto que é depois. Tem a ver com saneamento, com água canalizada, com ventilação, com escolas, com equipamentos sociais, que são todas essas questões que os bairros vieram trazer. Se a geração que foi previamente alojada levanta os problemas que levantou nós temos a expectativa que a segunda geração dos filhos, com o tempo, vai acabar por estabilizar aqueles locais, aquelas situações e terá ferramentas para o fazer porque vai ser educada, porque vai ter transportes, porque vai estar integrada na sociedade. No caso das barracas teve que ser feito um levantamento prévio, a gente não sabia quem eram as pessoas, os aglomerados... Há uma subida em termos de integração social que o bairro favorece, sem dúvida, não é redentor de todo o processo.

#### **O problema, talvez, estará nos habitantes não estimarem o que lhes é dado.**

**PTP** - Isso é uma questão muito sensível, uma pessoa de uma classe média tem opções de escolha, você escolhe, não pode escolher a casa que quer mas tem uma panóplia de situações que dentro do mesmo padrão

permite-lhe escolher se mora em Lisboa, se mora em Santarém, se mora em Cascais, no caso de morar em Lisboa se mora na Lapa, na Avenida de Roma ou se mora em Alvalade, tem uma panóplia de escolhas dentro do mesmo padrão de casa que não precisa de ser de elevado standard. Porque é que tem isso? Porque tem condições financeiras, porque tem trabalho ou porque a sua família tem condições para suportar isso, porque trabalha, desconta, etc., nós estamos num quadro completamente diferente das pessoas que estão estigmatizadas na barraca, quando muito o leque de escolha, que é praticamente inexistente, é aquilo que a Câmara lhes dá, eles não escolheram a casa, têm que ir para ali porque foi para ali que foram remetidos e este processo acontece dado a sua baixa autoestima. Se você reforçar a autoestima das pessoas, se conseguir dar-lhes condições para elas terem trabalho, etc., obviamente que elas vão sentir-se com capacidade de escolha, isso é uma coisa importante e por isso eu acho que o processo de realojamento devia ser teoricamente um processo temporário, ou seja, um processo em que a gente consegue envolver, conseguimos envolver as pessoas, fazer com que as pessoas tenham a sua própria vida organizada e que as pessoas a partir daquela plataforma consigam desenvolver a sua vida, que os seus filhos consigam integrar a sociedade. Em muitos casos isso não acontece. Depois também há casos de sucesso e pessoas sérias, isso também há e normalmente até há em maior número, mas os casos mais dramáticos normalmente são aqueles que têm mais eco, como em tudo.

(...)

**Falando agora dos projetos do programa PER em geral, terá alguma linguagem arquitectónica comum?**

**PTP** - Eu acho que há fatores que são programáticos que uniformizam as operações PER, uma das coisas muito importantes são as empreitadas completas com os projetos dos edifícios, com os projetos do espaço público... Tudo isso foi altamente acautelado no PER, é muito difícil encontrar um programa PER em que tem os prédios e depois ficou um terreno à volta que mais tarde vai ser reconstruído. O edifício, o terreno envolvente, tudo isso, normalmente, foi controlado. Em termos de linguagem arquitetónica, para além dos fatores que referi há pouco de um certa pressão para uma tipologia mais ou menos comum na organização das casas, no direito-esquerdo, etc., tirando isso é difícil dizer e identificar concretamente as operações encontrando um denominador comum. No caso concreto da Câmara de Lisboa que pude perceber de maneira mais direta, eu próprio consigo identificar algumas tendências que o Departamento de Construção de Habitação, quando se chamava DCH, como se comportou em alguns momentos e quais eram os modelos de referência que no próprio serviço vinham mais ao de cima. No caso concreto da minha cara amiga Ana Lúcia, o momento em que ela utilizou, nos edifícios da Buraca, o tijolo de face à vista, ela recuperou de certa maneira uma tradição antiga que durante um tempo não se usava nos edifícios de habitação social como por exemplo de Chelas,

naquilo que se fez era o Reboco ou revestimentos cerâmicos ou assim e ela naquele período regressou ao uso do tijolo de face à vista e isso foi um momento muito importante. Eu próprio, de certo modo, influenciado por essa conquista, também utilizei esse material no Rego. São situações deste tipo muito pontuais e que são mais conhecidas por quem está mais internamente envolvido nos gabinetes onde os projetos são feitos, do que propriamente uma linguagem PER.

**É comum em quase todos os PER a inexistência de varandas. Porquê?**

**PTP** - As varandas têm a mesma questão que as galerias, ou seja, não há varandas, alguns que eu conheço têm pequenos varandins muito tímidos, mas as varandas são justamente o mesmo problema, todas as áreas que são passíveis de serem apropriadas eram altamente desaconselhadas. Uma varanda é uma área passível de ser apropriada, fechada, de ser ampliada, etc. e aqui reparo na diferença brutal que nós temos já deste período e daquilo que temos hoje em dia, depois dos prédios do Alejandro Aravena que pressupõem uma continuidade e a apropriação, a maneira como isso influenciou os arquitetos mais novos, uma certa aceitação, pelo menos hoje em dia com a apropriação, parece que deixou de ser um problema tão grave. Naquele período isso era muito debatido, a tentativa do desenho de situações com um mínimo possível de apropriações. A grande crítica que se fazia às galerias tinha muito a ver com a questão da apropriação, relatos de determinados moradores que fechavam a galeria impedindo os seus vizinhos de atravessarem à frente da sua própria casa, o último morador da galeria encerrar aquela parte e apropriar-se daquela zona, os moradores fecharem as galerias e chegarem as casas à frente e as varandas, com o drama que não é só da habitação social mas que é do país do sul da Europa que provavelmente mais despreza as varandas, que é Portugal, com as marquises, etc., essa ideia de fazer a varanda na habitação social iria dizer seguramente marquise. As pessoas não estavam preparadas, nem os técnicos, nem os políticos, para aceitar que os arquitetos, como hoje em dia se debate, que os arquitetos podem eventualmente fazer uma base como o Aravena e de repente essa base continuar a ser construída pelos próprios moradores com o seu gosto, com a sua precariedade... É claro que há a outra face da medalha, eu tenho tido a oportunidade de assistir em alguns fóruns a discussões em torno desta matéria, um dos programas do caso brasileiro que é o programa Minha Casa Minha Vida de promoção de habitação lançado pelo governo do presidente Lula, em que, também com grande entusiasmo, para dar às próprias populações a oportunidade de elas próprias se envolverem na construção da casa, delas próprias construir a sua casa, dela próprias decidirem como é a sua casa. De eu ter assistido ao reverso da medalha, os técnicos, os arquitetos, os professores, os sociólogos, os urbanistas, incomodados porque todo o património técnico que foi acumulado durante anos, de como se usam os materiais, de como se divide o espaço, de como se colocam as instalações, património técnico que é completamente descurado para deixar um pouco ao livre arbítrio de quem verdadeiramente não está habilitado para o fazer. Nós nas habitações do



Aravena vemos fotografias fantásticas, muito bem tiradas e muito sedutoras, não sabemos muito bem a qualidade construtiva daqueles acrescentos, não sabemos se aqueles acrescentos estão construídos de modo a que haja, por exemplo, uma poupança energética, que seja favorável aos próprios moradores. Percebemos que aquilo esteticamente é apelativo pelas fotografias que vemos e percebemos que aquilo é uma oportunidade para que as pessoas possam exercer as suas próprias vontades em relação à sua casa e percebemos uma comunidade científica arquitetónica que não se incomoda como no passado se incomodava com a ideia da apropriação. Depois temos o reverso da medalha, obviamente, um dos maiores consumos que o planeta faz hoje em dia são os que têm a ver com o desperdício de energia no parque habitacional. Há vários artigos escritos sobre esta matéria, não nos podemos dar ao luxo de haver uma pressão muitíssimo grande perante a classe média que tem que ter casas desenhadas tecnicamente apetrechadas que garantam essa eficácia sustentável. Depois damos-nos ao luxo de, no reverso da medalha, ter uma habitação para uma classe com menos capacidade financeira e onde o problema continua a ampliar-se porque as casas têm problemas de outra natureza que é uma dificuldade de resposta técnica. Acho que as varandas encaixam um pouco neste sentido.

#### **Há alguns casos PER que foram construídos ao lado de outros edifícios de programas de realojamento anteriores. Porquê esta aglomeração?**

**PTP** – Isso tem a ver com as bolsas de terrenos que estavam disponíveis, o que acontece é que quando se chega ao PER há dinheiro para resolver os problemas, mas já há muito poucos terrenos, havia algumas bolsas disponíveis que ainda eram bolsas do caso de Lisboa, ou sobras em áreas urbanas municipais onde já existiam bairros sociais que não foram completados e que procederam a novos projetos, havia muitas áreas que eram que tinham sido ainda expropriadas do Estado Novo e que pertenciam à Câmara, para construção de vias ou o que fosse. A bolsa de terrenos municipais na altura não era muito grande, como foi no passado e que deu oportunidade de fazer grandes operações, como Chelas ou como os Olivais, não havia essas bolsas de terrenos municipais, havia casos pontuais e portanto há situações em que os terrenos eram fantásticos como por exemplo aqui no Rego, terrenos em zonas ótimas na cidade. E haviam outros que eram sobras de outros bairros sociais, mais periféricos. Mas o que acontece é que todos eles estavam em nós, em zonas de sobra. E isso é que deu a oportunidade também ao PER em alguns casos resolver questões locais de acessos que não estavam feitos, vias que faltavam construir, arranjos. Portanto as empreitadas eram mais do que o próprio edifício porque como estavam em zonas de conflito de sobra tinham quase sempre a obrigação de resolver tanto quanto possível a parte infraestrutural envolvente. É por isso que por causa daqui do gabinete da Câmara havia técnicos para as mais variadas especialidades. Havia os arquitetos, os engenheiros das estruturas, os engenheiros das águas e dos esgotos, os engenheiros de arruamentos, paisagistas, estavam

presentes porque os projetos eram muito mais do que os edifícios.

#### **Casos como o Casal Ventoso, ou o Alto do Lumiar, são também, exemplo de uma grande aglomeração de construção de habitação social.**

**PTP** – Pois na última fase do PER e o PER é um pouco mal-amado por causa disso, em muitos casos já com a urgência de... Basicamente o PER na Câmara de Lisboa foi lançado em dois mandatos municipais, o vereador manteve-se, há um mandato do Jorge Sampaio como presidente da Câmara onde o processo se inicia, de repente ele sai para presidente da República e as funções autárquicas são lideradas e assumidas pelo João Soares que termina esse mandato e faz mais um mandato. É nesse período com João Soares como presidente da Câmara e com o mesmo vereador no plano da habitação, que era o vereador Vasco Franco, que se faz quase tudo em Lisboa, num espaço de tempo de sete anos, mais ou menos, que se construiu tudo. Depois quando chegamos ali ao mandato do Pedro Santana Lopes há uma quebra de habitações, mas praticamente estava tudo construído. Foi mais ou menos um contrarrelógio para construir aquilo tudo e portanto se no princípio houve muitos projetos que foram feitos dentro da própria autarquia, num segundo momento já houve projetos PER que foram feitos como contrapartidas que a Câmara solicitava a promotores privados. Houve também situações em que a urgência era de tal maneira grande que foram encomendados projetos diretamente de fora, ou foram lançados concursos que eu critico muito que são os concursos de conceção-construção, em que a conceção do projeto estava integrada no próprio bolo da empreitada, isso também fazia com que houvesse muito pouca capacidade de escolha da qualidade dos projetos, porque em conceção-construção o preço é o preço geral. Acaba por ser o provedor da construção a ditar a escolha e não a qualidade arquitetónica. Isso foram erros que se fizeram nesse período e consubstanciaram coisas que hoje em dia são muito criticadas, ou então as contrapartidas, quando a Câmara cede determinado terreno ou determinada oportunidade a um promotor privado, pede-lhe em contrapartida a construção de um número de fogos para habitação social. São coisas que estão feitas num contexto de uma especulação imobiliária, em que aquilo que vê para quem estava a trabalhar na autarquia é que acabava por ser muito mais séria a postura do técnico municipal que não tinha interesse financeiro nenhum nos projetos, naquelas operações, o único interesse é o seu período profissional, uns melhores e outros piores, mas sem haver essa derivada da especulação imobiliária que acontecia nos projetos que vinham de conceção-construção, ou com contrapartidas de outras operações urbanísticas.

# ARQUITECTURA OU REVOLUÇÃO – *Learning from the Sattellite.*

Os anos que se seguiram à Revolução dos Cravos (1974)<sup>1</sup>, em Portugal, permitiram clarificar alguns princípios urbanísticos que vinham já sendo aplicados por necessidade de resolver o problema da carência de habitação nas cidades. Em alinhamento com o debate internacional, uma consciência sobre a importância de um planeamento regional esteve na origem, por exemplo, do Plano Director da Região de Lisboa, iniciado em 1961, justamente com o objectivo de disciplinar e corrigir equilibradamente os “efeitos urbanísticos da expansão desordenada dos subúrbios da Capital”<sup>2</sup>. Uma visão macro permitiu trazer para o planeamento urbano a importância das infra-estruturas, dos impactos ambientais e dos zonamentos de maior, ou menor, aptidão construtiva.

As novas bolsas de construção possibilitaram o desencadear de urbanizações de grande dimensão, assentando em novas lógicas comunitárias que se experimentavam também à época. O pensamento comunitário emerge como tema central no debate arquitectónico, designadamente, desde o manifesto de Doorn, em 1954. A oportunidade de pensar novas formas urbanas de organização social, pressupunha uma ligação daquele momento com a ancestralidade dos assentamentos humanos. Aldo Van Eyck sugeria justamente este princípio genealógico, ao sustentar no seu discurso de 1959, em Otterlo, que “o tempo transporta o antigo para o novo, não através da linha historicista,

---

<sup>1</sup> Em Abril de 2014 serão completados 40 anos sobre a Revolução portuguesa de 1974. A partir dessa efeméride julga-se oportuno lançar um tema que possa envolver docentes e alunos nos eventos em preparação para o próximo ano civil;

<sup>2</sup> AZEVEDO, Mário “O Plano Director da Região de Lisboa”, in AA.VV. *Binário- revista mensal de arquitectura, construção e equipamento*, 108, Lisboa, Setembro de 1967 (pag. 117);

mas apelando à redescoberta dos princípios mais arcaicos da natureza humana”. Estas formulações sedimentadas no seio do Team 10, surgem em linha com um debate, mais amplo, que envolveu à época vários sectores da sociedade e que assentavam na convicção de que um novo tempo abriria possibilidade para um novo modo de organizar as comunidades humanas. Neste processo ressaltam os estudos sobre o comportamento humano, os quais vieram a orientar novas possibilidades comunitárias, nomeadamente os de B. F. Skinner plasmados, por exemplo, em *Science and Human Behaviour*<sup>3</sup> (de 1965), ou *Walden II* (1948), este último recuperado por Ricardo Bofill (n.1939) no conjunto de San Justo Desvern (1970).

Para o novo homem que emergia dos escombros da destruição da Guerra reclamava-se um território igualmente novo que pudesse funcionar em rede, como uma espécie de satélite de um sistema planetário complexo e poli-nuclear. De certa forma, este pensamento recupera as experiências soviéticas descritas por Manfredo Tafuri (1935-1994) para a “Nova Mocovo” em *La Sfera e il Labirinto*<sup>4</sup>, onde relata o protagonismo da disciplina de planeamento urbano como a outra face do processo vanguardista que se seguiu, na sequência da Revolução Bolchevique, à Guerra Civil Russa (1918-1921). O objectivo dos urbanistas soviéticos como Sakulin, Shestakov, ou Shchusev, passava por uma aplicação dos ideais defendidos pelos urbanistas do século XIX como Charles Fourier (1772-1837), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1863), Camilo Sitte (1843-1903), Ebenezer Howard (1850-1928), ou Patrick Gueddes (1854-1932). São estes mesmos personagens que vêm igualmente orientar os pressupostos de Le Corbusier, quando em 1923 incorpora em *Vers une Architecture*<sup>5</sup> (1923), o desafio: “Arquitectura ou Revolução”, expressão que serve ao arquitecto suíço para colocar a tónica na necessidade de recuperação do “equilíbrio rompido” entre as condições de vida das classes activas e as próprias cidades – Só uma nova estrutura urbana podia corresponder às exigências de salubridade e inovação que o acelerado processo moderno trazia associado. Os novos territórios periféricos representavam oportunidades de implantar novas tipologias urbanas e arquitectónicas que, contrastando com os densificados e insalubres núcleos urbanos tradicionais, correspondiam aos anseios de todos

---

<sup>3</sup> SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*, The Free Press, Nova Iorque, 1965;

<sup>4</sup> TAFURI, Manfredo - *The Sphere and the Labyrinth: Avant-Gardes and Architecture from Piranesi to the 70s*, MIT Press paperback edition, 1990, tradução do original *La Sfera e il Labirinto: Avanguardia e architettura da Piranesi agli anni 70*, de 1980;

<sup>5</sup> LE CORBUSIER Por Uma Arquitectura, editora Perspectiva, São Paulo, 1998 tradução do *Vers un Architecture*, Collection L'Esprit Nouveau, 1923;

aqueles que depositavam na “casa” o alicerce primeiro da sua cidadania.

As urbanizações construídas no contexto das cidades satélite acabaram por funcionar como laboratórios de experimentação quer de novas tecnologias, quer de especulações sobre as relações entre as comunidades e o próprio espaço. O factor programático pôde também aproximar os arquitectos dos próprios promotores, tanto em investimentos oriundos do sector público como aqueles que resultaram do optimismo do sector privado. A revolução que Le Corbusier pretendia conter acabou por acontecer, não na expressão de uma revolta mas, na alteração dos modos de vida da maior parte dos agregados familiares, com a passagem da origem rural, para um universo urbano.

Actualmente no contexto português, aparentemente estão superadas as carências de habitação que se colocavam no limiar da década de 70, verificando-se uma homogeneização do território urbano que acabou por envolver as acções urbanas que no passado se encontravam isoladas, alterando as lógicas de relação entre centro e periferia pela absorção dos núcleos urbanos satélites num extenso manto urbano. Neste processo pragmático foi ficando menos intenso, no campo do urbanismo e da arquitectura, um discurso prospectivo sobre o futuro. O campo de acção e de debate passou a estabelecer-se mais num pressuposto regenerador, que num designio expansionista.

Le Corbusier terminou *Vers un Architecture* expressando que “podemos evitar a revolução”, no contexto actual fica no ar a pergunta se neste processo de continuidade valerá a pena conter o ímpeto revolucionário.



Fig. 1 Hans Hollein, Aircraft Carrier City in Landscape, 1964.

## ISCTE – IUL - Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final de Arquitectura 2013-14 / Exercício de Arranque e Aquecimento

**Argumento:** A Representação do Espaço no Tempo do *Space Shuttle Columbia*

O *space-shuttle Columbia*, fazendo parte de uma série de cinco vaivéns que a NASA produziu (*Columbia*, *Challenger*, *Discovery*, *Atlantis* e *Endeavour*), foi pioneira nas missões espaciais com naves reutilizáveis. Tendo efectuado missões a partir de 1981, viria a despenhar-se num acidente em 1 de Fevereiro de 2003. Nesse período, de cerca de duas décadas, assistiu-se a uma profunda alteração nas relações da humanidade com o território.

À medida que se foi ampliando a capacidade de observação do globo terrestre, através dos satélites colocados no espaço, também as relações globais se foram estreitando, aproximando todos os territórios terrestres. As comunicações entre os povos virtualizaram-se na complexidade das diversas redes que, numa dimensão planetária, acabaram por envolver o mundo. Este fenómeno provocou uma relativização das autenticidades culturais e uma metamorfose das relações humanas com o espaço.

A visualização da terra por satélite, ao mesmo tempo que potenciou fenómenos de globalização, veio tornar evidente as alterações eco-sistémicas, as quais, no contexto das grandes metrópoles, se verificam maioritariamente através da impermeabilização em grande escala do território, associada a um crescimento em massa da urbanização. Em paralelo com o impacto do frenesim da urbanização, começa a consolidar-se uma consciência sobre o desenvolvimento sustentável do planeta que no Rio de Janeiro, em 1992, com a Agenda 21, dá um passo decisivo que viria a sedimentar-se já no início do novo milénio, em 2002, na Cimeira da Terra de Joanesburgo.

Portugal, com pouca interveniência nas disputas espaciais, recebe por contágio, tal como a generalidade das nações, os efeitos avassaladores das alterações em curso neste “mundo novo”, ao mesmo tempo que desfruta do optimismo de um, ainda, frágil processo democrático na sequência de 25 de Abril de 1974. Foi no mandato governativo do advogado e jornalista Francisco Pinto Balsemão (no quadro do VII Governo Constitucional, da 3ª República Portuguesa), que o *Columbia* descolou do Kennedy Space Center em Cape Canaveral, Flórida.

No contexto Português são as cidades litorais que mais se alteram neste período. À cabeça, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto alastraram-se conurbando-se com aglomerados ou cidades de média dimensão, formando um contínuo urbano na franja atlântica. É este fenómeno de crescimento em “mancha de óleo” registado por Álvaro Domingues em *Cidade e Democracia, 30 anos de transformação urbana em Portugal*, que gera mudanças aceleradas na morfologia do território. O optimismo inicial associado às operações suburbanas é apanhado numa torrente avassaladora de crescimento, submetendo ao pragmatismo dos investimentos a qualidade dos projectos dos novos edifícios.

A importância dos lugares, e a sua genealogia em muitos casos foi superada pela implementação das novas tipologias urbanas associadas a projectos de edifícios pouco qualificados.

É com este argumento que procura estruturar-se o exercício de arranque de PFA 2013-14, enquadrando-o com a temática geral da unidade curricular expressa no texto: *Arquitectura ou Revolução – Learning from the satellite*. Para além de funcionar como experimentação prévia das temáticas em estudo, este exercício funcionará o como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores.

#### **Metodologia e tarefas a desenvolver:**

Os estudantes deverão constituir-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverá ser seleccionado um edifício de habitação colectiva cujas características apontem para uma obra pouco qualificada do ponto de vista arquitectónico, implantada nas áreas de expansão de Lisboa (no tempo do *Space Shuttle Columbia*).

O edifício seleccionado deverá ser devidamente enquadrado com a envolvente e com a época em que foi construído.

O exercício consiste em encontrar uma possibilidade de intervenção desse edifício, tendo por base um orçamento de 10.000,00 €.

Durante o processo de projecto cada grupo deverá ser capaz de realizar interpretações e leituras representativas do edifício (por ex. desenhos, fotos, maquetas de estudo), tendo como objectivo descortinar um nexos arquitectónico no edifício escolhido, o qual deve ser associado à intervenção a operar.

Como resposta ao exercício deverão ser produzidos 3 tipos de representação do projecto:

1. No contexto do grupo, deverá realizar-se uma apropriação do objecto escolhido e do discurso sobre ele produzido, realizando ligações a imagens (gráficas, literárias,

fotográficas, cinematográficas, etc) produzidas por outros autores. Neste contexto o grupo deverá ser capaz de explicar de forma clara as ligações estabelecidas com um universo cultural, que apesar de externo, pressupõe quer sínteses, quer estímulos evocativos das opções arquitectónicas a empreender;

2. Desenhos e/ou fotomontagens manuais em formato A2 capazes de representar as opções de leitura e projecto;
3. Deverá ainda ser realizada uma maqueta, cujo volume deverá ser aproximadamente 30 dm<sup>3</sup> (0,30x0,30x0,30 m), realizada com o objectivo de fixar o entendimento discursivo em torno do edifício em estudo e das possibilidades de regeneração previstas – A escala do edifício fica inteiramente ao critério do grupo de trabalho;

#### **Objectivos**

Ob1. Estimular uma aproximação ao tema geral de PFA 2013-14;

Ob2. Estabelecer um reconhecimento discursivo entre docentes e discentes;

Ob3. Debater processos de intervenção arquitectónico e urbano com base em condicionalismos pré-delineados;

Ob4. Promover relações entre leituras macro e micro do território de intervenção, associando-as a processos de representação do espaço;

#### **Elementos a entregar entregar:**

Para além dos elementos dos elementos anteriormente designados deverá ser realizado um processo de plantas cortes e alçados à escala 1:100 (ou outra julgada mais conveniente) e um *book* de formato [A4] onde deverá incluir-se uma síntese do processo projectual

O *book* A4 deverá conter:

- a) O texto explicativo das opções tomadas do projecto - incluído explanação sobre os custos da intervenção;
- b) Fotografias e desenhos relativos ao edifício escolhido;
- c) Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maqueta – tratados graficamente para se inserem no design do *book* A4;
- d) Digitalizações e/ou fotografias dos elementos resultantes do processo de representação (imagem, desenhos e/ou fotomontagem e maqueta)

- e) Deverá ainda ser reservada uma área do book A4 para a demonstração do processo de resposta ao exercício, em forma de *story board*. Para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

#### **Apresentação**

Digital tipo *Power-point*, com exibição dos elementos de representação e processo de plantas cortes e alçados em formato não superior a A1.

#### **Calendário do Exercício**

Início – dia 17 de Setembro / Entrega e apresentação – aula do dia 3 de Outubro

Lisboa, 17 de Setembro de 2012

**ISCTE – IUL**

**Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura**

Projecto Final de Arquitectura 2013-14 – Docentes: Paulo Tormenta Pinto e José Neves

#### **ARQUITECTURA OU REVOLUÇÃO – *Learning from the Satellite***

Exercício Tema 1, Anual

*A Arquitectura e a Cidade: E se toda a zona central da Portela de Sacavém fosse destruída por uma catástrofe?*

A Urbanização da Portela (1965-1979), projecto do arquitecto Fernando Silva (1914-1983) e fruto de uma encomenda privada do empresário Manuel da Mota, foi construída numa das “portas” de acesso à capital, na Freguesia de Sacavém do Concelho de Loures, na proximidade do aeroporto que, na década de 40, fora construído segundo desenho de Keil do Amaral.

Apesar de alguns dos princípios do projecto da Urbanização da Portela não terem sido cumpridos na sua execução, verifica-se, na essência, a aplicação dos postulados da Carta de Atenas, resultante do CIAM de 1933. Na Portela, tal como nas cidades preconizadas pela Carta redigida por Le Corbusier a partir das discussões de muitos dos mestres do Movimento Moderno em cruzeiro pelo Mediterrâneo, os princípios urbanísticos são estratificados em torno de 4 funções: habitar, trabalhar, repousar e circular.

Nos terrenos das “Quintas da Vitória, Casquilho, Ferro, Carmo e Alegria (...), num total de 50 hectares, 4500 fogos e o respectivo equipamento urbano”<sup>1</sup>, destinados à classe média/alta, os modelos tipológicos orientam a acção de Fernando Silva que define uma “tábua rasa” para sobre ela determinar um sistema pragmático que controla a totalidade da intervenção. Tal como na cidade idealizada pelo Movimento Moderno, a Urbanização da Portela concentra uma zona de trabalho e comércio, perfeitamente configurada por um conjunto edificado composto por uma base – um “disco” de piso único – e uma torre de escritórios<sup>2</sup> que se destaca volumetricamente do conjunto, assinalando o centro – geométrico e cívico – da Portela.

<sup>1</sup> FERREIRA, Bruno Macedo “Urbanização da Portela” em PINTO, Paulo Tormenta (coord.) *Passagens nº1 – Paisagens Distantes – A CRIL, uma Avenida Pós-Moderna*, Caleidoscópio, 2013 (pág. 227-235)

<sup>2</sup> Torre que, apesar de tudo, integra uma percentagem importante de habitação.

À época da sua construção, a Portela de Sacavém funcionava inequivocamente como um núcleo urbano satélite, organizado em função de uma lógica de superação das insuficiências da cidade antiga para responder a certas aspirações da vida moderna. Na Portela, a pureza do ar, a envolvente verde, a generosidade das distâncias entre os edifícios, respeitando a chamada “lei dos 45°”<sup>3</sup>, das dimensões das vias e das casas permitiriam uma vida desafogada e livre das contradições a que, supostamente, a sedimentação das cidades tinha levado os seus centros históricos.

Além disso, esta situação de “descolamento urbano”, associada a idêntica “pureza” da linguagem dos vários edifícios isolados, paralelipédicos e caracterizados por faixas horizontais, afastava em certa medida possíveis afinidades genealógicas em relação à arquitectura existente em Lisboa – mesmo à sua arquitectura moderna –, ou no próprio país. A Portela, implantada num terreno praticamente plano, no cruzamento entre a auto-estrada, o aeroporto, o caminho de ferro e o Porto de Lisboa, desfrutava de uma situação perfeita para se enquadrar num sistema muito mais global.

Hoje, passados quase 50 anos sobre o Ante-Plano de Urbanização da Portela, verifica-se uma grande transformação: os territórios envolventes foram entretanto preenchidos. Não só a densificação de Sacavém ou a consolidação de Olivais Norte, mas sobretudo a urbanização dos terrenos onde seria construído o Parque das Nações, transformaram por completo a envolvente da Portela, provocando uma alteração profunda no modo como este aglomerado, pensado para 18.500 habitantes, se relaciona consigo próprio e com as áreas urbanas que a circundam. O alastramento em “mancha de óleo” dos núcleos urbanos da área metropolitana de Lisboa, aglutinaram a Urbanização da Portela no manto urbano contínuo, alterando as suas dimensões originais de isolamento e descontinuidade .

Este fenómeno, próprio do metropolitano, tem implicado uma alteração crescente da centralidade prevista no Plano de Urbanização da Portela. Para além de uma certa obsolescência dos modelos tipológicos do centro cívico, verifica-se que parte dos núcleos de permanência do espaço público alastraram, encontrando-se agora em zonas contíguas, tais como os parques infantis para Nascente, ou a Igreja e o supermercado para Sul, assistindo-se ao mesmo tempo uma tendência de conurbação com Moscavide e, por conseguinte, com a antiga Expo-98.

## A. OBJECTIVOS

<sup>3</sup> Referimo-nos ao Art. 59.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas: “A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos, com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior”.

De modo a sedimentar as experiências realizadas ao longo do curso, o objectivo principal dos trabalhos a desenvolver durante o ano, trata de avaliar criticamente os modelos subjacentes à arquitectura da cidade no final do século XX, pondo em relevo a tomada de uma posição ética no trabalho da arquitectura.

## B. PROGRAMA E MÉTODO

O trabalho que se propõe aos alunos de PFA assenta num cenário que decorre de uma ficção que acelera subitamente um processo, de certo modo, em curso:

*E se toda a área central da Portela de Sacavém fosse destruída por uma catástrofe?*

Considerando-se assim a destruição irremediável, através de um grande incêndio e consequente derrocada, de um dos alicerces fundamentais da Urbanização da Portela, apesar de nunca ter sido edificado conforme o projecto original – não só o centro comercial e a torre, mas também as piscinas, as escolas e a igreja, da autoria do arquitecto Luíz Cunha, entretanto construídas – propõe-se o lançamento de um debate no contexto do colectivo da turma e, mais concretamente, dos grupos de trabalho, sobre a arquitectura da cidade, a pretexto do modelo subjacente a esta estrutura urbana.

Em certa medida invocam-se, com as devidas distâncias, pressupostos aproximados ao debate que há 25 anos, em 1988, se puseram com o incêndio do Chiado que atingiu uma das áreas chave e de maior concentração comercial da Baixa Pombalina.

Os estudantes deverão manter os grupos de 5 elementos, que começarão por desenvolver uma proposta colectiva para o projecto do novo centro cívico da Portela, do qual um conjunto de edifícios será desenvolvido individualmente por cada um dos elementos.

Deste modo o trabalho deverá ser realizado com base em 3 fases desenvolvidas, ora em grupo, ora individualmente:

### 1ª Fase (em grupo): O Território

Cada grupo deverá proceder à recolha de informação relativamente a alguns dos aspectos da área de intervenção, sempre em relação com as áreas envolventes, nomeadamente:

- Caracterização biofísica: topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
- Caracterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: acessos, rede viária, percursos pedonais, etc.
- Caracterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: tipologias de espaços públicos; estruturas urbanas de proximidade;

Edificado; estado de conservação; espaços vazios; espaços públicos; equipamentos públicos e privados, etc.

- Evolução e enquadramento histórico: processo de formação do tecido edificado através da recolha de plantas de várias épocas, consulta de monografias e descrições, bem como a circunscção de exemplos nacionais e internacionais relevantes.
- Planos Urbanísticos condicionantes,: PDM's; PP's.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

Em paralelo com este trabalho de análise, os grupos deverão desenvolver uma proposta de intervenção com base nas áreas brutas edificadas correspondentes ao programa cujo suporte edificado existente *foi entretanto destruído*, respectivamente:

- Comércio: 7.638m<sup>2</sup> (não inclui espaços de serviço e arrumos)
- Escritórios: 7.050m<sup>2</sup>
- Habitação: 7.050m<sup>2</sup>
- Escola Básica: 3.263m<sup>2</sup>
- Estacionamento coberto: 2.800m<sup>2</sup>
- Escola Secundária: 2.626m<sup>2</sup>
- Piscina: 2.195m<sup>2</sup>
- Igreja: 2.100m<sup>2</sup>

Este programa deverá ser entretanto questionado e, se necessário, ajustado, tal como o modelo de cidade existente na Portela.

Os elementos a entregar serão os seguintes:

- Memória descritiva, referindo-se a todos os elementos relativos à análise crítica realizada, bem com à proposta;
- Implantação Geral e Maquete, à escala 1:000
- Plantas, Cortes e Alçados, à escala 1:500
- Perspectivas
- Desenhos de trabalho

Estes elementos deverão ser organizados clara e criteriosamente num caderno A4, ao alto, que corresponda a uma síntese tanto do resultado final como do processo de trabalho.

## **2ª e 3ª fases (individual) – O Edifício**

Cada elemento do grupo deverá desenvolver, individualmente, o projecto para um conjunto edificado determinado entre a proposta global.

Ao longo do desenvolvimento individual dos diferentes conjuntos, o debate no contexto do grupo de trabalho prosseguirá, tendo em vista uma articulação constante entre as várias partes do todo e a consolidação do modelo urbano proposto inicialmente pelo grupo de trabalho.

Os enunciados respectivos serão distribuídos oportunamente no início de cada uma das fases.

## **C. PRAZOS<sup>4</sup>**

**1ª Fase:** 10/10/13 – 19/11/13

**2ª Fase:** 05/12/13 – 18/03/14

**3ª Fase:** 25/03/14 – 15/05/17

Lisboa, 10 de Outubro de 2013

<sup>4</sup> Os prazos poderão sofrer ligeiros ajustamentos, prevendo-se igualmente a existência de apreciações dos trabalhos em momentos intercalares às datas de entregas das várias fases. Tantos os eventuais ajustamentos como as apreciações intercalares serão marcadas no decurso do acompanhamento do trabalho.

## LABORATÓRIO EM CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÂNEA (LCAC)

Docentes: Ana Vaz Milheiro (coord.), Mónica Pacheco, Helena Botelho, Paula André

Ano lectivo: 2013/2014

### Tema geral:

*Atlas da Liberdade: Lisboa, Luanda, Macau*

### “ARQUITECTURA OU REVOLUÇÃO – LEARNING FROM THE SATALLITE”

O tema “ARQUITECTURA OU REVOLUÇÃO – LEARNING FROM THE SATALLITE”, lançado em Projecto Final de Arquitectura (PFA) para o ano lectivo de 2013/2014, evoca dois autores, Le Corbusier e Robert Venturi, e em particular duas obras, *Vers une Architecture* (1923) e *Learning From Las Vegas* (1972).

No Laboratório em Cultura Arquitectónica Contemporânea (LCAC) pretende-se envolver os alunos no projecto de investigação: **Habitação para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau**; *Homes for the biggest number: Lisbon, Luanda, Macao* (FCT PTDC/ATP-AQI/3707/2012), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

O objectivo é enquadrar períodos em que foi possível fazer a ponte entre estas duas propostas, onde a arquitectura evitou ou, pelo contrário, desencadeou a *revolução e*, principalmente, onde a pós-modernidade construiu cidade. Neste contexto, privilegia-se a cidade da periferia promovida pela iniciativa privada e destinada essencialmente às classes médias.

A ligação com o projecto de investigação possibilita incluir os estudantes de PFA num grupo de pesquisa que envolve vários docentes de PFA (Ana Vaz Milheiro, Mónica Pacheco, Paulo Tormenta Pinto e Sandra Marques Pereira, etc.), assim como inclui, entre a equipa de investigadores, antigos alunos do ISCTE, alguns em processo de doutoramento.

### 1. Enquadramento

No ano em que se comemoram os 40 anos sobre a **Revolução dos Cravos** (25 de Abril de 1974), é pertinente reflectir sobre as suas consequências no território português, bem como nos antigos territórios coloniais sob administração portuguesa que, desde a abolição do Acto Colonial, em 1951 — consequência da adaptação da legislação nacional à Carta das Nações Unidas —, passaram a denominar-se *províncias ultramarinas*, oficialmente integrantes de Portugal. Como em todas as revoluções, este foi um processo lento e para o qual contribuiria, de forma determinante, a instabilidade que se começa a sentir nesses mesmos territórios.

Em **Angola**, as dinâmicas independentistas instalam-se a partir de meados da década de 1950, com a fundação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e, no início da década seguinte, com a criação da FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência de Angola), organizações apoiadas pelas posições anticolonialistas da Assembleia Geral da ONU. Este clima político culmina com o arranque da guerra colonial, em 1961, e consequente descolonização entre o «25 Abril» e o 11 de Novembro de 1975, data da proclamação da independência angolana.

Do processo geral de descolonização saído do movimento histórico do 25 de Abril, a cessação da soberania portuguesa no território de **Macau** difere substancialmente dos casos africanos. Apesar do processo de colonização remontar ao séc. XVI, somente em 1887, a China reconhece oficialmente a soberania e a *ocupação perpétua* portuguesa de Macau, através do "Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português". As revoltas de 1967, marcam o princípio do fim do período colonial nesta cidade. Contudo, a República Popular da China rejeita a transferência imediata da soberania de Macau (o território serve então para a China como canal de comunicação com o exterior). E, em 1987, após intensas negociações, os dois países acordam como data, para a recuperação da soberania chinesa em Macau, 20 de Dezembro de 1999.

A partir dos três casos de estudo, aqui introduzidos (Lisboa, Luanda, Macau), o nosso trabalho de investigação incide no período compreendido entre 1960 e 2010. **Analizam-se, essencialmente, manchas de crescimento das áreas periféricas aos núcleos históricos iniciais, atravessando os períodos coloniais e pós-coloniais.** Após as independências africanas, assiste-se a um retorno das populações “europeias” residentes em África, que precisamente se instalam nas franjas periféricas das principais urbes portuguesas, beneficiando da promoção urbanística privada que começara na década de 1960 a construir para a classe média, decidida a trocar o centro (obsoleto, poluído e massificado), pelo subúrbio (arejado, livre e com a promessa de vir a ser bem equipado). Este facto, torna a Área Metropolitana de Lisboa um polo de atracção em fase acelerada de crescimento.

Para cada um destes casos de estudo, tomam-se como referência três empreendimentos urbanísticos de iniciativa privada que acabam por formalizar os principais modelos de ocupação da periferia destas três cidades: **Urbanização da Portela de Sacavém** (Área Metropolitana de Lisboa, arq. Fernando Silva, 1965-1979), **Unidade de Habitação nº 1 Bairro Prenda** (Luanda, arq. Fernão Lopes Simões de Carvalho e outros, 1961-1963) e **STDM** (Macau, arq. Manuel Vicente, 1978-1984), e que também ocupam o espaço do Projecto. O enfoque pretendido em LCAC, contudo, alarga-se a outras **manchas de residenciais de génese similar, infra-estruturas de desenvolvimento, equipamentos de grande escala**, etc..., que vão construindo a nova cidade da expansão.

### 2. Metodologia

Os trabalhos decorrem em duas fases.

**1º semestre:** pretende-se produzir em grupo um ***Atlas da Liberdade***. O objecto de partida são empreendimentos implantados nas zonas de expansão das cidades de Lisboa, Luanda e Macau destinados à classe média.

Os alunos organizam-se em três grupos de trabalho, distribuindo entre si as três cidades. Fase de pesquisa bibliográfica e de entrevistas com os agentes envolvidos. Abordagem inicial aos casos de estudo. São produzidas sínteses gráficas (das três cidades) e análises a partir de contos (*short stories*), filmes e/ou documentários que evocam os seus ambientes urbanos. Alguns exemplos: *O som dos meus ossos* (António Lobo Antunes); *Alice* (Marcos Martins, 2005, Lisboa); *Learning from Macau* (Maçãs de Carvalho, a propósito da obra de M. Vicente, 2011)

**2º semestre:** cada aluno encontra a sua linha autónoma de pesquisa dentro do tema geral. A pesquisa bibliográfica torna-se mas específica. A análise é individual e pretende-se original.



É realizado um trabalho final com cerca de 26 páginas dactilografadas. Documentação fotográfica, imagens, entrevistas, etc., são incluídos em anexo e não são contabilizados nas 26 páginas finais.

### 2.1. ATLAS DA LIBERDADE (1º SEMESTRE)

Ainda remetendo ao tema de PFA, a ideia de “aprender com o satélite” sugere uma **investigação mapeada**, desenhada sobretudo através da **imagem**, da **cartografia** e da **fotografia aérea**, como ferramentas que privilegiam os formatos gráficos de representação próprios do arquitecto. Representação aqui não se entende como sistema de *representação do real*. Antes se interpreta enquanto processo de descoberta de espaços relacionais e de relações espaciais que, à semelhança da pintura medieval, distorcem escalas para comunicar hierarquias e, tal como a pintura cubista, sobrepõem diferentes perspectivas sobre um mesmo tema, possibilitando novas leituras. Outros meios, como a literatura, a fotografia, o cinema ou o documentário, podem igualmente ser convocados enquanto veículos que configuram alterações na representação da cidade e suas vivências.

Deste modo, pretende-se que, no 1º semestre, os alunos de LCAC realizem uma sistematização analítica em formato de *Atlas*. Este constituir-se-á enquanto combinação de *mapas* que organizam informação, colocam em evidência tensões e conflitos e, deste modo, sugerem explicações, colocam questões e potenciam descobertas significativas.

O ***Atlas da Liberdade*** deverá representar, por décadas (1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010), as marcas espaciais decorrentes das transformações estruturais ocorridas em cada um destes territórios, incluindo a definição das fronteiras urbanas e respectivas superfícies, assente num processo de análise cartográfica; a identificação da densidade populacional, com base em recenseamentos oficiais; a aferição da construção dos conjuntos urbanos mais relevantes, bem como de infra-estruturas (palco de desenvolvimentos consideráveis dada a adesão à comunidade europeia que, por essa via, propiciou os meios indispensáveis à modernização das principais vias de comunicação, portos, aeroportos, caminhos-de-ferro, pontes, auto-estradas e vias rápidas), os respectivos agentes e políticas subjacentes, etc.

Em Lisboa, uma gradual homogeneização do território alterou as lógicas de relação entre centro e periferia, verificando-se um processo de “sobreposição” dos 18 municípios que constituem, desde 2008, a AML; este processo aplica-se igualmente a Luanda e Macau.

A investigação desenvolvida em grupo deverá constituir a base de suporte para a definição de propostas individuais para a dissertações no 2º semestre.

### 2.2. BAIROS DA LIBERDADE (2º SEMESTRE)

Partindo das imagens analíticas produzidas pelos próprios alunos, e que constituirão o referido *Atlas*, será possível proceder a uma identificação de objectos de estudo mais específicos, e com um enfoque mais pessoal, sob o mote genérico de “Os Bairros da Liberdade”. Estes podem incluir as áreas de expansão, infraestruturas, etc., que serão acertadas ao longo do trabalho do primeiro semestre, ainda antes de Fevereiro.

Assim, os trabalhos de investigação individuais variam desde **reflexões mais historiográficas sobre a evolução e alteração do território construído**, análise da

**habitação e suas tipologias**, passando pela identificação da alteração da **representação da cidade e da sua envolvente periférica** através do **texto escrito, das imagens imóvel (fotografia) ou em movimento (cinema, documentário, etc.)**... abrangendo um panorama muito alargado de meios de suporte que evocam essa mesma ideia de representação.

**Serão encorajadas iniciativas pessoais**, promovidas pelos próprios alunos, quer através da participação em **congressos nacionais e internacionais** (onde preferencialmente os alunos se deverão apresentar, em nome próprio, isolados ou em equipas) quer na **realização de eventos** (colóquios, ciclos de cinema, etc.), sempre relacionadas com os seus temas de pesquisa.

Ana Vaz Milheiro/Mónica Pacheco

ISCTE, Lisboa 30 de Julho 2013